

JOSÉ ITAMAR SALES DA SILVA

**A CULTURA
POLÍTICA DO
BRASIL: DOS
CACARECOS
AO XELELÉU**



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^ª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

Diretor

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

José Tavares de Sousa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ) Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB) Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Carlos Henrique Salvino Gadêlha Menezes (UEPB) Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN) Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP) Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Diego Duquelsky (UBA) Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN) Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB) Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Germano Ramalho (UEPB) Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Glauber Salomão Leite (UEPB) Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT) Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

José Itamar Sales da Silva

A CULTURA POLÍTICA DO BRASIL: DOS CACARECOS AO XELELÉU



Campina Grande - PB

2021



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Gilberto S. Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

M332c SILVA, José Itamar sales da

A Cultura Política do Brasil: dos Cacarecos ao Xeleléu. [Livro eletrônico]. / José Itamar Sales da Silva.; [1.ed.]. – Campina Grande: EDUEPB/2021.

5600 Kb - 438 p.: il. color.

ISBN 978-65-87171-26-5 (E-book)

ISBN 978-85-7879-619-8 (Impresso)

1. Literatura de Cordel 2. Literatura Popular 3. Crítica literária - Poesia 4. Política
I Título.

21. ed.CDD B869.94

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15ª/368

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A CULTURA POLÍTICA DO BRASIL: DOS CACARECOS AO XELELÉU

O Brasil hoje que está
Figurando uma panela
A política, cozinheira
Está tocando fogo nela
Mas tem mil mortos de fome
Por ali ao redor dela.

Foi mesmo como a política
Deste governo atual,
O Brasil é a panela,
O Estado bota sal,
O Município tempera,
Quem come é o Federal.

E o Brasil é a panela
Que ainda ninguém a graduou-a,
Afonso Pena mexeu-a,
Nilo Peçanha salgou-a
Hermes agora botou água,
Dessa vez sim, desgraçou-a.

E ninguém pode entender
O juízo que se faz
Um diz: ela estava insossa,
Nilo botou sal demais
Hermes botou água e diz
O erro já vem de trás.

Correm 10 e 12 atrás
De uma só candidatura
A cadeira é uma só
E eles é só fartura
Dormir com um barulho destes,
Nem mesmo o Diabo atura.

O Brasil é um burro velho
Que já está de língua branca
Tanto peso em cima dele
Esse desgraçado estanca
O Rio montou-se no meio
São Paulo na anca
(BARROS, 1915).

AGRADECIMENTOS



O que parecia impossível finalmente tornou-se realidade com a participação de muitas pessoas. Em primeiro lugar agradeço a Jesus, razão principal da minha existência, pela realização de mais este sonho, a ele toda a minha gratidão e reconhecimento.

À minha mãe, Maria Giselda Macêdo (in memoriam), minha maior referência de vida.

À minha orientadora e professora, Professora dra. Elizabeth Andrade de Lima, hoje uma querida amiga e incentivadora do meu sonho de escrever este livro e contribuir de alguma forma com o pensamento político brasileiro, bem como com a cultura política do Brasil.

A todos os professores do PPGCS (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) da UFCG, da turma 2011, Entre eles destaco a Professora dra. Ramonildes Alves, ao Professor dr. Vanderlan Silva e ao Professor dr. Jesus Izquierdo, pela competência, seriedade e precisão peculiares aos mesmos.

A meu amigo Professor dr. Iranilson Buriti que muito contribuiu com suas observações pontuais e precisas na escrita deste livro.

Ao Professor dr. Antônio de Brito Freire, que com eficiência e perfeição, revisou pacientemente todo texto do livro dando a ele matizes e contornos que tornaram possível a sua publicação.

SUMÁRIO



PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - LITERATURA DE CORDEL: UMA TESTEMUNHA POÉTICA DA CULTURA POLÍTICA DO BRASIL	33
Literatura de Cordel: O Eco da Impressão Popular.....	37
O Poeta como Mediador.....	46
Leandro Gomes de Barros: Uma Voz que Começa a Versar..	53
Panelas que Muitos Mexem: O Guisado da Política.....	60
O Cordel e a Propaganda de Papel do Político.....	67
CAPÍTULO II - TEMAS DECORRENTES DO CENÁRIO POLÍTICO DO BRASIL À LUZ DO CORDEL	75
A Representação do Político na Literatura de Cordel	75
Têm mais Partidos Políticos no Brasil do que Chuchu na Parreira	84
A Representação do Governo (Estado) na Literatura de Cordel.....	107
“Deus e o Diabo na Terra da Política”: A Representação do Misticismo Religioso na Política à Luz do Cordel ...	110
A Representação da Cultura Política do Brasil durante as “Diretas já” à Luz do Cordel.....	121

CAPÍTULO III - AS REPRESENTAÇÕES DO VOTO NA LITERATURA DE CORDEL	155
O Cabo Eleitoral no Cordel: A Manifestação do Xeledéu	167
O Voto Secreto e suas Nuances á Luz do Cordel	189
A Representação dos Votos Feminino e Obrigatório e os Impedimentos da Participação da Mulher na Política	198
O Voto Obrigatório e suas Representações	212
A Representação do Voto de Protesto na Literatura de Cordel	217
A Corrupção Política no Cordel	250
CAPITULO IV - A REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO COMO HERÓI E SALVADOR NO CORDEL	307
Getúlio Vargas: “O pai protetor e provedor”	313
JK , Jânio e Jango	337
O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar: O Mito do Exército Salvador	345
Tancredo o Martír Salvador e Sarney à sua Sombra	349
Collor: “O Chamoso Salvador da Pátria”	368
Fernando Henrique: O Intelectual Salvador	384
Lula: De Ordinário “Comunista” a “Pai dos Pobres”	390
CONSIDERAÇÕES FINAIS	409
REFERÊNCIAS	417
SOBRE O AUTOR	437

PREFÁCIO

A CULTURA POLÍTICA DO BRASIL: DOS CACARECOS AO XELELÉU



Em pleno século XXI, ano de 2020, se perguntasse a uma criança, até mesmo a um jovem, o que é Literatura de Cordel, certamente não saberiam responder. Literatura de Cordel? O que é isso? Sem estarem com o velho amigo “*google*” para uma “pesquisa rápida”, uma negativa seria a resposta.

De fato, parece que de uns tempos pra cá, o Cordel caiu em desuso, tal como as charges que foram preteridas pelos chamados memes. É possível até aventar, para não ser tão pessimista, que o Cordel ainda não foi totalmente esquecido porque alguns, poucos, estudiosos, amantes do Cordel, o utilizam como ferramenta pedagógica e literária em algumas atividades educativas.

Considerada uma produção de “menor valor” por ter sido concebida junto às chamadas “classes populares”, no seio da Cultura Popular, a Literatura de Cordel, ganha adesão muito mais para ser um instrumento de entretenimento e consumo das massas do que qualquer outro significado.

Produzida em sua maioria por homens semianalfabetos e julgados como ignorantes, alienados ou simplesmente inocentes, esses “pensadores do social”, esses “poetas populares” não foram ainda, como deveriam, levados a sério no espaço acadêmico.

Mas, como diz o adágio popular, toda regra tem uma exceção; eis que um dia conheço um aluno do Doutorado do Programa de

Pós-Graduação em Ciências Sociais e chega para mim e diz: eu sou um estudioso e entusiasta da Literatura de Cordel e pretendo escrever minha Tese sobre esta produção com o tema sobre a política brasileira!

Ao ouvir tal proposta me animei de imediato, dois temas com os quais venho pesquisando: a chamada produção da Cultura Popular e os fenômenos do que tenho chamado de Antropologia da Política. Desejei, de imediato, orientar aquele jovem com seu entusiasmo e carisma pessoal e intelectual.

Assim, iniciamos uma profícua e gratificante relação de orientação. Desde logo disse a ele dos desafios que certamente encontraria ao propor escrever uma Tese com a produção literária do Cordel com o tema da política, pois, apesar de riquíssima a construção cordelista sobre a política brasileira, como sua Tese demonstrou e agora o leitor deste livro, pode também comprovar, falar em política no Brasil, causa de imediato, um certa resistência em alguns, ou um tremendo incentivo à tagarelice em outros. De modo que esse tema, a política, ousaria dizer, é um tema tabu, daqueles assuntos que não se deve, não se pode falar porque ele provoca, muitas vezes, diferentes expressões de animosidades, turbulências e hoje, infelizmente, expressões de ódio.

Mas, como pensar a política, a visão da política brasileira à luz dos poetas populares? Como isso pode ter importância acadêmica, já que tal produção sequer é reconhecida como uma produção erudita, acadêmica e seguindo os rigores da ciência? Tantos são os preconceitos contra a Literatura de Cordel e seus produtores, os poetas populares, que não dá pra sequer dar “ouvidos” a tal querela. Será?

Ledo engano aqueles que compartilham dessa visão enviesada e atravessada por uma noção estereotipada de tal produção. O que o nosso querido e competente Itamar pretende defender neste livro é exatamente o contrário de tal percepção, ou seja, trabalha com a hipótese de que a produção da Literatura de Cordel

ajudou não só a construir, mas a repercutir, um diversificado conjunto de representações sobre a cultura política no Brasil.

Pensa, ainda, o poeta popular como um mediador da sociedade, um estudioso dos temas versados em diferentes meios de informação, principalmente os meios de comunicação de massa, tais como: a televisão, o rádio, o jornal, a revista, e transforma-os em poesia popular, rimada, metricamente cuidada para corresponder ao estilo cordelístico. Assim, o poeta popular, pode ser tudo: menos um semianalfabeto, um inocente, um rústico. Com tal visão, nosso autor devolve a integridade deste escritor criativo e crítico do social, em todas as suas dimensões.

Para escrever sua Tese, que agora se transforma em livro e que tenho o grande prazer de prefaciar, Itamar fez uma vigorosa pesquisa da produção cordelística sobre a política brasileira; nela descobriu temas e categorias diversificadas sobre a prática política e seus rituais, ao consultar o acervo de Literatura de Cordel no Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e Literatura (LAELL) da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, teve acesso a 104 caixas de cordéis. A partir da catalogação de todas essas caixas conseguiu chegar ao número total de 271 (duzentos e setenta e um) títulos de folhetos com o tema sobre a política brasileira.

Ainda não “satisfeito”, foi em busca do acervo de Cordel Professor Átila de Almeida, da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, sendo, tal acervo, estimado como o maior do mundo. Neste, o autor conseguiu catalogar 784 (setecentos e oitenta e quatro) títulos com o tema sobre a política. Fez pesquisas de campo ainda na Fundação José Américo de Almeida, na cidade de João Pessoa, além do acesso aos acervos digitais da Casa de Rui Barbosa e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Esse extenso material foi todo lido e catalogado em categorias que serviram de base para a construção temática dos capítulos que compõem este livro. Entre os temas coligidos destacam-se: o voto e seu papel na cultura política brasileira; a corrupção dos

políticos, apresentada como o grande mal da nação; a impunidade daqueles que praticam algum delito, especialmente no campo da política; o movimento pelas “Diretas Já” que mobilizaram centenas de pessoas e o Parlamento brasileiro através do Projeto de Lei proposto pelo Deputado Federal Dante Oliveira que buscava garantir a Eleição Direta no Brasil, com o fim da Ditadura Civil Militar.

Tais categorias acabaram dando *corpus* a esse belo texto, os poetas populares, puderam, a partir desse vasto cabedal de temas, viajar pelas letras, métricas e rimas, trazendo para o leitor, uma mensagem, um discurso, um ponto de vista sobre a nossa cultura política e em última instância, sobre a nossa ainda tão recente, democracia.

Ao tempo em que a sociedade brasileira pelo menos nos últimos trinta anos tem assistido a sucessão de governos de “direita”, de “esquerda”, de “centro direita” no poder, que vivenciou dois processos de *impeachment* de Presidentes do Brasil, e que viu, sobretudo, a polarização da sociedade em “grupos políticos” e resurgir práticas e discursos de ódio ao diferente, do retorno e defesa da “família, da propriedade e do Estado”, do liberalismo econômico, bem como a demonização do Comunismo, do Socialismo e invenções como o “*Kit gay*”, a “Ideologia de Gênero” e da “Escola sem Partido” e da máxima de que “Meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, ou de que é “os direitos humanos só protegem o bandido”, que “bandido bom é bandido morto”, entre outras práticas e discursos ultraconservadores, nunca foi tão urgente o olhar para a nossa cultura política. E os poetas populares, com o seu saber, com a sua mediação, podem sim, nos ajudar a nos conhecermos melhor enquanto nação, povo e sobretudo, nos fazer entender que sim, “o poder emana do povo” e é o povo que tem em suas mãos o destino de nossa tão frágil mas importantíssima democracia!

Parafraçando um dos versos do cordelista Gonçalves (1986, p.6) concluo afirmando:

A luta política é necessária
O povo precisa estar no poder
O eleitorado é a grande arma
Pra seu representante escolher
Mas que seja honesto e sincero
Para só ao povo atender.

O texto de Itamar nos ajuda a fazer, enfim, uma grande viagem, como um argonauta, entregue-se a essa aventura, sem preconceito, sem medo, sem temor. Descubra em cada verso um pouco de você mesmo, de sua, de nossa omissão ao fazer “pouco caso”, por exemplo, de um processo eleitoral, no qual os candidatos acabam sendo escolhidos, muitas vezes, por sua beleza plástica, filiação partidária e/ou religiosa, pelo nome de família que ostenta, pelo poder econômico que possui.

Que esse texto nos ajude a não só conhecer melhor a nossa cultura política à luz da poesia popular, mas nos faça, também, defensores incontestes da democracia que liberta, que adere à diversidade, que não suporta os desmandos, os desvios, o patrimonialismo, a corrupção. Que nos ajude a assumir de vez, o protagonismo de nosso papel de defensores da cidadania e dos direitos humanos, na luta por uma sociedade justa, equânime e livre.

A todos uma excelente leitura, a Itamar, o meu agradecimento por ter tido o prazer de orientá-lo em seu doutorado e me ter feito (re)descobrir a riqueza prática e narrativa da Literatura de Cordel.

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Professora Titular de Antropologia da UFCG

INTRODUÇÃO



A política e suas nuances tem sido um mote permanente em todas as dimensões do cotidiano dos cidadãos brasileiros que, enquanto atores sociais, têm construído através de discursos, práticas e representações simbólicas, evidências de uma palpitante cultura política brasileira, que denuncia o quanto a temática se faz onipresente no cenário social brasileiro. Não nos parece tarefa fácil definir política, mas por uma questão de escolha adotaremos aqui a definição de Hannah Arendt em seu livro: **O que é política**, onde afirma que: “[.] política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes” (ARENDDT, 2009, p.145). É, portanto relacionando-se socialmente que os homens exercitam a prática política, porém é de fundamental importância que essa coexistência seja calcada na liberdade: “para as questões da Política, o problema da liberdade é crucial” (ARENDDT, 2009, p.191). O pressuposto da liberdade para a prática política é ressaltado ainda pela autora ao concluir que: “[.] onde inexiste esse tipo de liberdade inexiste espaço verdadeiramente político” (ARENDDT, 2009, p.185). É nesse cenário de representações marcado pela convivência entre os atores sociais e de sua liberdade (ainda que marcada por ditaduras e censuras) que a cultura política brasileira vem sendo construída. Essa interação social promovida pela ação política é ressaltada por Kuschnir que define política como sendo “fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas” (KUSCHNIR, 2007,

p.9). Vivemos numa sociedade do espetáculo¹, onde como atores sociais estamos constantemente representando diferentes papéis em diferentes cenários. Nesse espetáculo se insere a política, mas o verdadeiro espetáculo da política não está na imagem em si ou no que ela representa, mas sim no resultado da interação entre pessoas mediadas por estas imagens, tal qual defende Guy Debord afirmando que: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens” (DEBORD, 2003, p.9).

A política não só faz parte da “ordem do dia”, mas também alcança dimensões de um grande espetáculo onde os atores sociais são chamados a teatralizar através de imagens e representações, porém os atores não são meras marionetes a seguir e representar papéis sem refletir e resistir ao que lhes é imposto pela “ditadura das imagens”, “vez por outra” alguns atores saem do *script* “programado” e surpreendem pela sua criatividade de atuação burlesca, dando contornos diversos e rompendo com paradigmas que pareciam estar cristalizados no seio da sociedade.

A pluralidade de discursos que circulam no imaginário coletivo referente às inúmeras atribuições e poderes que a política potencializa, a qualificam como sendo a “salvação” e/ou a causa de todos os males que permeiam a sociedade brasileira. Os discursos e práticas políticas construídas no cenário de representação da política brasileira geraram pressuposições emblemáticas que contribuem para formação de uma cultura política que parece apontar para a visão estereotipada, repetida e reforçada de que: “o

1 Tomamos aqui como referência as reflexões feitas por Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo onde ele defende que vivemos em uma sociedade de aparências que substitui o real pelo representando: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p.8).

povo brasileiro não sabe votar”, que “o povo não tem consciência política”, que “o povo é massa de manobra”, que “todo político é corrupto e ladrão”, que “eles compram voto e que se elegem à custa da manipulação da consciência dos incautos”. Por sua vez, esse discurso é entrecruzado de forma polifônica² por outro discurso paternalista que avalia que determinados políticos têm a solução para todas as mazelas da sociedade, e que eles são vistos como heróis, detentores de qualidades e poderes que os colocam acima dos “pobres mortais” e que nasceram destinados a serem representantes do povo. Ainda outro discurso afirma que, o político tem que dar alguma coisa em troca do voto recebido pelo eleitor, ou seja, o ato de votar é visto desta forma como uma moeda de troca, constituindo-se em um favor feito em troca de outro.

Estas máximas a respeito da política e do político foram introjetadas no imaginário popular se tornando características da cultura política nacional. Percebe-se também um discurso de cunho negativo e pessimista entranhado na sociedade que enxerga com desconfiança a política, tal como observa Lamounier (2005) ao afirmar que: “[.] o discurso “pírrônico” permeia ainda hoje tanto a linguagem intelectual quanto a popular, podendo sem dúvida ser considerado como um dos traços mais importantes de nossa cultura política” (LAMOUNIER, 2005, p.15). Esse discurso “pírrônico” com relação às práticas políticas no Brasil começou a ser veiculado em meados do século XIX , deixando suas marcas até hoje causando a sensação de que o País encontra-se atrás das

2 A polifonia diz respeito “a multiplicidade de vozes e de consciências independentes” (BAKHTIN, 2008, p.2). O discurso polifônico apresenta-se como vários discursos que se interpõem e se entrecruzam entre si, que estão intimamente relacionados, mas que necessariamente não são unânimes e concordes. Podem contradizer-se entre si ou expressarem opiniões e conclusões distintas e antagônicas, que partindo de um só e mesmo interlocutor expressam não somente a opinião do autor, individual, mas este pode transformar-se em vários autores, cada qual representando sua visão de mundo.

democracias europeias que são utilizadas como referências e que esse “atraso” político é “exclusividade” brasileira. Assistimos assim a criminalização da política, nos dias atuais, mas cômicos que essa prática é comum no Brasil desde o século XIX. A esse respeito Lamounier afirma:

Por décadas a fio, as deformações do processo eleitoral foram retratadas como uma teratopatia só possível mesmo no Brasil, ou que teria aqui assumido uma forma especialmente abominável, decorrência do leviano transplante de instituições políticas avançada para uma sociedade incapaz de praticá-las. Como o peixe do ditado incapaz de ver a água, nossos historiadores e cronistas quase sempre se descuidaram de indagar se mazelas semelhantes não teriam ocorrido também nos países mais adiantados, nas etapas iniciais do sistema representativo. Mas o fato é que ocorreram (LAMOUNIER, 2005, p.69).

Uma análise mais profunda da história das práticas políticas mundiais nos fará perceber que as propaladas “mazelas” atribuídas aos atores sociais no Brasil, ocorreram em quase todos os países que vivenciaram a experiência da democracia representativa. Convencionou-se pensar que os eleitores dos países considerados avançados eram muito mais conscientes e atentos principalmente na prática de votar, sendo assim mais esclarecidos, enquanto que, os eleitores brasileiros amargam a peja de “não terem consciência política” e não saberem votar. Lamounier (2005) discorda deste pressuposto:

As modernas pesquisas por amostragem - cujo impressionante avanço desde meados do século XX ninguém desconhece - não sustentam nem de longe o mito segundo o qual a maioria dos eleitores dos países avançados se destacaria por serem atentos e esclarecidos em questões políticas (LAMOUNIER, 2005, p.89).

As práticas políticas no Brasil possuem suas peculiaridades e suas fragilidades, porém elas não são exclusividade do Brasil, pois até nas mais “sofisticadas” democracias consideradas “exemplares” existem oscilações e debilidades que nos permitem penetrar no imaginário político brasileiro destituído de preconceitos e tentarmos entender como se constroem e se representam as práticas políticas no Brasil. Optamos por utilizar a Literatura de Cordel como fonte de estudo da política do Brasil por várias razões entre as quais está o fato da mesma trabalhar com a temática política se constituindo assim em uma seara promissora que nos permite adentrar nos meandros da cultura política brasileira. A pesquisadora Kátia Mendonça destaca a importância de estudarmos o imaginário da política observando que: “Ontem como hoje o imaginário político apresenta-se como expressão e, paralelamente, mascaramento e deformação de uma realidade profunda” (MENDONÇA, 2002, p.16).

Justifica-se também a escolha do Cordel, pelo fato dos poetas enfatizarem em sua temática a política em todas as suas nuances. O filão temático da política nos folhetos chama atenção pelo fato dos poetas já no século XIX, ainda no Brasil Império em transição para a República, trazerem em seus versos os fatos e os acontecimentos políticos da época. Essa incursão pelo mundo da política tem início com o poeta paraibano Leandro Gomes de Barros que sempre explorou a temática em seus versos a citar como exemplo, os folhetos: **Ave Maria da eleição, As promessas do governo e Panelas que muito mexem o guisado da política.** Leandro em sua produção cultural demonstra estar informado dos fatos ocorridos na política local, nacional, internacional e seus desdobramentos correlacionados à realidade brasileira. O poeta não apenas descreve os acontecimentos, bem como opina, sobre variados aspectos que envolvem as práticas culturais políticas vigentes à época em que no Brasil a participação popular no processo político era aparentemente ínfima e “insignificante”. Os

folhetos que tematizam a política e suas representações nos permitem entrever as minúcias que denunciam os traços da cultura política nacional.

É possível encontrarmos folhetos que fazem referências a quase todos os presidentes da República desde 1889 até hoje. Os acontecimentos políticos, os cenários de representação, bem como as práticas políticas em geral, sempre estiveram em pauta no Cordel, ou seja, a temática esteve “ininterruptamente” presente nos folhetos, mostrando assim como a política estava presente no universo imagético do brasileiro. A ênfase dada pelos poetas à política ocorre em função, também do interesse do seu público, pois os cordelistas que produziam folhetos com o fim de vendê-los, não ousariam insistir em uma temática que não atraísse compradores para a sua produção, o que demonstra que muitos brasileiros não eram tão apáticos e indiferentes à política como se convencionou pensar durante muito tempo.

O que vemos nos folhetos são comentários irônicos, satíricos e críticos, com relação a fatos políticos ocorridos à época, à postura de determinados políticos, às promessas eleitoreiras, às injustiças, à corrupção, ao voto, às eleições, aos impostos absurdos, comparações entre regimes de governo (Monarquia e República) entre outros. A temática começa a ser explorada a partir de 1893, pelo pioneiro da Literatura de Cordel brasileira, Leandro Gomes de Barros. É digno de registro que os folhetos de Cordel propalam em seus versos uma variedade multiforme de temáticas desde o seu início até hoje, porém uma das temáticas que sempre foi uma constante na inspiração dos poetas foi à temática da política. Leandro usa sua pena para queixar-se dos governos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (Presidentes do Brasil entre 1906 a 1914), na época em que ele começou a escrever folhetos, fazendo contundentes críticas à política econômica, o aumento da tributação e o endividamento do Brasil. Entre 1906 e 1918, ele escreveu dezenas de folhetos com várias edições

e tiragens que denunciavam e criticavam os desmandos políticos de sua época.

Leandro foi o primeiro a explorar a temática política em seus folhetos, mas não o único, pois os poetas “em todo tempo” falaram de política, entre eles: Francisco Chagas Batista (contemporâneo de Leandro), João Camelo de Melo Resende, Minelvino Francisco da Silva, João Martins de Ataíde, Manoel de Almeida e Manoel Pereira Sobrinho abordaram a temática. Os folhetos nos permitem compreender as estratégias arroladas por políticos e eleitores em suas relações e interesses, de forma muitas vezes irônica e satírica. Os poetas foram por assim dizer a “voz anônima” que se utilizando da criatividade e rima dos seus versos, clamou e denunciou quando outras vozes e até outros meios de comunicação calaram diante dos acontecimentos. A propósito Câmara Cascudo reforça esse trabalho renhido do Cordel, ao destacar que ele:

É a grande voz anônima da sátira política quando falecem os órgãos indispensáveis á sua manifestação. Acima de qualquer repressão coercitiva, livre o autor no seu misterioso refúgio irradiante, espalha, em todas as classes, a graça pérfida de uma anedota, invencível como ataque irrespondível e elemento irresistível e poderoso como fator desmoralizante e ridicularizador (CASCUDO, 2012, p.69).

Os poetas se tornaram mediadores, que tinham acesso através de jornais, do rádio e posteriormente, da televisão, aos acontecimentos políticos. Os poetas descreviam e interpretavam os fatos políticos na “linguagem do povo”, transformando-os em folhetos. Os poetas possuíam a capacidade de sintetizar e descrever os fatos com extrema precisão, o que contribuiu para que seu público conseguisse absorver a essência da mensagem sem nenhuma dificuldade e “sem perda” de significado. O fato de o

Cordel ser escrito de forma metrificada e ritmada sendo lidos, contados e repassados quase que de forma cantada contribuiu para que os acontecimentos por eles narrados permanecessem “vivos” na memória coletiva. O Cordel teve o respeito e a credibilidade do povo, que enxergava o poeta como sendo também um repórter que os informava com “fidelidade” os acontecimentos. Em entrevista a Orígenes Lessa, o poeta Rodolfo Cavalcanti assevera esse prestígio que os folhetos gozavam diante do público: “o sertanejo sabe pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos importantes. Mas só acredita quando sai no folheto. Se o folheto confirma, aconteceu”. Orígenes Lessa registra o interesse dos poetas pelo tema ao observar que: “as revoluções, as campanhas eleitorais, os acontecimentos políticos e a própria luta ideológica provocam numerosos folhetos” (LESSA, 1973, p.31).

Partindo do pressuposto de que o Cordel ajudou a construir e repercutir em seu ideário temático uma representação da cultura política brasileira, sobretudo nordestina, pretendemos identificar, questionar e problematizar como se processa a construção do cenário de representação política³ e seus significados, através do Cordel, de forma polissêmica⁴ e polifônica, partindo do fato de que as construções da cultura política do povo também estão contidas nas práticas e representações políticas tematizadas pelo Cordel, havendo

3 Adotamos aqui o conceito de cenário de representação política proposto por Venício A. de Lima que diz que o cenário de representação política: [...] “é o espaço específico de representação da política nas ‘democracias representativas’ contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, constituído em processos de longo prazo” (LIMA, 1996, p.245).

4 O termo polissêmico diz respeito à multiplicidade de sentidos e significados que existem no discurso. Assim compreende-se por polissemia “[...] a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos. A unidade linguística é considerada, então, ‘polissêmica’. O conceito de polissemia se insere num sistema duplo de oposições: a oposição entre [...] polissemia e monossemia” (DUBOIS, 1998, p.471-472).

a possibilidade de perceber como se processam essas construções e quais as suas implicações históricas e sociológicas na formação do brasileiro. Igualmente, pretendemos mostrar que, a alcunha atribuída ao povo brasileiro de apenas assistir os fatos políticos indiferentes e bestializados não corresponde ao registro histórico de sua atuação no que diz respeito aos apontamentos feitos pelos poetas.

Em nossa incursão e diálogo com o nosso objeto de estudo analisamos os folhetos que tematizavam a política visando a possibilidade de pensar a política à luz da cultura, bem como as práticas rituais dos próprios indivíduos, estejam eles na condição de candidato ou de eleitor. De pensar como essa cultura política é construída pelos atores sociais a partir do que é relatado nos folhetos, de como ela se apropria, reinventa e ressignifica essa cultura local. Ao analisar a cultura política no Brasil à luz do Cordel optamos por estudar os folhetos que traziam à tona acontecimentos de abrangência nacional, não obstante haver folhetos que tematizavam a respeito dos acontecimentos da política regional e local. Em alguns momentos utilizamos folhetos que abordavam acontecimentos locais pela abrangência dos registros e pela repercussão que os mesmos tiveram para além das fronteiras locais.

É intuito pensar a cultura política visando a possibilidade da desconstrução desta visão que insiste em estereotipar o povo brasileiro apresentando-o de forma infantilizada ou vitimizada na tentativa de imbecilizá-lo, fazendo criar e reproduzir a imagem do povo como alienado, sem consciência política ou que é facilmente manipulável. Colocamos, portanto em suspeição o estigma e estereótipo, construído ao longo da história, sobretudo a respeito dos grupos menos favorecidos, que afirmam que o povo é indiferente, inconsciente e assiste a tudo de forma bestializada.

Ao adentrarmos no universo da cultura política brasileira, tendo como fonte de pesquisa o Cordel, procuramos inicialmente escrutinar e aprofundar conceitos e categorias, pois à medida que a temática era discutida, conceitos e categorias pediam o seu intercurso

pelos caminhos a serem percorridos, no intuito de oferecer suporte e fundamentação aos estudos desenvolvidos. Para escrever utilizamos alguns conceitos que nortearam a nossa produção tal como: política, cultura, cultura política, representação simbólica, sociedade do espetáculo, cenário de representação política, burla, carnavalização, polifonia, polissemia, dominação. Estas categorias e conceitos são temas permanentes no universo da pluralidade de saberes acadêmicos que estão longe de serem estabelecidos como prontos e acabados. Diante das intensas discussões e debates que se travam em torno destes conceitos, definições e categorias, somos levados de maneira relativista a optar por definições que se aproximam das indagações levantadas. Não pretendemos exaurir os conceitos e categorias aqui arrolados, haja vista que, as mesmas estão muito distantes de se apresentarem como conclusivas e fechadas.

Não obstante as outras ciências humanas também definirem o que vem a ser cultura, optamos aqui por discorrer sobre cultura numa perspectiva antropológica. Em Antropologia, cultura significa tudo o que o ser humano produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Se o contato com o mundo é intermediado pelo símbolo, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo. Por opção teórica em meio às discussões e paradigmas que norteiam o conceito de cultura optamos por adotar o pensamento do antropólogo Clifford Geertz (1978). A grande contribuição vinculada ao conceito de cultura proposta pelo citado autor, aponta que a cultura é caracterizada como sendo um sistema de símbolos e significados partilhados pelas pessoas que convivem num determinado sistema cultural.

Em suma, na esteira de Geertz:

o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto não como uma ciência experimental

em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 1978, p.15).

Partimos do pressuposto de que é possível haver uma correlação entre a instância política e a dimensão cultural, em que questões como valores, crenças, atitudes, linguagem e imaginário são essenciais para compreender as ações políticas e os fenômenos relacionados à disputa de poder, os eleitores, os partidos, o voto e as práticas políticas em geral.

Conceituar cultura política não se constitui em tarefa fácil, aliás, nas ciências humanas e sociais os conceitos são quase sempre polissêmicos, portanto é natural admitir a existência de mais de um significado para a mesma expressão ou categoria. Embora a cultura política seja objeto de amplo estudo em nossos dias, o seu conceito e seu espaço de saber, “originam-se” por volta da década de sessenta do século XX. A cultura política, apesar de ser um campo relativamente novo de estudos, sempre foi temática das ciências sociais e conseqüentemente, sempre esteve em evidência:

[.] embora já estivessem presentes, no horizonte da política clássica desde os estudos de Platão, Aristóteles e Sócrates a preocupação com a capacidade política dos cidadãos e o seu papel na sociedade, os debates que surgem na década mencionada começam a ser pautados por uma nova perspectiva de análise, e possibilita o surgimento de uma nova área de estudo, qual seja a da política comparada empírica (BAQUERO, 2001, p.4).

Inicialmente os estudos de cultura política estavam identificados com a estabilidade democrática e as condições culturais para estabelecimento da democracia tendo como referência o sistema político norte-americano, em oposição ao socialismo soviético. O objetivo seria justificar a compreensão da supremacia

da sociedade norte-americana como paradigma a ser seguido e também para promover e justificar a política beligerante dos americanos, no período da Guerra Fria. Gabriel Almond observa que: “o termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública”. (ALMOND; VERBA, 1989, p.12). Buscava-se assim caracterizar o que seria a cultura política de um país definida segundo Almond como: “[.] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND; VERBA, 1989, p.13).

Os historiadores franceses no início dos anos 90, dão sua contribuição na construção do conceito. Os franceses tomaram como referência a contribuição norte-americana, mas ao contrário dos cientistas sociais americanos, muito influenciados pela sociologia e psicologia, eles têm sua maior inspiração na antropologia de onde se apropriam do conceito de cultura. Eles formularam outra maneira de conceber cultura política tomando como referência duas críticas principais ao modelo americano:

[.] primeiro, rejeitaram suas implicações etnocêntricas, pois ficava implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura política cívica (ou democrática) considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política; segundo, entendiam ser inadequada a perspectiva nacional, tida como excessivamente generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política (MOTTA, 2009, p.20).

Na contramão da percepção americana, os franceses optaram por enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, dentro do prisma que privilegia a “pluralidade das culturas políticas”. Ou seja, ao invés de procurar por uma

cultura política específica de cada povo, ou tentar encaixar as diversas experiências nacionais na tipologia de Almond e Verba (cultura paroquial, cultura das sujeições ou cultura participativa), buscaram identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam o mesmo espaço nacional. Portanto se privilegia o estudo das culturas políticas comunista, socialista, liberal, conservadora, republicana, entre outras.

Relativizando a bipolarização em torno do conceito de cultura política, fez-se necessário no século XXI, em face das novas configurações geopolíticas adotarem uma posição mais nuançada sobre o tema que inclui aspectos da teoria americana e francesa. O historiador Rodrigo Motta defende essa relativização nos usos do conceito levando como consideração a incursão americana e francesa no debate da cultura política ao defender: “Penso que não há razão para opor os dois modos de aplicar o conceito, quer dizer, a versão no singular (cultura política nacional) e a versão plural (culturas políticas disputando e tentando ocupar o mesmo espaço)” (MOTTA, 2009, p.21). É possível construir um ou vários conceitos acerca da cultura política, ainda que os mesmos não contemplem todas as situações engendradas no mundo dinâmico e dialético das práticas políticas. Utilizando-se da influência das correntes de pensamentos já mencionadas, Rodrigo Motta define cultura política como sendo:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p.21).

Convém observar que, não obstante haverem muitas concepções de cultura política, não nos deteremos em seu conceito, haja vista que as muitas contribuições e discussões em torno do

conceito têm de certa forma tornado o mesmo complexo, sofrendo assim muitas variações, optaremos mais por um viés dimensional amplo que possibilite abranger a realidade analisada, conforme a observação feita por Freitas:

A expressão Cultura Política, sob o enfoque dos diferentes autores que a discutem, não diz respeito a uma teoria, mas a um grupo de dimensões que podem ser usadas na construção de teorias ou a uma categoria de análise que pode ser adequada em abordagens específicas que melhor contextualizem o objeto de estudo pretendido (FREITAS, 2008, p.48).

Pensar a cultura política é pensar a política à luz da cultura, os usos que ela tem; os significados, as apropriações, as representações de como a mesma vai ganhando certo *ethos* local, regional e nacional a partir dos costumes, do cotidiano e dos rituais encenados pelos próprios indivíduos, sejam eles na condição de eleitor, de candidato ou de simples cidadão. São os indivíduos enquanto atores sociais que constroem essa cultura, ela não surge sozinha enquanto construto teórico. São os atores sociais que constroem o “jeito” de fazer política. Na busca de analisar a cultura política construída no imaginário popular, utilizando como fonte a Literatura de Cordel, fizemos uma incursão pela história do Brasil, desde o início da República, período em que os poetas discorreram em seus versos sobre a política, destacando o que se pensava acerca da participação popular, o coronelismo, o clientelismo a política dos governadores, partidos, ditaduras, candidatos, eleições, voto e a corrupção.

No Brasil, se convencionou pensar que o povo quase sempre esteve alienado dos processos de construção da política, aliás, quando se tenta reconstituir a história da cidadania brasileira se diz que ela foi ausente, pois quando os portugueses aqui aportaram, eles já trouxeram “tudo pronto”: leis, instituições, administração, só faltava um povo. Vários estudiosos entre os quais Alberto Torres (1933), Gilberto Amado (1968), Hermes Lima (1945) e

Louis Couty (1881) chegaram a negar a existência de cidadãos no Brasil. A história oficial tratou de apresentar o povo brasileiro como sendo “dócil”, ingênuo, cordial e que sempre confiou seu destino político nas mãos de heróis e mitos que, tal como um pai, os conduziria pelo melhor caminho sem que fosse preciso a participação popular. Ainda que discordemos dessa maneira de conceber a política, não podemos nos apressar e condenar esse pensamento como sendo infundado e ingênuo, pois encontramos suas raízes também no pensamento grego, onde se advogava que a sociedade deveria ser governada por filósofos ou homens dotados de qualidades que os aproximavam de um deus, um herói, um mito. Roger Gerárd Schwartzberg registra as origens desse paradigma no seu livro “O Estado Espetáculo” ao formular que:

Xenofonte já fazia a apologia do chefe e o elogio do herói. Daquele que impõe o respeito. Da sua ascendência. Por sua superioridade, perceptível até para o comum dos mortais. Em *A política*, Aristóteles reconhece a situação excepcional do gênio. Para certo indivíduo supereminente que se impõe sem contestações como senhor absoluto, como um “deus entre os homens” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.20).

A luz do imaginário popular e da memória coletiva que predominou em grande parte na cultura política, é claramente perceptível a esperança que dias melhores viriam através de um “salvador da pátria”, de um generoso pai e herói que cuidasse do povo e lhes salvasse das mazelas sociais apontando assim novos caminhos e esperança de dias melhores. Os governantes imaginado pelo povo, para gerir seus destinos, eram caracterizados por serem homens competentes, corajosos, carismáticos e com grande espírito paternal que cuidaria do povo como se este fosse de sua própria família.

CAPÍTULO I

LITERATURA DE CORDEL: UMA TESTEMUNHA POÉTICA DA CULTURA POLÍTICA DO BRASIL



A Literatura de Cordel, sendo uma produção cultural popular, traz em seu cunho representativo as múltiplas visões de mundo do imaginário coletivo, através dos folhetos, que contemplam temáticas que englobam o universo imagético do povo da região Nordeste e do Brasil. Neste universo multicultural o poeta se dedicou a informar, comentar e representar os fatos políticos e sociais ocorridos em sua época, com tanta maestria e fidelidade que o poeta durante algum tempo, recebeu os créditos de ser o repórter do povo, e o folheto, o jornal do povo. O Cordel ganhou o mundo pela criatividade e engenhosidade de nordestinos que versaram sua terra e suas experiências talhadas no cotidiano rural e depois urbano. O Cordel contribuiu também como entretenimento e fonte histórica que nos permite pesquisar e analisar acontecimentos políticos e sociais que ganharam notoriedade no Brasil. O Cordel além de se constituir em uma crônica e testemunha política do seu tempo, deixou também um registro de resistência e evidências de forma direta ou entrelinhas que nem sempre o povo “rezou na cartilha dos poderosos”. Submeter-se aparentemente às circunstâncias impostas não implica afirmar que os atores sociais concordam com as mesmas e por isso não manifestem de alguma forma de resistência

a dominação. Os poetas em seus versos deixaram marcas da resistência popular às várias formas de dominação sejam elas de ordem política, cultural ou religiosa, tal como observa Proença (1976) ao defender que:

[.] o povo às vezes, adapta-se para poder sobreviver, recolhe as migalhas da mesa dos poderosos e neste recolher assegura a condição de sua liberdade compreendida como espaço de luta. Neste espaço o Cordel e sua indestrutibilidade torna-o, a um tempo, objeto inesgotável de injustiça e terreno fértil de libertação (PROENÇA,1976, p.64).

O estudo da cultura política através do Cordel nos possibilitará confrontar o pensamento que defende a aparente indiferença e alienação do povo brasileiro com relação às práticas políticas correntes desde o início da República no Brasil. Veremos assim que o povo brasileiro não assistiu aos acontecimentos políticos totalmente “bestializados”, conforme atesta a pesquisadora Ivone Maya, quando defende que:

[.] ao contrário do que reza a tradição historiográfica, não foi total o “emudecimento” do povo no contexto da Primeira República. Na voz rústica do poeta sertanejo esboçou-se senão um protesto, pelo menos a revelação de que aquele povo tinha consciência do fosso profundo que o separava de suas elites e da irremediável injustiça de sua situação (MAYA, 2012, p.14).

Analisando os folhetos escritos desde a República Velha até os nossos dias, percebemos um registro diferente do que foi propagado pela história oficial. Os folhetos evidenciam que o povo não era “bestializado”, nem pacífico e apático, como se tentou fazer acreditar. O poeta registrou através de sua verve poética um

povo forte e combativo, que aparentemente se encurvara diante dos que o dominavam, mas que na verdade quase sempre ofereceu resistência através de suas estratégias e astúcias, aqueles que pensavam estar se tratando de um povo subserviente e facilmente manipulável. O poeta com seus versos traz à luz o povo, como partícipes e construtores de suas histórias. Ele registrou os anseios do povo, sua resistência ainda que sutilmente, a dominação que se impunha sobre ele. O poeta em sua maioria não foge à luta, faz-se interlocutor e também partícipe dos movimentos de contestação, informando e por vezes sendo “a voz do povo” em suas reivindicações, onde geralmente ele não consegue ficar distante, neutro ou apático pelo contrário ele se torna parte da voz, do “gemido” e da ação popular, tal qual observa Vicente Salles ao afirmar:

Diante dos acontecimentos, o poeta não consegue se manter equidistante. Este elemento de “participação” é importante até mesmo quando ele se esconde sob pseudônimos, ou simplesmente entrega ao público seus folhetos anônimos, refletindo, em qualquer caso a forma de participação consequente como catalizador - e de certo também formador - da opinião pública (SALLES, 1985, p.221).

Durante muito tempo a voz poética foi ignorada pelos detentores do poder e que escreveram a história e ofereceram suas interpretações omitindo a participação e interesse popular pelos acontecimentos políticos e em movimentos de contestação contra a ordem vigente. O silêncio em relação à participação popular se fez presente na história tentando apagar da memória movimentos populares de cunho contestatório, tais como: Ronco das Abelhas⁵

5 Foi um movimento de insurreição contra a medida do governo imperial que propunha através dos decretos nº 797 e 798 um censo geral e adoção do registro de nascimento e de óbito feitos em cartórios (anteriormente esse registro era feito pela igreja católica). A população não foi devidamente informada da

(1851-1852) e “Revolta” de Quebra-Quilos⁶ (1874) e a “Revolta” das Mulheres⁷ (1875) ocorridas no interior do Nordeste. O silêncio e a omissão da história oficial com relação a esses movimentos não conseguiram apagar a participação popular neles contida. O Cordel, a semelhança destes movimentos populares foi ignorado por muito tempo, porém as centenas de títulos de folhetos e suas publicações espalhadas por todo o Brasil denunciam a sua existência e a sua resistência enquanto produção cultural popular.

lei interpretando que a mesma tinha como objetivo recrutar-los para a escravidão. A população foi insuflada pelos padres que alcunharam o registro civil de “papel de satanás”, o que aumentou a tensão. O movimento ocorreu nos estados da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Ceará, onde centenas de pessoas invadiram os cartórios e queimaram todos os papéis e móveis. O barulho feito pelos sediciosos lembrava um enxame de abelhas por essa razão recebeu o nome de “Ronco das Abelhas”. O movimento foi reprimido pelas forças policiais do Império que recuou e suspendeu os decretos de nº 797 e 798 (GURJÃO; LIMA, 2004, p.68-71).

- 6 Movimento popular de insatisfação contra os altos impostos, adoção de novo sistema de pesos e medidas, entre outros motivos. O movimento começou no interior da Paraíba e espalhou-se por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. A população revoltada invadiu as feiras negando-se a pagar o imposto do chão (pagavam para colocar a mercadoria em qualquer lugar) quebrando os novos pesos e queimando os arquivos dos cartórios. O governo como sempre reprimiu com violência o movimento (MELLO, 2008, p.121-123).
- 7 Movimento de insatisfação popular contra a aplicação da nova lei de recrutamento militar de 1874, onde a população temia ser que esta fosse uma nova forma de escravização. O movimento contou principalmente com a participação das mulheres que temiam ficar sem seus maridos e sem o pai dos seus filhos e também de seus filhos, caso estes viessem a ser recrutados pelo governo Imperial. Grupos de mulheres em sua maioria invadem as igrejas, rasgam os editais e exemplares da lei, destroem móveis e utensílios e partem ameaçando voltar. O movimento ocorreu na Paraíba, Ceará, Rio grande do Norte , Alagoas e Bahia (MONTEIRO, 1981, p.71-73).

LITERATURA DE CORDEL: O ECO DA IMPRESSÃO POPULAR

A Literatura de Cordel é assim chamada pela forma como eram vendidos os folhetos, sobretudo em Portugal, onde eram “pendurados em cordões⁸”, no Brasil geralmente os folhetos eram comercializados a partir da exposição em bancas nas feiras e no chão e eram popularmente conhecidos como folhetos. A sua origem é defendida pela maioria dos estudiosos como sendo portuguesa, tendo migrado para o Brasil a partir dos séculos XVI e XVII trazidos pelos colonizadores que se instalaram no Nordeste do Brasil. No Brasil passou a ser chamada de Literatura de Cordel a partir da década de 60 do século XX, quando estudiosos estrangeiros e brasileiros despertaram para a importância que a mesma tinha, porém alguns estudiosos a chamam de Literatura Popular Narrativa Impressa, por ter sua origem ligada à tradição oral dos repentistas e cantadores sendo inicialmente oral e depois escrita em folhetos. Outros a denominam de Literatura de Folhetos Nordestina por acreditarem que embora tenha sofrido influência europeia (principalmente de Portugal) ela tenha características genuinamente brasileiras, tendo, portanto sua origem, desenvolvimento e aperfeiçoamento se dado na região Nordeste. Foi na região Nordeste, mais precisamente na Paraíba que o Cordel foi irradiando-se para outras regiões do País por meio de poetas que migravam levando consigo a arte de versar. Esta atividade literária adquiriu características próprias no Nordeste brasileiro, muito provavelmente pelas condições da região, que fazem dela, até nos dias atuais, um foco especialmente rico em manifestações culturais populares. Foi nesse ambiente sociocultural que floresceu o Cordel brasileiro por razões que Manuel Diégues defende:

8 Há controvérsias com relação à nomenclatura de Literatura de Cordel, pois alguns estudiosos entre eles Arnaldo Saraiva defendem que os folhetos em Portugal não eram expostos em cordões.

[.] por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia da região cultural. Fatores de formação social contribuíram; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p.14).

Foi comum, entre pesquisadores, se dizer que a origem e caracterização da literatura de folhetos nordestina estiveram umbilicalmente ligadas a Portugal. Foram uníssonas as vozes dos estudiosos, que afirmavam a “incontestável” origem portuguesa do folheto nordestino, que herdou nos meios acadêmicos pós década de 1960 a alcunha portuguesa de Literatura de Cordel. Até a década de oitenta do século XX, era quase que consensual, entre os estudiosos, apontar a que a sua origem estaria ligada à Península Ibérica, ainda que não houvesse nenhum estudo aprofundado que provasse essa origem, e que a mesma seria uma versão nordestina do Cordel português. Esta suposta origem é relatada a citar, por exemplo, Sílvio Romero que escreveu em 1888: “A literatura ambulante e de Cordel no Brasil é a mesma de Portugal” (ROMERO, 1977, p.257). Manuel Diégues Júnior também defende esta hipótese ainda que não prove quando diz que “A presença da Literatura de Cordel no Nordeste tem raízes lusitanas; veio-nos com o romanceiro peninsular, e possivelmente começam esses romances a serem divulgados, entre nós, já no século XVI, ou, no mais tardar, no

XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens” (DIÉGUES JÚNIOR, 1986, p.31).

Todo este castelo de certezas da origem lusitana do Cordel começou a sofrer abalos em sua estrutura, a partir dos estudos da professora Márcia Abreu, que desde 1982 questionava-se quanto a esta origem. Márcia Abreu debruçou-se a pesquisar no Brasil e em Portugal a possível lacuna deixada pelos estudiosos no assunto que davam como certa a originalidade lusitana, sem, apresentarem argumentos sólidos que fundamentassem a tese defendida. Márcia Abreu deixa claro sua intenção de oferecer outra possibilidade de interpretação e questiona as afirmações dos estudiosos quando formula que:

[.] o objetivo deste estudo é confrontar duas produções culturais frequentemente associadas: a literatura de cordel portuguesa e a literatura de folhetos do Nordeste do Brasil. A primeira tem sido apresentada como fonte, origem ou matriz principal da segunda. Apesar do equívoco da hipótese, da falta de estudos sistemáticos ou de análises comparativas que buscassem demonstrar tal vinculação, avolumam-se os textos em que ela é sugerida ou afirmada [.] (ABREU, 1999, p.15).

A autora defende que é um equívoco trabalhar com a hipótese de que a Literatura de Cordel portuguesa é “fonte, origem ou matriz” da literatura de folhetos nordestina. Apesar de que alguns estudiosos têm frequentemente estabelecido uma relação de dependência entre a produção nordestina e lusitana, outros concordam em haver “adaptações”, “recriações”, “transformações” e/ou “desdobramentos”, resultado da “fusão entre a literatura popular ibérica e a prática dos poetas improvisadores”.

A literatura de folhetos nordestina é na visão da citada autora bem delineada e uniformizada em suas características, o

que difere da Literatura de Cordel portuguesa que não possui essa uniformidade. A autora passa, então, a explicar o processo de constituição dos folhetos nordestinos, que tem sua origem em finais do século XIX, até 1920, “período no qual se definem as características fundamentais dessa literatura, chegando-se a uma forma canônica” (ABREU, 1999, p.73).

Segundo a autora, as impressões dos folhetos retratam a memória de um povo, onde a marca fundamental seria “o caráter fortemente oral dessa produção, tanto no que tange à composição, quanto à transmissão” (ABREU, 1999, p.74). É atribuído ao paraibano da cidade de Teixeira, Agostinho Nunes da Costa (1797-1858), o título de fundador desta tradição de cantadores. Agostinho que viveu na Serra do Teixeira, com seus filhos formou o “Grupo do Teixeira”, que foram os responsáveis pelas primeiras composições conhecidas, e Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, que apesar de não serem cantadores, faziam parte do grupo e foram os pioneiros da impressão de folhetos. Os cantadores também conhecidos como violeiros ou repentistas apresentavam-se nas fazendas ou sítios podendo ser também em lugares públicos, onde geralmente em dupla realizavam um desafio entre si, demonstrando todo seu dom poético e conhecimento para derrotar o seu adversário. Muitas vezes ocorria de o cantador depreciar de forma preconceituosa o seu adversário. Em outros momentos os cantadores eram contratados para apenas divertir os seus ouvintes.

O Cordel lusitano contribuiu com o Cordel brasileiro com sua forma de rimas em quadras setissilábicas conhecidas como ABCB, onde o segundo verso rima com o quarto, ainda que grande parte do Cordel português seja escrito em prosa. Porém no Brasil os poetas ampliaram para sextilhas setissilábicas ABCBDB onde cada linha da estrofe contém sete sílabas métricas e o segundo verso da estrofe rima com o quarto e sexto verso respectivamente. Os poetas compuseram estrofes com 8, 10 e até 12 versos, porém

a forma mais comum e usual no Cordel brasileiro foram as sextilhas setissilábicas, conforme atesta Luyten ao defender que: “[.] na parte impressa, na literatura de cordel propriamente dita, mais de 80% vem em forma de sextilha” (LUYTEN, 2005, p.55).

Essas contribuições foram essenciais para a conservação da memória, arquivo histórico disponível em culturas de tradição oral. Por isso a cantoria é utilizada como recurso, para que não se percam as tradições peculiares de cada povo. No Nordeste essas características das cantorias já estavam definidas na década de vinte, o que as fizeram permanecer até nossos dias. A oralidade poética ganhou o caráter impresso em meados do século XIX, sendo atribuído a Leandro, que crescera em Teixeira-PB ouvindo e deleitando-se nos cantadores, o pioneirismo sistemático da publicação, que embora escrevesse desde 1889 passa a editá-los e imprimi-los a partir de 1893 no Recife-PE. Ao tempo em que Leandro começa a publicar já existiam na Serra de Teixeira-PB dois cantadores que escreviam e cantavam ao som de suas violas conhecidos por Germano da Lagoa e Silvino Pirauá, o que não se sabe, porém é se eles imprimiram seus folhetos, pois as primeiras cópias de suas produções foram editadas por Leandro em 1898. O poeta e pesquisador José Alves Sobrinho tomando como referência o ano de 1898 nos informa sobre as primeiras publicações do Cordel brasileiro observando que:

Foi este, pois, precisamente o ano em que Silvino Pirauá Lima chega a Recife, oriundo do sertão paraibano. Lá encontra Leandro e a ele vende os direitos autorais de suas obras. Há quem diga até que o primeiro folheto publicado por Leandro foi *Zezinho e Mariquinha*. Não tenho como provar o contrário. O que sabemos verdadeiramente é que Leandro foi o primeiro poeta a publicar folhetos no Nordeste (SOBRINHO, 2003, p.22).

Em 1902 o poeta Francisco Chagas Batista publica em Campina Grande-PB o folheto **Saudade do Sertão** de sua autoria. Em 1909 Francisco Chagas Batista em sociedade com seu irmão Pedro Batista Bandeira (que era genro de Leandro) fundam em Guarabira-PB uma tipografia e começam a imprimir folhetos de Leandro e de outros poetas. A partir de então se espalham as tipografias pelo Nordeste e Norte do Brasil editando e conservando parte da memória cultural do Brasil.

Contrariando a tradição européia, o Cordel no Brasil surgiu da perspectiva e temática do povo e não da nobreza, e também nossa origem é primeiramente oral e a portuguesa a partir da escrita. Diferentes dos cordéis portugueses que falam sobre os nobres, os nordestinos possuem uma crítica social do cotidiano, demonstrando sua indignação à sua condição precária de vivência. A preocupação social é aflorada nos cordéis nordestinos, sendo associados a ela “a maldade, a riqueza, a integridade e a pobreza”. Os folhetos conservaram o enredo lusitano, porém modificaram os textos transpondo-os “da prosa para o verso”, fazendo rimar apenas a história. Essas e outras características arroladas pela citada autora, no quadro abaixo, nos fazem refletir sobre a originalidade do nosso Cordel, sem, contudo, negar a influência e contribuições ibéricas:

Portugal	Brasil
1. Adaptadores de textos de sucesso.	Autores que viviam de compor e vender seus versos.
2. Os textos dirigiam-se ao conjunto da sociedade.	Autores e público pertenciam às camadas populares.
3. As matrizes das quais saíam os cordéis pertenciam à cultura escrita.	Os folhetos guardavam fortes vínculos com a tradição oral.
4. Temas eram vidas de nobres e cavaleiros.	Temas eram o cotidiano nordestino.
5. Os editores trabalhavam com obras de domínio público.	Poetas eram proprietários de sua obra podendo vendê-las.

6. Não há qualquer constância quanto ao gênero: abarcam autos, pequenas novelas, farsas, contos fantásticos, moralizantes, histórias, peças teatrais, hagiografias, sátiras, notícias etc.	Rimado e versificado em sextilhas ou setilhas com métrica pura.
7. Quanto à forma pode ser escrita em prosa, em verso ou sob a forma de peça teatral.	Escrita totalmente em versos.
8. Vendidas a partir da exposição em cordéis.	Vendidas a partir da exposição em bancas nas feiras e no “chão”.

(ABREU, 1992).

Doravante chamaremos a Literatura de Folhetos Nordestina de Literatura de Cordel, para assim atender á convenção que a tornou conhecida no mundo acadêmico. O Cordel se constitui em uma das manifestações que, de forma “transparente”, expressa a memória coletiva, através dos valores e padrões que constroem seus sistemas de sentidos e significados. Os “maiores ícones” do Cordel eram todos nordestinos⁹, a citar como exemplo: Leandro Gomes de Barros (Pombal-PB), Francisco das Chagas Batista (Teixeira-PB), Silvino Piraúa (Patos-PB) João Martins de Athayde (Ingá-PB), João Ferreira de Lima (São José do Egito-PE), Manoel D’Almeida Filho (Alagoa Grande-PB), Rodolfo Coelho Cavalcante (Rio Lardo-AL) e José Pacheco (Porto Calvo-AL).

Constitui-se em uma tarefa difícil classificar tematicamente a Literatura de Cordel, pois os poetas demonstraram ao longo do tempo extrema habilidade em versar uma infinidade de temas.

9 Orígenes Lessa corrobora com nossa afirmação dos poetas serem tradicionalmente nordestinos defendendo que: “Á essa tradição prende-se diretamente a presente literatura popular que, apesar de encontradiça por todo o Brasil, é tipicamente nordestina, porque dessa região do País vem os maiores autores e é lá que alcançou ela o seu desenvolvimento mais alto” (LESSA, 1973, p.21).

Entre a vasta e profícua temática versada no Cordel, os poetas propalam temáticas diversas tais como: religiosidade, amor, honra, bravura, como também temas circunstanciais, tirados do dia-a-dia como: seca, enchentes, lutas políticas, crimes e façanhas. O poeta, sendo em sua maioria nordestino e homem do povo constitui-se assim, tal como um catalisador da representação do imaginário popular e da visão de mundo do povo, utilizando-se do folheto para propagar assim os “conceitos e os pré-conceitos” populares em suas práticas sociais e culturais.

O folheto é geralmente impresso em papel jornal, medindo de 15 a 17x 11 cm, com número variado de páginas, sempre múltiplas de quatro. O número de páginas obedece ao conteúdo: 8, 16, 24, 32, 48 e até 64 páginas. Os folhetos que tratam de notícias são os menores geralmente com 8 páginas. Os romances vão de 16 a 64 páginas. Era comum também um folheto de 24, 32 e 48 páginas conterem várias histórias num só folheto. Alguns poetas escreviam também grandes romances em vários volumes, onde as histórias eram interrompidas quando chegavam ao clímax com a indicação de: “continua no próximo folheto”, numa tentativa de garantir a venda do próximo folheto e fidelizar o comprador. A capa inicialmente trazia apenas o nome do autor e título e quando muito um arabesco e na contra-capa vinha o endereço do autor. A capa que não continha ilustração era conhecida como capa cega. Posteriormente por volta de 1930, os folhetos passaram a ser ilustrados com clichês de artistas de cinema ou de cartões postais, bem como desenhos. Na década de 1940 o folheto passa a ser ilustrado com xilogravura¹⁰, gravura em madeira, onde os xilógrafos

10 Xilogravura é uma palavra oriunda do grego *xilon* (madeira) e *graphein* (gravur) traduzida por escrita ou gravura, indicando ser a arte de escrever ou desenhar na madeira para fins ilustrativos. No Brasil os xilógrafos utilizam tacos de madeira (umburana, jatobá, casca de cajá-mirim, cedro ou até mesmo pinho) de qualquer tamanho, formato geralmente retangular para desenvolver sua arte. A imagem xilográfica é talhada em madeira pelo gravador matuto com uma

desenham na madeira usando da sua criatividade, expressam na capa parte ou essência do folheto, conforme atesta o pesquisador Ribamar Lopes ao observar que: “[.] a técnica milenar chinesa de produção e reprodução de imagens estabeleceu-se no Nordeste como um novo e extraordinário meio de expressão da cultura de um povo” (LOPES, 1982, p.60). A xilogravura vem a ser um texto não verbal que expressa o tema do folheto de forma ilustrada. A xilogravura continua a ilustrar a capa dos folhetos, sendo, portanto, representação artística do pensamento popular acerca dos acontecimentos arrolados nos folhetos. A capa com a xilogravura tornou-se muito mais que uma simples ilustração, tornou-se uma arte onde os xilógrafos conseguem expressar de forma nítida com esteticidade, ironia e sátira o conteúdo dos folhetos. O uso da imagem na capa do folheto denuncia de forma subliminar a memória coletiva, aquilo que muitas vezes se encontra no recôndito do ser coletivo e que dá-se a conhecer pela inspiração do artista ao produzir a xilogravura, contribuindo para tornar explícito o que estava implícito tal qual defende Pêcheux (1999, p.51) ao dizer que imagem é um “operador de memória social”.

A engenhosidade das xilogravuras quando estas tratam da temática política podem até ser comparadas com as charges por conter também humor político e crítica social. As capas dos folhetos com a xilogravura se tornaram assim parte do espetáculo da arte do Cordel sendo considerado um atrativo à parte, conseguindo assim atrair consumidores para o folheto e transmitir em madeira a mensagem do folheto, conforme defende Luyten ao referir-se á xilogravura: “Uma das coisas que mais chamam atenção, ao observar um folheto é a capa. Frequentemente, ela apresenta uma gravura, quase sempre um tema condizente com o conteúdo do livreto” (LUYTEN, 2005, p.55).

tesoura de uma perna só; banda de gilete, quicé (faca de cortar fumo) formão ou canivete afiados para abrir os sulcos e deles tirar as crenças e tradições [.] (LOPES, 1982, p.58).

O POETA COMO MEDIADOR

O poeta é visto como um representante do povo que se torna um canal para manifestar as reivindicações, protestos e anseios do público alvo de seus folhetos, pois é necessário que o poeta conheça a realidade do seu público para que possa com ele identificar-se e traduzir o pensamento coletivo. O poeta é percebido pelo povo como um porta-voz dos seus anseios, como alguém com muito talento e habilidade que absorve o conhecimento e a informação e repassa de forma poética para o povo. Como veículo de informação o Cordel, contando com o talento rítmico do poeta continua até os dias atuais cumprindo seu papel de informação, denúncia e reivindicação, dentro dos limites de sua atuação, tal qual observa Luyten:

[.] Hoje, é, portadora, entre outras coisas, de reivindicações de cunho social e político. Não somente para os nordestinos e descendentes, mas para todos os habitantes do Brasil. Por isso ela continua importante, pois os poetas populares, por meio dela, mostram a verdadeira situação do homem do povo (LUYTEN, 2005, p.70).

É evidente que o poeta está identificado com sua classe enquanto homem do povo, vivenciando os dilemas que o atingem e levantando geralmente as mesmas bandeiras que esse mesmo povo defende, fazendo-se ele porta-voz dos anseios populares, denunciando os desmandos políticos e injustiças sociais. O poeta oriundo do povo que consumia os seus folhetos falará na linguagem deste mesmo povo e tematizará em seus versos o que circula entre eles e principalmente o que o agrada, pois o poeta produz com o fim de comercializar o folheto e sabe que para vender seus folhetos faz-se necessário que ele agrade ao seu público. O poeta geralmente veicula em seus folhetos informações e opiniões,

usando como parâmetro o pensamento da memória coletiva, ou seja, o poeta se apresenta como portador da voz e do imaginário de seu povo:

É lógico que o escritor de folhetos, por ser de origem popular, tenderá a escrever seus poemas para seu meio adequado - o povo. Ele vai tratar dos assuntos todos sob o ponto de vista comum ao seu meio. Se tratar de religião, por exemplo, vai escrever sobre as coisas da forma como ele e seus leitores estão acostumados a tratar do assunto (LUYTEN, 2005, p.46).

O fato do poeta explorar uma temática que “vendia muito” e agradava ao seu público não implica no fato de que o mesmo tivesse alguma predileção pelo tema. Havia poetas engajados com a temática, mas também havia os que não gostavam e apenas o faziam porque era um tema atrativo e que lhe proporcionava lucro. Podemos citar como exemplo o poeta Francisco Chagas Batista, quando este deixa claro em seus folhetos que, mesmo a “contragosto” dedica grande parte da sua obra a escrever sobre a política, pois a exploração do tema “vendia bem”. Francisco explicita sua antipatia no folheto de título **Resultados da revolução do Recife**, onde podemos perceber essa tendência de alguns poetas de entre outras razões, escreverem sobre política para agradar a seu público, ainda que pessoalmente, não sejam simpáticos à temática:

Do que chamamos política
Sou um gratuito inimigo:
Ao larápio civilista
Nem amarrado não sigo!
Militarista não sou
Porque a ninguém persigo.

Sou inimigo da política
Porém vivo de escrever,
Por isso sigo o assunto
Que mais dinheiro render;
Meu lema é: independente
Na sociedade viver.
(BATISTA, 1912, p.11).

A temática política recebe grande destaque por parte dos poetas que seguindo a tradição deixada por Leandro, abordam o tema quase sempre de forma satírica e irônica, demonstrando assim a partir da forma como tratam a política que os mesmos não estavam tão alheios e subservientes aos desatinos políticos de suas épocas. A sátira e a ironia por si só já trazem elementos de discordância, de vozes entrecruzadas e polifônicas que apontam para múltiplas interpretações, como se os mesmos quisessem de alguma forma transmitir uma mensagem para além do escrito. É significativo o fato de que talvez a temática onde se fez mais o uso da ironia e sátira no Cordel tenha sido o tema da política, tal qual defende Manuel Diégues:

Devido a temática, esta porção da poesia é a mais satírica e a mais brusca no tom. E assim é porque os problemas sérios do Nordeste são aí representados. Naquela época o povo sofria de toda espécie de misérias - os efeitos das secas, os impostos e o alto custo da vida, a falta de justiça devido a corrupção na política regional (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.289).

A sátira e ironia utilizadas pelos poetas na exploração de temas de cunho social evidenciam o caráter polifônico e polissêmico do Cordel que nos possibilita compreender que os versos escritos apontam para além de uma simples tentativa de divertir e entreter o seu público alvo, mas também de protestar, reivindicar, alertar e de certa

forma participar da realidade social, defendendo as causas populares e denunciando os desmandos e mazelas sociais da época. Os poetas assim escrevendo não apenas descrevem a realidade social, mas se arvoram como comentaristas da mesma e até mais que comentaristas, tal qual evidencia Diégues Júnior ao defender que:

Por meio de várias formas de sátira, sejam o sarcasmo, a ironia, a paródia, a imitação exagerada, o poeta chega a ser mais que simples comentarista. Torna-se sagaz, jocoso, e, num sentido, um ótimo poeta popular. Assim é que nós julgamos o comentário social uma das funções principais do poeta popular, uma contribuição a Literatura de Cordel. Também um modo de compreender o povo [...] (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.276).

O termo que mais se coaduna para a função do poeta popular enquanto escritor identificado com as camadas populares que consomem seus folhetos, e que consegue de certa forma interpretar os seus anseios é o de mediador, pois o poeta fazendo uso de seus discursos no Cordel coloca-se entre as informações e acontecimentos traduzindo e interpretando para o seu público consumidor. O poeta é parte do público que ele representa sentindo-se na obrigação de identificar-se com suas causas e anseios quando no exercício do seu ofício poético, tal qual defende Diégues Júnior:

É evidente que o poeta popular não foge da discussão de problemas sociais. Ao contrário sente-se obrigado a buscar os temas que vão fornecer a realidade do momento a sua obra. Como já foi dito, ele acredita que, além de ser poeta, é também instrutor e pequeno repórter do povo. Ele representa o povo (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.274).

Esse poeta mediador embora identificado com a causa popular e com o povo em geral, usa de individualidade e inventividade para interpretar e ressignificar os acontecimentos, dando assim um requinte pessoal na exposição rimada dos acontecimentos. O poeta enquanto sujeito nem sempre veicula um discurso unívoco e homogêneo. O sujeito que enuncia o faz de um lugar social, funcionando como porta-voz desses discursos. Daí deriva a ilusão de univocidade do sujeito e das formações discursivas. No entanto, essa univocidade é desfeita no momento em que se procede a uma análise mais aquilatada. As formações discursivas não são homogêneas, elas são traspassadas, entrecortadas por saberes/dizeres produzidos em outras regiões, cujos sentidos são deslocados, dialogam, parafraseiam-se, transformando-se, reelaborando-se, fazendo com que todos os trajetos de uma região à outra pareçam possíveis.

O poeta para desempenhar o papel de “representante” do pensamento popular apresentava algumas qualidades que o distinguíam, entre as quais está o dom poético e a sua alfabetização. Na sociedade em que o poeta estava inserido ser alfabetizado era uma condição privilegiada. Alguns poetas estavam assim capacitados a lerem os jornais, revistas e almanaques, bem como estavam habilitados a transformar essas informações em linguagem popular, qualificando-os assim a exercer uma certa autoridade sobre o povo, porém não eram todos os poetas que tinham acesso a jornais pois os mesmos nem sempre dispunham de recursos para adquiri-los. A educação dos poetas em sua maioria não foi a das escolas, como admite Orígenes Lessa ao dizer que “muitos deles não acabaram sequer a escola primária”. Mesmo admitindo a falta de educação formal, os poetas eram conscientes de sua importância para o povo e orgulhavam-se de sua sabedoria e genialidade, como pode ser exemplificado nas palavras do poeta Manoel Monteiro ao referir-se a essa condição: “Inteligência nós temos. O que nos falta é letra”.

Mesmo na contemporaneidade o poeta ainda não abandona esse sentimento de orgulho de sua vocação. Podemos citar como exemplo alguns títulos e epítetos que os poetas gostavam de ser chamados, como é o caso do poeta Minelvino Francisco da Silva, que costumava se autodenominar de “Trovador apóstolo”. Nos seus versos está explícita essa consciência de superioridade sobre o público e de sua missão, como exemplificado na contracapa do folheto **História de Antônio Lisboa e a sereia do fundo do mar:**

Eu e Jesus em Belém
nascemos no mesmo dia,
ELE em Belém da Judéia,
eu em Belém da Bahia,
ELE pregava o Evangelho,
e eu prego a poesia
(s.d., p.17).

Os poetas conscientes de sua posição, gostavam de mostrar sua superioridade em relação a seu público e aos outros poetas. Para demonstrar sua sabedoria buscavam frequentemente palavras difíceis, muitas vezes sem saber o significado exato, só para o folheto ficar mais “bonito”. O poeta se mostra como estando “acima” do povo pelo fato de ter o dom poético, colocando-se como superior ao povo do qual também é integrante: “Mas, além de ser representante do povo, o poeta geralmente é egoísta no sentido artístico. Ele se acha superior ao indivíduo de seu nível social, considera-se dotado do dom de poesia, isto é, de expressão artística” (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.275).

A mediação do poeta que transcende o discurso reinterpretando-o para o povo se dá a partir de uma situação, do encontro do receptor diante de um contexto cultural determinado; implica uma interpretação fundamentada na responsabilidade do receptor, que, enquanto intérprete, não é um mero repetidor, mas,

comprometendo-se, apropria-se daquilo que conhece por meio da performance; esta, modifica o conhecimento, que se renova permanentemente (Cf. ZUMTHOR, 2000).

O poeta por vezes é “considerado” como uma extensão original do “autêntico” pensamento popular, por propalar em seus versos temáticas que o identificam com o público. Ele se considera como tendo um “dom divino” que o diferencia do povo e o eleva à categoria de quem fala pelo povo, mas está acima deste. A arte do poeta é tida como uma graça, concedida por inspiração divina (SANTOS, 2006, p.93). Gozando deste *status* os poetas se veem como especiais e escolhidos. O poeta na condição de mediador circula no limite entre culturas, sendo um “tradutor” e mediador dessa ordem simbólica. A tendência da superioridade dos poetas sobre os seus pares é transpassada por um sentimento egóico onde o acesso e domínio das letras que estes possuem são sinônimos de diferença e ascendência em relação ao povo para qual ele escreve e declama, conforme observa Ayala ao concluir que:

A escrita funciona como um instrumento para ascensão social e projeção social. Afinal, o cantador sabe que está inserido numa sociedade em que, para a classe e cultura dominantes (e também em grande parte para os dominados, inclusive os analfabetos), só é considerado “Cultura” o que é veiculado pela escrita (AYALA, 1988, p.20).

O poeta deixa despontar em si o orgulho em relação ao homem ordinário, embora seja da mesma classe social, por ter conseguido atingir um grau a mais de alfabetização, sentindo-se à frente de muitos do seu meio social. A deficiência no sistema educacional, sobretudo no meio rural, levava alguns cantadores e poetas a um envaidecimento, pois achavam que esse *status* lhe concedia superioridade sobre os demais do seu meio, e de sentir-se um privilegiado em relação aos demais por ser um “escolhido” que já nasceu com o dom de versar, colocando-o num patamar acima do povo.

LEANDRO GOMES DE BARROS: UMA VOZ QUE COMEÇA A VERSAR

As evidências e documentos históricos nos possibilitam deduzir que o poeta Leandro Gomes foi o primeiro poeta de bancada¹¹ a discorrer sobre a política, sendo este um dos motivos que nos levou a escolhê-lo como o primeiro a ser nosso objeto de pesquisa na tentativa de estudo e análise do comportamento da cultura política do Brasil. Também por mostrar uma República diferente da que foi propalada pela história oficial, que dizia que o povo era apático e indiferente aos acontecimentos políticos. Nos versos a República é apresentada como uma época de grandes reviravoltas políticas, econômicas e sociais, bem como retratam um espaço ou lugar onde o povo será sempre exposto a sacrifícios, onde não há melhorias para a população. Vemos assim Leandro, como um representante popular do anseio do povo, que usa sua verve poética para criticar os governantes, posicionando-se contra o regime republicano.

Entre as possíveis motivações que levaram ele a versar sobre a política foi o fato do tema atrair ao seu público, ao contrário dos que defendem que o povo brasileiro era apático e indiferente ao universo da política. O fato de existirem tantos folhetos produzidos sobre política evidencia que o tema era de interesse da população, não sendo tão apático e indiferente aos fatos políticos como se tentou mostrar ao longo da história. Leandro não se deteve apenas em descrever e reproduzir os acontecimentos de sua época, mas tal qual o Gregório de Matos ele se tornou um “boca do inferno” comentando e denunciando os abusos e mazelas sociais de seu tempo. Leandro com seu estilo satírico e irônico

11 Os poetas populares que se dedicam a escrever folhetos são chamados de poetas de bancada para diferenciá-los do poeta cantador que geralmente não escrevia e dedicava-se mais à cantoria e aos versos de improviso, segundo nos informa o poeta José Alves (ALMEIDA; SOBRINHO, 1978, p.11).

“abriu caminho” para que o povo pudesse tomar conhecimento dos fatos políticos e de certa forma assistir e participar não simplesmente como mero espectador, mas como homem ordinário que “fingindo-se de morto” ocupa meticulosamente os espaços oferecendo uma velada resistência aqueles que lhe oprimem. A “língua afiada” de Leandro na denúncia dos desmandos ocorridos é perceptível mesmo quando de forma satírica, irônica e jocosa ele escrevia acerca dos fatos, tal qual evidencia novamente Manuel Diégues ao defender que:

Leandro geralmente escrevia num estilo ligeiro e jocoso, mas, as vezes, afiava a língua e produzia o sarcasmo, espécie de “papo amarelo” na mão. É o comentário social que representa o melhor de sua obra. Como os outros poetas populares, ele devia sentir um desejo e mesmo uma obrigação, como poeta do povo, de criticar a falta de justiça daquela época, e de oferecer soluções, embora muitas vezes jocosas ou pessoais, para os problemas da sociedade (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.281).

Leandro em seus versos faz referências ao sistema monárquico, demonstrando certa simpatia pela monarquia não faltando críticas às formas republicanas. Porém convém observar que não se poderia exigir do poeta que o mesmo entendesse claramente as formas de governo com as suas respectivas distinções, haja vista que no Brasil, as mudanças ocorriam através de pactos das elites que dominavam o País não visando o bem da nação, mas sim seus interesses pessoais, não importando também siglas partidárias ou doutrinas políticas. Ouso dizer que, nem a elite entendia bem o significado da mudança na forma de governo, o que interessava (a elite) era ampliar sua participação no poder para alargar o seu domínio e tirar vantagens, desejo esse que era limitado pelo governo monárquico de D. Pedro II. Leandro insatisfeito com os altos impostos cobrados pelo governo republicano usa seu dom

poético para protestar, a citar como exemplo o folheto datado de 1912, intitulado **A morte do bicheiro**:

No tempo da monarquia
Os homens tinham capricho,
Os pobres tinham dinheiro
Que botavam até no lixo
Homem não pagava imposto
Mulher não jogava no bicho.

Então chegou a República
Trouxe logo o desespero
Rico não teve mais paz
Pobre não viu mais dinheiro,
Ganha três, um para casa
Dois para imposto e banqueiro
(BARROS, 1912, p.1).

Leandro retrata em seus folhetos certo saudosismo em relação à Monarquia, talvez pelo fato dele vivenciar e ver a crise social agravar-se a seu tempo, na incipiente, e excludente experiência republicana no Brasil, que em “nada” alterou no cotidiano das pessoas. Leandro em seus folhetos mostra-se como um observador atento aos acontecimentos do seu tempo, e como tal usa o seu talento poético, não somente para informar ao povo acerca dos acontecimentos políticos, como também para comentar e opinar acerca dos mesmos, usando-se da sátira e da ironia. A pesquisadora Ruth Lemos explica a forma de abordagem da temática por Leandro, observando que:

Na maioria dos poemas escritos por Leandro, os temas são tratados de forma satírica, o que em parte pode ser explicado pelo temor de repressão. Quando o poema nada tem de ironia e o poeta assume um tom violento e direto contra os poderosos,

Tanto Leandro quanto Chagas Batista utilizam expressões tais como: Escrevi o que disseram-me/ E o que li nos jornais/ Não sei se será exato/ Não disse coisa demais (TERRA, 1983, p.76-77).

O poeta faz referência a acontecimentos políticos ocorridos desde o final do período monárquico no Brasil, até o início da República. Muito embora Leandro tenha nascido e vivido até os 24 anos sobre a égide da monarquia, o mesmo só começa a editar folhetos em 1893, quando tínhamos quatro anos de experiência republicana. O poeta usa sua pena para queixar-se dos governos republicanos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (presidentes entre 1906 e 1914) época que Leandro começou a escrever folhetos, fazendo severas críticas à política econômica, o aumento da tributação e o endividamento do Brasil. Fica claro também em seus folhetos a exploração que a região hoje conhecida por Nordeste sofre em relação ao Sul, causando empobrecimento e agravando as desigualdades sociais. Ainda no folheto em destaque é perceptível o pensamento vigente da época onde se idealizava que os problemas do País seriam resolvidos por ação dos políticos (Afonso Pena) que iriam resolver os problemas do País e iam distribuir dinheiro para o povo, como podemos ver na estrofe dois:

O povo esperava
Tudo por ali
Que ele vindo aqui
Tudo melhorava
Julguei que ele dava
Sacos de dinheiro
Fiz um mealheiro
Do tamanho de um jigo
E disse comigo:
Breve sou banqueiro
(BARROS, 1906, p.1).

De forma geral, os cordelistas ao noticiarem os fatos políticos da época, evidenciam as queixas contra os governantes, a opressão dos coronéis, em nível local e dos oligarcas em nível estadual. Os poetas denunciam a violência praticada contra os eleitores e condenam a mercantilização do voto. As críticas se dividem e visam atingir o governo local e também o federal, como vemos no folheto **O imposto e a fome:**

Disse o imposto - isso é nada
O Brasil está todo exposto,
Enquanto existir governo
Reina fome e o imposto,
Os presidentes de Estados
Dizem morram os desgraçados
Ficando nós tudo é gosto
(BARROS, 1909, p.2).

Os acontecimentos internacionais não ficaram de fora das críticas do poeta Leandro principalmente quando estes dizem respeito a fatos que influenciam ou trazem consequências à sociedade brasileira. Foi assim quando o poeta reportou-se á primeira guerra mundial e a chegada do trem no Brasil. Leandro viveu durante o período em que o trem e consequentemente as estações ferroviárias chegaram ao Brasil, como símbolo do progresso e desenvolvimento. A responsabilidade das construções ferroviárias ficou a cargo da empresa inglesa Great Western que em todo o Brasil explorou a mão-de-obra dos operários, com jornadas de trabalho desumanas, pagando baixos salários. Outros Países, a exemplo da Inglaterra, estavam de olho também no mercado consumidor brasileiro. Esta exploração não passou despercebida pelo poeta que dedicou vários folhetos para denunciar e criticar esses desmandos, como a exemplo do folheto **Os coletores da Great Western:**

Os condutores coitados
Nada poderão fazer
O ordenado que ganham
Não dá nem para comer
Se não for um econômico
Está no caso de morrer.

E se alguém for reclamar
Diz-lhe o inglês, o senhor
Deve agradecer a mim
Ter trem seja como for,
Mim bota trem em Brasil
Para fazer-lhe favor
(BARROS, 1916, p.4).

O poeta viveu e escreveu seus versos durante o período em que ocorreu a política salvacionista, onde o presidente Hermes da Fonseca julgou ser possível alterar a correlação de forças políticas entre as oligarquias dominantes, beneficiando aliados políticos que eram ligados às oligarquias menos influentes que apoiavam seu governo. Contando com o apoio de parcelas de militares e políticos de sua família, Hermes da Fonseca idealizou a política salvacionista. Ela baseou-se em intervenções militares nos Estados, para destituir os governadores e substituí-los por interventores nomeados pelo Presidente. Em defesa da política salvacionista, Hermes valeu-se dos argumentos de que seu propósito era o de sanear as instituições republicanas e acabar de vez com a corrupção. Mas seus reais objetivos eram outros. Na prática, a política salvacionista refletia o modo como se travava a luta pelo poder na Primeira República, onde as oligarquias se revezavam no poder. Leandro publicou em 1912 o poema **O novo balão**, onde ele condena claramente a oligarquia. No folheto o personagem folclórico ligado às festividades juninas, São João pergunta ao tripulante Gino como vai o Brasil:

São João perguntou a Gino
O Brasil cá como ia,
Se já tinham levantado
A força da oligarquia
Disse Gino essa coitada
Só está esperando o dia.

Pernambuco e Maceió,
Esses já pegaram fogo,
Bahia venceu a tiro
Não precisou muito rogo,
Paraíba e Ceará,
Esses ainda estão no jogo
(BARROS, 1912, p.6).

A conturbada política salvacionista recebe destaque em muitos folhetos de Leandro e de seu genro Francisco Chagas Batista, onde a pesquisadora Ruth Lemos interpreta os versos poéticos e pondera que:

[.] na maioria dos folhetos sobre as “salvações do Norte, a conclamação a luta é feita citando os ideais de liberdade do povo “livre do Norte”. A revolta é caracterizada como justa, necessária e o momento é propício. Passeatas e combates travados entre o povo e a polícia dos oligarcas são mencionados. Contudo, não é o povo, cujas ações descreve-se com entusiasmo, e cuja bravura se exalta a todo momento, que liberta os Estados das oligarquias. As salvações não resultam da luta do povo, mas de “salvadores” nas pessoas dos candidatos militares ao governo (TERRA, 1983, p.120).

Os poetas em geral condenam explícita ou implicitamente as oligarquias dominantes. Após a vitória da oposição o tom dos

poemas muda ou radicaliza-se e os poetas ousam falar contra os oligarcas e seus seguidores. Grande parte da produção poética de Leandro se deu no Estado de Pernambuco. Pernambuco como lugar de onde ele fala, diz muito e permite ao poeta deixar-se ser influenciado pelo espírito contestatório peculiar ao povo, que participara de movimentos nominados como: Revolução de 1817, Confederação do Equador, Revolução Praieira e Revolta de Quebra-Quilos. Embora Leandro tenha se colocado inicialmente a favor da Monarquia, o mesmo foi influenciado pelo espírito republicano pernambucano posicionando-se sempre contra as oligarquias e denunciando as mazelas do sistema.

Um mergulho pela história nos possibilita perceber através das insurreições e manifestações que a população brasileira em todos os recantos do País no espaço a ela permitido se moveu entre astúcias contra o sistema, oferecendo resistência às formas de exploração a que era submetida no campo e na cidade, mas, contudo, em determinados momentos deixando transparecer que se submetia e concordava com as condições impostas pelos seus algozes. Os fatos revelam que por trás da propalada ingenuidade e submissão popular se escondia uma sorradeira intromissão no campo do inimigo mesmo estando taticamente sob as suas vistas. Os poetas como filhos do seu tempo também foram artífices dessa resistência usando como instrumentos os seus versos que polissemicamente deixam nas entrelinhas alguns “condimentos” para dar algum sabor popular na panela que está no fogo sob os cuidados da cozinheira conhecida como “Dona Política” conforme veremos em seguida.

PANELAS QUE MUITOS MEXEM: O GUIADO DA POLÍTICA

Os poetas utilizando da oralidade das cantorias e da criatividade em escrever folhetos, tornaram-se conhecidos

internacionalmente por cantar a sua terra (Nordeste), exaltando suas belezas, mas também por expressar os sofrimentos e anseios do seu povo representando suas práticas culturais construídas ao longo da história. Uma das temáticas sempre presentes no universo do Cordel foi a da política, ora enfatizando os feitos memoráveis ou reprováveis na conduta de determinados políticos, ora denunciando os desmandos (corrupção) da política bem como alertando, informando e conclamando os eleitores a posicionarem-se diante de determinados tendências políticas, na tentativa de “conscientizar” os seus leitores. Também é perceptível que alguns poetas apresentavam certas tendências a um engajamento social utilizando-se de seu talento e prestígio junto ao público para denunciar os desmandos da política e alertar a população sobre as sutilezas das práticas políticas correntes no Brasil.

Embora muitos poetas em seus folhetos expressassem certo conservadorismo, em defesa dos interesses das classes detentoras do poder, sendo assim reprodutores e vítimas deste poder, não se pode rotulá-los de alienados e de não terem consciência política. Esse discurso foi engendrado ao longo da história responsabilizando o povo, sobretudo nordestino, pobre e analfabeto pelos problemas do País. O poeta ao reproduzir a ideologia dominante não o faz simplesmente por ingenuidade, pela sua condição social ou pelo seu grau de instrução. Condição social e grau de instrução não são necessariamente indicadores de consciência política. Os poetas são atores sociais que juntamente com os demais atores da sociedade (sem exceção), independente da condição social e da escolaridade encenam dentro do espetáculo da política insuflados por um “poder invisível” que estrategicamente se articula no cenário de representação da política, contando com a cumplicidade de “todos” que compõem a sociedade. Bourdieu defende em seus escritos que: “[.] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber

que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p.7). Consciente ou inconsciente esse poder conta com a conivência daqueles que se deixam dominar, “colocando-se” a serviço da propaganda, aliciamento e alienação em prol dos mandatários do poder.

Os poetas a exemplo de “todas” as outras produções culturais reproduzem os modelos hierarquizantes de desigualdades sociais e dos instrumentos de dominação. No entanto o Cordel está longe de ser uma produção unilateral e homogênea que somente reproduziu os discursos e práticas das classes dominantes, na verdade outros poetas se insurgiram, burlaram e produziram discursos polifônicos e polissêmicos deixando margens para interpretações diferentes das que foram veiculadas oficialmente, apontando assim indícios que demonstram que o povo nordestino tantas vezes acusado de ser massa de manobra, resistiu, lutou e ocupou espaços que demonstram suas estratégias de atuação e participação efetiva no campo das práticas políticas. Na verdade, como evidenciou Certeau, essa aparente indiferença e passividade do povo em relação à participação política engajada, também demonstrou uma estratégia usada para que, atuando taticamente nos espaços de aparente submissão “minassem” as estruturas políticas de dominação.

No universo da política representada pelo Cordel, registramos mais de oitocentos títulos de folhetos que tratavam desta temática, e que desde o seu início já demonstrava certo grau de envolvimento com as questões políticas e seus desdobramentos, como podemos evidenciar através dos folhetos escritos por Leandro, fazendo registro dos primeiros anos da República no Brasil, seus governos em todas as suas esferas. Leandro denunciou os altos impostos cobrados pelo governo, o descaso dos governos com relação às necessidades do povo, os conchavos políticos das oligarquias, a opressão dos coronéis, as injustiças sociais decorrentes das tramas políticas.

O poeta como mediador do povo e “originador” no Brasil do Cordel foi uma voz que tematizou a política revelando várias facetas da cultura política brasileira. Leandro, segundo consta era bem informado dos acontecimentos, e como tal, soube utilizar-se do seu dom poético, da sátira e da ironia para interpretar e informar ao seu público acerca dos fatos da política de sua época de forma crítica. Leandro, retratou e opinou a respeito de quase todos os presidentes de sua época (Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Venceslau Brás) não perdendo a oportunidade de criticá-los e alertar o povo em geral. A cultura política brasileira começa a se delinear a partir das obras de Leandro e sua preocupação em descrever, interpretar os acontecimentos políticos de sua época. Um dos poemas mais significativos sobre o tema tem como título: **Panelas que muitos mexem os guizados da política**, que foi editado entre 1915 e 1916. O título do poema já traz em seu cunho a representação do que o poeta pensa da política imaginando um “guisado” indicando um cenário de representação de interesses que “muitos mexem”. O poema é uma alegoria comparativa, onde o poeta usa a linguagem simples da cozinha e da comida típica do Nordeste para ilustrar a forma como as práticas políticas são construídas e conduzidas. O Brasil é representado como sendo uma panela, a política é retratada como sendo a cozinheira “que bota fogo na panela”:

O Brasil hoje que está
Figurando uma panela
A política cozinheira
Está tocando fogo nela
Mas tem mil mortos a fome
Por ali ao redor dela.

Foi mesmo como a política
Desse governo atual,
O Brasil é a panela,
O Estado bota o sal,
O Município tempera
Quem come é o Federal
(BARROS, 1915, p.9).

O poeta faz uma análise da conjuntura política do Brasil englobando em seus versos os governos republicanos de Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914) que é o governo em curso que o poeta está a comentar e a comparar com os seus antecessores apontando que o equilíbrio para governar os problemas do Brasil ainda não fora encontrado:

E o Brasil é a panela
Que ainda ninguém graduou-a
Afonso Pena mexeu-a
Nilo Peçanha salgou-a
Hermes agora botou água
Dessa vez sim desgraçou-a
(BARROS, 1915, p.13).

Não é de hoje a tendência de se culpar os antecessores pelos problemas enfrentados pelos que governam na atualidade. Essa tendência é conhecida em nossos dias como a “política do retrovisor” onde ao assumir o governo em qualquer instância se costuma culpar os antecessores pelos entraves para se governar tal qual foi prometido durante a campanha política. As críticas aos governos antecessores só não ocorrem quando o governante sucessor pertence ao mesmo partido ou grupo político. Podemos por assim dizer que esta prática de culpar governos antecessores faz parte da

cultura política de parlamentares eleitos. Leandro relata em seu folheto as queixas dos governos e seus entraves para solucionar problemas com relação aos seus antecessores:

E ninguém pode entender
O juízo que se faz
Um diz: ela estava insossa
Nilo botou sal demais
Hermes botou água e diz
O erro já vem de trás
(BARROS, 1915, p.13).

O poeta ressalta ainda em seus versos a supremacia política dos “Estados do Sul” (referência aos Estados da atual região Sudeste) com destaque para Rio de Janeiro (capital do Brasil à época), São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (atual região Sul) em relação aos “Estados do Norte” (referência aos Estados da atual região Nordeste) com destaque para Pernambuco, Alagoas e Ceará. Os versos deixam clara a centralização do poder em torno das províncias (Estados), que são privilegiados pelo governo central em detrimento dos demais Estados do Brasil:

O Brasil um burro velho
Que já está de língua branca
Tanto peso em cima dele
Esse desgraçado estanca
O Rio montou-se no meio
São Paulo saltou na anca.

O Rio de Janeiro diz.
Eu sou o dono do burro
O Rio Grande do Sul
Diz não o dou nem a murro

Embora que nossa terra
Fique fedendo a esturro
(BARROS, 1915, p.14).

A tradição começada por Leandro de tratar da temática política dentro de um prisma participativo e de perspectiva engajada foi seguida pelos seus sucessores nordestinos que usaram a habilidade da retórica para fazer a leitura de sua própria época de acordo com a visão popular. A propalada ingenuidade do nordestino e dos seus poetas não parece ter sido regra. A história registra a participação popular em muitos movimentos e manifestações, mostrando que a “cordialidade” do brasileiro tem limites. Podemos citar como exemplo a já mencionada participação popular na Revolta de Quebra-Quilos em 1874, onde o povo nordestino cansado dos altos impostos e do descaso do governo imperial com as necessidades do povo passou a quebrar os quilos que representavam o novo sistema de pesos e medidas que fora instituído pelo governo sem explicar ao povo da importância e benefícios que estes trariam para as suas vidas.

Michel de Certeau (2003) aponta que essa aparente conformação e submissão do homem ordinário aqueles que o oprimem e dominam sobre ele se constitui em uma estratégia para ganhar espaço na disputa, onde sutilmente ele vai oferecendo resistência e auferindo vitórias sem que os oponentes tenham consciência disso. Talvez devamos interpretar que o poeta ao retratar em seus versos os acontecimentos políticos reproduzindo os discursos dominantes conduz em suas palavras a ironia e a sátira daqueles que se insurgem silenciosamente usando da polifonia. Outros tantos poetas escreveram folhetos sobre a temática política e seus desdobramentos mesmo sem ter engajamento político. Refiro-me aos poetas que escreveram folhetos “encomendados” por políticos que viam no Cordel um meio de alcançar e atrair os seus eleitores, de forma

clara e direta numa linguagem peculiar ao povo. O poeta ao escrever o folheto encomendado nem sempre tinha algum vínculo ou simpatia com a ideologia, partido ou candidato para quem produzia o folheto. O poeta apenas usava o seu dom poético na produção da obra para obter algum lucro. A obra era produzida a partir de quando o político lhe passava sua biografia, suas propostas e intenções com relação ao pleito. O poeta de posse destes dados produzia o folheto que ao final de seus versos apelava para que o eleitor sufragasse em favor do candidato. A prática de produzir folhetos de propaganda política visando pleitos eleitorais se tornou comum no Cordel a partir do momento que no Brasil o voto se tornou secreto, obrigatório e passou a incluir as mulheres como votantes.

O CORDEL E A PROPAGANDA DE PAPEL DO POLÍTICO

Alguns poetas iam além de seu compromisso comercial com o político e endossavam suas propostas e assumiam publicamente a sua opção de voto pelo mesmo. A declaração do voto ao candidato que encomendara o folheto também pode indicar que o poeta apenas o fizesse para garantir outros trabalhos futuros ou tirar algum proveito da situação. Essa prática de escrever folhetos de “encomenda” entre os poetas pode ser evidenciada a partir de alguns exemplos como: **Candidatura Albano Franco o camisa 10** de Manoel de Almeida Filho, **O Cariri é comigo: Manoel Gaudêncio deputado estadual** de Arnor, **Carlos Candeia o médico e amigo do povo candidato a deputado estadual PMDB nº 15226** de Antônio Américo Medeiros, **Um moço chamado Juca** de Zé Laurentino, **Para vereador Bendito Nunes Pereira nº 1608 PDS** de Samuel Nunes e **MDB a bravura de uma mulher Cristina Tavares Correia deputado federal nº 299** de José Francisco Soares que a exemplo dos outros poetas apela abertamente aos eleitores que votem na sua candidata, assumindo o seu voto na mesma:

Dia quinze de novembro
Não vai haver descalabro,
Não vou atender ninguém
Nem candidato nem cabo,
Emburaco na cabine
Voto em Cristina e não abro
(SOARES, 1978, p.7).

Ao escrever sobre o candidato que encomenda o folheto o poeta se utiliza do seu prestígio, descrevendo geralmente a biografia do candidato, suas ações de governo (caso ele já tenha sido eleito anteriormente) fazendo apologias ao candidato tentando assim induzir o eleitor a votar nele. Vejamos mais um exemplo de um folheto de “encomenda” onde o autor usa o pseudônimo de Arnor com o título **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual**. O folheto seguindo as características que lhe são peculiares (encomenda) elogia o candidato e convida o eleitor a votar no mesmo:

Amigos paraibanos
Pense bem no meu dizer
Na hora que for votar
Vote em que merecer
Vote em Manoel Gaudêncio
Para não se arrepender.

É um deputado bom
Para todos nós votar
Que tem trabalhado muito
Ainda vai trabalhar
Não despreza a região
Toda semana está lá
(ARNOR, 1986, p.8).

Nem todos os poetas que faziam folhetos de temática política por encomenda, visando promover a imagem do político, assinavam as obras como sendo suas, na verdade em muitos folhetos a autoria é atribuída a um “autor desconhecido” ou anônimo e produzido em larga escala objetivando alcançar o eleitorado do postulante. Entre as possíveis razões pelas quais os poetas não assumiam a autoria destes folhetos se dava pelo fato de não quererem se comprometer com o político por este ter em sua trajetória política algo que desabone a sua conduta, vindo assim a perder espaço e credibilidade. Outra possível razão se dava pelo fato de que assumindo um determinado político, partido ou ideologia o poeta estaria restringindo o seu campo de atuação impedindo-o de utilizar seu talento poético a serviço da situação e da oposição para auferir alguma vantagem, e ainda outro motivo seria pelo fato de que o anonimato não traria implicações jurídicas pelo que fora dito pelo poeta em relação ao candidato de oposição ou situação. É significativo o número de folhetos escritos sobre a temática política onde o poeta não assume a sua autoria. Podemos citar como exemplo os folhetos: **O menino Zé que ia ser Padre e se tornou advogado ou o nosso deputado Zé leite, Cordel de um poeta guarabirense: Robson Paulino deputado federal nº 1502 e Vote deputado federal Edivaldo Motta o defensor dos pobres.**

Na Paraíba no ano de 1990 na eleição para governador foi lançado o folheto anônimo **O Diabo do calibre 12 contra o Anjo da Poesia**. O folheto versa sobre os dois principais candidatos ao governo. O cenário de representação é composto da seguinte forma: O primeiro candidato de nome Wilson Braga é representado em um desenho na capa como sendo o Diabo “vestido” de armas e “bombas” e um número doze (12) estampado no peito que é o número do seu partido, mas que é utilizado como sendo o calibre de uma arma de fogo, enquanto que o outro candidato de nome Ronaldo Cunha Lima é representado por um anjo que traz em suas mãos uma viola. Wilson Braga é apresentado na imagem

como estando embaixo no plano inferior, enquanto que Ronaldo é apresentado em figura celestial como estando acima no plano superior:



A referência feita ao candidato Ronaldo como sendo o “anjo da poesia” diz respeito também, ao fato do mesmo ser um poeta que em sua trajetória política sempre fez uso do seu dom poético para matizar os seus discursos e atrair para si simpatizantes. Ronaldo se tornou conhecido nacionalmente como poeta após participar em 1988, de um concurso em um programa na rede de televisão Manchete de nome **Sem Limite**, onde o poeta Ronaldo respondia perguntas feitas sobre o poeta paraibano Augusto dos Anjos. O que chamava a atenção era o fato do poeta e político responder às perguntas a ele feitas todas em versos. Os versos anônimos, inicialmente apelam para consciência do eleitor convidando-o a julgar entre as duas candidaturas num jogo maniqueísta de bem e mal, de anjo e demônio,

deixando implícito os supostos crimes de assassinato que ao candidato Wilson são atribuídos quando ele era governador:

Pegue cada candidato
E observe com atenção,
Se é honesto ou ladrão,
Se mandou matar alguém
E se alguma mancha tem
Na justiça ou na polícia
- se houver uma notícia,
Esse homem não convém.

Foi o governo do crime,
Do assassino cruel,
Do bandido de aluguel,
Com direito a proteção
De quem lhe armava a mão
Pra novas vidas ceifar,
Foi o jornal publicar
E mataram Paulo Brandão
(1990, p.1-5).

Percebe-se ao longo do folheto e a partir da própria capa o uso de símbolos e discursos religiosos visando divinizar um candidato e demonizar o outro, numa clara apelação ao sentimento religioso presente na cultura brasileira. A utilização do misticismo religioso se constitui também em uma característica presente nas práticas políticas do Brasil. Os versos seguintes comparam os dois políticos destacando os supostos defeitos de Wilson Braga (demônio) sendo apresentado como corrupto e as virtudes de Ronaldo (anjo) apresentando-o como o candidato ideal para salvar e redimir o Estado da Paraíba:

No dia 3 de outubro
Deste ano de noventa,
Toda Paraíba, atenta
Entrará numa eleição,
Pra votar de coração,
No candidato da paz,
Naquele que é capaz
De trazer a redenção.

Desta vez, vamos votar
Com coragem e rebeldia,
Escolhendo, com alegria,
Aquele que está por cima
E que é melhor na rima
De trabalho e honradez:
Em Ronaldo Cunha Lima!
(1990, p.2-4).

Ainda identificamos outra modalidade de anonimato dos poetas, que consiste na prática de alguns colocarem um pseudônimo para assim ficarem isentos e não assumirem a responsabilidade pelas palavras ditas. Essa prática é comum principalmente quando o poeta escreve folhetos com um tema que no conceito popular fogem à regra da moral e dos “bons” costumes, como quando ele versa sobre sexo, aborto, homossexualismo, prostituição e política. Podemos citar como exemplo do uso de pseudônimo com relação à temática política, o folheto intitulado **Um poeta no governo** editado em 1993. O folheto faz uma descrição apologética dos três primeiros anos de mandato do governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, porém o autor não assume a autoria vindo a utilizar o pseudônimo de Zé da Viola. Ao que parece o folheto em questão deve ter sido encomendado pelo governador citado e os versos deixam claro o objetivo do folheto:

Com três anos de governo,
Já se pode avaliar,
Que o povo, para acertar,
Deve escolher com firmeza.
Foi Ronaldo Cunha Lima
Que deu a volta por cima
E acabou com a incerteza.

Agora, o que a gente vê,
Nos quatro cantos do Estado,
É obra pra todo lado
Sem dever nada a ninguém.
É a Paraíba sorrindo,
Muito feliz aplaudindo,
O governo que ela tem
(1990, p.6).

O uso do anonimato e de pseudônimos por parte dos poetas ao escreverem alguns folhetos de temática política, principalmente quando se trata de fazer propaganda de um candidato evidenciam uma forma de participação política indireta e descomprometida podendo ser interpretada com uma prática de mercantilização política por parte do poeta. O poeta ao versar a respeito da política usa toda a sua ironia e sátira para mergulhar no imaginário popular fazendo uma incursão pelos temas da política que povoaram a memória coletiva e formaram entre práticas e representações o universo da cultura política brasileira. O poeta discorre em seus versos os temas que foram “caros” á época em que foram produzidos atraindo grande interesse popular o que pode ser comprovado pelo significativo número de folhetos, escritos sobre temas que perpassam a política, principalmente quando estes destacaram o imaginário político expresso no Cordel a respeito da figura do candidato, dos partidos políticos, da relação

paternalista do Estado e das lutas e manifestações populares pelo retorno das eleições diretas. Veremos assim a seguir os principais temas da política que mereceram destaque à luz da Literatura de Cordel e que se constituem em características da cultura política do Brasil.

CAPÍTULO II

TEMAS DECORRENTES DO CENÁRIO POLÍTICO DO BRASIL À LUZ DO CORDEL



Em nossa incursão pelo Cordel na seara da política percebemos que vários subtemas se entrecruzam pulverizados em questões intimamente entrelaçadas nos permitindo percorrer o imagético e representativo mundo da política perpassado através do imaginário político popular de diferentes ângulos e perspectivas registrados pelos cordéis. Dentro dos subtemas aqui elencados, e que são destacados nos folhetos que nos ofereceram esse mergulho pela cultura política do Brasil destacamos as reflexões a respeito dos agentes políticos, dos partidos no Brasil, do Estado, do voto, da política no universo religioso e por fim a corrupção política. Estes assuntos foram arrolados aqui para análise e identificação de traços característicos da cultura política brasileira a partir do expressivo número de folhetos que tratavam destes tópicos, que servem assim de termômetro para mensurar o quanto a política é presente no cotidiano do povo brasileiro, é o que veremos a seguir em nosso passeio pelos tópicos acima arrolados.

A REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO NA LITERATURA DE CORDEL

Dentro da temática política explorada pelo Cordel, a imagem que foi construída ao longo da história a respeito da figura do político é percebida como sendo ele o protagonista no cenário

de representação política. Essa ênfase em torno do ator político enquanto candidato (antes e depois das eleições) é ressaltada por Schwartzberg ao defender que: “A política, outrora, eram as ideias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor, os personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.9). O político é visto assim, como agente de transformação da realidade, para quem se canaliza a esperança e anseio popular. É para o político que polifonicamente se canaliza toda a ojeriza e repúdio popular como sendo este o real responsável pela decadência do País. É através deste misto de discursos entrecruzados e por vezes paradoxais que o Cordel representa simbolicamente e interpreta o ser político e sua atuação dentro da perspectiva popular expressa através da cultura política. Os acontecimentos políticos bem como a atuação do político (informados principalmente pelos meios de comunicação nos quais o Cordel está incluso) são os elementos que possibilitaram a população construir e formar o seu “juízo de valor”, significando e ressignificando a imagem do político e da política.

A imagem do político que se construiu ao longo da história na perspectiva do Cordel oscila entre herói e bandido, salvador e “destruidor” que culmina com traduzir-se a sua imagem pelo maniquéismo dialético interpretado pelo papel de “bom” ou “mau” político. A visão construída do político e sua representação se constituem em uma das características da cultura política. O Cordel acompanha e participa da construção dessa imagem que de início era personalizada pelo político representado no papel de um herói, de um pai protetor e provedor, de um homem ordinário, de um líder charmoso, de um mafioso corrupto entre outros. No Brasil as imagens oscilam ao longo do tempo, porém nos últimos anos a figura do político em grande parte é associada a um ser inescrupuloso em decorrência das práticas corruptas de desvio de dinheiro, peculato, nepotismo entre outros predicados. A imagem do político associada a atos de corrupção, com mais

veemência, passou a ser explorada após a ditadura militar, mais precisamente a partir do governo Collor, que entra para a história como o primeiro Presidente a ser cassado e impedido de governar (1992), por ter se envolvido em escândalos de corrupção. Desde então essa imagem é disseminada tal como observa Magalhães (1998, p.47), “existe uma identidade comum – ser político – que extrapola qualquer outra: bastou ser político para ser mentiroso, prometer e não cumprir, entrar lá e esquecer de tudo [...]”. Anteriormente a figura do político era associada a alguns presidentes no papel de pai protetor (Vargas), de homens considerados cultos e “capacitados” a governar (JK), e a um mártir que estaria disposto a sacrificar-se pelo país (Tancredo Neves). O poeta Varnecki Santos (2006) traça o que considera o perfil do político oscilando entre a imagem real e a idealizada, associando o político à figura de um malandro, mentiroso, desonesto que pratica toda sorte de ilícitudes no exercício do poder. É nesta perspectiva destacada no folheto **Perfil do político brasileiro** que a imagem construída é delineada em seus versos, expondo as suas características:

Ser enganador, mentir
Enrolar, ser trambiqueiro
Gostar de fazer promessa
Não pagar, ser trapaceiro
Eis os requisitos básicos
Do político brasileiro.

Fazer tudo por dinheiro
Detestar pessoa séria
Não importar se o povo
Tá morrendo na miséria
Quando escutar falar dela
Achar que isso é pilhéria
(NASCIMENTO, 2006, p.01).

O poeta prossegue elencando ironicamente os pré-requisitos para ser político segundo o imaginário popular destacando de forma polifônica a “graduação e pós-graduação” necessária para atuar no cenário da política. A ironia está no fato de que no imaginário popular é muito importante que o político seja letrado, um “doutor”, ter “preparo” para exercer o cargo. O poeta ironiza esse paradigma popular em seus versos:

Senador ou deputado
Quem quer ser, vai se tornar
Graduado em trambicagem
Pós-graduado em roubar
Mestre em negociata
E doutor em subornar
(NASCIMENTO, 2006, p.1).

O poeta ao delinear mais algumas características pelas quais um político é identificado, acaba por explicitar comportamentos executados por políticos que são refletidos na prática usual do povo brasileiro corroborando com a ideia de que o comportamento transgressor não é exclusividade do político e sim um traço característico de parte considerável da sociedade brasileira independente de classe social, e que é justificado como sendo um “jeitinho” de se resolver um problema. A esse respeito a antropóloga Livia Barbosa mostra como esse “jeitinho” é definido:

[.] é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação esperteza ou habilidade (BARBOSA, 1992, p.32).

Os versos denunciam a falta de espírito público por parte dos brasileiros que se queixam dos políticos por sua conduta e acabam por reproduzir em outras instâncias os mesmos comportamentos que são por eles reputados como repugnáveis. Existe um discurso que verbaliza discordância, porém uma prática contrária ao que diz acreditar e defender. Essa prática que se entrecruza de forma paradoxal popularmente se traduz ironicamente pela máxima que diz “faça o que digo, mas não faça o que eu faço”. O político conforme é apresentado nos versos deveria representar o papel de homem público preocupado com as causas populares, que se indigna com a prática de atos de corrupção embora que a pratique, ou seja, ele deve aparentar:

Ficar muito indignado
Com roubo e enrolação
Se assaltarem o dinheiro
Do erário da nação
Denunciar a justiça
Sendo você o ladrão.

Ser contra a corrupção
Só que aparentemente
Criticar sempre os ladrões
E pousar de inocente
Mas, dentro dos gabinetes
Ser ladrão eficiente
(NASCIMENTO, 2006, p.3).

O poeta detecta outro detalhe do comportamento do político no imaginário popular que expressa o seu *modus operandi* no cenário da política mostrando claramente que o político representa e aparenta o papel de homem público que não compactua com atos ilícitos e é até capaz de expressar indignação com a

prática da corrupção e no entanto na hora de demonstrar o que aparenta o mesmo age de forma corporativa e paradoxal quando ele se prevalecendo do voto secreto, vota para que um companheiro parlamentar seja absolvido caso ocorresse a possibilidade de algum deles ser cassado por ilicitudes:

Pra imprensa e toda gente
Claramente demonstrar
Que não quer como colega
Quem não seja exemplar
Porém, no voto secreto
Jamais o deixar cassar
(NASCIMENTO, 2006, p.3).

Na capa do folheto acima destacado a imagem expressa o arquétipo de político no imaginário popular. A imagem mostra um político de Brasília, onde se acredita ser a cidade onde se concentra o maior número de corruptos do País. O político está descendo a rampa do Planalto vestido de terno e gravata portando em sua mão uma mala abarrotada de dinheiro. A mala que já protagonizou tantos escândalos, representa a materialidade da prática da corrupção. A imagem reforça de forma satírica o perfil do político brasileiro segundo é descrito no folheto analisado. No Cordel também é comum ao poeta associar a figura do político a um indivíduo que faz promessas e assume compromissos principalmente em “tempo de política” (durante a campanha), com fins eleitoreiros. O ato de fazer promessas por parte dos candidatos é parte da cultura política nacional e tida como natural e “necessária” em tempo de eleição, pois segundo afirma Chaves “Promessa é um ato de fala eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor no tempo da política” (CHAVES, 1996, p.139).

Porém na visão veiculada pelo Cordel, o que ocorre em termos práticos é que as promessas feitas pelos políticos geralmente não são cumpridas, a exemplo do folheto **Vida de Nordeste** que registra:

Um dia vem um político,
Faz um bonito sermão
Promete mundos e fundos,
Tem pra tudo solução,
Ganha o voto e vai-se embora
Só volta na outra eleição
(PIRIPIRI, s.d., p.10).



A promessa atesta uma relação de reciprocidade entre candidato e eleitor. O eleitor nem sempre acredita nas promessas, mas exige de certa forma que o político a faça. O político por sua vez usa desta estratégia para aliciar o eleitor que nem sempre cumpre a sua parte no trato, mas o voto é secreto e o ritual continua, tal como é referenciado no folheto **A discussão de um político da cidade com um velho agricultor** de José Saldanha Menezes Sobrinho, onde o eleitor “dá o troco” ao político que promete:

Meu amigo eu venho votando
Há muitos anos atrás
Já estou certificado
O que é que o político faz
Com promessa e propaganda
Ninguém não me engana mais.

Quem se engana é o político
Com leitor vagabundo,
Prometendo o voto agente
Com juramento profundo
Vende o voto a cinco ou dez
E engana todo mundo.
(MENEZES SOBRINHO, s.d., p.2).

Na construção da imagem do político sobressai-se outra faceta que diz respeito à crença de que quase todos os políticos são “ricos” e que os mesmos entram na política para ganhar mais dinheiro e ainda que estes sendo detentores de grande poder aquisitivo devem dividir um pouco do muito que tem com os seus eleitores que o “ajudam” com o voto. Muitos folhetos reproduzem esse pensamento a citar como exemplo, o folheto **CPI, mensalão e ratos brasileiros**, de José João dos Santos:

São assim os políticos brasileiros
Todos ricos e grandes empresários
Nos estados são latifundiários
Criadores e grandes fazendeiros
No Nordeste são fortes usineiros
Com fazendas e mil canaviais
Escravizam mulheres, filhos e pais
Que trabalham com fome nos seus eitos
Mas os ricos não ficam satisfeitos
Estão sempre roubando e querem mais
(SANTOS, 2005, p.5).

Na visão de alguns cordelistas o político também só procura os eleitores em tempo de eleição, pois eleito só voltará a aparecer junto aos mesmos na campanha da próxima eleição

para novamente “conquistar-lhe” o voto. O poeta José Saldanha Menezes no folheto **O Brasil prometido aos pobres na época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores** assim registrou:

Quando o tempo está ruim
De moleza e quebradeira
O rico passa pelo pobre
Cobre ele de poeira
Porém no tempo político
Rico de pobre é chaleira.

Porém o pobre é lembrado
Igual a quem já morreu
Mas o rico ouvindo falar
Que a política estremeceu
Busca o pobre com carinho
Abraça e diz você é meu
(MENEZES, 1981, p.3).

Fica evidente através dos folhetos que na cultura política do Brasil o político de forma geral é representado de forma caricaturada a deixar a impressão que todos são corruptos e que o exercício da política em qualquer instância envolve a prática da corrupção. Essa visão negativa do político está carregada de preconceito e coloca todos na mesma “vala comum”, ignorando que existem muitos que têm demonstrado uma conduta pautada pela honestidade e espírito público. Outra assertiva reproduzida no Cordel deixa transparecer que é quase impossível para o agente político exercer o seu mandato sem se corromper e praticar ilicitudes. É fato que existem muitos políticos envolvidos em práticas de corrupção, mas não se pode generalizar. O Brasileiro através das várias camadas da sociedade tem negligenciado a observação

de que a prática de atos de corrupção não é total nem exclusiva do agente político.

Se focarmos em diferentes representações da sociedade que não seja a classe política poderemos perceber que a prática de burlar as leis, de desonestidade, entre outros, não são exclusivas de agentes políticos e que se desvia o foco das responsabilidades e compromissos individuais com a ética e os bons costumes que regem a sociedade e que é dever de todos os cidadãos. Essa visão reproduzida nos cordéis é extensiva também aos partidos políticos que são apresentados como meios de chegar ao poder, pois é pré-requisito para o político eleger-se, pertencer a um partido, mas este é visto apenas como uma formalidade legal e não uma entidade de cunho ideológico que visa promover a boa política em benefício da sociedade. No Brasil diferente das democracias ocidentais os partidos se multiplicam para atender as conveniências e coeficientes eleitorais. Vejamos os significados e representações que foram construídos acerca dos partidos políticos no Brasil ao longo de sua história.

TÊM MAIS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL DO QUE CHUCHU NA PARREIRA

A gênese dos partidos políticos no Brasil ganha contornos institucionais quando surgem os partidos Liberal e Conservador, durante a regência (1831-1840), e pelo Segundo Reinado (1840-1889), vindo depois a diluírem-se em outros partidos com o advento da República. Os dois partidos não possuíam significativa diferença ideológica, chegando a defender quase que os mesmos interesses, trazendo em seu bojo ideológico o Liberalismo Clássico que pregava a pouca intervenção do Estado na economia. A defesa de interesses comuns de uma elite oligárquica rural que se revezava no poder caracterizou a atuação dos partidos Conservador e Liberal. Oliveira Viana assim resumiu a atuação destes dois partidos ao dizer que não

havia “nada mais conservador do que um Liberal no poder. Nada mais liberal do que um conservador na oposição”.

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante a Primeira República. Talvez a principal razão tenha sido o fortalecimento das oligarquias através da política dos governadores e do coronelismo. O Partido Republicano fundado em 1870 nunca chegou a ter uma expressão nacional. Criaram-se partidos republicanos estaduais, através da reaglutinação dos grupos políticos do Império: liberais conservadores e republicanos. Destacaram-se por sua atuação mais ampla, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Tais partidos organizaram-se mais em torno de líderes, geralmente coronéis, do que a partir de ideias ou programas políticos. Representavam eficientes máquinas político-eleitorais, através das quais, as oligarquias dominantes controlavam o poder. Os partidos políticos no Brasil foram, em sua maioria, representantes dos setores dominantes da economia na sociedade. Até 1930, os partidos eram apenas agregados de oligarquias locais e regionais que se organizavam para tirar vantagem do Estado. Somente em 1926 é que começou a ser posto em xeque o exclusivismo político dos partidos republicanos, através da fundação do Partido Democrático de São Paulo, formado por dissidentes do PRP.

Pode-se dizer que durante a República Velha somente os partidos republicanos paulista e mineiro tinham força para alcançar a Presidência da República. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado em março de 1922, que se propunha ser uma força nacional foi fechado pela polícia dois meses depois de sua fundação, vindo atuar na clandestinidade. Neste período o PRM e o PRP se desentenderam com relação à sucessão presidencial que era bipolarizada entre candidatos de Minas Gerais e São Paulo causando um “racha” na política do Café-com-leite. Aproveitando-se dessa “ruptura partidária” surge uma nova força capitaneada pelos dissidentes e encabeçada por Rio Grande do

Sul na pessoa de Vargas, pela Paraíba com João Pessoa e de Minas Gerais com Antônio Carlos. O resultado dessa aglutinação deu origem ao partido da Aliança Liberal (AL) que se lançaria na disputa presidencial de 1930 com Vargas e João Pessoa em oposição ao PRP de Júlio Prestes. Os poetas da época utilizaram-se do Cordel para “participar”, informar e influenciar o seu público com sua visão e perspectiva do momento da disputa bipartidária pelo poder, demonstrando como a temática interessava à população e que a questão partidária não era tão predominante, sendo as siglas partidárias utilizadas apenas como pano de fundo das questões políticas da época.

O folheto **A sucessão presidencial ou o grande combate do partido Conservador com o Liberal**, de José Camelo de Melo Rezende, que data de novembro de 1929, registra o momento que antecedeu as eleições. Muito embora o poeta faça menção no título aos dois partidos que estão em disputa, pouco ele fala sobre os mesmos. O poeta interpreta os fatos políticos da época de forma diferente do que de fato ocorrera. Segundo consta nos versos do folheto o poeta atribuí o rompimento político que culminaria com a “Revolução de 1930” a outra trama política e não a que de fato aconteceu. Nos versos é dito que o presidente Washington Luís indicara para assumir a cadeira presidencial o governador de Minas Gerais Antônio Carlos, mas este não quis abrindo mão da honra para que fosse escolhido um candidato de outro estado:

Em trinta em mês de novembro
Doutor Washington Luís
Findará seu quadriênio
Porém logo antes quis
Escolher Antônio Carlos
Para chefe do País.

O doutor Antônio Carlos

É o presidente de Minas
- Homem consciencioso,
De bondade peregrinas
Já não quis essa cadeira
Forradinha com cortinas.

Pois ele viu com bons olhos
Que Minas Gerais tem dado
Já diversos presidentes
Então muito razoado
Ordenou que fosse eleito
Um filho já de outro Estado
(RESENDE, 1929, p.3).

Segundo o poeta, Antônio Carlos indicou Getúlio Vargas representando o Rio Grande do Sul, porém dezessete Estados do Brasil não aceitaram. O poeta em seus versos faz um trocadilho a respeito das forças políticas liberais e conservadoras que estavam em cena na disputa presidencial da época associando conservador a esmagador deixando explícita qual tendência o mesmo parece simpatizar:

Digo: dezessete Estados
Com energia e rancor
Não aceitaram Getúlio
Por não ser conservador,
E logo escolheram outro
Do partido esmagador
(RESENDE, 1929, p.4).

O poeta introduz a Paraíba na disputa eleitoral destacando que em contrapartida ao apoio do Governador João Pessoa, este é escolhido como vice na chapa do partido da Aliança Liberal ao

lado do Vargas que representava o Rio Grande do Sul que fora preterido pelo Presidente Washington Luís:

A Parahyba então vendo
Esta falta de conceito
Que se dava ao Rio Grande
Do Sul, achou direito
Aliar-se aos dois Estados
Aceitando o mesmo pleito

Já observando a Parahyba
Ter feito esta acção tão boa
O partido Liberal
Que não faz justiça a toa
Nomeou vice-presidente
Ao dr João Pessoa
(RESENDE, 1929, p.6).

O poeta tenta convencer os seus leitores a votar no que ele chama de partido Liberal em favor de Vargas e João Pessoa, fazendo várias menções ao partido Liberal e ao partido Republicano (que ele chama de partido Conservador, numa clara alusão aos antigos partidos do Brasil Império). Percebe-se ao analisar os versos do poeta que os partidos se tornam apenas siglas vazias destituídas de ideias e propostas, se constituindo em apenas um meio para se alcançar um fim que é chegar ao poder:

Portanto, oh! Companheiros,
Devemos ir com coragem
Votar por Vargas-Pessoa
Um partido de vantagem
Para que ninguém não diga
Que usamos de vilanagem

O partido Liberal
É um partido que vem
Melhorar nosso Brasil
E já portanto ninguém
Não deixe de votar nele
Se quiser se sair bem
(RESENDE, 1929, p.11).

Outro folheto, escrito por Tadeu Serpa Martins em 1929 de título **A sucessão presidencial**, que também trata da eleição de 1930, e chama atenção para o fato de que a disputa entre dois candidatos, parece ser inédita (pois desde que se estabelecera a Política do Café-com-Leite, consensualmente se votava no candidato indicado por quem estava no poder, reversando-se entre São Paulo e Minas Gerais). Ele também observa, que importa que o eleito cumpra, na verdade, o prometido em campanha:

No Brasil é caso virgem
Este que estamos a ver:
Dois candidatos em lucta
Da conquista do poder
Cada um por sua vez
Está pensando em vencer

O que mais nos interessa
Não é lucta, nem questão
É ver no fim da peleja
E depois da eleição,
Saber se o que foi eleito
Cumpre o que disse a nação
(MARTINS, 1929, p.1).

O poeta pouco cita os partidos em disputa destacando apenas os candidatos, mostrando a força que cada um tem e as alianças estratégicas feitas com o fim de ganhar as eleições, demonstrando mais uma vez como culturalmente os eleitores e a população em geral, dão mais importância ao candidato do que o partido em questão:

Eu que não sou liberal
Nem tão pouco governista,
Dou a minha opinião
Digo meu ponto de vista
Pra mim qualquer um dos dois
Pode ganhar a conquista
(MARTINS, 1929, p.14).

Dentro do prisma das características políticas engendradas no cenário de representação política, o advento da República não significou ruptura com relação ao império. Nela se manteve o domínio das oligarquias, compostas pelos grandes proprietários de terra e as transformações foram superficiais, ligadas apenas à mudança de atividades (café, cacau, borracha em lugar do açúcar) e de lugares (Sul, Sudeste ao invés do Nordeste). Os recém-criados partidos políticos da época também seguem essa lógica sendo deficitários de ideologias e programas de governo, constituindo-se apenas em siglas partidárias que se adequavam os interesses das oligarquias dominantes. A maioria dos partidos eram usados como “simples” meio de alcançar o poder.

Os partidos com significativa abrangência nacional surgiram após a ditadura Vargas. Os principais partidos foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o PCB que por ter sido cassado em 1947 atuava na clandestinidade. No dia três de outubro do ano de 1950 foram realizadas eleições para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador

e Presidente da República. Nas eleições de 1950 catorze partidos (PSP, PSD, PST, PDC, PRD, UDN, PL, PR, PTB, PTN, POT, PRP, PSB e PRT) se fizeram representar através de seus candidatos. Havia também à época, a LEC (Liga Eleitoral Católica), que era uma instituição religiosa criada para mobilizar os eleitores, para apoiar os candidatos comprometidos com a doutrina Católica. O poeta Manuel D´Almeida Filho registrou a participação de vários destes partidos no folheto **A vitória getulista nas eleições de 50** em que narra a vitória de Vargas para a Presidência:

Todo povo do Brasil
Caiu dentro da política
Para erguer a nação
Que estava paralítica
Cada partido mostrou
A sua carta analítica.

PSD- UDN
PR e PSP
PTB e PTN
PL e PSB
PRP- PTS
A LEC e o PDC.

E assim cada partido
Preparou seus eleitores
Apresentou candidatos
A postos superiores,
E esperou a vitória
Entre os demais contendores
(ALMEIDA FILHO, 1950, p.5).

O folheto demonstra quão pouco importantes no processo eleitoral eram os partidos políticos, pois em todo o folheto são poucas as referências a partidos, o candidato é quem dá qualidade ao partido e não o contrário. O folheto tem oito páginas e trinta estrofes, onde a figura de Vargas aparece diretamente em vinte estrofes, enquanto que as siglas partidárias aparecem em apenas seis estrofes, o que evidencia a tendência de o candidato sobrepor-se ao partido, tendo esta importância apenas quando é associada a uma personalidade política. Vargas foi o criador do partido que o elegeu em 1950, o PTB, que aparece no folheto como “pertencente” a Getúlio:

O Dr. Getúlio Vargas
Representa a maioria
Dos brasileiros honestos
Que naquele grande dia
Votaram no seu partido
Para a nossa garantia
(ALMEIDA FILHO, 1950, p.7).

Com o golpe militar de 1964 e os generais no poder todos os partidos foram cassados e, em seu lugar criaram apenas dois partidos ARENA, que defendia e apoiava a ditadura e o MDB, que era oposição ao regime, impondo assim o bipartidarismo. Com o fim da ditadura surgiram outros partidos PMDB, PT, PDT, PTB, PFL e PSDB.

O número de partidos no Brasil em 2018 é de 35 (trinta e cinco), entre os quais estão o PT, MDB, PSDB, PFL, PMN, PP, PDT, PL, PHS, PDC, PPS, PPS, PSOL, PCB, PV, PR, PRB, PTC, PSTU e o PCO. Em face da crise representativa que vive o país, alguns partidos mudaram de nome, o PTdoB (Avante), PTN (Podemos), PEN (Patriotas) e PFL (Democratas), na verdade apenas evidencia “novos nomes velhas práticas”. No Brasil os partidos se transformaram em grandes empresas eleitorais que

a cada dia usam de todos os artifícios para conseguirem chegar ao poder. Em meio a essa babelônia partidária brasileira, em sua maioria os eleitores não dão muita importância aos partidos políticos e geralmente eles votam nos candidatos e não nos partidos. Essa tendência cada vez mais crescente de se votar por causa do candidato e não necessariamente no partido que ele é filiado se constitui em uma das facetas da cultura política do Brasil.

Fazendo mais uma incursão pelo Cordel quando este discorre sobre a temática política vemos refletido o pensamento referente aos partidos políticos e seu significado na visão da memória coletiva. Reproduzindo assim o sentimento popular com relação aos partidos políticos percebemos que foram produzidos pouquíssimos folhetos que discorressem especificamente sobre partidos políticos. É significativo também observar que os poucos folhetos escritos sobre partidos políticos foram criados durante o período da ditadura onde havia apenas dois partidos, a ARENA e o MDB. Podemos citar como exemplo o folheto **Debate da ARENA e MDB em praça pública antes de morrer** de autoria de Abraão Batista (1979) e **A vitória da Arena** de José Francisco Soares (1974) que tratam em seus enredos a respeito dos dois partidos e suas disputas.

Não obstante os poetas populares seguindo a tendência cultural brasileira de privilegiar políticos e não partidos na hora da votação, os mesmos registraram em seus versos o período em que havia o bipartidarismo criado por força do Ato Institucional nº 2 e o surgimento do pluripartidarismo brasileiro. No folheto **As eleições parlamentares de 1970** o poeta Orlando E. da Silva registra a polarização bipartidária chamando a ditadura de “revolução” (plenamente compreensível na época em que foi escrito):

Por que existe dois partidos
Na atual legislação
O primeiro é do governo
E o outro da oposição

Sem atender a hierarquia
Um prega a democracia
O outro renovação

O partido da ARENA
É o da Revolução
E o dito M.D.B.
Redemocratização
Sua cabeça não es quente
Eleitor vote consciente
E não faça confusão
(SILVA, 1970, p.7).

O pluripartidarismo brasileiro advindo no governo militar de João Figueiredo em 1979, por força da campanha popular pela redemocratização do país também foi registrado pelo Cordel através do folheto **De Cabral a Fernandinho via PC** de Jota Batista Feitosa:

PT.PTB.PDT
PC do B.PCB
Começaram a entrar em cena
Outros partidos surgiam
No lugar onde existiam
MDB e ARENA
(FEITOSA, 1994, p.32).

A criação de novos partidos foi vista com certo receio pelo poeta popular que em seus versos deixa nas entrelinhas a sua desconfiança com relação ao surgimento dos mesmos. O folheto **A peleja do P.T. contra o bicho Ditadura e o monstro do Capitalismo** de autoria desconhecida registra essa insatisfação:

A reforma partidária
Faz parte do mesmo enredo

De “abertura democrática”
Proposta por Figueiredo
Que visa dar um anel
Para não perder o dedo

Mas afinal nisso tudo
O que há de diferente?
O governo acaba a ARENA
E o M.D.B. de repente
Criando novos partidos
Frutos da mesma semente?
(s.d., p.11-15).

Os partidos políticos parecem estar atrelados à figura de seus criadores que passam a ser figuras personalizadas, ou seja, partidos personalizados cujas siglas estão intrinsecamente associadas aos “vultos” que os criaram. Quando se menciona o PTB logo se associa ao nome de Vargas, o PDT Brizola e o PT Lula, sendo inclusive conhecido como “o Partido do Lula”. Sendo assim dificilmente o eleitor vota em partido, ele vota pelo candidato independente do partido, tal qual observa Magalhães:

O importante é a *pessoa*, não o partido; procuram um candidato que possam fazer algo *por eles*; o mundo dos políticos é *um outro mundo*, do qual eles não fazem parte; políticos prometem e não cumprem; enfim, os políticos aparecem em conjunto, muito identificados, independente do partido (MAGALHÃES, 1998, p.120).

Essa personalização partidária apresenta-se como um possível indício de que o eleitor ao fazer sua escolha na hora de votar o faz pensando na personalidade que dá vida ao partido, como se este fosse um apêndice do candidato. O Cordel expressa em seus

versos esse traço da prática política no cenário de representação brasileiro. No folheto **Lula X Brizola** o poeta Da Silva nomina o partido com o nome do candidato:

Que o Brizola é destemido
Ele é de pagar pra ver
Que o Brizola é um partido
Que se chama PDT
Logo o povo se aglomera
No Brizolista que arde
Desfiando mil quimeras
É um montão de disparates
(SILVA, 1989, p.3).

Os políticos em geral oriundos da mesma cultura dos outros segmentos sociais que compõem e formam a cultura em sua prática política, já há muito perceberam que o mais importante é evidenciar o candidato e não o partido. Pensando assim os candidatos, tais quais atores em cena, seguem todo um ritual no intuito de “aparecer” e marcar o território, atraindo para si toda atenção em detrimento da sua sigla partidária, pois “quem não é visto não é lembrado”. Barreira (2006) chama atenção para o fato ao formular que:

enquanto atores em situação de competição, realizam a maratona de tarefas agendadas, que os expõem permanentemente. “Ser visto”, constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama (BARREIRA, 2006, p.2).

Seguindo a tradição da personalização partidária se entrecruzando político e partido temos o folheto **A lamentável morte do deputado Alcides Teixeira** de Francisco José Soares, onde o poeta ressalta:

O seu enterro, que tristeza
Fica no meu calendário
Contou com todas as massas
Do governo ao operário
Pois Alcides era um partido
E o povo seu partidário
(SOARES, s.d., p.5).

O poeta registra em seus versos, o pensamento construído pelos atores sociais que no cenário de representação político partidário faz sua opção de voto principalmente pelo candidato, não importando a sigla partidária. Esta personalização do partido associada à figura mítica de um candidato aponta para a espetacularização da política, onde o candidato é o protagonista e o partido um coadjuvante no cenário de representação política. No folheto **Mensagem de um candidato: José Félix nº 2308 ARENA 1** o poeta apela para o eleitor votar sem “olhar o partido” do candidato:

Pra ser bem representado
Seja em que sentido for
Você tem que escolher bem
Sem olhar Partido ou cor,
Vote em quem por você fale
Até com o governador
(S.i., s.d., p.5).

O povo anseia que o político eleito trabalhe para o seu povo e não simplesmente para cumprir os objetivos formulados pelo seu partido. Esse apelo popular que está contido na prática política

do brasileiro é reproduzido nos versos do poeta Rodolfo C. Cavalcante (1982) no folheto **PMDB Orestes Quércia: vamos ganhar pra mudar**, onde o poeta ressalta qual a representação que o partido tem para o candidato:

Será ele independente
Como sempre já tem dito,
Vai trabalhar pelo Povo
Pois o Povo é seu Partido
Orestes Governador
Será um trabalhador
Em prol do povo oprimido
(CAVALCANTE, 1982, p.12).

Outro comportamento verificado na prática diz respeito ao candidato mudar de partido de acordo com os seus interesses e conveniências. Uma máxima popular que evidencia o pensamento coletivo com relação a essa facilidade com que os candidatos trocam de partido é assim expressa: “troca de partido como quem troca de camisa”. Deixando claro nas entrelinhas a reprovação do agente político que assim age em sua prática. O troca-troca de partido por parte dos políticos de plantão e as impressões a esse respeito aparecem no folheto **O cara-de-pau** de Cláudio Soares (1980):

Só usa roupas da moda
Para dar boa impressão
Entra em qualquer partido
Depende da ocasião
O tipo é cara-de-pau
Cuidado, muita atenção
(SOARES, 1980, p.1).

No Cordel o partido não só personaliza determinados político e também nem sempre essa associação tem uma conotação positiva. Vários folhetos escritos sobre o partido comunista o associam à figura do mal, do anticristo e principalmente do Diabo, como se o partido fosse sinônimo de todos os malefícios e horrores possíveis. No folheto **A menina de 12 anos que está falando com a santa no Ceará** de Rodolfo Cavalcante (1970) registra essa personificação partidária do mal:

O ano setenta três
Haverá um cataclismo
Em toda América do Sul
Por causa do Comunismo
Esse partido horroroso
É o dragão criminoso
Que leva o povo ao abismo
(CALVACANTE, 1970, p.2).

O excessivo número de partidos e suas siglas tem causado confusão na mente dos eleitores tornando-se complexa a compreensão do bojo ideológico que estes defendem. Esta complexidade babilônica que se construiu no cenário de representação política é captada pelo Cordel que vê com certa “estranheza” as movimentações que acompanham o surgimento de novas siglas partidárias. No folheto **Tem mais partido político que xuxu na parreira**, José Roque Gonçalves (1986) de forma satírica chama atenção para o fato mostrando como a liberdade de expressão política tem sido usada:

Quem nunca comeu melado
Quando come se lambuza
Quem nunca teve liberdade
Quando tem, de tudo abusa

Pode usar a carapuça
Teus atos é que te acusam

Por isso, existem partidos
Que só xuxu na parreira
Na verdade se apresentam
Sem uma base verdadeira
Consequência de muita carência
Em particular financeira
(GONÇALVES, 1986, p.1).

O poeta prossegue enunciando as motivações para o surgimento do número excessivo de partidos e consequentemente de candidatos que concorreram ao pleito de 1986 (o primeiro após a ditadura) que chegam a confundir os eleitores interferindo assim em uma escolha considerada sensata:

Em novembro tivemos eleições
Para prefeitos e governadores
Houve grandes mobilizações
E ouviu-se muitos oradores
Foram tantos os candidatos
Que até confundiam os eleitores

Criaram-se novos partidos
Cada qual com um objetivo
Eram partidos de classe
Alguns até sem motivo
O negócio era concorrer
Mesmo que fosse atrativo
(GONÇALVES, 1986, p.3).

O poeta como mediador simbólico e “porta-voz” do seu público, demonstra que embora os eleitores brasileiros aparentem apatia e indiferença aos comportamentos e práticas políticas e que os mesmos também aparentem estar apenas “assistindo” a tudo que diz respeito aos governos, políticos e ao trato com a “coisa pública”, os mesmos enquanto homens ordinários “fingem-se” submeter-se e concordar com este estado de coisas, mas na verdade alguns eleitores estão tomando consciência da realidade política que os cercam oferecendo uma sutil e estratégica resistência:

Pelo que na verdade sentimos
O negócio vai continuar
A formação de novos partidos
Não tem tendência para parar
E para as próximas eleições
A divisão vai se propalar

A luta política é necessária
O povo precisa estar no poder
O eleitorado é a grande arma
Para seu representante escolher
Mas que seja honesto e sincero
Para só ao povo atender
(GONÇALVES, 1986, p.6).

O poeta atenta mais uma vez para a questão já incorporada na cultura brasileira de votar no candidato “independente” do partido a que ele seja filiado mostrando essa crescente e histórica tendência dos eleitores brasileiros que enxergam o candidato para além da sigla partidária:

Na verdade o mais importante

Não é o partido, mas sim o candidato
Ele pode estar onde estiver
Sendo corajoso e sensato
Não importa sua origem
Se é do campo ou do asfalto.
(GONÇALVES, 1986, p.5).

O citado folheto traz em sua capa uma xilogravura de autoria do xilógrafo Erivaldo, que ilustra como é excessivo o número de partidos no cenário político brasileiro. A xilogravura apresenta uma parreira de chuchu, planta conhecida por dar muitos frutos, sendo esta talvez a razão pela qual o xilógrafo a escolheu para ilustrar a capa do folheto numa clara alusão á estranheza com a qual popularmente se concebe, haver tantos partidos políticos no Brasil. Os chuchus todos indicam estarem brotando de uma única parreira possivelmente por inferir que todo o partido tem mais interesses em comuns do que diferenças, principalmente quando estão em jogo os interesses da população e que todos sejam “farinha do mesmo saco”. O ano em que foi concebida a xilogravura (1986) o Brasil já vivia sob a égide do pluripartidarismo¹², portanto já aparecem retratados como chuchus os “novos” partidos políticos representados pelo PDS, PTB, PT, MDB, PMDB, PC do B. Os partidos PFL e PMN aparecem à parte não sendo inclusos na imagem como chuchus, por “falta” de espaço na parreira para caber tantos partidos, o que se infere que

12 Durante grande parte do tempo em que a ditadura militar governou o Brasil tínhamos apenas dois partidos (bipartidarismo), a Arena (Aliança Renovadora Nacional) que abrigava todos os políticos simpáticos ao regime, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que por sua vez abrigava os políticos que se diziam oposição ao regime militar. Em 1979 com uma clara intenção de fragmentar a oposição foi instituído o pluripartidarismo, dando liberdade para a criação de novos partidos, surgindo assim a maioria dos partidos que até hoje tem representação no cenário político brasileiro.

no Brasil, existem muitos partidos políticos e que esse excessivo número de siglas causam grande confusão na mente dos eleitores sendo esta uma possível causa dos eleitores votarem em candidatos de suas preferências não importando a que partidos os mesmos pertencem.



Na conjuntura brasileira os políticos “respiram” e vivem a política com tanta intensidade, que “um dia após” a realização das eleições, o vencedor já planeja suas próximas candidaturas, contabiliza seus votos observando as áreas em que foi mais ou menos votado, que apoios poderá obter para alçar postos maiores passando a “sonhar” em ser prefeito se venceu as eleições para Vereador e foi bem votado, se ganhou as eleições para Deputado Estadual já pensa em ser Deputado Federal, e assim sucessivamente. Os derrotados também planejam seus próximos passos e dificilmente desistem da “luta das eleições”, para ocupar um cargo eletivo. Os candidatos

derrotados nas eleições procuram fiscalizar e torcer por deslizes dos seus adversários políticos, fazendo assim conjeturas de “quanto pior melhor” e sendo críticos mordazes da administração de seus adversários. Essas práticas após as eleições apontam para a falta de espírito público por grande parte da classe política que parece visar não o bem da sociedade, mas interesses pessoais. Uma máxima popular que resume essa constante movimentação política antes, durante e após as eleições no intuito de assumir o poder, é assim descrita “No Brasil os palanques nunca se desarmam” ou “os políticos nunca descem dos palanques”, numa clara alusão ao estado de coisas que se estabelece no seio do País, como se todo tempo, fosse “tempo de política”. A população já há muito percebeu essa constante movimentação e além de criticar esses comportamentos tenta tirar algum proveito da situação. O poeta em seus versos catalisa esses comportamentos além de criticá-los. O Cordel chama atenção para o fato de que se os políticos respiram e suspiram diariamente a busca pelo poder, por que os eleitores não são lembrados e assistidos em todo o tempo e não apenas em períodos eleitorais?

Será que o amor pelo povo
Só surge em época de eleição
Se os problemas são permanentes
Todos necessitando de resolução
Porque esses candidatos amorosos
Não dão aos mesmos solução.

Quando se tem amor pelo povo
Por ele muito podemos fazer
Não é só época de eleição
Quando queremos nos eleger
Que nos juntamos ao povo
Apenas no intuito de aparecer
(GONÇALVES, 1986, p.7).

Um dos possíveis motivos da frágil crença popular nos partidos políticos no Brasil e a sua predileção de geralmente votar em um candidato independente do partido que o mesmo esteja atrelado, talvez seja explicado pelo fato de haver um esvaziamento ideológico por parte dos partidos que se apresentam como sendo destituídos de um ideário sólido. Passando a imagem de superficialidade, que existe apenas para constar nas formalidades ritualísticas, como se reproduzisse no País a realidade vivida pelos partidos da Europa e dos Estados Unidos que contém programas de governos bem definidos, que têm vida própria e que não se limitam a atuar apenas ao “tempo da política” com fins simplesmente eleitoreiro, como ocorre no Brasil, tal como afirma Adriano Codato (2007): “Partidos políticos são máquinas eleitorais projetadas para ganhar eleições, exercer o poder, empregar filiados e implementar algo um tanto indefinível ‘como um projeto para o País’” (CODATO, 2007, p.8). Os partidos que em sua maioria no Brasil são destituídos de linhas mestras e definidas fazem com que os políticos se sintam confortáveis e justificados por adotarem a prática de estar constantemente trocando de partido, “pulando de galho em galho”. O Cordel através de seus poetas expressa o sentimento popular acerca desse “vazio partidário” e da troca-troca de partido principalmente com fins eleitoreiros, como podemos citar o folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira** de Manoel Santa Maria onde o poeta está atento a essa ardilosidade dos políticos:

Um País com rabo preso
Nas garras de um mercenário,
Em que políticos sujos
Fazem o eleitor de otário
E trocam mais de Partido
Do que moça de vestido,
Por cargo e numerário.

(SANTA MARIA, 2005, p.8).

O poeta prossegue denunciando outra prática comum no Brasil “em tempo de política”, que diz respeito aos dirigentes de partidos se considerarem “donos” do partido e negociarem seu apoio coligando-se a um determinado projeto, outro partido ou mesmo a um candidato em troca de cargos e benesses imediatas e futuras se caso a coligação venha a ser exitosa. Dentro desta prática encontra-se outra que consiste em um partido com pouca representatividade alugar sua sigla e legenda em troca de “apoio” nas eleições seguintes. Os versos abaixo deixam explícita essa prática eleitoreira no Brasil:

Legendas oportunistas
Mil partidos de aluguel,
“Dis-puta” febril por cargos
E favores a granel,
Nem a Reforma Política,
Que já vai nascer raquítica,
Vai pôr ordem no bonde
(SANTA MARIA, 2005, p.5).

Está claramente delineado nos folhetos aqui representados que popularmente os partidos no Brasil são vistos com pouca credibilidade e que eles geralmente não se constituem em empecilho para os eleitores votarem em candidatos de suas preferências, quando muito os eleitores se “prendem” as propostas do candidato escolhido, ou o que ele possa “oferecer” não importando a que partido ele pertence. Parece ser outra tendência da cultura política, a prática de, votar nos candidatos não importando o seu partido, personalizar o governo enquanto instituição, passando a nomear o aparelho estatal pelo nome do candidato eleito, como se o governo não fosse uma instituição que está para além daqueles que ocupam o cargo executivo das instâncias municipal, estadual

e federal, sendo comum as pessoas nominarem o governo pelo nome do político que provisoriamente ocupa o cargo do executivo. Veremos a seguir como se processa essa representação do governo no imaginário político brasileiro.

A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO (ESTADO) NA LITERATURA DE CORDEL

Ao observarmos a relação do brasileiro com a figura do governo percebemos outro traço característico da cultura política, que diz respeito à representação do Estado, enquanto governo e seu aparato institucional na visão popular. O Estado no Brasil sempre se sobrepôs à sociedade, como se fosse algo fora dela. A representação do Estado está intrinsecamente associada à política e aos políticos, sendo praticamente impossível se pensar no Estado sem associá-lo à temática política. A sociedade em sua percepção do que vem a ser Estado, enxerga-o como sendo “todo poderoso” como uma instituição que tem em suas mãos o poder para solucionar todos os problemas e mazelas da sociedade. Além de onipotente o Estado é visto como responsável pelo bem-estar dos cidadãos em todas as instâncias gerando sempre a expectativa a cada pleito eleitoral que os governantes farão tudo que prometeram, pois, o Estado é rico e poderoso, “só não faz acontecer quando falta vontade política”. A relação do cidadão é de total dependência ao Estado, como se toda a sociedade só pudesse funcionar com todas as suas engrenagens com a “intervenção estatal”. Em torno desta perspectiva surge uma máxima entre os cidadãos brasileiros que assim se exprime “quando o Estado fizer a parte dele eu farei a minha”, ou seja, “não cumprirei com minhas obrigações e deveres enquanto que o governo não executar aquilo que é seu papel fazê-lo”. Ao Estado é atribuído um papel de figura onipotente e onipresente quase um “Deus” na vida dos cidadãos que se sentem eternamente filiados à paternidade estatal. Grande parte acredita

que só deve colaborar com o governo à medida que este cumpra com a sua parte e que é dever do Estado cuidar do que é público enquanto que os cidadãos cuidam dos seus interesses particulares. A pesquisa feita pelo sociólogo Alberto Carlos Almeida atesta essa tendência ao dizer que: “[.] o brasileiro prefere agir apenas após o governo fazer a sua parte. De fato, pouco mais que a maioria da população (56%) acha que só deve colaborar com o governo caso ele cuide do que é público” (ALMEIDA, 2004, p.116).

Outra nuance da cultura política com relação à figura do Estado diz respeito a personalização do mesmo e a associação aos políticos eleitos para geri-lo. Geralmente ao tratar de questões pertinentes ao Estado faz-se referência ao governante eleito, como exemplo, O governo Sarney, o governo FHC. O Governo Collor, o governo Lula, sendo uma constante essa associação nas outras esferas do governo (estadual ou municipal). O governo de A ou B parecem estar para além do Estado sendo comumente assim encarado. Essa marca da percepção do Estado é partilhada também pelos políticos que quando eleitos se apoderam do aparelho estatal personalizando-o e tentando apagar e tornar ineficaz a marca do governo que o antecedeu, principalmente se foi da oposição. Uma marca dessa prática é o não dar continuidade a obras do governo antecessor ou desprezar as obras anteriores não tendo o cuidado de fazer manutenção nas obras do governo que servem à população, mas que foram criadas em governos anteriores.

Parece ser uma marca característica do político brasileiro não entender que o Estado deveria estar acima do governante que está no poder, que o Estado continuará existindo e que este é apenas provisoriamente seu administrador. Essa visão torna passível de práticas corruptas de desvios de recursos públicos os eleitos que usaram em seus discursos a política do “retrovisor” que consiste em culpar os antecessores pelos problemas da atualidade e utilizar-se desta premissa para justificar os problemas enfrentados

na atual administração e os impedimentos a eles impostos que inviabilizam tudo que prometeram em campanha. Enquanto o discurso do “retrovisor” é normatizado, abre-se espaço para que alguns se utilizem da “justificativa” para dilapidar o patrimônio público, sem levantar suspeitas.

Culpar o governo por “quase tudo” o que acontece, se tornou um hábito cultural, onde se oscila na percepção em sua representação entre o onipotente governo que tudo pode fazer e o incompetente governo que pode, mas não faz, vindo assim receber duras críticas e acusações. São inúmeros os cordéis em que estão registradas as variadas interpretações que, ou entronizam a figura do governo, ou o acusam pela existência de todos os males. O folheto **A história do bode Ioiô e o seu encontro com Orson Welles** de Abraão Batista, verbaliza a indignação contra o governo:

O governo é sem vergonha
Sem moral e sem ação
É corrupto e mentiroso
Por cima, ainda é ladrão
Só Deus do céu nos acode
E o Padre Cícero Romão
(BATISTA, s.d., p.7).

Este componente cultural que foi socialmente construído e incorporado pelos atores sociais ao *modus vivendus* do cotidiano brasileiro, da tendência de atribuir culpa e responsabilidade ao governo pelas mazelas existentes na sociedade, é expresso através da crença de que por meio de decretos o governo teria o poder de mudar a realidade e resolver todas as questões sociais. Esse pensamento dúbio está incrustado na cultura política desde há muito tempo como atesta Raimundo Faoro ao comentar sobre a representação acerca do Estado brasileiro: “Quando um brado de

pessimismo aponta a miséria do dia seguinte, é ainda ao Estado que se pede o remédio, o Estado fonte de todos os milagres e pai de todas as desgraças” (FAORO, 2001, p.104). O cidadão se exime quase que totalmente da responsabilidade de mudanças projetando para o outro, na figura do governante ou do político que pelo seu voto foi eleito, a culpabilidade pelos problemas e as possibilidades de alteração da realidade social e política do Município, Estado e País. No folheto **Não jogue fora esta arma** Francisco Correia de Lima, depois de expor algumas mazelas e problemas sociais conclui que:

E a culpa de tudo isto
São os donos do poder
Que não pensa em outra coisa
A não ser enriquecer
E pra aumentar seu cobre
Tira da boca do pobre
O que tinha pra comer
(LIMA, 1996, p.4).

Os folhetos analisados acima reforçam a característica da cultura política de atribuir culpa e responsabilidade ao governo pelos problemas da sociedade e de esperar do mesmo a solução destes mesmos problemas. O Estado é visto como sendo onipotente e onipresente, com características divinas para solucionar questões não fazendo apenas se não tiver vontade política, conforme o imaginário popular assim concebe. Esta característica de deificar o governo e os políticos atribuindo-lhes o “milagre divino” das resoluções dos problemas da sociedade será mais bem explicitado nas reflexões que vem em seguida.

“DEUS E O DIABO NA TERRA DA POLÍTICA”: A REPRESENTAÇÃO DO MISTICISMO RELIGIOSO NA

POLÍTICA À LUZ DO CORDEL

Em um País como o Brasil de tradição religiosa, onde 92% das pessoas seguem uma religião e que embora seja um Estado laico onde não há oficialmente uma direção religiosa, garantindo-se a liberdade religiosa para crer ou até descrever, é plenamente perceptível que a religiosidade e o misticismo também estejam incorporados às práticas políticas expressas no dualismo maniqueísta da luta do bem contra o mal, de Deus e do Diabo. Culturalmente é comum atribuir-se virtudes aos candidatos chegando a deificá-los, como “salvadores da pátria”. É comum também, evocar-se para os candidatos a virtude destes serem religiosos e que contam com as bênçãos divinas em sua trajetória política. Por sua vez quando o candidato pertence à oposição percebe-se a tentativa de demonizá-lo, apresentando-o como a personificação do mal, do próprio diabo.

É comum invocar a benção de santos e beatos sob a candidatura de alguns políticos, bem como usar jargões religiosos na tentativa de “seduzir” e cooptar eleitores. O presidenciável Collor de Mello em campanha aparecia publicamente ao lado de Frei Damião que era na época, o maior mito religioso do Nordeste brasileiro. Após a chegada ao poder Collor ao fazer seus pronunciamentos á nação, trazia em seu cenário de representação ao fundo um quadro com a figura do papa João Paulo II (com quem havia se encontrado no Brasil em outubro de 1991) numa clara associação de sua figura ao governo de Collor que se apresentava como um governante que “presidia com as bênçãos divinas”. Os cordéis como caixas de ressonância do pensamento fazem referências à figuras religiosas como Deus, Jesus, Maria e os santos do panteão católico numa clara associação e apelação ao sentimento religioso projetando-o sobre as escolhas políticas do público que consumia os folhetos e seguiam suas orientações.

Os poetas registraram as nuances e meandros que permearam as tentativas de associação do imaginário da religiosidade e do misticismo às questões políticas, sejam elas para promover um candidato, para dar sustentação a uma política de governo ou mesmo endossar práticas de políticos eleitos. Os poetas registram episódios reais e fictícios de acontecimentos e personagens políticos, descrevendo a associação do sentimento religioso às questões políticas em geral e o seu uso para promover figuras e fatos políticos. O poeta Paulo de Tarso Bezerra Gomes fala do uso político que Collor fez da figura de Frei Damião na eleição para Presidente em 1989, através dos versos do folheto **Governado por doutores o Brasil ficou assim**, onde ele versa:

Usando o velho frade
O pastor frei Damião
Eles tentam lhe mostrar
Que estão com o povão
Mas isto é só pretexto
Pra ganhar a eleição
(GOMES, s.d., p.6).

No universo cultural de fortes tendências religiosas e místicas é comum se atribuir aos atores sociais como características para ser um bom candidato ou eleitor, o fato de professar um credo religioso e experiênciá-lo em sua prática diária. Sendo o Brasil um país onde a maioria da população professa o catolicismo, encontramos vários exemplos de cordéis que apelam para o sentimento religioso na hora da escolha dos candidatos. O poeta Elino Laurentino no folheto **O comunismo ao conhecimento do povo o sétimo anticristo vem perto** exemplifica essa prática assim dizendo:

Escolhe o candidato

Livre católico romano
Implicai contra rubro
No dia sete de outubro
O voto resolve o plano
(LAURENTINO, 1962, p.24).

Uma das figuras mais emblemáticas no campo religioso político, foi o Padre Cícero, que recebeu a alcunha de coronel de batina pelo profundo envolvimento que teve em sua trajetória mesclando o sentimento religioso com as questões políticas locais e nacionais. Os espólios políticos de “Padim Ciço” ainda hoje são disputados por candidatos, colocando-se como devotos que se colocavam à “sombra” das bênçãos de “Ciço” são por isso dignos do voto popular. Bernadino de Treipú no folheto **A salvação do Brasil: profecia do Padre Ciço Romão do Juazeiro** escrito em 1949 narra uma suposta aparição de Padre Cícero onde o mesmo aconselha e orienta o povo dos caminhos a serem percorridos e que políticos estes devem votar. O folheto trata da eleição presidencial a ser realizada em 1950 e advoga a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Nos versos vemos a presença da religiosidade e misticismo na cultura política, invocando assim a figura do padre Cícero mesmo depois de morto já há quinze (15) anos, com a promessa da indulgência plena para os eleitores que votassem em Eduardo:

Me disse um santo romeiro
Chegado do Ceará
Que o nosso santo Padrinho
Que no céu há muito está
Foi visto no Juazeiro
Mandando o povo votar

E disse pra todo mundo
Que estava na ocasião
Quem votar no brigadeiro

Terá certa a salvação
Pois foi Deus que o mandou
Pra governar a nação
(TREIPU, 1949, p.4).

O poeta prossegue sua narração chamando atenção para o sentimento místico da fé e alertando seu público alvo sobre o perigo do “satânico” e maléfico comunismo que na época era considerada uma ameaça que rondava o país. Na visão reproduzida no folheto Eduardo Gomes combateria o comunismo em seu governo:

Ele acaba o comunismo,
Que é obra de Satanáz,
Ele acaba o quererismo,
Que é obra de um Ferrabraz,
Meu Padrinho sabe o que diz,
Nosso Senhor sabe o que faz
(TREIPU, 1949, p.4).

Os versos do poeta apelam para a consciência dos “fiéis” para obedecerem ao “Padim Cíço”, não incorrendo assim em “pecado”, sob pena de serem excomungados e amaldiçoados em suas vidas, devendo, portanto, votar no candidato indicado:

Disse mais que todo povo,
Deste nosso grande Estado
Votasse no brigadeiro,
Seja paisano ou soldado,
E quem isso não fizesse,
Ficaria excomungado

De nosso Padrinho Cíço,
Não queremos a maldição
Nós queremos que ele bote

Sobre nós sua benção
Por isso não faltaremos
Na hora da eleição
(TREIPU, 1949, p.5).

Os poetas a exemplo do seu público professam, em grande parte, o credo católico com características messiânicas e fatalistas de cunho tradicional e conservador, tendo suas vidas marcadas de alguma forma pelo misticismo e fanatismo religioso que tendem a influenciar o pensamento e as práticas culturais. Esse componente de religiosidade por sua vez influencia as práticas políticas do povo brasileiro.

Os folhetos além de conterem forte apelo religioso com o fim de promover políticos e influenciar à decisão do voto do eleitor, também exploram o misticismo tão presente na cultura brasileira. Os poetas ao versarem sobre a política costumam se utilizar do mundo sobrenatural, místico, como podemos perceber no uso da perspectiva do além-túmulo onde alguns políticos parecem se eternizar na memória coletiva, continuando a “falar mesmo depois de mortos”. É significativo o número de folhetos que trazem em seus enredos, políticos falecidos que “aparecem”, trazendo um recado para os vivos, ou tratando da chegada destes no céu sendo recebidos com todas as honras e tendo a oportunidade de transmitir mensagens para os seus eleitores. Na perspectiva da religiosidade e misticismo do brasileiro acredita-se que as pessoas boas ao falecer vão para o paraíso (céu) estando “purificadas” e aptas a servir aos seus, mesmo depois de falecidas, trazendo avisos, conselhos e advertências. Podemos citar como exemplo os folhetos: **Tancredo Neves envia do céu mensagem a constituinte, A chegada de João Pessoa no céu, O encontro de Tancredo com São Pedro no céu, O grande encontro de Tancredo com Tiradentes no céu, Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu, A carta de Jesus Cristo para Sarney e A misteriosa carta de Tancredo para o povo brasileiro.** Todos estes

folhetos tematizam a política onde mensagens sobrenaturais são transmitidas aos “mortais” brasileiros.

Nos folhetos, os adversários políticos do personagem central aparecem como estando no inferno sob o governo daquele que personifica toda a maldade: o Diabo, enquanto que os protagonistas são apresentados ao lado de anjos, com entrada garantida no céu e grande influência com Deus e os santos, prosseguindo estes com a missão iniciada na terra de “interceder” e “ajudar” o povo. No folheto **A Chegada de João Pessoa no céu** o poeta Antônio de Souza Coelho vai até o céu imaginariamente e se encontra com o ex- governador da Paraíba, João Pessoa que foi assassinado e recebido no céu como mártir, vivendo no céu cheio de honrarias. João Pessoa informa ao poeta que o inferno aguarda os seus adversários políticos e principalmente o coronel José Pereira conhecido por ser um dos seus maiores adversários:

Tinha ali um grande pátio
De fogo todo cercado,
Me disse o diabinho: aqui
Está sendo muito esperado
Um rei truão e maluco
Que armado de trabuco
Fez de Princesa um Estado
(COELHO, 1931, p.13).

Nos versos do Cordel são inúmeras as mensagens enviadas pelos políticos mostrando através de seus supostos recados do além que seus espólios políticos ainda são utilizados para influenciar o agora e o futuro dos eleitores que a eles devotaram em vida sua confiança e “veneração”. Uma das figuras políticas que mais foi utilizada para trazer mensagem ao povo brasileiro do além, foi Tancredo Neves que se tornou símbolo da transição da ditadura para a redemocratização. Vários folhetos tratam da figura

de Tancredo póstuma que no entendimento de muitos precisava “estar vivo” na memória coletiva para assim ajudar na consolidação dos ideais democráticos. Os folhetos a respeito das mensagens e visões de Tancredo estão presentes durante os anos seguintes a sua morte englobando o governo Sarney e principalmente a Constituinte que tinha como objetivo colocar o País de volta aos trilhos da democracia.

No folheto **Tancredo envia do céu mensagem a Constituinte**, de Apolônio Alves dos Santos escrito em 1987, o enredo trata de uma carta enviada por Tancredo aos integrantes da Assembleia Constituinte. Tancredo havia falecido em 1985 e ainda havia grande euforia acerca do que viria a ser o Brasil pós-ditadura. A figura de Tancredo era vista a época como símbolo de transição e esperança para o Brasil, e talvez por esse fato o seu falecimento ainda hoje cause tanta comoção. Havia um clima instalado no Brasil de que se deveria dar continuidade ao que Tancredo “começou” e os poetas deram a sua contribuição não permitindo que Tancredo morresse na lembrança do povo e uma das formas encontradas foram as publicações sucessivas de folhetos que tematizam a política póstuma de Tancredo onde este aparecia transmitindo recados e mensagens orientando os políticos nos passos que estes deveriam dar para conduzir o país rumo à redemocratização. A constituinte era a esperança que novas leis concedessem mais liberdade, mais direitos e mais justiça. O ano de 1987 foi marcado pelas discussões em torno da nova Constituição e o poeta sintonizado com os acontecimentos destaca a mensagem tornando Tancredo “onipresente” para a nação brasileira:

Amabilíssimos leitores
Deste nosso século vinte
Vamos ler uma mensagem
Com a notícia seguinte
Que para honrar seu troféu

“Tancredo enviou do céu
Para a Constituinte”.

- Tancredo Neves queria
Nos dar toda proteção
Mas como Deus o chamou
Para a celeste mansão
Lá do céu ele está vendo
Tudo o que está ocorrendo
Aqui em nossa nação
(SANTOS, 1987, p.1-2).

O poeta dá ao político Tancredo o dom sobrenatural da clarividência ao afirmar que este já antevia que o plano Cruzado e o congelamento de preços, do seu sucessor Sarney, não daria certo:

Quando Sarney decretou
O tal Plano cruzado
E deu ordem para que
Fosse tudo congelado
Sem nenhuma hipocrisia
Tancredo de lá dizia
Isso não dá resultado
(SANTOS, 1987, p.1).

O poeta centraliza a mensagem pós vida de Tancredo para aqueles que estão elaborando a nova Constituição advertindo-os através dos seus versos para as implicações que a mesma trará para o futuro do povo brasileiro:

Agora Tancredo vendo
As irregularidades
De alguns constituintes

Suas incapacidades
- Com a seguinte abordagem
Enviou uma mensagem
Com todas legalidades.

Dizia assim a mensagem
Meus ilustres diretores
Da grande constituinte
Eu peço a todos senhores
Olhar a população
E toda situação
Dos pobres trabalhadores
(SANTOS, 1987, p.2).

O folheto acima destacado é mais um exemplo entre tantos escritos, que mostram a incidência do sobrenatural no mundo da política, dando à temática uma representação holística que aponta para o fato da influência marcante que a política imprime sobre o brasileiro que é “obrigado” a respirar política em quase todos os aspectos de suas vidas, se tornando uma temática onipresente onde até o além tematiza e transmite com toda a sua carga simbólica mensagem para os viventes. Os eleitores embora estejam imbricados nestas teias de significados que permeiam as suas vidas, não conseguem assim se perceber tão facilmente, vindo a atribuir a faceta de viver para a política e da política somente aos políticos no sentido weberiano destas duas classificações. Culturalmente o brasileiro no seu imaginário “convive” com a perspectiva do sobrenatural no seu cotidiano, sendo comum as histórias de pessoas que dizem terem sido visitadas pelos mortos para lhes trazer alguma mensagem de alento ou de advertência. O poeta dentro desta perspectiva utiliza deste artifício para ser “interlocutor” dos

políticos mortos que “visitam” o mundo secular para aferventar e promover a temática política.

Ainda no universo do misticismo religioso e seu uso político, observa-se que nem todos os poetas se deixam iludir com esse uso do sobrenatural para fins eleitorais. Alguns poetas ainda que professos religiosos rejeitam esse uso do simbolismo religioso para fins políticos, por acharem que “religião e política não se misturam” e que políticos não deveriam fazer uso deste artifício, como pode ser exemplificado no folheto **A desconversação na pretensiosa mudança do nome Juazeiro do Norte para Juazeiro do Pe. Cícero** do poeta Abraão Batista que em seus versos protesta contra a prática:

Agora o que se vê:
Todo político idiota
Grita por Pe. Cícero
Pra arranjar a patota
E o romeiro que é tolo
Entrega a ele a maleta
(BATISTA, 1984, p.7).

O uso do discurso religioso para fins eleitorais se normatizou na seara da política e se constituiu em outra representação que o agente político é convidado a encenar no espetáculo da política para conseguir o apoio da população que professa algum credo religioso, tornando-se assim comum, políticos se apropriarem dos discursos religiosos com características tipológicas de sermões, com fortes tons messiânicos. Não é por acaso que o mote da religião esteja presente em quase todas as classificações temáticas propostas para estudos do Cordel. O grande número de folhetos escritos evocando o tema demonstra como é presente no cotidiano do povo o forte sentimento religioso. Os fins eleitorais dos discursos político transpassado pelo discurso religioso, tem

como fim precípua a conquista do voto do eleitor. Veremos no próximo capítulo como se construiu toda carga de representações, significados e símbolos que se processaram em torno da redemocratização do Brasil à luz do imaginário popular explicitado no Cordel.

A REPRESENTAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA DO BRASIL DURANTE AS “DIRETAS JÁ” À LUZ DO CORDEL

A Literatura de Cordel como testemunha ocular da história retratou em seus versos um dos momentos de maior efervescência e esperança popular, que ficou conhecido como “Diretas Já” ou período de redemocratização. O País viveu 21 anos de ditadura militar caracterizados pela falta de liberdade de expressão e crises econômicas. O Brasil em seus incipientes passos vivenciados nos poucos anos em que não vivera sob os auspícios de governos autoritários mais uma vez foi sufocado durante a ditadura instalada em 1964 que reprimiu, censurou e abortou a participação política dos cidadãos. Mas o silêncio imposto pela ditadura não impediu que vozes discordantes percebessem que algo estava errado ainda que não tivessem a dimensão do que seria viver uma verdadeira democracia.

O espetáculo da política ganhou contornos de “festa popular” onde a população sufocada pelos anos cinzentos da ditadura saiu às ruas numa verdadeira carnavalização da política. O elenco dos atores que lutaram pela volta da democracia era formado por políticos, artistas, estudantes, trabalhadores em geral. As manifestações públicas ganharam as ruas e tomaram uma proporção e visibilidade inesperada principalmente nos últimos dois anos do regime militar (1983-1985), que se caracterizam pelo momento de transição entre a ditadura e o retorno da democracia. A convalescente ditadura militar perdia gradativamente suas forças diante das multidões que “pediam” a volta das eleições diretas para todos

os cargos eletivos e principalmente para Presidente. Esse movimento de luta pela democracia ficou conhecido por “Diretas Já”.

Os militares deram um golpe em 1964, sob a alegação que iriam combater a ameaça do Comunismo, que segundo eles rondava o Brasil, e acabaram passando 21 anos no poder reverendo-se entre cinco generais. Após muitos anos de opressão, censura e perseguições, o regime começou a dar sinais de desgaste e desestabilização, o que levou os militares a prometeram que iriam promover o retorno da abertura política, através do presidente Ernesto Geisel em 1974 com o projeto de “distensão segura lenta, gradual, ampla e irrestrita”. Em termos práticos, a abertura política foi lenta e gradual, porém não foi nem ampla, nem irrestrita. A pressão popular contra as torturas e exílios promovidos pela ditadura levando a alguns políticos que tiveram seus mandatos cassados, ativistas e artistas a deixarem o País sob pena de serem presos e acusados de subversão, levou o governo militar a decretar em 1979 a Anistia, que consistia no perdão pelos seus atos considerados pela ditadura como crimes, permitindo que gradativamente os exilados retornassem ao País e engrossassem as fileiras daqueles que lutavam pela abertura política. A oposição partidária à ditadura era feita principalmente pelo partido do MDB, que se aproveitando da “concessão” dos militares para realização de eleições para governador em 1982, conseguiu eleger 10 governadores entre os 22 eleitos em 1982. Os governadores de oposição eleitos encabeçaram o movimento resistência ao regime. O povo brasileiro contrariando a história oficial que o define como apático e indiferente aos acontecimentos políticos, começou a expressar-se e a manifestar toda a sua insatisfação com a ditadura participando de pequenas movimentações que foram crescendo e tomando proporções imponentes, onde milhões de pessoas participaram a exemplo da manifestação ocorrida na Praça da Sé, em São Paulo no dia 27 de abril de 1984. Inicialmente as manifestações ocorreram de forma desorganizada,

com lideranças dispersas e de forma tímida, porém com a participação de artistas de renome nacional as manifestações ganharam um tom de festa, regadas com muita música que de certo modo junto com lideranças políticas de renome unificou e fortaleceu o movimento. A efervescência do movimento das “Diretas Já” sofreu um duro golpe quando em 1984 a emenda Dante Oliveira que defendia a volta das eleições diretas para Presidente já em 1985 foi rejeitada. O primeiro Presidente civil após a ditadura militar seria então eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

Os poetas fizeram ecoar as vozes polifônicas e polissêmicas do Cordel registrando os acontecimentos da época deixando nas entrelinhas a impressão e participação popular. O Cordel durante a ditadura tal qual os outros meios de comunicação sofreram com a censura, havendo restrições por parte dos poetas que inicialmente evitavam falar de questões políticas. Se levarmos em consideração o período que antecede a ditadura de 1964, onde os acontecimentos políticos motivados pelos governos populistas a partir de Vargas tornaram-se o principal tema desenvolvido pela maioria dos poetas, podemos dizer que a produção de cordéis principalmente nos primeiros anos da ditadura foi ínfima. Porém esse aparente silêncio não foi exclusivo dos poetas, pois a censura atingiu e intimidou todos os meios de comunicação da época. A produção cordeliana do início da ditadura foi representada por alguns poetas que evitavam falar sobre a ditadura, bem como outros que “seguindo o curso natural” da mídia controlada pelos censores militares escreviam folhetos elogiando as medidas de governo dos generais, conforme atestou Mark Curran ao afirmar que eles:

[.] faziam o que lhes era permitido ou esperado usando como fonte os jornais e a tevê, isto é, restringindo-se ao que aparecia na mídia nacional. Desde a posse do presidente Médici no fim de 1969, houve poucos folhetos críticos, mas não faltaram histórias louvando

os projetos do regime, talvez como resultado de sua tremenda campanha de propaganda (CURRAN, 2003, p.195).

O período de transição democrática correspondeu a um período de efervescência do Cordel, um verdadeiro “ressurgimento” da produção cordeliana que registrou os lentos passos do fim da ditadura, a anistia e volta dos exilados, a criação de novos partidos, a campanha pelas eleições diretas, a frustração das eleições indiretas, a eleição de Tancredo Neves e a sua morte e o governo acidental de Sarney. É perceptível nos folhetos escritos durante o processo de transição na década de 1980 a tendência de personalizar e centralizar o movimento pelas “diretas já” e seus desdobramentos, na pessoa de Tancredo Neves. Das centenas de folhetos escritos e que cobrem os eventos referente à transição democrática entre 1979 a 1985, pode-se afirmar que 80% dos títulos e suas temáticas trazem Tancredo como protagonista. Os poetas na época em que escreveram, não conseguiram dissociar a pessoa de Tancredo do movimento, sinalizando assim para uma das características da cultura política brasileira de acreditar que são os “salvadores” e “heróis” que agem pelo povo e para o povo trazendo benefícios e redenção. Os poetas juntamente com a maioria dos brasileiros não percebiam com nitidez a conjuntura política da época que unida a outros fatores culminou com o movimento das “diretas já”. Conjuntura essa marcada pela “distensão” da ditadura, pela crise do petróleo, pelo crescimento da oposição através da criação de partidos como o PT e também por eleger deputados e governadores contrários ao regime, entre outros fatores. No entanto dentro do próprio Cordel haviam vozes discordantes que conseguiram perceber o que a maioria da população não conseguia enxergar. Fato é que a produção cordeliana viveu um verdadeiro “renascimento” e a temática política que tanto interessava à população se fez presente informando e atualizando a população dos últimos acontecimentos. O período

de “abertura política” entre 1979 e 1985 “coincidiu” e correspondeu com o que Curran chamou de “a abertura nos textos cordelianos”:

[.] houve uma verdadeira inundação de folhetos, que se iniciou timidamente para culminar no que talvez se possa classificar como o segundo maior momento de sua trajetória- e isso quando se supunha-se, quase desaparecera. A campanha por eleições diretas e a vitória de Tancredo, o “Mártir da Nova República, sem dúvidas constituíram eventos dos mais vibrantes de todo o século da história brasileira registrado pelo Cordel (CURRAN, 2003, p.203).

A partir dos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) foram dados alguns passos rumo à “abertura política”, mas isso não ocorreu pela vontade dos militares e sim pela pressão popular através de greves de trabalhadores, denúncias de torturas, perseguições e mortes de pessoas consideradas opositoras do regime. Entre as medidas tomadas estavam a extinção do AI-5, que era a lei imposta pelos militares que cassava direitos políticos e tinha poder de fechar o congresso e suspender eleições. Em 1979 foi promulgada a lei da anistia, que “perdoava” todos os suspeitos de se oporem ao regime, muitos dos quais foram exilados para outros países para não morrerem nas mãos da ditadura. Com a lei da anistia centenas de exilados voltaram para o Brasil. A lei da anistia era polêmica e tinha um caráter dúbio, pois ela não só beneficiava os presos políticos, mas também os seus algozes de terem praticado toda sorte de atrocidades contra os cidadãos, conforme atesta Carvalho:

A lei era polêmica na medida em que estendia a anistia aos dois lados, isto é, aos acusados de crimes contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados.

Além disso, não previa a volta aos quartéis dos militares cassados e reformados compulsoriamente (CARVALHO, 2002, p.176).

A anistia, proposta pelo Presidente Figueiredo em 1979, cedendo à pressão popular que agonizava nas mãos opressoras da ditadura, não contemplava os anseios do povo. Essa anistia restrita e limitada foi percebida também, pelo poeta que usou sua pena para denunciar em seus versos as “meias verdades” da ditadura. O folheto **Povo, governo e anistia** de Enoque Araújo, além de descrever os anos opressores da ditadura denuncia a parcialidade da anistia proposta pelos militares:

Agora o mesmo governo
Com Anistia restrita
Protege os do seu lado
Já botou nomes em listas
Outros ficaram de fora
Tachados de terroristas

Desconhece torturados
Sofrendo numa prisão
Apenas por ideal
Ao lado de irmãos
Agora querem negar
O direito a Nação
(ARAÚJO, 1979, p.7).

É nesse período de “relaxamento” (a partir de 1979), que a ditadura começa a “perder força” e os movimentos que lutavam contra, começam a se locomover no campo tático, mais rapidamente e eficazmente, no espaço de resistência ao sistema. É nesse momento que os poetas rompem o silêncio imposto pela ditadura (ainda de forma tímida) e começam a produzir folhetos

em defesa da anistia e da redemocratização, expressando assim alguns elementos presentes na cultura política da época. Rodolfo Coelho Cavalcante no folheto **Senhor Deus dos exilados** apela para que a anistia se torne uma realidade no Brasil através dos seus versos:

Senhor Deus dos Exilados
Tenhais dele compaixão,
Que voltem ao seu País,
Como melhor solução,
Para que a Anistia
Complete a Democracia
Em nossa grande nação

A família brasileira
Não pode mais suportar
Ausência dos seus queridos,
É hora de regressar
Que se decrete a Anistia
Porque a Democracia
Deve de novo raiar
(CAVALCANTE, 1979, p.1).

Os poetas seguindo a tendência dos meios de comunicação em que, sufocados pela censura e repressão abstinham-se de divulgar, e criticar a ditadura, ecoaram os clamores populares pela anistia e começaram a denunciar, a partir de 1979, as torturas e prisões promovidas pela ditadura. Não se pode imputar aos poetas e ao povo a peja da indiferença e não participação política, pois no período da ditadura antes de 1979, o País vivia sob a égide da repressão e dos AI-5 (Atos Institucionais) que cerceavam a liberdade de expressão, não permitindo nenhuma manifestação sob pena de ser preso, torturado e ter seus direitos cassados. Quando o

cercos da ditadura começa a ser rompido, vozes de protesto começam a ecoar e manifestar o que estava latente e incontido, mas que sempre existiu, porém não se manifestava por medo da repressão. Enoque Araújo em **Povo, governo e anistia** apresenta a sua versão dos fatos ocorridos durante a ditadura e o clamor popular pela anistia:

Muitas prisões foram feitas
Espancamento e tortura
Outros desaparecidos
As famílias em amargura
Sem contar os exilados
Fugindo da ditadura

Milhares de brasileiros
Estão fora do Brasil
Por defender o seu povo
De um regime hostil
Exigindo um Governo
Pelo voto varonil
(ARAÚJO, 1979, p.1-2).

Respirando o fétido ar da ditadura e acostumados a ter que ovacionar os atos dos militares, quer concordassem ou não, alguns poetas temerosos ainda, enxergavam na lei da Anistia, não um fruto da luta contra um sistema opressor, mas sim uma benesse ou concessão feita pelo ditador João Figueiredo ao povo brasileiro, como podemos exemplificar através do folheto **Anistia ampla e a volta de Arraes**, de José Francisco Soares, onde o poeta descreve o clima que antecede a chegada do ex-governador pernambucano Miguel Arraes à sua terra natal por ter recebido do Presidente o indulto de liberdade para poder voltar ao Brasil. O poeta explicita em seus versos a anistia “concedida” pelo ditador e rasga elogios a ele dizendo:

A lei da Anistia
Teve um só objetivo;
Deu anistia aos políticos
Em nada foi vingativo
Pois filhos da liberdade
Não poderão ser cativo
Sabemos que Figueiredo,
Alma, santa, pura e boa,
Que quando levanta a voz
No monte o eco ressoa,
E pega até no fuzil
Se ver o Brasil a tã
(SOARES,1979, p.8).

Em outro folheto de autoria anônima escrito durante a ditadura, de título **A peleja do P.T. contra o bicho da ditadura e o capitalismo**, o poeta interpreta a criação da lei de anistia não como uma dádiva do general Figueiredo e sim como fruto da luta e engajamento popular contra a ditadura:

Essa lei da Anistia
que o Figueiredo assinou,
não foi dada de presente
pelo Regime opressor
ela só foi conseguida
porque o povo lutou
(1980, p.10).

O período de transição democrática também foi marcado pela estratégia dos ditadores, que para desarticularem a oposição, criaram através de Figueiredo, em 1979, a lei Falcão que acabava com o bipartidarismo e restabelecia o pluripartidarismo. Essa medida levou a oposição a fragmentar-se e enfraquecer-se através

da criação de vários partidos com interesses diversos e desarticulados. O congresso que antes estava delineado entre o partido do governo que era ARENA e o MDB que era a oposição e que vinha crescendo sorrateiramente, teve o seu intercurso impedido pela fragmentação partidária. Os poetas percebem também a manobra dos militares com o pluripartidarismo e “denunciam” em seus versos essa sutileza da ditadura, como podemos ver através do folheto **A peleja do PT contra o bicho da ditadura e o monstro do capitalismo**, onde o poeta anônimo, ao falar da luta do recém-formado partido dos Trabalhadores (PT) denuncia o que estava por trás do pluripartidarismo:

A Reforma Partidária
Faz parte do mesmo enredo
Da “abertura democrática”
Proposta por Figueiredo
Que visa dar um anel
Para não perder o dedo

Dessa forma ele pretende
Dividir o M.D.B.
Criando novos partidos
Pra melhor poder vencer
É assim que a burguesia
Permanece no poder
(1980, p.11).

A última eleição direta para Presidente no Brasil ocorrera em 1960, onde através do voto popular Jânio Quadros foi eleito. Passados 24 anos do último pleito e de uma sufocante ditadura, havia uma extrema ansiedade pelo retorno das eleições, principalmente para Presidente, pois com a “abertura política” e o movimento pelas “Diretas Já”, reacendeu novamente a esperança

messiânica de que um Presidente eleito pelo voto popular traria redenção ao País. Havia também na época, na cultura política o pensamento corrente que o simples retorno das eleições diretas traria automaticamente as mudanças que o Brasil precisava. Apolônio Alves dos Santos deixa transparecer esse pensamento, no folheto **Eleições diretas já para um novo presidente**, onde ele comenta da decepção popular por ocasião da derrota da emenda Dante de Oliveira:

Esta foi uma derrota
Que jamais se esquecerá
Nosso País tá quebrado
E jamais se emendará
Está sofrendo a nação
E a nossa solução
Seria as diretas já
(SANTOS, 1984, p.1).

A campanha pelas eleições diretas contou com a cobertura de parte da mídia nacional, corroborando assim com a divulgação e fortalecimento do movimento “pró-diretas-já” por todo o País. Os poetas como mediadores simbólicos e como cronistas do seu tempo não ficaram fora deste momento da história, pelo contrário, houve engajamento de vários poetas que apresentavam suas impressões acerca dos acontecimentos, segundo nos informa Veríssimo de Melo ao afirmar que: “A versão crítica dos fatos, segundo a ótica dos poetas, corre paralelamente ao que está registrado pela imprensa escrita” (MELO, 1986, p.13). Muitos folhetos foram escritos em 1984 expressando o desejo e a esperança popular pelo retorno das eleições diretas. Não somente os poetas com a produção de folhetos sobre o tema, mas também, os imigrantes nordestinos repentistas (violeiros) *in loco* na cidade de São Paulo, em clima de festa ecoavam através de suas violas,

cantando e decantando em versos a impressão popular acerca do movimento pelo retorno da democracia, conforme registra Marlise Meyer:

Nesta cidade em que os repentistas recriam o Nordeste a cada feira, em cada boteco do Brás, inventavam-se refrãos, improvisam-se cantorias, desafios, adaptam-se cantigas para reclamar diretas-já. Como no jongo, ou qualquer samba-de-lenço, de umbigada, graças a música, o verso que alguém inventa é imediatamente aprendido por todos e, no coro que o repete, a criação individual, apropriada pela multidão, se transforma em patrimônio comum (MEYER, 1985, p.8).

No folheto **Queremos Diretas Já! Para todos brasileiros** o poeta registra a união dos partidos políticos na luta pela redemocratização, bem como, a ansiedade e a angústia em que vivam os brasileiros, há 24 anos sem fazer uso do voto direto, que fora usurpado pelos militares instalados no poder. Entre as estrofes do folheto partes da frase “quero votar pra Presidente diretas já” estão intercaladas, com o objetivo de enfatizar e demonstrar a movimentação ocorrida em 1984 e o desejo popular de votar livremente:

Todos partidos unidos
PMDB primeiro
O PDT e o PT
PTB é um guerreiro
Queremos diretas Já
Para todos Brasileiros

E assim meus companheiros
Como o Brasil vai a frente

Não tem eleição direta
Todo mundo descontente
Nossos títulos estão mofando
Pra votar num Presidente
(1984, p.1).

A campanha pelas eleições diretas através do voto popular ganhou dimensões gigantescas espalhando-se por todo o Brasil, contando com a participação de diferentes classes sociais que gradativamente passaram das centenas, das milhares atingindo a casa dos milhões, chamando assim a atenção da mídia que com a cobertura dos eventos atingia todos os recantos do País, mobilizando e ampliando a participação popular nas manifestações que pediam o fim da ditadura e o retorno da normalidade democrática peculiar dos sistemas republicanos. Segundo registra Carvalho:

A campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do País, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram as ruas. Ela começou com um pequeno comício de 5 mil pessoas em Goiânia, atingiu depois as principais cidades e terminou com um comício de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e outro de mais de 1 milhão em São Paulo (CARVALHO, 2002, p.188).

Os poetas registraram os comícios e as manifestações que mobilizaram milhares de pessoas no Brasil, unidas em prol da redemocratização, onde o tema das eleições diretas para presidente tornou-se a pauta principal das rodas de conversas por todo o País, fortalecendo a ideia latente na cultura política brasileira que o retorno das eleições diretas traria a normalidade democrática e a solução para os problemas do país. A crescente união

popular e sua convergência pelos ideais do voto livre e direto expresso através de passeatas e comícios foi registrada pelo poeta Flávio Moreira em **O clamor do povo e a eleição direta já**, onde este testemunhou em seus versos:

Nunca vi tanta união
Neste povo brasileiro
Começou haver comício
Por este Brasil inteiro
O assunto Diretas Já
Era falado o dia inteiro
Na passeata de São Paulo

Teve mais de um milhão
Só ouvia o povo gritar
E falando com emoção
Há vinte anos não votamos
Pra governo da nação
(MOREIRA, 1984, p.5).

A musicalidade que inspirava os participantes nas mobilizações da década de 1980, trazia como carro chefe o hino nacional, que até então era imposto à população como prova de civismo contrário aos opositores do regime que queriam segundo os militares transformar o Brasil em uma pátria comunista. Agora o hino nacional era cantado em uma nova conjuntura que se voltava contra o próprio regime sendo ressignificado pelo povo e transformado em símbolo revolucionário contra a ditadura. No Cordel **Vida e morte de Tancredo Neves o pai da Nova República** Geraldo Amâncio relembra a utilização do hino nacional embalando o coro da luta pela redemocratização, onde o poeta faz referência

ao “voltar cantar de novo o hino”, sendo inclusive comparado a marselesesa¹³:

Da memorável campanha
Em recordar me comovo
Que o hino nacional
A “marselesesa” do povo
Passou em todas as praças
A ser cantado de novo
(AMÂNCIO, 1985, p.5).

O pacifismo demonstrado pelas multidões que participaram das mobilizações pelas “diretas já”, em passeatas, comícios e concentrações, foi característica marcante da participação popular, que se comportou de maneira ordeira e pacífica, quando muito fazendo uso de palavras de ordem que de forma incisiva pediam o fim da ditadura e o retorno da democracia. O País estava ainda sob a égide da ditadura, que não tolerava “badernas” e “desrespeito” às instituições. Porém é digno de nota a ausência da desordem nas manifestações pois as mesmas chegaram a envolver a participação de milhares e até milhões de pessoas (Na Ceilândia no Rio de Janeiro e na Praça da Sé em São Paulo), havendo a possibilidade de que a multidão se sentindo fortalecida pela força numérica, ousasse exigir mudanças de forma mais incisiva. O fato é que não houve registros significativos de uso de violência ou agressividade por parte dos manifestantes. Os poetas atentos aos detalhes dos fatos, registraram a participação pacífica do povo que foi às ruas exigir o direito de eleger diretamente os seus representantes. O folheto **O clamor do povo e a eleição direta já**, registra a participação popular no comício da Cinelândia:

13 A Marselhesa foi o hino que embalou os participantes da Revolução Francesa de 1789, onde os revolucionários se inspiraram para derrubar o antigo regime da monarquia absolutista para implantar um regime republicano democrata.

No comício na Cinelândia
compareceu um milhão
e todo povo concentrado
exigindo eleição
e graças a nosso bom Deus
não houve uma confusão
(MOREIRA, 1984, p.3).

O poeta paraibano Apolônio Alves dos Santos, que na época havia migrado para o Rio de Janeiro foi testemunha ocular dos acontecimentos que se transformaram em festa cívica, registrando *in loco*, em vários folhetos, a impressão popular acerca dos fatos. No folheto **Eleições diretas já para um novo presidente** editado no dia 03 de maio, o poeta registra a frustração da população por ocasião da derrota em 1984, promovida no Congresso da medida Dante Oliveira, que previa eleições diretas para presidente em 1985:

Conto a meus caros leitores
Desta pátria brasileira
Uma tragédia que fez
Da quarta pra quinta-feira
Em 25 de abril
Se reuniu o congresso
Para a votação hostil

Desvirtuando a legenda
E derrotando a emenda
Do DANTE DE OLIVEIRA
Com grande perseverança
Visando nova esperança
Para o nosso Brasil
(SANTOS, 1984. p.1).

Mesmo com a frustração pela derrota da emenda Dante Oliveira, o poeta que também enxerga as mobilizações populares

em prol de eleições diretas, como sendo uma festa cívica de cunho carnavalizado, mostra em seus versos que a luta continuou:

[.]

A classe dos estudantes

E outros manifestantes

Estão de bloco na rua

(SANTOS, 1984, p.7).

O sentimento de decepção pela derrota da lei que previa o retorno das eleições diretas para Presidente e as reações, foi captado de diferentes formas pelos poetas. Enquanto alguns poetas viam com otimismo o retorno da redemocratização através do voto direto ainda que a emenda Dante Oliveira houvesse sido derrotada, outros manifestavam ceticismo com relação ao momento demonstrando assim as interpretações e sentimentos diversos arrolados na época. No folheto de Raimundo Santa Helena (paraibano que também migrara para o Rio de Janeiro) vemos uma impressão um tanto descrente na possibilidade do retorno das eleições diretas para Presidente. O título do folheto **Diretas jaz na cova do Satanás** seria uma forma irônica do poeta referir-se ao desapontamento causado pelos deputados responsáveis pela derrota da emenda Dante Oliveira arrefecendo temporariamente o sonho de votar para presidente. A palavra “jaz” é uma referência ao estado mórbido da morte, à condição de repouso ou estagnação em que algo ou alguém se encontra. No caso do título do folheto está explícita que a possibilidade do voto direto estava agora inerte em uma sepultura sob as garras do Satanás que no imaginário do poeta representa a ditadura, indicando assim relativa descrença com relação ao retorno das eleições diretas para Presidente. Na visão do autor a satânica derrota imposta pelo congresso que votara contrariamente ao projeto “Diretas Já” sepultara provisoriamente o sonho das eleições diretas:

Direta pra Presidente

Todo mundo foi loquaz;

Direta pra Prefeitura
Concentração não se faz
Vamos pensar nos Prefeitos,
Fazer contratos estreitos
A outra Direta jaz.

Na cova do Satanás,
Que pretende governar,
a Não ser que o povão
Possa se mobilizar
Com união e sucesso,
Para socorrer o congresso,
Quando ele acordar.
(SANTA HELENA, 1984, p.1).

No cenário de representação do espetáculo da política, na luta pela redemocratização do Brasil a população participou ativamente não sendo apenas figurante, mais coadjuvante contracenando com alguns personagens que se tornaram símbolos da luta, tais como Tancredo Neves e Ulisses Guimarães. Estes dois personagens protagonizaram e encabeçaram o movimento pelas “Diretas Já”, tornando-se ícones da cultura política. O deputado Ulisses Guimarães do partido M.D.B que era oposição à ditadura articulou essa mesma oposição, viajando por todas as regiões do Brasil, no sentido de aprovar a medida do Dante Oliveira, que estabelecia eleição diretas já em 1985. A articulação e liderança da oposição lhe rendeu o título de “Senhor Diretas”. No folheto **Tópicos alusivos a vida ou trajetória política do senhor doutor Ulisses Guimarães em poesia sextilhada**, o poeta ressalta o título recebido por Ulisses:

Fez tudo para a política
Ter perfeitíssimo sentido,

Peregrinou pela pátria
Para ver seu plano erguido
E como Senhor diretas
Ficou sendo conhecido
(EVANGELISTA, 1993, p.1).

No momento de transição política vivenciada pelos brasileiros na década de 80, sufocados por uma ditadura militar e a ansiedade por mudanças, fizeram com que os acontecimentos políticos partidários se tornassem a ordem do dia em todo o País. Essa crescente insatisfação e expectativa popular acabou por se transformar em um movimento de grandes proporções, contando com a adesão de quase todos os segmentos da sociedade. As manifestações por mudanças que inicialmente eram localizadas, ganharam grandes proporções e acabaram por carnavalizar e transformar reivindicações pontuais em uma festa cívica, que pelo ritmo espetacular conseguiu atrair a atenção e participação de pessoas que antes pareciam indiferentes. Os acontecimentos que envolveram os comícios, passeatas e manifestações pelas “Diretas já”, ganharam contornos de festa. Os comícios pelas “diretas já” começaram em Pernambuco e depois espalharam-se pelo Brasil. Ao todo foram 31 comícios e manifestações pró “Diretas já”. Atraídos pela “festa”, muitas pessoas aderiram ao movimento pela “folia” e musicalidade dos eventos, vindo posteriormente a tomar consciência e engajar-se ao movimento por razões que iam além do clima festivo. A festa cívica do retorno pela democracia no Brasil foi marcada pelo tom musical do hino nacional, bem como outras músicas populares que evocavam o patriotismo e outros valores cívicos. O “desfile” cívico é marcado por roupas e acessórios coloridos que lembram as cores da bandeira nacional. O espetáculo é conduzido por “animadores” que proferem a todo tempo palavras de ordem que incitam os participantes a um compromisso com o momento pelo qual passava a nação em 1984. Essa carnavalização da política alternou para

momentos de intensa efusão popular por ocasião das expectativas das “diretas já”, mesclados pela melancólica derrota da emenda Dante de Oliveira, perpassando pela expectativa e euforia da eleição indireta do Tancredo Neves, e como “último” ato a “festa” do funeral do Presidente Tancredo. A participação popular em toda essa movimentação era uma “explosão” de uma resistência cívica que, com poucas ou com muitas pessoas, continuamente se fez presente na História do Brasil.

Diferentes motivações levaram o povo a participar dos eventos que pediam o fim da ditadura Militar, muitos aderiram á causa por estarem insatisfeitos com a desgastada ditadura, outros pela crise econômica que afetava a vida das pessoas, ainda outros atraídos simplesmente pela “folia”. Inegável, porém é o fato que durante a repressora ditadura as manifestações populares foram as maiores registradas na história do País, pondo em xeque a tese de que o povo brasileiro é indiferente e apático diante dos acontecimentos políticos e que os assiste “bestializados”. O povo foi alijado do processo que culminou com a Proclamação da República em 1889, sendo promulgada por uma elite excludente. Por esta e outras razões não houve a efetiva participação popular em um processo que aconteceu de cima para baixo, e que a população tomou conhecimento muito tempo depois. A participação popular na década de 80, pelas eleições diretas e seus desdobramentos foi um marco na história política nacional. Laurentino Gomes defende que a participação popular nas mobilizações de 1983 e 1984 seria o marco fundador da República. Para Laurentino a participação popular nas mobilizações de 1983 e 1984 foi imprescindível para o surgimento de uma “outra” República:

[.] outra República, inteiramente nova, começasse a nascer-proclamada não por generais ou fazendeiros, mas pelo temido componente “sedicioso e anárquico”. Em 1984, nove anos antes da realização do plebiscito anunciado

por Benjamin Constant na noite de 15 de novembro de 1889, ruas e praças de todo o Brasil foram palco de coloridas, emocionadas e pacíficas manifestações políticas, nas quais milhões de pessoas exigiam o direito de eleger seus representantes (GOMES, 2013, p.256).

Quando da votação em 26 de abril de 1984, no congresso para decidir se as eleições para Presidente seriam diretas ou indiretas, a emenda Dante Oliveira foi derrotada, pois para que a mesma fosse aprovada era necessário o voto a favor de dois terços dos deputados que numericamente equivalia ao voto de 320 deputados, de um total de 479 congressistas. Ao final da votação “as diretas” ganharam, mas “não levaram”, pois não obstante a emenda Dante Oliveira ter tido 298 votos a favor e 65 contrários, a emenda foi rejeitada, pois para se obter os dois terços necessários para a aprovação eram necessários mais 22 votos. A derrota foi motivada pelo fato de 113 deputados não compareceram no dia da votação contribuindo assim, para a derrota da emenda Dante Oliveira. O povo amargou mais uma derrota, sabendo que haveria assim eleição indireta para Presidente, porém: “apesar da frustração, a campanha das ruas não foi inútil. A oposição lançou o experiente Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, como candidato para enfrentar o candidato oficial” (CARVALHO, 2002, p.189). A campanha de Tancredo, mesmo sendo uma eleição indireta, ganhou as ruas e o apoio popular. O poeta Azulão tal como muitos cordelistas expressava esse apoio popular a Tancredo (MDB) e o repúdio à candidatura de Paulo Maluf (PDS) que representava os interesses da ditadura. Os versos do folheto **Tancredo é a Solução** deixam clara a visão do poeta em relação ao candidato da ditadura e a sua preferência por Tancredo:

E esse tal de Maluf

Quer a força ser eleito
Os políticos não estão doidos
Pra votar nesse sujeito
Que o Brasil se desmantela
Quem é da mesma panela
Vai mexer do mesmo jeito

O PDS, não quer Largar o peito que mama
Empurrou Paulo Maluf
Pra prosseguir seu programa
Quem se trepa um dia cai
Porque Tancredo é quem vai
Mudar todo panorama
(SANTOS, 1985, p.4-5).

Os cordelistas através de seus folhetos manifestavam o apoio popular pelas eleições diretas para Presidente e já mobilizavam o povo para que se caso as eleições diretas não fossem aprovadas, houvesse o engajamento para apoiar um candidato que se destacara na luta e tornara-se um dos símbolos do movimento pelas “diretas já”. O candidato em questão seria o Tancredo Neves. Manoel de Farias, no folheto **Muda Brasil Tancredo já**, antecipando o que iria acontecer por ocasião da derrota das eleições diretas conclamou a união e a mobilização popular caso o desejado não ocorresse:

No caso de não haver
As desejadas diretas
A gente deve se unir
Entrando nas indiretas
Apoiando um candidato
Que cumpra o seu mandato
Trabalhando em linha certa

(FARIAS, 1984, p.1).

A participação e engajamento popular após a derrota da emenda Dante Oliveira, a eleição indireta de Tancredo para Presidente e a sua faraônica morte, mantiveram os brasileiros mobilizados fazendo manter viva no imaginário político a esperança de redenção para o País. A professora Marlyse Meyer que acompanhou de perto o drama da doença e morte de Tancredo em São Paulo e o espetáculo festivo e cívico do funeral defendeu que esses acontecimentos inauguravam uma nova página na História do Brasil e uma “Nova República”, conforme atesta:

[.] para além da emoção do momento vivido, é preciso de algum modo dar conta, “cientificamente”, “racionalmente”, desta brutal, indevida e inesperada irrupção do real mais absoluto, mas escandaloso- da vida/morte, em suma, -no preciso grande momento social em que simbolicamente se inaugurava, através do rito de passagem da posse do Presidente, uma nova era da história política brasileira e uma Nova República (MEYER, 1985, p.53).

A Literatura de Cordel com seus poetas se fizeram representar como testemunhas da festa cívica fazendo cobertura dos fatos relativos à eleição indireta de Tancredo e sua trágica morte, acompanhando *in loco* ou através do rádio, jornal ou televisão, informando, mobilizando e expressando a impressão popular dos idos do ano de 1985, através da poética e genialidade dos folhetos, conforme atesta Veríssimo:

O poeta popular também acompanhou de perto a campanha das diretas, a vitória de Tancredo, sua doença, martírio e morte. Sentiu na pele a empolgação do povo e, logo a seguir, a

sua frustração. E à medida que os fatos se sucediam, ele ia registrando e nos transmitindo seu depoimento, entre estarecido e emocionado (MELO 1986, p.13).

Os poetas endossaram o coro das vozes populares que foram às ruas agora, para manifestar apoio à candidatura de Tancredo, que disputava pelo partido de oposição MDB, em oposição a Paulo Maluf que era o candidato apoiado pela ditadura militar. O poeta Vescêncio Fernandes no folheto **Mudanças Já** na esteira de seus versos diz:

Defendo Tancredo aqui
Sem nenhuma procuração
O povo é quem quer mudar
A triste situação
Já pensou Maluf e Delfim
No Brasil dariam o fim
Não sobraria um tostão
(FERNANDES, 1985, p.1).

Nas manifestações que se espalharam pelo Brasil em apoio à candidatura de Tancredo, havia um misto de euforia e medo por parte dos participantes, pois a ditadura ainda detinha os aparelhos repressores em suas mãos. Mesmo havendo medo por parte de alguns, os sentimentos não impediram que a população saísse às ruas. O poeta Bule-Bule no folheto **A agonia de Maluf com a vitória de dr. Tancredo** registrou o misto de sentimentos que visitou o povo brasileiro durante as manifestações:

O processo de mudança
A meu ver começou cedo
Com passeata e protesto
Uns com garra, outros com medo

Mas tudo contribuiu
Para a vitória de Tancredo
(BULE, 1985, p.1).

O povo novamente voltou às ruas para manifestar seu apoio a Tancredo, que na visão popular representava “o novo” em oposição Maluf que representava o “velho” sistema da ditadura militar. O povo nas ruas apoiando Tancredo potencializou por sua participação, pressão sobre os Deputados Federais que deveriam votar e escolher entre os dois candidatos. O resultado foi a vitória consagrada de Tancredo para a Presidência da República, ainda que de forma indireta. Carvalho registra em sua esteira esse momento de retorno de um civil à Presidência da República e as circunstâncias que envolveram a sua eleição, com significativa participação e pressão popular:

Pesquisas de opinião pública davam a preferência de 69% da população. A pressão popular sobre os deputados governistas desta vez foi irresistível. Tancredo neves ganhou 480 votos do colégio eleitoral, contra 180 dados ao candidato do governo. Terminava o ciclo dos governos militares (CARVALHO, 2002, p.190).

Quando Tancredo venceu as eleições indiretas em 1985, seguindo um traço característico da cultura política do Brasil, a população passa novamente a acreditar que a solução para crise vivida pelos sufocantes anos de ditadura estaria assim personalizada na figura do político. Na transição para a redemocratização do país, Tancredo seria aos olhos do povo, como Moisés que libertara o povo hebreu da escravidão do Egito e o conduzira às portas da terra prometida, de semelhante forma Tancredo seria o mediador que transacionaria a passagem da ditadura para a tão sonhada

democracia e com o seu governo levaria o povo brasileiro à “terra prometida” que seria um País mais justo e com menos desigualdades sociais. O poeta Azulão no folheto **Tancredo é a Solução** expressa em seus versos a expectativa popular em Tancredo dizendo:

Para o Brasil libertar-se
Da fome e da inflação
Das multinacionais
Que sugam a nossa nação
E ficar tudo certinho
Existe só um caminho
Tancredo é a solução
(SANTOS, 1985, p.1).

Consolidada a vitória de Tancredo em janeiro de 1985, a população passa a sonhar e fazer planos para o seu governo redentor da “Nova República”, interpretando a vitória de Tancredo como sendo uma vitória pessoal de cada brasileiro. O poeta Homero de Barros captou essa expectativa e identificação popular canalizada em Tancredo através dos versos do folheto **A vitória de Tancredo e a vibração nacional:**

Com a vitória de Tancredo
O Brasil também ganhou;
Com a derrota malufista
O Maluf malufou;
Comprou votos, mas não deu.
Quem a ele se vendeu
Gastou a grana e arribou

Agora a Nova República
Em março irá tomar pé,

Com a posse no dia 15
Dobrará Tancredo a fé
De salvar nosso Nordeste
De tanto cabra da peste
E tanta braba maré
(BARROS, 1985, p.1).

Tancredo eleito no imaginário popular como “salvador da pátria”, não chegaria a assumir o cargo de Presidente. Às vésperas de assumir, Tancredo é acometido de uma enfermidade que faria com que o mesmo vivesse 39 dias de agonia, passando por sete cirurgias, até a sua morte em 21 de abril de 1985. Os 130 milhões de brasileiros acompanharam toda a *via crucis* de Tancredo, exaustivamente noticiado pelos meios de comunicação fazendo surgir uma onda de identificação e envolvimento com o seu sofrimento. O drama de Tancredo tornou-se o drama de todo o Brasil interpretado polissemicamente como sendo uma “floresta de símbolos” segundo defende Merlyse Meyer ao ponderar que:

[.] a começar pela identificação da doença do Presidente com a doença do próprio país em crise, da sua vida posta em perigo ao perigo do retrocesso político no período da transição da Nova República, do sofrimento transformado em martírio a redenção do sofrimento do povo, passando pela saga da paixão, morte e ressurreição na Semana Santa, a prefigurar o renascimento da esperança na festa do povo, até finalmente a coincidência de que o desenlace fatal ocorresse precisamente a 21 de abril, evocando no “herói da democracia” o “herói da independência” (MEYER, 1985, p.52-53).

Os poetas acompanhando o ritmo da expectativa popular em torno de Tancredo, “bombardearam” as praças e feiras com folhetos que cobriam e registravam com riqueza de detalhes, *pari passu*

o sofrimento vicário do Presidente. José Neves da Silva relembra em **O adeus de Tancredo Neves** a fatídica internação no dia de sua posse:

Em vez de subir a rampa
Ele seguiu outra trilha
Deixando em pranto o Brasil
E toda sua família
E dr Tancredo foi então internado
Num hospital de Brasília
(SILVA, 1985, p.2).

O povo brasileiro estava identificado com o seu “salvador” em seus 39 dias de sofrimento e agonia, tal qual registrou o poeta Manoel Basílio no folheto **O Brasil chora por Tancredo:**

Quando os doutores cortavam
O corpo do Presidente
Parece que a dor dele
Doía dentro da gente
Nessas horas de angústia
Quem é cristão chora e sente
(LIMA, 1985, p.2).

A morte de Tancredo foi um duro golpe para o povo que esperava que fosse ele que redimisse a nação, mas aos olhos do poeta ele era uma espécie de Moisés que libertara o povo hebreu do cativeiro egípcio, conduzindo-o até os limiares da terra prometida, morrendo “às portas”. Tancredo à semelhança de Moisés no imaginário político fora o homem que conduzira o povo da ditadura à redemocratização, sendo um mártir que deu sua vida para que os brasileiros desfrutassem das benesses da democracia e de dias melhores. Sua morte foi noticiada e reproduzida em muitos

folhetos, tal qual o folheto **Tancredo mensageiro da esperança** do poeta Elias de Carvalho que destacou em seus versos dia e hora da morte do “Moisés” Presidente:

Dia vinte e um de abril
Vinte e duas e vinte e três,
Faleceu em consequência
Das operações que fez
E a gravidade do mal
Que sofria há mais de um mês

Tal como nos textos bíblicos
Não governou a nação
Adoeceu e morreu
Sem concluir a missão
Moisés também não pisou
A terra da provisão
(CARVALHO, 1985, p.4).

Tancredo no imaginário popular também será comparado a outro herói mineiro que era considerado o mártir da independência, Tiradentes. Tancredo será também instituído como herói e mártir da democracia e que “coincidentemente” morrera no mesmo dia: 21 de abril. Quatro folhetos foram escritos onde Tancredo e Tiradentes, têm suas vidas comparadas entre si, **O grande encontro de Tancredo com Tiradentes no céu** de Luís Gonzaga de Lima, **Tancredo e Tiradentes** de Adalto Alcântara Monteiro, **O encontro de Tancredo com Tiradentes no céu** de Expedito Sebastião da Silva e **Tancredo o segundo Tiradentes** de Azulão. Nos folhetos citados, Tiradentes e Tancredo se entrelaçam e se eternizam no imaginário popular. Em **Tancredo o segundo Tiradentes** o poeta une os mitos projetando-os como salvadores do Brasil:

Tancredo tornou-se um ídolo
Dentre todos os presidentes
Um mineiro patriota
E dos mais inteligentes
Será para os brasileiros
A bandeira da vitória
O Brasil perdeu um vulto
Mas ficou com sua glória

Morreu ao bem do Brasil
Em vinte e um de abril
Um segundo Tiradentes
Como grande presidente
Ficará eternamente
Os anais de nossa história
(SANTOS, 1985, p.3).

Como epílogo da novela da redemocratização no Brasil, por cruel ironia do destino, Tancredo morreu antes de assumir e José Sarney seu vice, antigo servidor dos militares (tinha sido por duas vezes eleito senador pela ARENA, vindo a ser seu Presidente em 1979 e posteriormente Presidente do PDS) assume como Presidente. A Presidência “caiu no colo” de Sarney, pois este pertencendo ao PDS (partido de sustentação do governo militar) não era visto “com bons olhos” pela oposição. Boris Fausto ao comentar sobre a composição de Sarney (PDS) na chapa de Tancredo (PMDB) observa que: “Seu nome pouco ou nada tinha a ver com a bandeira da democratização levantada pelo PMDB. Mas a Frente Liberal fechou questão em torno de Sarney e o PMDB cedeu. Ninguém poderia imaginar, em 1984, o alcance dessa decisão” (FAUSTO, 1995, p.511). Para cumprir os trâmites legais Sarney assumiu numa situação que se acreditava fosse transitória, Tancredo fora internado às pressas no hospital e submetido a uma

cirurgia as vésperas da posse. Com a morte de Tancredo Sarney sobe a rampa do Planalto para cumprir o mandato de Presidente. Mais uma vez o cordel registrou esse momento político brasileiro. O poeta Gonçalves Gonçalves registra no folheto **Campanha, vitória e morte do Presidente Tancredo: Sarney com seu ministério conduzem a Nova República**, o “surpreso” momento da posse de Sarney:

Foi uma grande surpresa
Para o Vice Presidente
Se preparar e assumir
A Presidência urgente
Da República Brasileira
Sem ter nada disso em mente
(BEZERRA, 1985, p.3).

Passados 39 dias de agonia que culminaram com a morte de Tancredo, Sarney assumiu definitivamente a Presidência do Brasil conforme registrou o poeta:

O Presidente Sarney
Fez um pronunciamento
Assumiu definitivo
A partir daquele momento
A Presidência da República
Com grande constrangimento
(BEZERRA, 1985, p.17).

No imaginário popular acreditava-se que José Sarney colocaria em prática todas as promessas de Tancredo reconduzindo o País à democracia de fato e de direito, bem como fazendo um governo que priorizasse as necessidades do povo pobre do Brasil. Os folhetos escritos à época deixam transparecer certa desconfiança com relação a Sarney, aparecendo nos versos advertência

dirigida a Sarney para que este desse continuidade ao que a população sonhou saindo às ruas na década de 1980. O poeta Franklin Maxado a exemplo de tantos outros, exorta Sarney a seguir as instruções de Tancredo no folheto **O Brasil de luto com a morte de Dr. Tancredo A. Neves:**

Queremos que o doutor
Sarney faça o prometido,
Concedendo às Diretas
Pra não ficar sem sentido,
Frustrando todo um povo
Que viu um futuro novo,
Raiando amanhecido
(NORDESTINO, 1985, p.7).

O Brasil só conseguiria eleger diretamente um Presidente através do voto somente em 1989 (39 anos depois da eleição de Jânio Quadros pelo voto popular), porém o retorno da democracia e das eleições só foi possível, entre outros motivos, por causa da luta empreendida pelos que saíram às ruas para reivindicar e protestar contra a ditadura. Ainda que os desdobramentos do movimento pelas “diretas já” não tenham atendido a todas às expectativas, a “luta” e participação popular não foram em vão, pois se tornou um marco na história política brasileira. Carvalho contabiliza os dividendos da participação popular nas lutas pela redemocratização do Brasil defendendo que:

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de “Nova República” com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um País novo (CARVALHO, 2002, p.193).

É perceptível que durante o processo de redemocratização no Brasil houve um ressurgimento efetivo da participação popular, onde manifestações, passeatas e comícios mobilizaram milhões de brasileiros. As manifestações pelas “diretas já” foi o movimento, onde o povo convertido em público ator do prodigioso espetáculo se tornava sujeito da história e não apenas mero espectador. O Cordel foi testemunha ocular dos acontecimentos que envolveram o período de transição para redemocratização do Brasil, com mais de cem títulos de folhetos sobre o tema onde os *aedos* do povo, transmitiram a impressão popular dos acontecimentos vivenciados na década de 1980. A luta pelo direito de votar foi uma constante na História. O voto se constituiu na representação do imaginário político como o principal componente da democracia, pois todos os demais componentes giram em torno dele, tornando-se condição *sinequa non* para a prática da democracia. A discussão acerca do voto e suas potencialidades dentro da temática política se tornou o principal mote do Cordel o que é atestado pelo fato de que o voto e suas representações aparecem em quase todos os folhetos que versam sobre a política. Outra discussão que se faz presente no Cordel e que também está aliada pelo ato de votar diz respeito à prática da corrupção política que é enfatizada nos folhetos como um dos principais problemas do País. A disputa pelo voto dos eleitores no “tempo da política” e a sua mercantilização bem como seu uso como moeda de troca “permite” que políticos e eleitores se envolvam através de práticas ilícitas maculando assim o processo eleitoral e pondo em risco o processo democrático terminando por eleger políticos que pauperaram sua atuação parlamentar através de práticas de corrupção. A corrupção política tem sido responsável por uma larga produção de folhetos de cordéis, sendo assim juntamente com o voto o principal mote que alimenta a produção de cordéis nos dias atuais. Veremos no próximo capítulo como se processam as representações sobre o voto e como o fenômeno da corrupção política tem

perpassado as práticas políticas na sociedade brasileira na percepção dos cordelistas.

CAPÍTULO III

AS REPRESENTAÇÕES DO VOTO NA LITERATURA DE CORDEL



Em nenhum lugar do mundo o direito de votar e ser votado veio sem que fosse preciso protestos e lutas por parte da população. A prática do voto “tão comum” no Brasil de hoje, na verdade só se tornou um direito efetivo depois de muita luta, e para se ter uma ideia da restrição desse direito, temos o registro cronológico de que em 125 anos de República dos 38 Presidentes que governaram o Brasil até 2020, apenas 17 foram eleitos pelo voto direto. O voto em sua potencialidade para eleger representantes no cenário de representação política do País é fruto de uma construção social simbólica que aponta avanços e retrocessos que permeiam a sua prática e desdobramentos.

Dentro da perspectiva cultural o significado do voto e sua idealização constroem-se a partir do imaginário social, inserido em sistemas simbólicos de ideias e imagens de representações coletivas. As interações dos atores sociais construídas a partir de suas experiências e vivências com relação ao universo do voto e do ato de votar possibilitam uma gama de variadas interpretações que estão para além de explicações simplistas que rotulam e classificam os eleitores como uma “massa de manobra” que não sabe votar. A inserção da Literatura de Cordel no mundo da política se apresenta como uma voz “discordante” desse “paradigma” apresentando outra versão para a indiferença e apatia dos eleitores

com relação aos comportamentos e práticas eleitorais. Este “outro discurso” engendrado pelo Cordel tem o seu nascedouro nas práticas políticas que, por sua vez, são refletidas nos folhetos consolidando-se como uma referência interpretativa da realidade. Essa força do popular que vai à contramão dos esquemas explicativos excludentes desconstruindo essa visão negativa do eleitor na prática e significado do voto é referenciada por Pesavento quando esta afirma que:

[.] através de matizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p.39).

A noção de representação, que adotaremos em relação ao ato de votar e seus significados, referem-se à atividade humana de classificar, dividir e delimitar a apreensão do mundo social, passando a organizá-lo em categorias fundamentais de percepção do mundo real. Ao analisarmos o voto percorreremos o caminho que Chartier chama de “luta de representações”, onde diferentes concepções e interpretações medem forças. Para Chartier, as lutas de representação ocorrem no lugar em que as estratégias são esboçadas. É justamente durante a luta de representações que surgem práticas políticas, empreendidas pelo homem ordinário, diversas com diferentes significados. Estas lutas pelo espaço do poder não podem se desprezadas ou minimizadas:

As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p.17).

As representações acerca do voto e do ato de votar estão imbricadas na prática da cultura política e construídas através do Cordel enquanto representação simbólica da memória coletiva. O pensamento acerca do voto e seus significados é perceptível através de vários discursos que demonstram a pluralidade e multiplicidade de opiniões formadas, ao longo do processo de construção, dos elementos que compõem o universo da política. Notadamente a questão do voto está intrinsicamente ligada à multiplicidade de percepções e valores associados à prática política construída ao longo da história. Obviamente que não se deve absolutizar o pensamento ou a interpretação de uma determinada classe, segmento social ou grupo tentando generalizá-la fazendo parecer homogeneidade cultural, a respeito das questões que dizem respeito ao voto e seus significados atribuindo racionalidade, traduzida por atribuir “consciência” ou “inconsciência” política aos atores sociais, pelo fato de se pensar a favor ou contra ou rechaçar as opiniões construídas acerca de questões que envolvem a política.

A escolha em quem votar e as motivações para fazê-lo fazem parte de um processo que envolve aspectos históricos e culturais. Portanto, ao refletir sobre o voto e seus significados “[.] cumpre em certo sentido, ‘politizar’ a política, reconhecendo a existência de processos moleculares subjacentes a cada ação ou escolha individual e coletiva” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.30). A postura dos eleitores frente ao ato de votar e seus significados apontam para a possibilidade de compreendermos as nuances que permeiam a cultura política, portanto, nesse sentido, “o voto configura-se, como um mecanismo de compreensão do que está em jogo nas estruturas políticas que articulam uma sociedade como a nossa” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996, p.36). As expressões e significados do voto e do ato de votar estão explicitados na cultura política e espalhados no cotidiano dos atores sociais. O ato de votar não se restringe a um exercício, apenas racional, que

segue uma lógica ritualística determinista. São muitas as variáveis e implicações que permeiam a prática do voto, que estão para além de um ato mecânico, envolvendo subjetividade e simbolismos, conforme atesta Elisabeth Lima ao ponderar que:

[.] o voto enquanto exercício democrático é envolvido por crenças definidas na dimensão da subjetividade, no qual a adesão do eleitor a um candidato pode estar em conexão com processos políticos, sociais, econômicos e midiáticos que participam e constituem a sua decisão final através do desempenho de novos significados e novas práticas (LIMA, 2011, p.82).

A prática do voto sobrevive dentro de uma teia de significados integrados na cultura política, apresentando-se como passível de constantes resignificações e reelaborações simbólicas. Em nossa cultura percebe-se uma “permanente” construção discursiva que exprime e enfatiza uma visão negativa acerca da política, do político e do voto, que disseminou no senso comum a ideia de que “o povo não sabe votar”, e que “todos os políticos calçam quarenta”, entre outras premissas, cristalizando-se assim:

[.] a ideia de que os políticos são todos iguais, corruptos e corruptores e de que o povo seria, inevitavelmente, uma massa amorfa de alienados, desinteressados e desligados da política; ao mesmo tempo em que se imputa ao povo a responsabilidade em não saber votar, a ele também é dirigida a responsabilidade pelas mazelas, doenças sociais e tormentas do País porque, a cada eleição, legitimaria, com seu desconhecimento e descompromisso, através da prática do voto, a continuidade do poder das forças sociais contrárias aos reais interesses da sociedade brasileira (LIMA, 2011, p.83).

Uma considerável gama de frases e sentenças discursivas estão entranhadas na cultura brasileira, calcadas nas práticas políticas correntes, fortalecendo o paradigma da inoperância da população no que diz respeito às questões políticas tais como: “voto em quem me der algo em troca”, “só temos valor até o momento de votarmos”, “não voto em fulano porque eu sei que ele não ganha e assim vou perder o meu voto”, “vou votar em fulano porque ele falou comigo pessoalmente e me pediu o voto”, “voto em fulano porque ele conseguiu ou vai conseguir um emprego ou benefício para mim ou minha família”. A interpretação e significados geralmente elaborados através dessas frases é a de que a política é vista como sendo um meio para alcançar alguns fins que não seriam possíveis sem a intermediação do agente político que se coloca como intermediário entre a população e os diversos níveis de poder. Essa prática comumente é interpretada como sendo clientelista, porém Karina Kuschnir relativiza essa visão e observa que:

Do ponto de vista “nativo”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não teriam de outra forma (KRUSCHNIR, 2007, p.2).

Na história política do Brasil comumente se costuma utilizar categorias que parecem estigmatizar e deixar claro quem domina e quem é dominado no cenário da política, refiro-me à categorias tais como: clientelismo, mandonismo e coronelismo, que logo nos remetem à imagem tantas vezes declamada de uma suposta sujeição passiva e consensual de um grupo social aos que ocupam e detém alguma forma de poder seja ele político, econômico ou social, convém, relativizar tais categorias também, pois elas:

[.] trazem embutidas a ideia de que as nossas práticas políticas são imperfeitas, atrasadas ou inferiores. Trata-se de classificações que tomam por base o princípio de que as sociedades modernas devem estar comprometidas com os princípios democráticos universais inspirados nas experiências europeia e norte-americana. Desse ponto de vista o clientelismo será sempre visto como sintoma de nosso estágio de “subdesenvolvimento” e, portanto, um problema para a “modernização” da política (KUSCHNIR, 2007, p.3).

Convém salientar que a Antropologia no âmbito da política não visa absolutamente, justificar, defender ou criticar as práticas políticas consideradas escusas ou desonestas, mas busca compreendê-las, e entender como essas relações de poder originam-se em determinadas circunstâncias trazendo à luz representações e significados das mesmas principalmente, para os atores sociais envolvidos no processo.

O Cordel, enquanto produção cultural, traz entre as variadas temáticas, o tema da política com todos os seus componentes estando inclusos, a questão das eleições, da redemocratização, dos partidos, do voto e seus significados, do candidato, do eleitor, da corrupção, da atuação dos parlamentares entre outros subtemas. Vejamos como os poetas, enquanto mediadores simbólicos do imaginário popular (começando com Leandro Gomes de Barros) interpretaram e deram significado ao tema. Ao tempo em que viveu Leandro (1865-1918), o voto era uma realidade para poucos, com grande parte da população excluída do processo eleitoral. Na Constituição de 1891 ficou estabelecido o voto aos maiores de 21 anos, excetuando-se mulheres, analfabetos, mendigos, soldados e religiosos (sujeitos à obediência eclesiástica). O voto não era obrigatório, mas era aberto, isto é, o eleitor era obrigado a revelar em quem votava o que possibilitava a interferência por vezes

violenta, dos chefes políticos para pressionar os eleitores na hora da votação. Na República Velha o número de eleitores cresceu, mas não chegou a 3% da população do País. Francisco Chagas Batista, registrou em 1912, no folheto **Resultado da revolução do Recife** a restrição ao direito de voto e a possibilidade de um dia ele participar de uma eleição através do voto:

Se algum dia em meu País
O voto livre existir,
Talvez que eu ainda vote
Naquele que me convir,
Boa noite, nesse assunto
Não desejo me expandir
(BATISTA, 1912, p.12).

Leandro em seus versos registra as representações e implicações que existiam em relação às práticas consideradas clientelistas e fraudulentas que envolviam o exercício do voto, bem como as promessas enganosas que os políticos usavam para aliciar os eleitores, a partir de um jogo de interesses e permutas, que tornam o eleitor um alvo localizado e momentâneo para aquele que lhe “caça” o voto. Leandro percebe as nuances que envolvem esse momento da política, onde podemos citar como exemplo, um folheto do início do século XX, intitulado **As promessas do Governo**, onde ele narra a sutileza do candidato para “conquistar” o voto do eleitor:

Estes homens da política
Eu sei bem quem eles são,
Só conhecem o eleitor,
Na véspera da eleição,
Depois disso o eleitor
Não tem valor de um tostão.

Vote comigo, diz ele,
Que lhe darei minha usina,
Ganhar isso numa hora,
É melhor que tirar mina,
Dar tanto assim a um amigo,
O senhor não imagina
(BARROS, s.d., p.1).

O poeta descreve ainda, no citado folheto, a estratégia utilizada pelo político no intuito de aliciar o eleitor e cooptar seu voto, fazendo uso de mirabolantes promessas que, rapidamente após o sufrágio do eleitor, são esquecidas. A venda e troca do voto por alguma “vantagem” estão entranhadas no seio da sociedade, sendo esta também uma característica corrente da cultura brasileira, com relação ao ato de votar em troca de alguma vantagem, transformando o voto em moeda de troca no intuito de enquanto eleitor extrair alguma vantagem. Embora seja cultural essa mercantilização do voto, nem sempre as partes cumprem com o prometido conforme observa o poeta:

A esperança do pobre,
Toda quase é vice-versa,
O peixe cai pela isca
O velho pela conversa,
A galinha pelo milho,
O pobre pela promessa.

Se aproxima a eleição
Naquele dia marcado,
Depois que ele bota a chapa,
Fica tudo transformado
Ele vota e o doutor,
Nem lhe diz muito obrigado
(BARROS, s.d., p.4).

Quando Leandro ressalta que “o pobre cai pela promessa” evidencia duas práticas culturais presentes na sociedade, a primeira que está implícita é a questão da honra em manter a palavra dada, ou seja, a promessa feita. A palavra empenhada adquire o valor de uma assinatura dentro do código de valores da sociedade, sendo reprovável o ato de não cumprir a promessa. A outra prática relacionada é consequência da primeira pois a supervalorização de um código ético que prima por fazer que a promessa seja cumprida, estimula a utilização do artifício da promessa para se conseguir alcançar êxito em algum empreendimento. Ou seja, a valorização da promessa feita e cumprida faz com que facilmente se aceite o fato de o político fazer várias promessas durante o tempo da política. O uso estratégico da promessa e a sua aceitação perante o eleitor evidencia que esta prática já está incorporada à cultura brasileira. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais as pessoas mesmo observando com desconfiança as promessas feitas, tolerarem o fato de que a cada novo pleito surjam novas promessas. A promessa faz parte da nossa cultura e ela só existe até hoje, entre outros fatores, pelo crédito que as pessoas geralmente dão aqueles que lhe fazem promessas. O eleitor estando arraigado nos valores da fidelidade da palavra precisa sentir que o político merece confiança para assim entrever um relacionamento com ele, mesmo que seja para a simples mercantilização do voto. Observa-se que a “confiança do eleitor num político passa pela capacidade de prestar favores, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa” (PALMEIRA, 2006, p.144).

A utilização da promessa para angariar votos está ancorada na perspectiva da honra e lealdade para cumprimento da palavra empenhada, sendo assim para o eleitor a promessa feita se constitui em um atrativo até mais sedutor do que a ideologia e o partido do candidato. Há uma importância vital na noção de honra, assim como grande consideração às relações de caráter pessoal, na hora de escolher o voto, mais do que opções ideológicas abstratas ou cálculos racionais individuais (KUSCHNIR, 2007).

A promessa de realizar algum benefício para o eleitor e/ou sua comunidade, geralmente ocorre no período conhecido como “tempo da política”, que corresponde ao espaço temporário onde os rituais de promessas e convencimento se estabelecem no intuito de conquistar o voto do eleitor, embora isto ocorra em todo tempo e não somente no período eleitoral. “O tempo da política” é sinônimo de campanha eleitoral que corresponde ao período em que o candidato ou partido trabalham para cooptar votos. O “tempo da política” não se restringe a um período, mas sim um processo contínuo tal como afirma Kuschnir quando diz que: “embora exista a percepção de um tempo marcado pelo evento eleitoral, a política é experimentada segundo um contínuo que passa despercebido pela população” (KUSCHNIR, 2000, p.59). A “promessa” é uma característica do tempo da política, onde ela “precisa” existir para que haja desdobramentos considerados positivos para as partes que interagem na busca de seus interesses. Nesse sentido a promessa em tempo de política se constitui em: “um ato de fala eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor no tempo da política” (CHAVES, 1996, p.139). O “tempo da política” e a promessa estão incorporados nas práticas culturais do Brasil. Os poetas deixam escapar em seus versos essa percepção a respeito do “tempo da política” e suas indissociáveis promessas, João Peron de Lima **Em tempo de política** exemplifica o período ao dizer:

Em tempo de política
Vem o senhor candidato
Muito do bem arrumado
No terno e no sapato
Fica a nos prometendo
Finda nada fazendo
Nós e quem paga o pato
(LIMA, 2005, p.1).

O período da “caça” ao voto é marcado pela introdução de vários rituais usados estrategicamente visando a conquista do voto. Esses rituais se traduzem em passeatas (com o corpo a corpo com os eleitores), carreatas, comícios, *showmícios*, reuniões domiciliares, festas de formandos (onde geralmente o político é convidado a ser o paraninfo da turma e custeador dos gastos), almoços e festas dançantes onde o candidato tem oportunidade de estar *in loco* com o povo. Alguns destes rituais nos dias atuais estão restritos em razão de serem considerados crimes eleitorais na tentativa de induzir e pressionar os eleitores a sufragar em favor de determinado candidato. No entanto, tais encontros continuam e existem de forma camuflada, com outros sentidos tais como os “rituais de comensalidade” promovidos nos bastidores por candidatos, mas apresentados como atividades comemorativas e/ou desportivos. Sobre essa prática dos candidatos Kuschnir observa que: “É praticamente impossível pensar em campanha sem levar em conta seu aspecto festivo, de evento social, reunindo pessoas pra conversar, comer e beber” (KUSCHNIR, s.d., p.244). Os cordelistas, registraram em seus versos alguns destes rituais, como podemos usar como exemplo, o folheto de Luiz Avelino, **A vitória da U.D.N. na Paraíba do Norte** escrito em 1946, onde vemos um destes rituais de festas e danças registrado no “tempo da política” na disputa pelo voto:

Montada é aonde mora
Um Pessedista animado
Porém o voto é secreto
É um mistério encantado
Gozaram a festa dele
E votaram no outro lado

Lá antes da eleição
Era festa a semana inteira

A concertina zuava
Mais gente do que na feira
As moças dançavam tanto
Que levantava a poeira
(AVELINO, 1946, p.3).

O ritual da política é marcado também pela repentina e “desinteressada” visita do candidato à casa do eleitor, pela memorização do nome dos eleitores, chamando-o nominalmente, e por aceitar “todos” os convites de festas e comensais que o mesmo receber indo assim na “casa do povo”. Os candidatos alimentam assim essa estratégia no “tempo da política” para fisgar o eleitor e dar a impressão da intimidade e identificação com a realidade que o cerca, para que quando eleito trabalhar em prol do eleitor cativado. O poeta Varnecki Santos Nascimento também registrou esses rituais característicos do “tempo de política” no folheto

Perfil do candidato brasileiro:

Beber cachaça, e, além disso,
Aprender a decorar
O nome do eleitor
E bem atento o chamar,
Por causa dessa lembrança
Voto até pode ganhar

Todo convite aceitar
Para festa e para comer
Trair e Bíblia e a fé
Que sempre afirmou ter
Discursando na tribuna
Iludir e convencer
(NASCIMENTO, 2006, p.8).

Em nossa viagem pelo universo da política retratado pelos poetas percebemos que é grande o número de folhetos que tratam sobre o voto em suas variadas formas. Essa expressividade numérica nos permite inferir que as questões pertinentes à representação do voto é disparado o subtema de maior relevância dentro do Cordel, onde podemos dizer também que além de termos um grande número de folhetos que trazem como enredo a questão do voto, temos outro expressivo número de folhetos que falando de outros subtemas da política acabam por conter em seus versos a questão do voto, o que nos permite afirmar que o voto aparece em quase todos os folhetos que exploram a temática política. Vejamos, porém um exemplo dessa “onipresença” ao analisarmos a figura do cabo eleitoral no processo eleitoral já deixando claro que é praticamente impossível discorrer sobre cabo eleitoral sem falar do voto é o que veremos a seguir.

O CABO ELEITORAL NO CORDEL: A MANIFESTAÇÃO DO XELELÉU

Um dos principais atores do cenário de representação política no chamado “tempo de política” é a figura do “cabo eleitoral¹⁴” que é considerado o elo de ligação, entre o candidato e os eleitores no processo de cooptação e mercantilização do voto. A figura do cabo eleitoral pode ser vista também como um eleitor engajado na luta por mudanças e que acredita ser possível alcançar melhoras coletivas através de determinado partido ou candidato. O cabo eleitoral “desinteressado” geralmente são pessoas afiliadas

14 Segundo o glossário eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, seu conceito abrange o “indivíduo encarregado de obter votos para certo partido ou candidato” (CABO ELEITORAL In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Thesaurus. 6.ed. rev. e ampl. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2006, p.39).

ou simpatizantes de partidos considerados de “esquerda”. O cabo eleitoral, no aspecto negativo é visto na verdade, como alguém que já “se vendeu” (por dinheiro, por promessa de conseguir algum cargo, favor, entre outros) a um determinado partido ou candidato e tem como missão principal atrair os eleitores para votarem em seus candidatos. O cabo eleitoral atua sutilmente, penetrando em lugares e tendo contato com pessoas que o candidato a princípio não poderia ter, agenciando e facilitando o contato entre eles. Ele também atua nos momentos finais comumente é conhecido como “boca de urna” no intuito de aliciar o eleitor geralmente através da compra do voto, com o dinheiro que lhe foi repassado pelo candidato para quem ele trabalha.

A figura do cabo eleitoral nos remete ao Coronelismo e suas práticas objetivando eleger-se ou eleger seus candidatos. O seu título “cabo” sugere uma patente militar bem abaixo da hierarquia do poder comparando-o à figura do coronel. Na hierarquia militar o cabo é a patente mais próxima dos soldados, estando acima destes hierarquicamente, mas abaixo de todas as outras patentes (sargento, tenente, capitão, major e coronel). O “cabo” é o elo entre os que mandam e os que obedecem, portanto no tempo dos coronéis da política é plenamente compreensível a designação de cabo para aqueles que trabalham para o coronel com o fim de captar adesões e votos utilizando-se na maioria das vezes de práticas ilícitas. O historiador José Murilo de Carvalho descreve como atuavam estrategicamente os cabos eleitorais a mando dos coronéis para conseguir o voto dos eleitores no dia da eleição, segundo ele observa que:

A seu mando, cabos eleitorais ainda levavam os eleitores em bandos para a sede do município e os mantinham em “currais”, sob vigilância constante, até o momento do voto. Os cabos eleitorais entregavam aos eleitores envelopes fechados com as cédulas de seus candidatos,

para evitar trocas. O pagamento podia ser em dinheiro, bens ou favores. Por via das dúvidas, o pagamento em dinheiro era muitas vezes feito da seguinte maneira: metade da cédula era entregue antes da votação e a outra metade depois. O mesmo se fazia com sapatos: um pé antes, outro depois (CARVALHO, 2002, p.147).

Convém observar que a representação do cabo eleitoral perdurou mesmo tendo passado o fenômeno do coronelismo, ele permanece tanto no meio rural e muito mais agora no meio urbano. O cabo eleitoral em sua prática política recebe uma série de apelidos pejorativos, tais como: puxa-saco, xeleléu, babão, bajulador etc. No Cordel a representação da figura do cabo eleitoral segue o pensamento popular apresentando-o de forma satírica, irônica e crítica. No folheto **O cara de pau** (1980) o poeta Cláudio Soares deixa claro como é concebida popularmente a imagem do cabo eleitoral:

Aplica cada chantagem
Na época da eleição
É cabo eleitoral
Para qualquer cidadão
Seja qual for o partido
Faz parte da profissão
(SOARES, 1980, p.3).

Em outro folheto de título **Cabo eleitoral: o eleitor puxa-saco** o poeta desqualifica o cabo eleitoral apresentando-o como sendo alguém “interesseiro” e manipulador que está a serviço do mau político, destacando também como acontece o *modus operandi* do cabo eleitoral, ou o ritual que se segue na divulgação de seu candidato, na boca de urna e a conseqüente compra do voto:

Peço desculpas a você
“Eleitor amigo e leal”
Que agora vou escrever
Sobre um cara ilegal
Tem em todo buraco
“O eleitor puxa-saco
O cabo eleitoral

O eleitor puxa-saco
Tem a marca da maldade
Ele ri nos enganando
Com a sua falsidade
Do político balança o ovo
Enganando a humanidade

O eleitor puxa-saco
Ainda prega cartaz
Nas praças e avenidas
Ônibus e terminais
Picha muro e o asfalto
Com o nome do candidato
Que ele gosta mais.

Cabra besta e vagabundo
Arrisca a reputação
Fazendo “boca de urna”
No dia da eleição
Preso e desmoralizado
Tudo pelo candidato
Que ele gosta demais
(S.i.).

O poeta Leandro dedicou vários folhetos a falar de eleições e principalmente do ato de votar e as nuances que envolvem esse processo. Podemos citar como exemplo que tratam de eleições e voto, os seguintes títulos: **A Ave Maria da eleição** (1907), **Os dez réis do governo** (1907), **As promessas do Governo** (s\d), **A voz do povo Pernambucano** (1911), **A ira e a vida de Antônio Silvino** (entre 1910 e 1912) e **Um pau com formigas** (1912). O fato de que em sua época o voto não ser um direito de todos, mas sim de apenas 3% da população brasileira, demonstra que o poeta de alguma forma entendia a importância desse direito, clamando e idealizando, através de seus folhetos pela consciência e ampliação desse direito para todos.

No folheto **Ave Maria da eleição** o poeta trata de forma irônica das eleições e do voto parafraseando e satirizando a oração católica, onde ele intercala entre as considerações sobre o processo eleitoral e o voto numa das mais conhecidas “rezas” e expressão da fé católica. O espírito crítico do poeta com relação às eleições e voto é evidenciado por Átila e José Alves Sobrinho ao ressaltarem uma das características do poeta ao desenvolver o tema: “Espírito crítico”, não deixava escapar uma oportunidade. Viu e retratou numa “Ave Maria, com deliciosa mordacidade o processo eleitoral de seu tempo” (ALMEIDA; SOBRINHO, 1990, p.78). O poeta usando da sua sagacidade “mistura” uma prática política corrente a uma oração litúrgica, unindo assim o “santo e o profano” num claro exemplo de carnavalização, onde se constroem uma temática ou versão interpretativa diversa e matizada da mesma, aproveitando elementos considerados “oficiais”, como destaca em seu pensamento Mikail Bakhtin. Tomando o pensamento de Bakhtin como base, pode-se dizer nas palavras de Norma Discini (2006) que a carnavalização se constitui como sendo um:

[.] movimento de desestabilização e ruptura em relação ao “mundo oficial”, seja este pensado como antagonico ao grotesco

criado pela cultura popular da Idade Média e Renascimento, seja este pensado como modo de presença que aspira á transparência e a representação da realidade como sentido acabado, uno e estável, o que é incompatível com a polifonia (DISCINI, 2006, p.84).

Leandro como “filho do seu tempo” fala do cenário de representação política de sua época, expressando de forma carnalizada o pensamento vigente desde 1907, que caracterizava o comportamento político dos eleitores frente ao ato de votar atrelada à ideia que o voto era uma mercadoria a ser comercializada entre político e eleitor:

No dia da eleição
O povo todo corria
Gritava a oposição
Ave Maria.

Via-se grupos de gente
Vendendo voto nas praças
E a urna do governo
Cheia de graça
(BARROS, 1970, p.15).

Os versos tornam perceptíveis marcas indeléveis das práticas políticas inseridas na cultura do povo brasileiro, com relação ao voto e seus significados. Os discursos presentes no Cordel reproduzem o pensamento vigente no que se refere às práticas clientelistas e a mercantilização do voto. O político em busca do voto usa de estratégias e astúcias na conquista do seu intento, enquanto que o eleitor também se utiliza de estratégias para tirar proveito do processo eleitoral onde ele é elevado à categoria de sujeito que se empodera momentaneamente e passa a ser alvo

dos candidatos. Leandro, também registra o momento tenso que envolvia as eleições e o clima de medo que assolava os eleitores diante das ameaças daqueles que pleiteavam seus votos e que usavam de várias artimanhas para cooptar os eleitores inclusive de violência e coerção:

Os eleitores com medo
Das espadas dos alferes
Chegavam a se esconderem
Entre as mulheres.

Os candidatos chegavam
Com uma ameaça bruta
Pois um voto para eles
E bendito fruto
(BARROS, 1907, p.16).

No folheto **A ira e a Vida de Antônio Silvino** Leandro fala das eleições para governador da Paraíba em 1912, onde descreve a suspeita de fraude nas eleições. Antônio Silvino (1877-1944) famoso cangaceiro aparece nos versos como “cabo eleitoral” do candidato Rego Barros que era considerado candidato da oposição tendo como rival o candidato João Pereira Castro Pinto. Os versos demonstram a prática da coerção para captação de votos, bem como a tensão e luta pelo poder por parte de oligarquias locais:

Antônio Silvino disse
Eu não aliso ninguém
Se Barros Rego perder
A coisa aqui não vai bem
Pedir-lhe com muito amor
Que votasse em Rego Barros
Para ser governador

De Pombal até Campina
Não houve um só eleitor
Que eu não fosse a casa dele
Em pilão que eu pisar milho
Pinto não come xerém.
(BARROS, 1912, p.2).

Transcorridas as eleições de 1912 o eleito foi Castro Pinto, mesmo com toda a articulação e pressão de Antônio Silvino como expresso nos versos citados: “Em pilão que eu pisar milho\Pinto não come xerém”. O “Pinto” é uma clara referência ao candidato Castro Pinto. Ao tempo em que Leandro reporta-se à eleição para governador da Paraíba (1912), o Brasil vivia sobre a égide da República Velha (1889-1930) que mesmo com a Constituição de 1889 impunha restrições em relação ao voto e trazia em seu bojo a não obrigatoriedade do voto conforme atesta Jairo Nicolau: “A primeira Constituição da República confirmou o direito de voto para os homens maiores de 21 anos e a exclusão dos analfabetos. Mas o alistamento e o voto não eram obrigatórios” (NICOLAU, 2002, p.27). O voto no Brasil só se tornou obrigatório quando foi transformado em norma constitucional em 1932. Leandro em versos, registra o uso do título eleitoral (que era uma realidade desde 1875) e a não obrigatoriedade do voto:
Porque a nossa lei diz:

Vote quem quiser votar
Tendo título legalmente
Ninguém o pode empatar,
Vota-se até num ladrão
Se caso se apresentar
(BARROS, 1912, p.3).

Os poetas como cronistas dos acontecimentos do seu tempo historicizam a evolução do voto ao longo processo eleitoral brasileiro, opinam, criticam e reproduzem a história de uma época mantendo-a viva na memória coletiva do imaginário popular. O poeta no palco do cenário de representação política de sua época se “transforma” em ator político e mediador que se apropria, interpreta e ressignifica o mundo da política, traduzindo-o para o seu público alvo. Na esteira desta perspectiva Maya observa:

Acredito que esse seria o fundamento da obra do poeta de cordel, pois transformado em *ator político*, parece não querer esquecer e nem deixar que outros esqueçam os acontecimentos por ele presenciados e perpetuados em seus poemas no período em que viveu, e que revelariam a voz até então “inaudível” do popular (MAYA, 2012, p.28).

A exemplo de Leandro outros poetas exploraram em seus versos as eleições e o voto, como pode ser visto através de José Camelo de Melo Resende que ao tratar das eleições para Presidente da República, em 1929, se coloca a favor do partido da Aliança Liberal, defendendo a candidatura de Vargas e João Pessoa. Depois de tecer elogios aos candidatos ele adverte às pessoas que não vendam seu voto, demonstrando assim que a prática da mercantilização do voto há muito está encrustada na cultura política:

O homem que vende o voto
Já não sabe por quem votar
Pra ele tudo está bom
Porque não é patriota
O homem que faz assim
Vive sempre na derrota

Portanto é uma miséria
Um homem sem competência
Se alistar para vender
Seu voto, sem consciência
Daquilo que vai fazer
Por não ter inteligência
(RESENDE, 1929, p.16).

Se traçarmos um perfil cronológico dos folhetos escritos do século XIX até o século XXI perceberemos que eles em sua maioria posicionam-se contrários à mercantilização do voto. Os poetas alertam os seus leitores das consequências advindas pela prática da mercantilização do voto implicando em descompromisso do candidato eleito para como o eleitor que vendeu seu voto e assim não pode cobrar ou reclamar da conduta descomprometida do político com relação às causas do interesse da coletividade. O poeta Livino Farias Brazão no folheto **Versos sobre a eleição de 1960** ao tratar dos três candidatos à presidência Marechal Lott, Adhemar Campos e Jânio Quadros evidencia essa prática advertindo os eleitores:

Aviso publicamente
Que leiam esta parcela
Não queiram vender seu voto
Trocando por bacatela
Isto não deixa regalo

O que se vende é cavalo
E quem compra bota a sela

Recebe pouco dinheiro
Fica muito satisfeito
Começa a eleição
Já praticando o mal feito
Vai votar inconsciente
Deixando o país doente
Ainda diz bem feito
(BRAZÃO, 1960, p.8).

Os discursos que constroem as práticas políticas encenadas pelos atores sociais no Brasil estão permeados de sentenças polifônicas marcadas por palavras que indicam muitas vezes contradições entre o discurso e a práxis dos eleitores quando o assunto diz respeito a mercantilização do voto. Está implícito no pensamento popular a ideia de que o político precisa comprar os votos para que este possa se eleger. A vitória em uma eleição está permeada de significados simbólicos que apontam sutilmente para a utilização do poder econômico para se eleger. A possibilidade de um político vir a se eleger apenas por ter uma história de engajamento com as causas sociais e ter idoneidade de caráter, é visto com certa desconfiança por parte dos que habitam o cenário de representação da política. É comum constatarmos que políticos de grande poder aquisitivo conseguem mais “facilmente” lograr êxito em seus pleitos eleitorais. Essa crença “subliminar” do uso do dinheiro como meio para ganhar uma eleição está registrada no Cordel, onde se registra o dinheiro como poder de barganha para se eleger. A mercantilização do voto dentro deste prisma constitui-se em um caminho de duas vias que se dá entre o político (ou seu agenciador) que compra os votos e os eleitores que vendem o voto. Esta prática política está presente no cordel, através do que é

dito no folheto **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual:**

Para não se eleger
Não se deve nem entrar
Numa campanha política
Sem dinheiro pra gastar
Melhor votar em Gaudêncio
Porque é quem vai ganhar

Ele ganha a eleição
Com muita tranquilidade
Fazendo uma campanha séria
Sem ter nenhuma maldade
Tem dinheiro pra gastar
Esta que é uma verdade

Dinheiro não compra voto
Mas é preciso provar
Pra fazer uma campanha
Sem dinheiro pra gastar
Não tem como arranjar voto
Também não pode ganhar
(ARNOR, 1986, p.9).

O poeta enquanto mediador simbólico traz em seus versos um discurso contrário a mercantilização do voto. O discurso e pensamento do poeta está em consonância com a visão que é partilhada e defendida por grande parte dos cidadãos. Através dos poetas percebemos que a população de forma geral repudia a mercantilização do voto, porém, os versos evidenciam que embora repudiada de forma discursiva, essa mercantilização se constitui em prática corrente no Brasil, pois do contrário não haveria razão da defesa e recomendação do voto “consciente” se na prática a venda do voto

não ocorresse em época de eleição. O folheto **Garotos de rua** que contém um poema de título **Política e político** de João Daniel da Silva descreve com detalhes uma das formas de comercialização do voto, que se convencionou chamar de “boca de urna”, que consiste em comprar o voto do eleitor quando este está a caminho das urnas. Esta prática de “boca de urna” também está atrelada a parte da nossa cultura política:

Finalmente chega o dia
O povo está agitado
Todo mundo vai as urnas
Cumprir o dever sagrado
Na fila alguém comenta
O meu voto foi comprado
Pra comprar o que comer
Pois está desempregado
E tá ruim para viver

Ai foi aquela zoeira
Todo mundo quer saber
Quem está comprando voto
Muita gente quer vender
Até por vinte reais
Por cento e vinte reais
O cheque foi descontado
(SILVA, s.d., p.29).

Essa “aparente” contradição que é explicitada pela prática constante e comum da venda e compra de votos, enquanto que quase que de forma unânime se rechaça a prática, pode ser explicada a partir da cultura política espraiada nas relações sociais cotidianas, possibilitando apenas ampliar um *modus vivendi* (do eleitor) e de um *modus operandi* (do político) que transpassa as micro atitudes

e comportamentos corriqueiras pessoais e familiares que são pulverizadas e ampliadas para situações macro no que se refere ao ato institucional do sufrágio em época de eleição. A dubiedade do eleitor face ao seu código pessoal de conduta eleitoral que rechaça a mercantilização do voto no discurso e que ao mesmo tempo negocia o seu voto pode ser explicado pela percepção que estes têm, enxergando-a como uma “simples” troca de favores. Essa “incoerência” de valores versus prática é observada por Moacir Palmeira no artigo “Eleição Municipal, Política e Cidadania” (2006) quando discorre sobre o que as pessoas pensam a respeito da política:

[.] elas pensam a *política*, de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores (PALMEIRA, 2006, p.139).

O uso do voto como uma arma na qual o eleitor se apodera e se empodera, principalmente durante as eleições, passa a ser interpretado e reelaborado pelo pensamento e memória coletiva (ainda que não seja de forma unânime), como sendo, não uma prática fraudulenta de venda do voto, mas sim uma troca de favores entre as partes interessadas visando interesses mútuos, ainda que não se possa mensurar a prática como sendo proporcional em suas consequências para ambas as partes envolvidas no processo. Embora a mercantilização do voto seja juridicamente um ato ilícito e ilegal muitos eleitores interpretam a legalidade ou ilegalidade de outra maneira em relação ao voto enquanto moeda de troca, onde o que é prático e aceitável não corresponde ao que o dispositivo da lei prega, tal como observa Barreira ao defender que: “[.] a ação legal não necessariamente é considerada correta por parte da população, sendo a ação ilegal muitas vezes legitimada” (BARREIRA, 2001, p.5).

Outro comportamento verificado na nossa cultura em relação às práticas eleitorais, no processo ritualístico do voto refere-se ao fato de grande número de eleitores recusarem-se a votar em um candidato, por entenderem que segundo eles, o mesmo irá perder a eleição sendo derrotado nas urnas. Essa percepção de perda de voto ocorre quando os eleitores chegam à conclusão de que o candidato perderá as eleições, atribuindo a derrota, ao fato do candidato não ser muito conhecido ou não ter notabilidade na sociedade por algum feito realizado, que não pertença a uma família de renome tradicional, que não ocupe uma posição de destaque na sociedade, que não possua muitos recursos financeiros, que não tenha um grau de instrução considerável e que nas pesquisas eleitorais o mesmo esteja em baixa ou distante dos principais concorrentes.

Diante do quadro de argumentos tecidos no seio popular, em relação à motivação ou desmotivação do voto, nas situações elencadas para se votar em um candidato, surge uma expressão que cataliza em torno de si todas as implicações culturais dessa prática. A expressão popular a que nos referimos é: “vou perder meu voto pois ele não ganha”, que na verdade traduz-se pelo fato do eleitor ter resistência a votar em determinados candidatos que segundo ele, a partir das situações nomeadas não teria condições de ganhar a eleição em pauta, e com isso se o eleitor votar nele com essa convicção que o mesmo perderá as eleições estaria assim “perdendo o seu voto”. Outro pensamento semelhante e que apela para os valores pessoais do eleitor enquanto gerenciador de sua estima é expresso na seguinte frase: “Eu só voto em candidato que ganha”. Tal comportamento eleitoral manifesto pela vitória do candidato que votou parece transmitir-lhe a convicção que votou certo, que ele faz parte da maioria vitoriosa, sentindo-se aceito no universo da sociedade, dando-lhe a sensação de pertencimento e identificação com a vitória do seu candidato, tal qual um torcedor “apaixonado” pela vitória do seu time. O Cordel captou mais esse

comportamento eleitoral que pode ser manifesto nos versos que mostram que esse pensamento está presente na memória coletiva do brasileiro. José Bezerra Neto no folheto **Collor presidente vice Itamar** coloca em versos e rima o pensamento popular em relação a “perder o voto”:

O seu plano de governo
É abrangente e sincero,
E quem dá nota dez,
Votar contra é nota zero,
Com certeza meu amigo
Perder o meu voto não quero
(BEZERRA NETO, 1989, p.1).

Um outro exemplo do pensamento que aponta para a possibilidade de “perder o voto” pelo fato do candidato não apresentar “potencial” para ganhar e já ser previamente declarado derrotado pelo eleitor, pode ser visto nos versos do folheto **O Cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual:**
Vamos todos pensar junto

Para não se arrepender
Votar em Manoel Gaudêncio
Que sabe o que vai fazer
É melhor do que votar
Em quem não vai se eleger
(ARNOR, 1986, p.9).

Quando o poeta no verso acima chama atenção para pensar coletivamente para não “perder o voto”, somos levados a outro aspecto que parece influenciar o eleitor na perspectiva dele “não perder o voto” se escolher determinado candidato, porque segundo ele presume, que determinado candidato vai ganhar e o outro não,

diz respeito à pressão que o seu meio exerce sobre o indivíduo no sentido de que este opte pelo candidato que conta com as intenções de voto da maioria das pessoas com as quais ele se relaciona, ou seja, de sua família, de seus amigos etc. O *oikos*¹⁵ onde o eleitor está inserido acabam por interferir em sua escolha levando-o a votar naquele candidato que todos dizem que vai ganhar. A decisão do eleitor frente às eleições tende a ir além de sua individualidade envolvendo assim a coletividade, onde não só sua decisão mas a representação da política passam pelo pensamento coletivo, como sendo “fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas” (KUSCHNIR, 2007, p.9).

Os ciclos de relacionamentos não são grupos fechados, mas acabam interferindo na decisão de voto do eleitor. Vemos assim que ao eleitor ceder à pressão do grupo em sua escolha de voto, evidencia-se que o voto não é pensado individualmente e sim coletivamente, tal qual observa Magalhães: “não são indivíduos isolados nem tampouco um grupo fechado em si a decidir seu voto. Existe uma referência ao coletivo que ajuda e respalda o ato de conhecer os candidatos” (MAGALHÃES, 1998, p.84).

A perspectiva do “voto perdido” sinaliza para uma outra percepção e que traduz-se através do pensamento expresso que diz que: “político não faz nada mesmo, serão quatro anos perdidos, e já que eu vou perder meu voto, é melhor vender, pelo menos vou lucrar alguma coisa”. Nesta sentença está presente outra faceta do pensamento popular acerca do “voto perdido”, que sinaliza para a utilização da estratégia de tirar algum proveito através da venda ou troca de favores. Dentro deste prisma o eleitor justifica vender

15 A palavra vem do léxico grega *oikos* tem como significado casa, vivenda, aposento ambiente de vivência, lugar onde são desenvolvidas as relações sociais na família, na comunidade ou no grupo em que os indivíduos fazem parte e interagem entre si.

o seu voto em troca de alguma compensação por desacreditar na conduta de políticos da atualidade que estão permeadas de corrupção. Esse comportamento de parte do eleitorado aponta para uma faceta identitária do brasileiro que foi construída ao longo de sua história e que socialmente é conhecida como “jeitinho” ou “dar um jeitinho” com a conotação de tirar alguma vantagem da situação (DAMATTA, 2004). Outro aspecto que é recente com relação a “perder o voto” é a indignação por parte do eleitor em votar em um candidato e o mesmo depois de eleito ser afastado por suspeita de praticar corrupção. Ou seja, alguns interpretaram que a despeito da comprovada prática de corrupção o candidato deve se manter no cargo porque ele teve maior número de votos do que o outro candidato que possivelmente assumirá sua vaga mesmo tendo ficado em segundo lugar no computo de votos. Essa estranha lógica popular que não admite perder mesmo que o candidato seja cassado por fraude demonstra que o eleitor identificado com o político que ajudou a eleger não admite que foi um erro votar naquele candidato preferindo assim acreditar que tudo é uma “armação” contra o candidato, uma injustiça.

Podemos citar como exemplo as movimentações ocorridas pela cassação do governador da Paraíba no ano de 2008, Cássio Cunha Lima. Ele ganhara a eleições em 2006 e foi cassado em 2008 pelo fato de ter cometido crimes eleitorais sendo julgado e condenado pela prática dos crimes. Era comum encontrar pelas ruas da cidade de Campina Grande (principal reduto eleitoral do candidato) adesivos em carros que exigiam que a justiça respeitasse os mais de um milhão de votos que o candidato havia tido. Nesse caso o eleitor sentia que ele perdera o voto porque a justiça havia cassado seu voto. Da mesma forma quando o mesmo candidato se elegeu como senador em 2010 foi impedido temporariamente de assumir o mandato por estar enquadrado na lei da Ficha Limpa, a população novamente protestou pela situação do seu candidato. É significativo que mesmo Cássio sendo

enquadrado na lei e, portanto, ser considerado uma “ficha suja”, os meios de comunicação à época não o chamavam de ficha suja nem tampouco diziam que havia sido feita justiça em relação aos crimes eleitorais que o mesmo cometeu. O poeta José Pedro de Lima registrou o clamor público em relação ao fato do candidato não ter assumido a vaga no Senado, através do folheto **Peleja no Senado de Cássio e Wilson** que reproduz o pensamento popular em relação ao candidato Cássio e seu direito de ter reconhecido os votos que a população da Paraíba lhe sufragou, mas quem “assumiu” foi o outro candidato Wilson Santiago:

Mas não pode acontecer
Isso ai está errado
O cara não foi eleito
E quer ficar empregado
E o outro que ganhou
Esse ai não tem valor
Deixaram o homem de lado
(LIMA, 2010, p.1).

O poeta continua desenvolvendo a peleja entre os dois candidatos que trocam acusações entre si para justificarem suas posições. O poeta ressalta os votos que se “perderam” pelo fato do candidato que obteve mais votos não assumir o cargo eletivo:

Por favor, saiam pra lá
Aqui quem manda sou eu
Ou seu fulano dos Lima
Cassaram o mandato seu
E se você quer saber
Tu acabaste de perder
Os votos que o povo deu
(LIMA, 2010, p.2).

Na percepção popular está explícita a ideia de que logo após o eleitor colocar o seu voto na urna, ele torna-se menos valorizado e desprestigiado aos olhos dos candidatos, deixando agora de ser procurado e disputado pelos políticos de plantão, pois segundo a visão popular o eleitor não teria “mais nada” a oferecer ao candidato. A sensação de perda de valor é testemunhada pelos eleitores quase que instantaneamente após o ato de votar, ficando a sensação de “vazio”, de ausência de empoderamento. Não obstante os eleitores “pagarem sua dívida” votando no candidato que os aliciou, estando assim “quites”, percebe-se a ocorrência de um sentimento de perda por parte do eleitor que ele traduz como desvalorização do mesmo diante do candidato que eleito não mais precisará procurar o eleitor pois deste não depende mais. Esse sentimento de subtração e alienação experienciada pelo eleitor frente à sua valoração enquanto eleitor é assim expressa no folheto **a fatídica herança para o futuro presidente** quando diz:

E quando o voto do eleitor
Ao fundo da urna desceu
A sua cidadania
Ali já desapareceu
E daí por diante o coitado
Será mais um acharcado
Por quem seu voto elegeu
(RODRIGUES, 2001, p.6).

Esse pensamento diz respeito ao sentimento partilhado pelos eleitores após as eleições. Uma das frases que expressam essa insatisfação é assim traduzida: “Já votei, agora perdi todo meu prestígio e valor”. Dentro do prisma do eleitor a sua valoração é percebida somente até o momento que ele vota, vindo a perder seu “valor” junto aos políticos que lhe pedem o voto, fazem promessas e depois o esquecem só voltando a procurá-lo novamente

na outra eleição. O poeta novamente capta em seus versos o sentimento popular frente à sua desvalorização após o exercício do voto, como podemos exemplificar no folheto de autoria de José Saldanha, **O Brasil prometido aos pobres na época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores:**

Eu como poeta pobre
Vivo no mundo esquecido
Só em época de eleição
Dos tubarões sou querido
Embora depois do voto
Por nenhum sou conhecido.

Dias depois das eleições
Que seu fulano é eleito
O pobre perde o valor
A verdade e o conceito
São cortados até os míseros
Que se arrecuarão do eito
(MENEZES, 1981, p.2-10).

Existe também insatisfação da parte do candidato que não conseguiu eleger-se, e atribui muitas vezes o seu insucesso à “traição” dos eleitores que mesmo “comprometendo-se” e negociando o seu voto não votaram nele. O candidato chega à conclusão da infidelidade por parte dos seus eleitores quando este faz o cômputo do número de pessoas que se “comprometeram” e a proporcionalidade dos votos que este recebeu nas áreas de sua atuação. O eleitor usando de sutileza e da burla nega que não haja votado no candidato, ficando assim o candidato de “mãos atadas” pois utilizou de meios considerados ilícitos para induzir o eleitor a votar nele. Só resta ao candidato lamentar a sua “má sorte” de ser “ludibriado” por parte dos eleitores que ele não consegue identificar. O folheto

O cariri é comigo: Manoel Gaudêncio deputado estadual que discorre sobre a candidatura de um deputado tentando rastrear onde o mesmo seria “bem votado”, em meio a essa contabilização de votos destaca:

João Pessoa tem mil votos
Que o eleitor é enrolão
Seis mil em Campina Grande
Mil e quinhentos em Gurjão
Itatuba tem mil votos
Dois mil lá em São João
(ARNOR, 1986, p.10).

O eleitor é chamado de “enrolão” que popularmente é definido como um indivíduo que embroma, que ludibria os outros. O candidato nesta condição se torna refém do eleitor numa clara inversão de papéis, sendo assim enganado pelo eleitor. No folheto **A discussão de um político com um velho agricultor** o poeta traz em seus versos o desabafo do candidato “enganado”:

Você é um enrolão
Em lugar de eleitor;
Vem acompanhando agente
Vibrando e dando valor
No dia da eleição
Dá um voto traidor
(MENEZES, 1981, p.1).

No “jogo da política” eleitor e candidato usam de suas astúcias e estratégias movendo-se no espaço da política para tirar vantagens um do outro seguindo a lógica de interesses de cada um. Como vimos nos versos acima o eleitor aparece não como vítima e sim como um “vilão” que tem sobre o seu comando o político

que se torna assim refém do eleitor e dependente do mesmo para alcançar o seu intento de eleger-se.

O VOTO SECRETO E SUAS NUANCES Á LUZ DO CORDEL

Durante a República Velha (1894-1930) foi criada a “Política dos Governadores” instaurada pelo Presidente Campos Sales (1898-1902) para tentar equacionar os impasses conflituosos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Da política dos governadores resultou o predomínio do poder executivo nas esferas Municipal, Estadual e Federal e a consolidação do poder das oligarquias que mantiveram o controle político dos estados e do governo federal até o fim da República Velha. Em termos práticos havia o recebimento de benesses e favores que se materializavam da seguinte forma: os governos estaduais se comprometiam de eleger deputados federais que fortalecessem a base de sustentação do Presidente da República e em troca o Presidente liberava “generosamente” verbas para os governos estaduais e comprometia-se a endossar todas as decisões dos governos estaduais.

A política dos governadores foi efetivada através do processo eleitoral, pois as eleições eram organizadas de tal modo que tornava possível o seu controle pelo poder executivo, ressaltando-se que não havia uma justiça eleitoral independente, que o voto não era obrigatório e o alistamento eleitoral era feito pelos membros do governo, o voto não era secreto as pessoas votavam sob o olhar e o controle de autoridades e fiscais do governo no que se convencionou chamar de eleições do *clavivote*, nas quais os eleitores votavam muitas vezes, sob a pressão das armas dos jagunços dos coronéis. O poeta Severino da Silva no folheto **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão** nos remete ao tempo em que as eleições estavam sobre o controle dos chefes locais:

Eu lembrei que no passado
O coroné meu patrão
Com envelope lacrado
Mandava nós pra seção
Dizendo sigam direto
Pois o voto é secreto
Ninguém pode saber não

A urna era amarela
Com um rasgo muito fino
Nós botávamos o voto nela
Tá lembrado Severino?
Que no bucho do baú
Os votos virava angu
Pro coronel Saturnino
(SILVA, s.d., p.3-4).

Outra prática cerceadora que limitava processo eleitoral da época era efetivada quando se davam as apurações das eleições, pois os resultados eram proclamados em atas que podiam ser rasuradas e conseqüentemente falsificadas. Essas adulterações nos resultados das eleições tornaram as mesmas conhecidas como eleições *bico de pena*. Nesse período havia no Congresso Nacional a conhecida comissão verificadora das eleições que tinha como objetivo averiguar, julgar e proclamar os resultados das eleições. Essa comissão estava a serviço da Presidência da República. Durante a tramitação desse processo era comum haver fraudes e adulterações nos resultados por parte desta comissão que aprovava os nomes dos deputados e senadores da situação e não reconhecia a vitória dos candidatos de oposição. Essa prática de eliminação dos candidatos adversários eleitos ficou conhecida como *degola*.

A política dos governadores em suas práticas de troca de interesses e favores se reproduzia em várias instâncias da sociedade,

em menor e maior grau guardando as devidas proporções num contínuo jogo de interesses onde os atores sociais do cenário de representação política eram “coagidos” uns pelos outros. Os movimentos estratégicos e desdobramentos que se davam nas relações e jogos de interesses, demonstram que nem sempre o poder dos coronéis era sustentado à base dos *clavinotes*, com uso da força. Havia outras nuances da influência dos coronéis sobre a população local, a citar como exemplo no âmbito municipal, que a coerção por si só não oferece explicação convincente. Victor Nunes Leal chama atenção para esse fato ao formular que: “Não se compreenderia, contudo, a liderança municipal só com os fatores apontados. Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar um emprego público até os mínimos obséquios” (LEAL, 2012, p.32). A concessão de benefícios à população evidencia que o poder exercido por eles não se davam apenas pelo uso da força e da violência.

A influência e o poder exercido pelos chefes locais estavam inseridos num contexto de troca de favores, onde este tinha que assistir às pessoas em suas necessidades para que as mesmas pudessem retribuir os favores votando nos candidatos indicados pelos coronéis. Os coronéis disputavam assim o campo de luta para atrair e aliciar simpatizantes aos seus interesses. A população que ficava entre a luta dos chefes locais para “dominarem” as áreas de influência, tiravam vantagens das circunstâncias para também obterem favores, demonstrando assim que as pessoas se utilizavam também de sutilezas que estavam para além de serem considerados como sendo, simples “massa de manobra” nas mãos dos chefes locais. Convencionou-se dizer que os coronéis “casavam e batizavam”, pois os mesmos literalmente apadrinhavam as pessoas envolvendo-se em teias de sociabilidade em troca de prestígio e poder. Havia toda uma rede de interesses que obrigavam os coronéis a se tornarem reféns de seus eleitores, obrigando-os a prestarem uma série de favores, tais quais Victor Nunes enumerou:

Eis aqui uma lista incompleta: arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e “preparar” testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores; enfim uma infinidade préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviços, agregados, amigos ou chefes (LEAL, 2012, p.131).

Era necessária toda uma engenharia para consolidar o poder conquistado. Pelo fato do voto ser “descoberto” os eleitores eram escoltados muitas vezes pelos jagunços do coronel para garantir o resultado favorável ao mesmo. Visando pôr fim a essa interferência eleitoral e tornar o processo mais seguro foi criado em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral e a Justiça Eleitoral, como um órgão independente (sem interferência do poder executivo como ocorria durante a República Velha através da comissão de verificação) para que pudesse zelar pelas eleições com isenção e imparcialidade. Finalmente, em 16 de julho 1934, com a promulgação de uma nova Constituinte foi permitido o voto feminino e posto em prática o voto secreto no Brasil. Getúlio Vargas, que governava o Brasil na época, por força da “Revolução de 1930”, fez parecer que a conquista do voto feminino, o direito das

mulheres se candidatarem bem como o voto secreto tivessem sido iniciativa sua, como um “presente” contido na nova Constituição (1934) que ele acabara de entregar ao País. Esses direitos políticos e os demais direitos conquistados a partir de 1930 não vieram de “mãos beijadas” como benesse do governo Vargas, mas sim como fruto da luta e reivindicações.

Não obstante os direitos ao voto feminino e voto secreto terem sido fruto da luta, o governo Vargas, utilizando-se do culto à personalidade do Presidente, tratou de apresentar as conquistas dos direitos civis, sociais e políticos como sendo uma ação de sua “genialidade” e “sensibilidade”. A campanha massiva feita em torno de Vargas promovendo-o como grande benfeitor, fez com que a população atribuisse a Vargas a obtenção destes direitos e influenciou a cultura política do Brasil em sua visão do que viria a ser o voto feminino e o voto secreto, bem como a perceber a figura do Presidente como sendo um herói, um “salvador da pátria”. O folheto **Vida obra e morte de Getúlio Vargas** do poeta Azulão, exemplifica este pensamento popular:

Depois Getúlio criou
O voto secretamente
Pois outrora se votava
Obrigado inconsciente
Ameaçado das armas
Do usineiro valente

Getúlio disse em discurso
Queremos civilidade
O voto será secreto
Pra que a humanidade
Vote em seu candidato
Por sua livre vontade
(SANTOS, s.d., p.9).

A instituição do voto secreto objetivava coibir a interferência que as oligarquias locais tinham sobre os eleitores, pois como já vimos, estes tinham que votar nas vistas dos jagunços dos coronéis, “cochichando” o voto, e levando o voto em um envelope já fechado e já consignado, sendo uma prática comum declinar o candidato em que haviam votado. Mesmo com os avanços da Justiça Eleitoral e de todos os meios utilizados para proteger os eleitores da pressão e assédio dos políticos, é notório ainda na contemporaneidade o medo que os eleitores têm de que de alguma forma se descubra em quem eles votaram e se votaram ou não em determinado candidato.

Os eleitores que comercializam o seu voto geralmente votam no político que agenciou seu voto, pois temem que o político cause algum malefício a eles caso não cumpram com a parte do trato. Alguns políticos ordenam que seus cabos eleitorais anotem o nome do eleitor, número de seu título, seção onde votam e ameaçam conferir após as eleições se de fato o voto foi efetivado. Outra prática consiste em dar a metade do valor prometido pelo voto antes da eleição e a outra parte após a confirmação do voto e se o candidato ganhar. É parte da cultura política ainda hoje no Brasil a ideia de que o voto secreto não é tão seguro e que os políticos possuem meios de verificação dos votos que eles receberam no pleito eleitoral. Essa insegurança de alguns eleitores com relação a segurança de seu voto também foi captada pelos poetas que tentam persuadir os seus leitores da segurança do voto secreto. No folheto **Zeca tá certo o voto é secreto PMDB 82**, de autoria anônima, o mote de quase todos os versos é: o voto é secreto. O poeta reforça que o eleitor não precisa temer pela sua opção de voto, pois é secreto:

O povo sabe que Zeca
Não promete o que não tem
Por que o voto é secreto
Não é posse de ninguém

Vamos todos para a urna
Votar em quem nos quer bem
(S.I., s.d., p.3).

O eleitor mesmo com a garantia e segurança do sigilo do seu voto se sente no dever moral de votar no candidato que prometeu votar, seja pelo fato do mesmo entender que é uma questão de honra “pagar” a dívida contraída junto ao candidato pelo valor ou favor recebido, ou simplesmente para manter a palavra empenhada. O eleitor através desta prática expõe um comportamento dúbio, se beneficia de algum valor, bem ou favor junto ao candidato, o que se constitui diante da justiça eleitoral em uma prática ilícita, mas ao mesmo tempo diz manter a honra e honestidade cumprindo com sua parte no trato, que é votar no candidato com quem efetuou a transação do seu voto. Esse misto de uma prática de parte dos eleitores mesclada pela ilicitude e ao mesmo tempo de lealdade em cumprir sua parte no trato, está inserida dentro de um traço da cultura, que é o cumprimento da palavra empenhada. O eleitor sente que caso não cumprisse a sua parte no trato estaria ferindo o código de moralidade vigente, tornando-o indigno de confiança, conforme observa Barreira ao afirmar que: “uma *dádiva* recebida por um eleitor e não retribuída no voto o inferioriza perante os outros e fere o código de moralidade vigente nas circunstâncias analisadas” (BARREIRA, 2006, p.161).

A prática da mercantilização do voto se constitui no Brasil em um crime eleitoral passível de punição perante o descumprimento da lei, porém em termos práticos essa prática se tornou tolerável aos olhos daqueles que dela se utilizam englobando tanto candidatos quanto eleitores visando obter vantagens pessoais para ambos. Dentro do código de justiça paralelo engendrado culturalmente por essas práticas, a desonestidade consistiria em uma das partes interessadas não cumprir com a sua parte no trato. Sendo assim novamente observa Barreira:

[.] o crime eleitoral, classificado pela Justiça, não representa o delito social mais grave para a população, o delito estará no não-cumprimento da palavra dada, na falta de ajuda a um amigo ou aos mais necessitados “economicamente” (BARREIRA, 2006, p.163).

Na contramão do medo de ser descoberto se o eleitor votou em determinado candidato, também é comum a prática de vender o voto a um candidato e votar em outro, embora isso pareça acontecer em menor proporção. O eleitor usa da burla para extrair vantagens através da prática do seu voto. Para isso o poeta corrobora dizendo:

O povo vota secreto
E recebe o que lhe dão
Come do boi do engenho
Anda em carro de patrão
Mas na hora de votar
Vota é na oposição
(S.I., s.d., p 4).

Os laços de honra e lealdade tão propalados na sociedade acabam por “determinar” que os eleitores acabem votando no candidato com o qual se comprometeu em votar, mesmo que este candidato haja usado de ilicitude, pois no entendimento do eleitor o mesmo se tornou comprometido e por isso deve “honrar a sua palavra” mesmo que paradoxalmente haja a ocorrência de um crime. No tempo das eleições é comum alguns candidatos, principalmente da “esquerda” e que geralmente não se utilizam da mercantilização, exortarem os eleitores a receberem o valor ou benefício pela troca do voto e efetivamente votar nos candidatos que segundo eles estão de fato comprometidos com os interesses da coletividade, porém os resultados das eleições parecem apontar

que essa lógica acaba por não se materializar, tal qual atesta Moacir Palmeira:

[.] a melhor prova da eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para partidos ou candidatos de esquerda da orientação que dão no sentido de “pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência”. A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário- que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes de legitimidade e honra pessoal embutidos na palavra empenhada-, o recebimento de um bem leva o eleitor a votar “naturalmente” no seu doador (PALMEIRA, 1992, p. 26-30).

A contradição instaurada pela prática entrecruzada da mercantilização do voto que de forma discursiva é reprovada e apontada como crime, parece permanecer como indício de que as práticas políticas darão margem por algum tempo à multiplicidade de significados e interpretações a respeito do ato de votar e as suas motivações, sendo temerário concluir que o eleitor por estar envolvido nesse cenário não teria consciência política e seria apenas “massa de manobra” no universo da pluralidade política. O Cordel como um dos veículos do pensamento político brasileiro testemunha em seus versos o amplo campo onde os eleitores e políticos tomam espaços e posicionam-se como atores sociais produzindo práticas políticas que delineiam a cultura brasileira em suas teias e redes de significados construindo pelo mundo da política, que surpreende a todos quantos se enveredaram pela busca de respostas prontas, acabadas e conclusivas.

A REPRESENTAÇÃO DOS VOTOS FEMININO E OBRIGATÓRIO E OS IMPEDIMENTOS DA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

O direito do voto feminino também foi atribuído a Vargas, contribuindo assim para construção de sua imagem populista. Mesmo que nos versos que retratam os acontecimentos políticos da época, se reconheça a luta das mulheres na conquista do direito a votar e ser votada, Getúlio aparece como o grande governante que foi sensível às reivindicações das mulheres e tornou possível um antigo sonho. No folheto **Os feitos de Getúlio que engrandeceram o Brasil** (1955) de Jota Rodrigues, o poeta destaca:

Outro feito que merece
Nossa fiel atenção
E pra luta das mulheres
Que exigia da nação
Os direitos de votar
E os governos vinham a negar
Só por discriminação

E Getúlio sem preconceitos
Cria o voto feminino
E os políticos contrários
Entravam em desatino
Porém não tinham mais jeito
E na gangue dos imperfeitos
Crescia um ódio ferino
(RODRIGUES, 1955, p.5).

Observa-se que, não obstante a luta das mulheres e dos movimentos sociais pela emancipação feminina, igualdade de direitos, elas ainda são discriminadas por parte da sociedade que, embora

reconheça a legitimidade do direito delas ainda resistem e restringem a participação das mesmas. O voto feminino surgiu em 1932 com a criação do Código Eleitoral provisório que estabelecia que as mulheres passariam a ter direito a votar, mas somente as casadas com a autorização do marido e se fosse solteira ou viúva só podia votar e ser votada se tivesse independência financeira. Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal no Brasil, pelo Estado de São Paulo, a médica Carlota Pereira de Queiroz. Em 1934 o Código Eleitoral ampliou o direito das mulheres e retirou estas restrições, porém o voto feminino era facultativo. Somente a partir de 1946 o voto feminino passou a ser obrigatório. O poeta Jota Rodrigues no folheto **o voto aos 16 anos e voto do analfabeto** registra o início do voto feminino:

Em mil novecentos e trinta
Foi a eleição primeira
Que a mulher teve acesso
Na política brasileira
Lutando as unhas e dentes
Mostrando ser competente
Na missão de eleitoreira.

Naquela época a mulher
Teve muito que lutar
Pra conquistar seus direitos
De nas eleições votar
Que os políticos sisudos
Vinham a isto lhe negar
(RODRIGUES, s.d., p.2-3).

O Cordel como uma expressão da cultura do brasileiro tem sua produção cultural marcada pela presença e pelos valores notadamente masculinos. Aqueles que produzem o Cordel são

em sua grande maioria homens, que defendem valores conservadores, patriarcalistas e machistas que de certa forma excluem a participação das mulheres do seu universo. Porque as mulheres “propositalmente” são pouco vistas e notadas, pouco se fala delas. O Cordel que é parte da expressão histórica cultural da sociedade não é exceção a essa regra. São poucos os folhetos em que se registra a importância e a participação da mulher na seara da política. Em nossa pesquisa encontramos o folheto **A mulher triunfará José Américo de Almeida o candidato dos paraibanos para governador da Paraíba** escrito em 1950 por Álvaro Leão, quando o voto feminino à época já era obrigatória (desde 1946). O folheto trata sobre as eleições para governador da Paraíba em 1950. Talvez este seja o primeiro folheto que convida as mulheres a participarem do processo eleitoral, apelando para que elas também convençam os seus parentes a votarem no candidato. As mulheres que até então no Cordel eram esquecidas passam a ser incluídas lentamente no cenário político como eleitoras, porém esse incipiente registro da mulher não significou uma mudança com relação à sua posição na sociedade dominada pelo gênero masculino. A pena masculina assim registrou quando o homem precisou do apoio da mulher, a ele se dirigindo com todos os “galanteios”:

Nobre leitora, atenção
A Paraíba vos chama
As urnas a 3 de outubro
Porque vos quer e vos ama
Pequenina, heroica e forte
Vosso voto reclama

Olhai os tempos passados
A História universal
Quando o homem escutar
Os conselhos da mulher

Terá então este mundo
A aurora de Rocicler
Jorra a paz por toda a parte
Seguindo como ela quer.

Encontrareis a mulher
-Este anjo celestial-
Nos dando felicidade
Livrando-nos de todo mal

Mulheres da Paraíba
Dizei a vossos maridos
Vossos irmãos, vossos noivos
Aos vossos entes queridos
Que os da coligação
Sejam por nós preferidos

Paraibana sois vós
Nosso esteio idolatrado
Triunfaremos na certa
Vós estando ao nosso lado
Armada com vosso título
Para salvar nosso Estado
(LEÃO, 1950, p.3-7).

Nos versos acima fica claro que a referência às mulheres é feita com um fim nitidamente eleitoreiro. Em todo o folheto não há referências que beneficiariam as mulheres alçando-as a uma condição de conquista de direitos e posição nesta sociedade dominada pelos homens. As mulheres no folheto em questão são usadas apenas como um meio estratégico para se alcançar o fim desejado que era ganhar as eleições para o governo da Paraíba em 1950. As mulheres no folheto apenas teriam uma “importância”

momentânea para votar e servir de “cabo eleitoral” para o candidato. Excetuando-se esse uso da mulher, a mesma permaneceria ainda por um bom tempo na “invisibilidade”.

O gênero feminino tem sua história marcada pela “invisibilidade” e silêncio em relação a sua prática política e social. Percebe-se uma verdadeira omissão por parte daqueles que detêm o poder da escrita, no intuito de silenciar a participação feminina. As mulheres foram restringidas e impedidas de ocuparem espaços e marcarem territórios, sendo assim vítimas da discriminação, preconceito e exclusão de um universo dominado pelos homens. Essa invisibilidade feminina é analisada historicamente por Michelle Perrot, quando observa que:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo (PERROT, 2007, p.16).

O poeta reproduz em seus versos a representação da mulher na perspectiva masculina. Dessa forma, é por meio de discursos masculinos que o feminino é procurado: nos mitos, na poesia, na história, nos romances, nos tratados médicos e filosóficos, na legislação, na iconografia, etc. Nesta imensidão documental, destacam-se imagens, contudo elas não apresentam as mulheres e sim a imagem que os homens fazem delas (DUBY; PERROT, 1990, p.8). Quando o poeta, que é fruto de uma sociedade conservadora e patriarcal, é convidado a representar a mulher em seus versos, ele o faz reproduzindo os discursos de seu tempo. Os cordéis estão “carregados” de preconceito e discriminação contra as mulheres. O folheto **A mulher no lugar do homem** José Pacheco reproduz o discurso excludente e preconceituosos a respeito da mulher e se faz interlocutor da mesma quando fala de sua participação política:

Porém a mulher despreza
Trabalhos domésticos
Para negociar na feira
Com fazenda e cereais
Outra vai pagodear
Sorrir beber e dançar
Isto não é Satanás?
Quando a mulher foi votante

No tempo da eleição
Quase endoideciam todas
De tanta satisfação
Tinha mulher nesse meio
Que dizia agora eu creio
De crescer da posição.
A minha parte ganhando
Eu estou ao lado dela

Vou trabalhar na política
Sempre lutando por ela
Conforme a felicidade
Eu até posso mais tarde
Ser tenenta ou coronela (PACHECO, s.d., p.3).

Entre as centenas de folhetos que foram objetos de pesquisa encontramos pouquíssimos que faziam referência às mulheres e à sua participação política, porém registramos aqui o folheto que foi escrito em plena ditadura militar (1978) e que possivelmente foi escrito por encomenda. Trata-se do folheto de José Soares de título **MDB a bravura de uma mulher Cristina Tavares Correia dep. Federal nº 299 Torquato Ferreira Lima deputado Estadual nº 1373**. A capa do folheto contém uma xilogravura de uma mulher sentada em seu escritório. O folheto defende a

candidatura da Cristina, Torquato e de Jarbas Vasconcelos pelo Estado de Pernambuco, porém percebe-se claramente a ênfase dada à candidatura de Cristina:

Já que faltam poucos meses
Pro dia da eleição,
Eu peço ao eleitorado
Da capital ao sertão,
Votar numa candidata
De muita abnegação.

Cristina Tavares Correia
Jornalista oficial,
Conhecida além das fronteiras
Do nosso Brasil Central,
Postulando uma cadeira
Na Câmara Federal
(SOARES, s.d., p.5- 6).

De todos os campos de atuação em que a mulher percorreu, nos parece que a seara da política tem sido um dos mais resistentes. Essa restrição à sua participação na política explica em parte a sua invisibilidade e o silêncio por parte de fontes e registros históricos e literários com relação à sua atuação, tal qual atesta Perrot ao afirmar que: “De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os Países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerado o apanágio e o negócio dos homens” (PERROT, 2007, p.151). A ascensão de Dilma Rousseff à Presidência em 2010 e sua reeleição em 2014 em duas acirradas disputas, promoveram, de certa forma um rompimento a este silêncio das fontes com relação à participação feminina no processo eleitoral e nas práticas políticas em geral. Vale salientar que além de Dilma tivemos ainda outra mulher candidata, Marina Silva. No entanto, mesmo concorrendo ao mais alto posto executivo do

Brasil e vindo posteriormente a ganhar as eleições, foram poucos os folhetos escritos a respeito da representação feminina na política. Enquanto centenas de folhetos foram escritos acerca de Lula, a sua sucessora sendo uma mulher possui apenas alguns títulos dos quais ela é a protagonista, a citar como exemplo: **Um ABC de presente para a presidente Dilma** de Antônio Carlos Barreto, **A mulher que conquistou o coração do Brasil** de José Costa Leite e **Dilma Rousseff já é presidenta da nação** de Antônio Ribeiro da Conceição que ressalta:

O Brasil já decidiu
Saiu de cima do muro
Deu passos em busca de luz
Desviou-se do escuro
E já botou Dilma Rousseff
Pra reger nosso futuro
(CONCEIÇÃO, 2010, p.2).

Outra agravante na descrição da participação da mulher no mais alto cargo do executivo é o fato dos poetas olharem para Dilma com certas restrições e tecer mais críticas do que elogios à sua atuação política. Aqui caberia a pergunta: Por que se escreveu até o presente momento tão pouco acerca de uma pessoa que ocupou o mais expressivo cargo da política brasileira? Seria o fato de a mesma ser mulher? Vejamos alguns exemplos do que foi escrito pelos poetas acerca da Presidente Dilma. O poeta Isael de Carvalho em tom irônico e sarcástico enxerga com desconfiança a eleição de Dilma, quando escreveu o folheto de título **Dando esmola para o povo Lula elegeu a Dilma**. A trama do folheto é tecida com o objetivo de apresentar a mulher como uma marionete nas mãos do homem (Lula), sendo ele a figura principal no cenário de representação e a Dilma (mulher) apenas figura de fundo, mesmo sendo eleita. Dilma nos versos do poeta é tratada com desdém e desconfiança, sendo sempre chamada de “desconhecida”:

A desconhecida Dilma
Pelo Lula apadrinhada,
Jogou sujo, fez chantagem,
Muito bem assessorada,
Amedrontando aos mais pobres
De forma mais descarada

Lula promoveu Dilma
Com esse golpe rasteiro,
Prometendo que essa esmola
Para o povo brasileiro
Somente com sua Dilma
Se manteria certo.

Do aborto tão falado
Dilma era a favor,
Mas pra não perder votos
Sem vergonha nem pudor
“Mudou sua opinião
Como camaleão de cor
(CARVALHO, 2010, p.5- 6).

A capa do folheto acima citado nos oferece indícios de preconceito e discriminação à figura feminina em sua incursão pelo mundo da política. Vemos que o preconceito em relação ao gênero feminino já é notório no próprio título que diz: **Dando esmola para o povo foi que Lula elegeu a Dilma: a desconhecida Dilma**. A eleição da Dilma é atribuída não a ela, como se independente de quem fosse se homem ou mulher seria eleita, pois os méritos da vitória nas eleições são creditados a política assistencialista do governo Lula que é qualificado pelo poeta como sendo “esmola”, e ao próprio Lula que “emprestou” seu apoio à candidata Dilma. A capa apresenta um desenho caricaturado de Dilma e Lula, travando um diálogo onde ela aparece

na imagem vestida caracteristicamente de forma feminina com cabelo arrumado de terninho e com “tamancos” delicados, falando aparentemente de forma discreta levando a mão à boca quase que cochichando aos ouvidos do presidente dizendo que o povo vai elegê-la e Lula responde e deixa claro que o povo na verdade vai eleger a ele e não ela, demonstrando claramente que Dilma seria apenas uma marionete nas mãos de Lula, reforçando assim o estigma de subserviência do gênero feminino sob a chancela do gênero masculino, que reforçando o papel excludente da mulher na sociedade machista, colocaria a mulher apenas em papel secundário. O Lula na imagem já bastante desgastado com cabelos brancos e olhar sisudo aparentando irritação com Dilma. É perceptível na imagem que Dilma aparece ligeiramente atrás do Lula, como se ele fosse o “testa-de-ferro” e ela apenas uma sombra do homem Lula. A capa representa assim de forma “subliminar” o arquétipo da mulher dependente do homem inferiorizada pela sua condição “subalterna”, sendo ela assim vítima do preconceito e discriminação.



O Brasil no ano de 2010 possuía cento e trinta e cinco milhões e oitocentos mil (135.800.000) eleitores aptos a votar, sendo que cinquenta e dois por cento (52%) era formada pelo gênero feminino e quarenta e oito por cento (48%) pelo gênero masculino, ou seja, as mulheres (eleitoras) são a maioria, porém a possibilidade das mulheres se candidatarem e serem votadas pelo gênero feminino, não parece acontecer apenas pelo fato de pertencer ao mesmo sexo, havendo, portanto uma série de fatores que influenciam as eleitoras na hora de votar. É possível que os séculos de opressão e discriminação sofrida pelas mulheres por parte de uma sociedade conservadora, misógina, androcêntrica e patriarcal de forte dominação masculina, seja ainda um impedimento para as mulheres perceberem o seu potencial para transformação da realidade social. No Brasil mesmo com a maioria dos eleitores do gênero feminino, a eleição de uma mulher (Dilma) ao cargo de Presidente, pela primeira vez na história, precisou ser cancelada pela figura masculina. Antônio Ribeiro no folheto **Dilma Rousseff já é presidenta do Brasil**, depois de descrever a história de vida de Dilma, evidencia em seus versos a chancela do Lula à candidata Dilma:

Hoje o poder é de Lula
O prestígio é dele e dela
O Brasil confia nele
E ele confia nela
E o povo a pedido dele
Resolveu votar pra ela

Lula está com o maior,
Índice de aprovação
O mundo inteiro respeita
Os líderes lhe estendem a mão
E Dilma desfrutará
De toda esta atenção

Lula transferiu pra Dilma
Voto prestígio e poder
Experiência e noção
Agora Dilma vai ter
Quatro anos de mandato
Para cumprir o seu dever
(RIBEIRO, 2010, p.3-8).

O poeta também aponta em seus versos para um “novo tempo” idealizado para a sociedade brasileira, porém ainda não real, onde as diferenças de gênero sejam deixadas de lado e imputado o voto de confiança na figura feminina representada pela Presidente Dilma, deixando assim o recado:

Encerrem as provocações
Deixe a mulher trabalhar
O machismo brasileiro
Vai ter que se adaptar
Ao comando feminino
Pois Dilma sabe mandar
(RIBEIRO, 2010, p.8).

É emblemático quando o poeta afirma que “Dilma sabe mandar”, pois ele tenta persuadir às pessoas a aceitá-la enquanto Presidenta pelo fato dela adequar-se ao “mandar” que é um estereótipo masculino carregado de preconceito e discriminação. O poeta tenta aproximá-la do universo masculino, gerando assim uma imagem ambígua, como se fosse impossível uma mulher assumir o papel de figura política e de “mandar”, pois esta seria uma prerrogativa restrita ao universo masculino. Os poucos folhetos escritos a respeito da Presidenta podem ser considerados uma evidência da resistência, discriminação e desconfiança com a qual o Cordel, seguindo a cultura da sociedade, enxerga a participação política da mulher, principalmente quando diz respeito a cargos

eletivos majoritários. Constituiu-se uma prática no Brasil denegrir a figura dos adversários políticos desqualificando-os e atribuindo-lhes os piores defeitos possíveis, porém observa-se que, a julgar pelo que foi dito, durante a campanha de Dilma e ao longo do seu mandato, pondo em dúvidas sua capacidade administrativa, opção sexual e posição frente ao aborto, não se trata apenas de um enfrentamento dualista de poder, mas sim um preconceito de gênero. Pôr em suspeição as peculiaridades e a feminilidade da mulher quando esta transita pelo universo da política é prática do conservadorismo e machismo no campo da dominação masculina, como Perrot (2007) a este respeito observa: “Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece à antítese da feminilidade, a negação da sedução [...]” (PERROT, 2007, p.155).

Murilo Carvalho (1990) por sua vez chamando atenção para essa discriminação da qual a figura feminina é vítima no meio político brasileiro desde os primórdios do sistema republicano, observa o contraste da participação política do homem em detrimento da mulher ao defender que:

Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino? Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher se pública era prostituta. Mesmo na fase jacobina da República, durante o governo de Floriano, a participação era exclusivamente masculina. Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem. Política era coisa de homem (CARVALHO, 1990, p.92).

O preconceito a mulher presidente, perseguiu Dilma durante todo o seu governo, sendo ela vítima de toda sorte de escárnio e desrespeito. Durante os protestos que ocorreram em junho de 2013 palavras repletas de preconceito e impropérios foram endereçadas a Dilma. Durante a abertura da Copa das Confederações em 2013, Dilma foi vaiada e obrigada a ouvir palavras de baixo calão

enquanto discursava. Deputados e senadores em seus discursos não perdiam a oportunidade de hostilizar e difamar Dilma sem nenhum escrúpulo. Em 2014, na campanha eleitoral novamente a honra de Dilma é atacada. Dilma vence a eleição mas o Congresso e o Senado inviabilizam seu governo “Trancando a pauta” e desaprovando suas medidas. Em 2015 o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), acatou um pedido de Impeachment contra Dilma, cuja acusação era o fato da mesma ter cometido “pedaladas fiscais”, posteriormente viria a se comprovar que Dilma não teria cometido nenhum crime, porém o projeto arquitetado seguiria até a sua derrubada. Nos meses que se seguiram a mídia e a oposição capitaneada pelo PSDB e pela rede Globo de televisão, intensificaram a destruição da imagem do PT, até chegar o dia da votação no Congresso (formado por 90% de homens), onde o que se viu foi um circo de horrores e hipocrisia por parte dos deputados que chegaram ao cúmulo de votar pelo impeachment de Dilma invocando a figura de um terrível torturador de Dilma durante a ditadura militar conhecido como Ustra, a exemplo do que disse o deputado Jair Bolsonaro que em outro momento chegou a dizer: “Espero que o mandato dela acabe hoje, infartada ou com câncer, ou de qualquer maneira”. No Senado (formado por 85% de homens) se repetiu o espetáculo de horrores. Dilma tendo uma ficha limpa e sem cometer nenhum crime foi afastada da presidência. Embora não haja relação direta do golpe parlamentar contra Dilma ter ocorrido pela presença esmagadora dos homens é digno de nota que:

Quando se analisa a presença das mulheres na política, o Brasil é um dos países menos igualitários do mundo. Segundo dados da União Interparlamentar, atualizados em 1º de março de 2017, o Brasil ocupa o 153º lugar entre 194 países pesquisados, quanto à presença de mulheres nos parlamentos (RUBIN; ARGOLO, 2018, p.26).

Todo esse processo no qual Dilma foi vítima nos levam a indagar: Será que se ela fosse um homem os fatos ocorreriam da mesma forma e teriam o mesmo fim? O fato da presidente ser mulher fez com que facilmente se aceitasse o impeachment como fato consumado, com pouca contestação por parte da população.

Esse rechaçamento à figura feminina não é exclusivo da Literatura de Cordel, mas apenas mais uma expressão cultural que resiste à participação da mulher no espaço público relegando à mesma a incumbência do espaço privado do lar, que de forma grosseira pode ser traduzido como: “lugar de mulher é na cozinha, cuidando da casa e dos filhos”. A incursão da figura feminina na política foi por muito tempo um campo proibido e especificamente másculo, tal como registra Perrot ao defender que:

Tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. Na Atenas de Péricles como na Londres de Cromwell ou na Paris da Revolução Francesa. A política foi por muito tempo, uma fortaleza proibida (PERROT, 2007, p.146).

O VOTO OBRIGATÓRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES

A construção das práticas culturais relacionadas à política na sociedade brasileira é registrada pelo Cordel, onde os poetas expõem a impressão da memória coletiva. Essas práticas culturais políticas são percebidas no cotidiano da população através de frases e máximas que externam paradigmas incorporados à memória no que concerne ao pensamento e prática política. Através dos folhetos podemos perceber como é representado o entendimento com respeito à obrigatoriedade do voto. No Brasil atual o voto é obrigatório, porém, temos visto crescer o número de pessoas que se abstém de votar, ou votar nulo ou em branco, mesmo sabendo

que pagarão multas e sofrerão sanções legais. O fato de o voto ser obrigatório no Brasil não implica que todos exerceram o seu “dever” de votar. Quando ocorreram as eleições presidenciais de 1998, as abstenções somadas aos votos em brancos e nulos superaram a votação de Fernando Henrique Cardoso que se elegeu no primeiro turno das eleições.

O voto tornou-se compulsório no Brasil em 1932 e foi transformado em uma norma constitucional em 1934, sendo que ainda era exclusividade dos homens. Em 1934 Getúlio “criou” o voto feminino, porém somente em 1946 é que o voto obrigatório se tornou norma para ambos os sexos. Os eleitores de maneira geral defendem o exercício do voto como uma prática cidadã que contribui com mudanças e melhorias para a população, porém quando se fala no voto obrigatório as opiniões se dividem. São inúmeros os folhetos que defendem a participação popular através do voto, interpretando-o como sendo um dever e uma “obrigação” por parte do eleitor, no entanto quando se refere à obrigatoriedade do voto os poetas passam a defender a não obrigatoriedade do voto. Os cordéis registram a dubiedade do pensamento popular acerca do voto obrigatório. O folheto **A fatídica herança pra o futuro presidente**, que trata sobre as eleições do ano de 2002, traz em seus versos uma das percepções acerca do voto obrigatório enxergando a sua compulsoriedade como uma “herança maldita”:

Outra herança que entristece
Os nossos eleitorados
É o voto obrigatório
Que os faz obrigados
Por ser dever do cidadão
A votar pela lei do Cão
Nesses laláus refinados
(RODRIGUES, 2002, p.6).

O poeta defende que a possibilidade do voto facultativo traria maior liberdade e consciência para o eleitor. Vejamos o exemplo do poeta Jota Rodrigues ao fazer uma análise que segundo ele tiraria o País da “falência” no folheto de título: **Os quatro aspectos em um governo que tira o País da falência**, onde em seus versos ele destaca:

Troque o voto obrigatório
Por voto facultativo
Dar liberdade ao eleitor
Que é fator decisivo
Corte também a malícia
Da tal pensão vitalícia
Que é um sagrado abusivo
(RODRIGUES, s.d., p.6).

Na evolução da forma de votar no Brasil passamos pelo voto “cochichado”, voto de “cabresto”, voto “marmita” até o voto secreto e obrigatório, bem como o voto facultativo para jovens de 16 anos e pessoas com mais de 70 anos. Vivenciamos também o tempo em que não tínhamos um título de eleitor até a confecção e legalização do mesmo. As urnas que recebiam os votos também evoluíram passando de receptáculos de tecido, lona até chegarmos às urnas eletrônicas com a promessa de operacionalizar o processo eleitoral e extinguir as fraudes a partir da segurança do voto eletrônico. Para organizar e fiscalizar todo o processo eleitoral foi criado a Justiça Eleitoral. Porém, não obstante toda a tecnologia e eficiência das urnas eletrônicas, as mesmas foram vistas com certa desconfiança por parte dos eleitores que enxergam ainda a possibilidade de manipulação e alteração dos resultados.

Os cordéis captaram também esse dissabor popular com relação às urnas eletrônicas que também eram vistas como um

obstáculo e um fator de complicação que dificultava a votação por parte daqueles que desconheciam ou resistiam à tecnologia a serviço das eleições. O folheto **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão** narra a conversa de dois amigos eleitores sobre os possíveis problemas causados pela votação com urna eletrônica, comparando-a com a urna anterior (de lona):

Sei que essa é mais bonita
Tem até televisão
Mostrando a foto e a escrita
Quando aperta no botão
Mas na urna programada
Quando eu der minha dedada
Pode ser meu voto ou não
(SILVA, s.d., p.3).

A discussão em torno da urna eletrônica prossegue com um de seus interlocutores citando exemplos de possíveis problemas na prática eleitoral a partir do voto eletrônico aumentando assim a desconfiança em relação às urnas eletrônicas:

Essa tal urna eletrônica
Num merece nossa fé
Vai fazer das eleições
Uma história de má fé
Jogo de carta marcada
É mais uma presepada
Só dá o que os “homens” quer
(SILVA, s.d., p.7).

Não obstante a propalada segurança contra fraude eleitoral pelo advento da urna eletrônica, o folheto acima mostra o “cisma” do eleitor em relação a ter que votar em uma urna

eletrônica. O folheto além de seu enredo que mostra a resistência da população ao uso da tecnologia no processo eleitoral apresenta em sua capa uma xilogravura onde aparecem várias pessoas na fila para votarem, o quadro mostra seis pessoas em uma fila para votar diante da urna de “botão”, referência às teclas da urna.



A xilogravura mostra ainda que da urna está saindo um grande rabo que no imaginário popular é uma referência ao Diabo, deixando assim transparecer que a urna é um instrumento maligno que não merece confiança dos eleitores. Estes eleitores “cismados” demonstram toda a sua desconfiança com relação à urna e a alguns políticos utilizando-se muitas vezes do ato de votar para protestar. Veremos assim a seguir como é representado no Cordel o voto de protesto por parte dos eleitores brasileiros.

A REPRESENTAÇÃO DO VOTO DE PROTESTO NA LITERATURA DE CORDEL

Um dos elementos presentes nas práticas da cultura política, evidencia-se na relação que o eleitor estabelece com o ato de votar, dando a ele muitos significados, representando entre outros, um ato de cidadania, de participação, de transformação da conjuntura política, ou até mesmo de protesto no intuito de enviar um sinal aos políticos de plantão. Na prática do voto, já está incorporado à cultura o chamado voto de protesto. O voto de protesto materializa-se quando o eleitor vota nulo ou em branco, por acreditar que nenhum dos candidatos tem qualificações para o cargo. Esse voto de protesto ocorre também quando o eleitor vota em um candidato não porque o mesmo tenha ideias e intenções que agradem ao eleitorado, a escolha é feita levando em consideração a espetacularização que determinado candidato representa no cenário da política por ser atípico, não convencional, fugindo às regras estabelecidas, sendo satírico, irônico e até “ridículo” aos olhos dos eleitores. O intuito de votar nestes candidatos aponta para o descrédito dos eleitores nos agentes e nas práticas políticas vigentes.

Um exemplo a ser citado foi a votação do ano de 2010, com percentuais altíssimos recebidos por um candidato a Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, campeão de votos conhecido palhaço e humorista Tiririca. Os eleitores declaradamente votaram em um palhaço com o intuito de protestar, entre outros motivos, contra a corrupção e o descaso dos governos diante dos grandes problemas sociais. A eleição do Tiririca não passou despercebida pelos poetas que externaram o pensamento a respeito da eleição do palhaço. Antônio Carlos O. Barreto no folheto **Tiririca entrevistado no balanço do cordel**, traz no enredo uma “entrevista” feita pelo poeta ao deputado eleito, onde as respostas tem tom irônico e humorístico sem nenhum nexo com o que foi

perguntado, deixando claro nas entrelinhas que existe uma desaprovação pela eleição do palhaço que na visão popular aparenta não estar qualificado para o cargo:

Meu querido Tiririca
O seu humor me fascina
Porém seja objetivo
Não entendo Patavina!
Que acha da parceria
Do Brasil com a Argentina?
(BARRETO, 2010, p.2).

O entrevistador chega a perder a paciência com o deputado chamando a atenção para a seriedade do poder de representação que este está investido. O poeta aponta para o fato de que embora os eleitores elejam candidatos como forma de protesto, os mesmos não acreditam que estes tenham os pré-requisitos para exercerem o ofício:

Querido parlamentar
Não estou de brincadeira
Falo com seriedade
Dessa nação brasileira
Mas você não leva a sério,
Parece até Zé Limeira.

Meu caríssimo deputado
Respeite seu eleitor
Pois São Paulo quase inteiro
Fez de ti um imperador
Um grande Macunaíma
Desse brasil sofredor
(BARRETO, 2010, p.4-5).

Os versos acima deixam transparecer a forma estereotipada, excludente e racista que a sociedade brasileira tem no que se refere ao agente político, estabelecendo como paradigma ou padrão que o político deve ser alguém de “boa aparência” vestindo-se de terno e gravata, falar fluentemente a língua portuguesa de preferência de forma rebuscada, ser letrado (ser um “doutor”) demonstrando conhecimento profundo dos problemas que afligem a população, ser sério, ser rico ou “bem de vida”, pois o pensamento popular reza que o político sendo rico, “não tem necessidade de roubar”, já o candidato pobre corre o risco de ceder à tentação e obter vantagens de forma ilícita. Neste aspecto observa-se que está mitificada no imaginário político da sociedade essa relação do político com a corrupção mensurando a situação e possibilidade de praticá-la. No caso do Tiririca ele foi estigmatizado por ser nordestino (cearense), ser um palhaço profissional, não ter diplomas, ser “feio”, se “vestir mal” e falar de forma “errada”, com cacoetes e palhaçadas, ele também foi alvo de toda sorte de preconceito por não se encaixar no arquétipo estabelecido. Muito embora essa imagem pareça estar cristalizada na cultura política brasileira nenhum desses atributos garante que o político pelo fato de ser “letrado”, “rico”, de “boa aparência”, seja a certeza de uma correta atuação parlamentar. Com relação ao Tiririca se verificou que na sua primeira legislatura como parlamentar, o mesmo se pautou em termos práticos por uma conduta considerada “exemplar”, não faltando a nenhuma das sessões, participando de comissões importantes no Congresso contrariando o padrão estereotipado do imaginário político.

Tem sido uma constante na prática da cultura política, os eleitores manifestarem sua insatisfação com as práticas políticas vigentes, votando em candidatos “exóticos” e sem um aparente compromisso com as atribuições, responsabilidades e possibilidades de representação popular. Porém esses candidatos quando eleitos são alvos de críticas e desconfiança por grande parte do eleitorado. Essa desconfiança dos eleitores é expressa nos cordéis,

a citar como exemplo o folheto **Nossa mobilização** de João Batista de Melo que em seu enredo denuncia a tentativa de privatização de empresas públicas como a Petrobrás. O poeta cita com preocupação e receio o descompromisso dos parlamentares com o que é público e do interesse da nação, destacando candidatos que possivelmente foram eleitos apenas como forma de protesto:

Espero que este congresso
De Romário e Tiririca
Se revele coisa séria
E não angu de canjica
Encabeçando uma lista
De tom nacionalista
Se não tudo se trumbica
(BARRETO, 2010, p.6).

A prática do voto de protesto não é de hoje, e acompanha parte da história da política brasileira. Porém o voto de protesto se tornou uma prática efetiva a partir da década de 1950, no entanto antes dessa data havia protestos, mas não através do voto, pois o voto anteriormente não era nem secreto e nem obrigatório. Atrelada à prática de protestar contra a política vigente através de candidatos que “fogem ao padrão”, está também, a tentativa de zoomorfizar a política apresentando animais como candidatos para os pleitos eleitorais. Essa prática de protesto pode ser vista como o que Michel de Certeau (2009) chamou de burla¹⁶, onde vê-se que

16 Os eleitores notadamente movem-se entre táticas burlando através de práticas de resistência usando o voto para protestar. Essa ação tática do eleitor está calcada no que nos ensina Certeau: [...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma [...] a tática é o movimento dentro “dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, 2009, p.94).

a população indignada com as práticas dos políticos oferece sua resistência e manifesta a sua desaprovação. Estão registrados nos anais da história casos inusitados de animais que “concorreram” a pleitos eleitorais. O emprego de animais como interlocutores dos anseios humanos é uma prática antiga na literatura e nos remete aos bestiários medievais. A utilização do bestiário no Cordel é uma prática desde os seus primórdios. A referência ao bestiário diz respeito a livros em que na Idade Média se reuniam descrições e histórias de animais reais ou imaginários geralmente utilizados como ilustrações para que trouxessem alguma comparação ou lição. Podemos citar como exemplo os folhetos: **História do Boi Leitão**, de Francisco Firmino de Paula, **A Intriga do cachorro com o Gato**, de José Pacheco da Rocha, **O Macaco Misterioso** de José João da Silva, entre outros. O Cordel faz uso do bestiário como tema de motivação e outras possibilidades:

Mesmo sendo os bestiários pouco conhecidos atualmente, eles exerceram profunda influência na história da cultura ocidental: na iconografia religiosa e profana, no imaginário popular, na heráldica, na arte moderna, na literatura; até em várias expressões e locuções da linguagem atual encontramos alusões e referências aos bestiários (HOENSEL, 2001, p.26).

No ano de 1959 quando as pessoas votavam em cédulas que precisavam escrever o nome dos candidatos houve o lançamento da candidatura na cidade de São Paulo, por “parte do povo”, de um rinoceronte fêmea (animal do zoológico) conhecido como Cacareco para o cargo de Vereador. O povo insatisfeito com as práticas políticas e aos candidatos em 1959 resolveu fazer um protesto nas urnas elegendo a rinoceronte Cacareco para o cargo de Vereador. Cacareco tinha até *jingle* que dizia: “cansados de teleco-teco vamos votar em Cacareco”. Na época haviam 540 candidatos disputando as 45 cadeiras do legislativo municipal. Como resultado a população votou no

rinoceronte que obteve o maior número de votos para Vereador com aproximadamente cem (100) mil votos, enquanto que a maior votação de legenda alcançou a marca de noventa e cinco (95) mil votos. A eleição de Cacareco e o voto de protesto não passaram despercebidos pelo olhar do poeta L. P. Mendes, que destacou o episódio no folheto **A eleição e posse de Cacareco**:

Na cidade de São Paulo
Estado que não é mixo
O seu povo revoltado
Protestou por um capricho
Invés de votar nos homens
Deu seu voto para um bicho.

Nunca pensei em minha vida
Que ganhasse esse treco
Derrotei o seu Joaquim
Seu Raimundo e seu Maneco
Hoje só vejo respeito
Sou o doutor Cacareco
(MENDES, s.d., p.1).

O poeta chama atenção para a veracidade do fato e do grande número de votos que Cacareco recebeu o que se constituiu à época um recorde nas eleições municipais de São Paulo, contabilizando mais votos do que qualquer legenda que disputasse o pleito eleitoral de 1959, chegando a ter uma média de 20 a 30 votos por urna em todos os bairros da cidade. Na época em que ocorreu a eleição os eleitores no ato da votação recebiam um envelope do mesário da sessão em que votavam e colocavam a cédula de seu candidato. Várias gráficas da cidade de São Paulo confeccionaram cédulas com o nome de Cacareco e distribuíram com a população, que como vimos aderiu à campanha de Cacareco consagrando-a como campeã de votos, como podemos observar nos versos:

A minha história é verdade
Não é conto nem é lenda
Tive mais de cem mil votos
Uma soma estupenda
Eu sozinho derrotei
A mais votada legenda
(MENDES, s.d., p.6).

O poeta prossegue em seus versos mostrando as propostas de Cacareco apresentando-a como um político humano com seus supostos vícios culturais de preocupar-se em utilizar-se do cargo para auferir vantagens financeiras e pessoais. Os versos também explicitam o preconceito e pré-noção do poeta, no que se refere ao analfabetismo, onde ele apresenta a possibilidade da alfabetização como sendo uma condição *sine qua non* para se exercer um cargo político ou de ser alguém considerado inteligente enquanto eleitor. Em 1959 os analfabetos não podiam votar nem serem votados, pois o alfabetismo era um pré-requisito para elegibilidade. O poeta usa a expressão otário significando e “qualificando” o analfabeto como sendo simplório e inapto para exercer suas funções enquanto cidadão. Porém mesmo qualificando-o de otário, polissemicamente atenta para a sua “esperteza” e atenua essa condição pelo fato do analfabeto em questão auferir vantagens principalmente financeiras:

Não sei ler e escrever
Sou um verdadeiro otário
Isso não tem importância
Também não é necessário
Eu quero é no fim do mês
Receber o meu salário
(MENDES, s.d., p.8).

Durante o período colonial e parte do imperial, entre os poucos brasileiros que tinham direito a votar, estava incluso o analfabeto. A maioria “absoluta” dos brasileiros era analfabeta à época. Em termos práticos eleitor analfabeto “cochichava” o nome do seu candidato e outra pessoa escrevia o seu voto. O voto onde o eleitor sussurrava seu voto ficou conhecido como “voto cochichado”. Vemos assim, que o voto do analfabeto no Brasil, com algumas restrições foi uma prática do século XVI até 09 de janeiro de 1881 quando a lei Saraiva proibiu o voto dos analfabetos. Os eleitores analfabetos no Brasil só passaram a votar efetivamente, no período republicano, a partir da emenda constitucional (nº 25) sancionada em 15 de maio de 1985 e regulamentada pela lei 7.332, no dia 1 de junho de 1985, (pós-ditadura) pelo presidente José Sarney:

Tal medida acabou com uma restrição que começou em fins do Império (1882) e resistiu por mais de 100 anos. Apesar de passarem a poder votar, os analfabetos continuaram ilegíveis. Para eles também, o alistamento e o voto não eram obrigatórios. As eleições de 1985 foram as primeiras da história republicana nas quais os analfabetos puderam votar. Mas apenas 65 mil (0,3% do eleitorado total) se cadastraram (NICOLAU, 2002, p.61).

Na história das democracias em geral, percebemos, que principalmente na América se passou a exigir a alfabetização para se exercer o direito de voto. Na Europa só Portugal exigia a alfabetização para os eleitores. Nicolau (2002) nos informa, porém, que pouco a pouco essa exigência foi sendo abolida começando com o Uruguai (1918), Colômbia (1936), Venezuela (1946), Bolívia (1952), Chile (1970), Peru (1970) sendo o Brasil o último País da América a abolir essa exigência. Culturalmente percebe-se que no cotidiano dos brasileiros há discriminação e preconceito

com relação aos que são analfabetos, como se estes estivessem em um patamar de inferioridade em relação aos demais cidadãos. Culturalmente se espalhou no universo da memória popular a percepção que o analfabeto é inapto para exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadão, estando sempre à margem do processo e que suas perspectivas de mudanças e melhoras estão intrinsecamente ligadas ao domínio do código de leitura e escrita.

O analfabetismo foi concebido como um fenômeno social demarcado pela presença do atraso, revelando uma concepção de modernidade que impunha a racionalidade da cultura ocidental a todo e qualquer sistema de ideias e valores diferenciados. Estando o analfabeto alijado desse processo constrói-se uma rede de ideias preconceituosas em torno do mesmo desprezando-se assim todos os saberes e conhecimentos que este adquiriu a parte do conhecimento formal. O preconceito ao analfabetismo também é partilhado pelos poetas que reproduzem a visão popular estereotipada. No folheto **O casamento do Calangro com a Lagartixa**, onde no enredo é evidenciado que o pai da Lagartixa se deixa enganar pela aparência de bom partido para a sua filha, pelo fato de ser ele (o pai) “pobre e analfabeto”:

Ora, o pai da Lagartixa
Era um pobre analfabeto
Entendia que o Calangro
Fosse um rapaz correto
Quando veio abrir os olhos
Foi tarde, já tinha netos
(ATHAÍDE, 1951, p.4).

Ao rastreamos o pensamento popular que está entranhado na memória coletiva percebemos que um expressivo número de poetas reproduziu em seus versos uma visão estereotipada do analfabeto como sendo este inferior e subalterno daqueles que

dominam o mundo da leitura e da escrita. Em quase todas as instâncias da vida em que o analfabeto está inserido ele é representado como alijado, inapto, limitado e a margem do processo. No folheto **Pistoleiros do Nordeste** Valeriano Felix dos Santos reforça essa visão estereotipada do analfabeto:

A patente ele comprou
Por metade d´um cruzado
Pois que sendo analfabeto
Era um jumento quadrado
Nunca serviu a Nação
Nem como simples soldado
(SANTOS, s.d., p.4).

Vemos assim que o Cordel reproduziu o pensamento que está entranhado na cultura política brasileira no que se refere à figura do analfabeto que o enxerga como sendo uma pessoa “atrasada” e “ignorante”, como podemos perceber através dos versos de autoria de João do Brejo de título **ABC do Eleitor** onde além de estereotipar o analfabeto apresenta como sendo um “matuto”, talvez porque à época em que foi escrito 1950 a maior parte da população brasileira morava na zona rural e era analfabeta:

O matuto ignorante
Vive quase escravizado
Pensando que a política
É só pra rico e abastado
Por isso sofremos fome
Quem não vota não tem nome
É um algarismo riscado
(BREJO, p.1).

Porém essa visão estereotipada do analfabeto nem sempre foi compartilhada e aceita entre os poetas, ou seja, o Cordel nem sempre reproduziu o pensamento de que os analfabetos eram “ignorantes”, pelo contrário muitos poetas em seus versos contam histórias de pessoas que mesmo sem ter o saber escolar venciam as circunstâncias e logravam grande êxito. O fato do Cordel ter sua origem na oralidade, onde pessoas analfabetas decantavam, memorizavam e partilhavam entre todos as histórias rimadas dos poetas repentistas fez com que essa vertente artística cultural, que depois se tornaria escrita se tornasse símbolo de cultura e saber entre a população que consumia essa produção cultural. Era necessário grande habilidade mnemônica para “decorar” dezenas e até centenas de versos com extrema precisão. Jota Rodrigues destaca essa habilidade do analfabeto, no folheto **Cordel vivo e puro sem enganos** onde ele destaca:

Era noventa por cento
Do povo analfabeto
Versejavam de cabeça
E já corriam direto
Pras feiras falar seus versos
Quem soubesse soletrar
Tudo aquilo era sucesso
Para os poetas libertos

Todo mundo era poeta
Sem saber ler e escrever
Depois de criar os versos
Procurava conhecer
Para os poemas escrevinhar
E a criação não esquecer
(RODRIGUES, 1989, p.2-3).

O analfabeto aparece em muitos folhetos como sendo um anti-herói que mesmo com aparentes limitações consegue com sua ardileza superar todas as adversidades, inclusive sobressaindo-se diante dos cultos e letrados a exemplo do folheto **O sabido sem estudo** de Manoel Camilo dos Santos publicado em 1958 e que conta a saga de homem analfabeto que com sua sabedoria consegue decifrar enigmas, responder perguntas de alto grau de dificuldade e vencer debates mesmo sem ter domínio do código da escrita.

O estereótipo da figura do analfabeto é extensivo a todas multifacetadas representações construídas pela sociedade, no que se refere a perceber o analfabeto como alguém deficitário e inapto para exercer suas funções plenas enquanto cidadão. Como já vimos no folheto que trata da eleição do rinocerante Cacareco, onde o mesmo é desqualificado por ser analfabeto chamando-o inclusive de “otário”. No Cordel este estereótipo é reproduzido por muitos poetas que ao tematizar o voto do analfabeto reproduzem a visão entranhada na cultura de que o analfabeto não sabe votar, sendo presa fácil de pessoas corruptas que os manipulam. O poeta J. Rodrigues no folheto **O voto aos 16 anos e o eleitor analfabeto** (1989), expressa essa visão estigmatizada:

Foi manobra do governo
O voto para os analfabetos
Vendo que eles desconhecem
Políticos ruins ou certos
E com esta desinformação
E a despolitização
Elegem os incorretos
(RODRIGUES, 1989, p.4).

O poeta ao reproduzir o preconceito com relação ao voto do analfabeto, responsabiliza o mesmo pela eleição de candidatos

que depois das eleições foram identificados por cometer práticas corruptas. Esse pensamento é corrente na cultura brasileira que imputa e projeta no outro a responsabilidade das mazelas coletivas. A eleição de Collor que marcou a história pelos escândalos e corrupção é atribuída entre outros ao voto do analfabeto. No folheto **O segundo plano de Collor** Jota Rodrigues, identificou e destacou, o analfabeto como também responsável pela eleição do Collor:

E com promessas fajutas
E com fraudes por todo lado
O voto aos 16 anos
E o analfabeto enganado
A elite dos colarinhos
E com seu Roberto Marinho
O Collor foi o mais votado
(RODRIGUES, 1992, p.3).

Persiste ainda na cultura política do Brasil o pensamento preconceituoso que responsabiliza determinados grupos sociais pelo atraso e mazelas sociais presentes na sociedade como o fato de pertencer a uma determinada região (geralmente associada ao Norte e Nordeste), o nível social (pobre), raça (negra) bem como o nível de escolaridade onde recai toda a responsabilidade sobre o eleitor que é analfabeto. Culturalmente o analfabeto é marginalizado e ignorado por ser considerado “ignorante”, bobo, manipulável, um verdadeiro “joguete” nas mãos de políticos inescrupulosos. Este estigma repercute através de muitos poetas que reproduzem o pensamento que enxerga dois principais aspectos do que se considera o eleitor não ter consciência política, o fato de ser pobre (miserável vivendo de migalhas que os políticos lhes dão) e ser analfabeto, como se fossem estes os únicos pré-requisitos para alguém ter consciência política. Convencionou-se

pensar que o analfabeto não pode com o seu voto eleger o político honesto e comprometido com as causas populares e que o mesmo é responsável por eleger o político corrupto. Essa é uma das razões pelas quais os poetas reproduzem esse pensamento em seus versos, como podemos citar através de mais este exemplo no folheto **A entrevista de Ulisses Guimarães no céu** onde o poeta destaca:

Pois um povo analfabeto
E escravo da novela
Sem consciência política,
Vai viver sempre naquela
De eleger um canastrão
Que o IBOPE e a televisão
Nos empurram pela goela!
(p.5).

O poeta mesmo fazendo críticas ao voto do analfabeto defende o direito do voto para este, desde que ele seja ensinado a votar conscientemente. O poeta sugere que os partidos criem cursos para politizar os eleitores analfabetos para que estes exerçam o seu papel de cidadão votando conscientemente:

É um direito sagrado
O analfabeto votar
Mas o voto é precioso
E não se deve desperdiçar
E pra isso em todos os partidos
Devem ter cursos mantidos.
Para os politizar
(p.5).

A elevação da escolaridade do eleitorado brasileiro é percebida como um pré-requisito para o amadurecimento do eleitor

vislumbrando a construção de práticas políticas em consonância com o espírito republicano. O aumento da escolaridade do brasileiro implicará em modernização da sociedade e mudança de mentalidade, porém não implica dizer que as pessoas que detêm um alto nível de escolaridade sejam mais conscientes politicamente, como observa Alberto Carlos Almeida ao discorrer sobre o comportamento do brasileiro em utilizar-se do “jeitinho” para resolver seus problemas: “[.]as pessoas que mais deram um jeitinho são justamente as que têm escolaridade mais elevada (70% para superior completo e 71% para o ensino médio completo). São elas que mais sabem o que significa “dar um jeitinho” (ALMEIDA, 2007, p.49).

No Rio de Janeiro, em 1998 um macaco (também de um zoológico) foi lançado candidato, a Prefeito. O macaco era conhecido por Tião. Ao final da eleição Tião obteve 9,5% dos votos, num total de quatrocentos (400) mil votos, que se somados aos votos em branco que foram em torno de 14,5%, o macaco ficaria assim apenas abaixo do prefeito eleito em 1998, no Rio de Janeiro, Marcelo de Alencar. Em Fortaleza-CE tivemos em 1922 a eleição de um bode chamado de Ioiô, no final do pleito o bode “foi” eleito com a maior votação. Na cidade de Pilar, no interior de Alagoas, a população lançou como candidato a Prefeito um bode, conhecido como Frederico. A popularidade de Frederico começou a crescer a ponto de incomodar os outros candidatos. Dos candidatos animais o bode Frederico é o único que está atrelado a um partido, sendo ele candidato a prefeito tendo vice um homossexual de nome Juliete, registados como sendo do PBB (partido dos bodes e das bichas) com o número 24 como sendo o número da legenda. Próximo às eleições o bode Frederico foi morto envenenado por um raticida no ano de 1996, á um mês das eleições. Ainda tivemos em Alagoas na cidade Maceió um cachorro de nome Fiel, que foi lançado a candidato a Deputado Estadual em 1998.

Nos exemplos citados onde animais são usados como representantes políticos do povo e lançados como candidatos, se

reforçam a tradição de se utilizar os animais como figuras para dar evasão de forma metafórica às insatisfações causados pelas atitudes danosas praticadas contra a sociedade. No Cordel é comum a utilização de animais para trazer algum ensinamento, externar alguma insatisfação ou mesmo para depreciar alguma pessoa ou alguma prática desabonadora. Nos folhetos, animais são comparados a pessoas ou pessoas tornam-se animais como castigo por haverem transgredido alguma norma ou princípio moral. Ao tematizar a política os poetas também se utilizam da figura de animais para expressarem a “vontade” do povo em relação aos maus políticos.

No início da década de 1960, na atual cidade de Jaboatão dos Guararapes-PE, tivemos a candidatura para Vereador do bode conhecido como Cheiroso. A cidade de Jaboatão era chamada anteriormente de Moscosinho, pelo fato de ter sido a primeira cidade brasileira a eleger um prefeito comunista em 1940. O Prefeito eleito foi Manuel Calheiros e sua vitória foi resultado da aliança entre os partidos PSD e PCB. O bode foi eleito com 400 votos, sendo o mais votado. Estes votos de protesto em animais foram registrados pelos poetas e foram alvo de vários folhetos. Destacaremos aqui o folheto do poeta de Recife-PE, Delarme Monteiro da Silva, de título: **A vitória de Cheiroso o bode vereador** onde ele registra a tendência do povo nordestino de protestar contra as práticas políticas vigentes a época, sufragando em candidatos inusitados, como é o caso do bode Vereador. O fato real foi descrito pelo poeta de forma satírica:

Não é coisa de poeta
nem é boato inventado
o caso foi verdadeiro
o rádio tem divulgado
se há gente que não crê
no jornal tem o clichê
do bode fotografado
(SILVA, s.d., p.1).

O fato é que o bode conhecido por Cheiroso ganhou as eleições para Vereador e o poeta atento aos “reclames do povo” registrou em seus versos no intuito não só de tornar conhecido o fato inusitado, mas também externar a insatisfação dos eleitores com os políticos de sua realidade local. O poeta apresenta o “candidato” reiterando algumas qualidades do bode enquanto registra também o seu odor nada agradável:

Ele se chama Cheiroso
é um bicho respeitável
apenas tem um cheirinho
que não é muito agradável
apesar de seu mau cheiro
tem ares de cavalheiro
distinto e muito tratável
(SILVA, s.d., p.2).

Geralmente a associação de seres humanos a animais são feitos com o intuito de desqualificar o outro ou alguém por quem se nutre algum sentimento de animosidade ou inimizade, rebaixando-o a uma condição humilhante. Embora que nem sempre o animal usado como interlocutor ou representação expresse um sentido negativo, é comum e é antiga a utilização de animais como o bode Cheiroso para expressar e ressignificar a visão da realidade e seus anseios e dissabores:

É tão antiga como a própria humanidade a tendência do homem para emprestar aos animais a alma humana, com suas paixões, sofrimentos, virtudes e vícios. Ninguém ignora que escritores como Esopo, Fedro e La Fontaine immortalizaram-se escrevendo sobre animais e transferindo para eles a alma humana (CAMPOS, 1959, p.31).

O bode Vereador foi eleito com quatrocentos e sessenta e oito votos, contando com o apoio popular que em protesto votou no bode em detrimento de votar nos candidatos que postulavam uma vaga na Câmara dos Vereadores. O poeta ressalta que o povo votou no bode “de coração”, sendo uma clara declaração do espírito da cordialidade do brasileiro que parece deixar que as relações do “coração” se sobreponham à legalidade e o sentimento privado prevaleça sobre o público:

Por quase 500 votos
Ele saiu vencedor
Seus correligionários
Para provarem seu valor
Votaram de coração
Para Câmara de Jabotão
No bode, Vereador
(SILVA, s.d., p.2).

O poeta em seus versos simula uma entrevista com o bode Vereador onde este explica porque ele obteve essa expressiva votação sendo literalmente o mais votado no pleito e o objeto da canalização de toda insatisfação popular que em protesto, a politicagem fraudulenta e fisiológica, votou no bode Cheiroso:

– Poeta, a minha vitória
Agora nesta eleição
Prova que o eleitor
Perdeu toda animação
Nas promessas mentirosas
Feitas por sujeitos prosas
Pra ganharem posição
(SILVA, s.d., p.4).

Os versos deixam transparecer uma suposta consciência coletiva dos eleitores, cansados de tanta corrupção, de tantas promessas não cumpridas, de discursos permeados de hipocrisia, de práticas escusas de desvio do dinheiro público, de nepotismo e de descompromisso com os interesses públicos. Por desacreditar nesse perfil de político, o eleitor se utiliza de seu direito de votar para protestar e demonstrar toda a sua insatisfação votando em um bode. A eleição do bode não só sinaliza para a carnavalização, satirização e ironização das práticas eleitorais, como também demonstra uma tendência crescente expressa em uma forma de votar que se externa em sufrágio de protesto constituindo-se assim em uma prática usual na cultura política brasileira. Eis os versos que exprimem a incredulidade dos eleitores que de forma estratégica se movem no campo de ação oferecendo resistência a esse “estado de coisas”:

O povo já não tem fé
Em alguns politiqueiros
Que vivem de cambalachos
São simples e interesseiros
Ou santinhos de paus ocos
Que vivem chupando aos poucos
O sangue dos brasileiros
(SILVA, s.d., p.5).

No cenário de representação política brasileira é comum encontrarmos uma expressão que caracteriza o entendimento dos eleitores quanto ao ato de votarem em candidatos que não são da sua região, é o chamado voto em candidato “paraquedista” ou “forasteiro”. O candidato “paraquedista” pode ser identificado como um postulante a cargo eletivo que não tem base eleitoral no município e aparecem somente em tempo de eleições para angariar votos. Ou seja, existe uma tendência a ser seguida pelos

eleitores de votar em candidatos de sua cidade em detrimento de votar em candidatos que sejam de outras cidades, que venham “cair de paraquedas” em sua cidade. Essa prática ocorre principalmente quando a eleição em questão é majoritária e envolve o Estado, para os cargos eletivos para Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores e Governadores. Existe uma tendência de priorizar através do voto os candidatos de sua cidade, havendo assim o que poderíamos chamar de “bairrismo eleitoral”.

Um dos motivos para os eleitores não votarem em candidatos “paraquedistas” é o fato dos mesmos “desaparecerem” após se elegerem e esquecerem-se dos seus eleitores. Como os candidatos paraquedistas não são da cidade dos eleitores torna-se impraticável os mesmos terem contato com os eleitos e conquistarem algum benefício para a coletividade ou mesmo para si. O candidato paraquedista geralmente é visto como alguém que age de forma desleal e utiliza-se de meios escusos como a compra de votos para conseguir eleger-se. Os poetas reproduzem nos versos essa prática política. O folheto **Não jogue fora essa arma** alerta com relação aos candidatos paraquedistas:

Um grande mal que eu acho
E isto é coisa ilegal
“Paraquedista” ter voto
Em colégio eleitoral
Porque toda região
Ainda tem cidadão
Que não lhe bota em curral

Se algum “paraquedista”
Voto de um povo comprar
Depois de eleito jamais
Neste povo pensará

A não ser noutra campanha
Pois acha que o povo apanha
E sempre se esquecerá
(LIMA, 1996, p.6).

Dentro da perspectiva do voto de protesto incluímos os eleitores que decidem votar nulo ou em branco, como forma de “mandarem o seu recado” aos políticos de plantão, sinalizando a sua negação ao sistema político estabelecido. Esse comportamento tem crescido a cada eleição, se tornando também uma marca na cultura política brasileira. O eleitor ao tomar a decisão de abster-se de votar, anular ou votar em branco evidencia o que Luís Felipe Miguel chama de “crise do sentimento de estar representado” (MIGUEL, 2003, p.123). Essa forma de protestar nos remete ao conceito de alheamento decisório eleitoral “que engloba todas as formas pelas quais os cidadãos e cidadãs se recusam a optar por um partido ou candidato por meio da abstenção, do não-alistamento eleitoral, do voto nulo ou do voto em branco” (MIGUEL, 2003, p.124). Embora o voto nulo ou em branco também seja considerado um voto de protesto, verifica-se que no imaginário popular representado pelo Cordel, a defesa constante é pelo direito e obrigação de votar. O voto e o direito de votar são considerados “armas” que o cidadão tem em suas mãos para mudanças e consolidação do que entendem ser democracia. São raros os folhetos que apregoam e defendem o voto nulo e branco.

Na verdade os poetas sempre defenderam que o povo, deveria fazer valer o seu direito de votar, que fora conquistado com muita luta. Para o poeta o eleitor que vota nulo ou em branco deixa de exercer um direito seu e mostra-se omissos diante das possibilidades de mudança pela via política. A abstenção ou nulidade do voto é vista como um retrocesso político é o que fica evidenciado nos versos decassilábicos, do poeta paraibano Raimundo de Santa Helena, nos idos de 1988 quando o País saíra da ditadura militar

e voltara a ter eleições livres e diretas, onde o poeta defende abertamente no folheto **Voto nulo, para galope é um pulo**:

Voto nulo pra golpe é um pulo
Povo sábio só anda pra frente
Caranguejo caminha pra trás
Quem não vota elege burrobrás
Quem se cala então tudo consente
Sempre tem por ai um competente
Votar bem é um dom eu estímulo
A escolha secreta é casulo
Liberdade nós temos pra mudar
Só Deus sabe em que vamos votar
(SANTA HELENA, 1988, p.1).

A análise dos folhetos elencados, no que se refere à prática da abstenção ou da nulidade do voto e que estatisticamente tem um índice muito pequeno em sua defesa, nos permitem ainda que provisoriamente concluir que o que permeia no imaginário popular no que diz respeito a esta prática é de quase total desaprovação, ou seja, na cultura política há uma tendência constante da defesa do voto e a conclamação do eleitor para que este exerça o seu direito (ainda que obrigatório) fortalecendo a democracia e precavendo-se contra possíveis “golpes” contra essa democracia e consequentemente contra o povo. O poeta novamente corrobora com essa ideia:

Voto nulo pra golpe é um pulo.
Quem votar no macaco é ladrão
Do remate civil da abertura
É soldado civil da ditadura
Vira bucha nas balas do canhão
Sempre fui porta-voz do meu povão

Seus protestos sem medo ejaculo
Mas quem quer que não vote não bajulo
E quem vota em branco dá espaços
Para fraudes em prol desses palhaços
(SANTA HELENA, 1988, p.1).

Em nossa incursão pela Literatura de Cordel, catalogamos mais de 800 folhentos que tratam acerca da temática política, porém, encontramos apenas um folheto que advogava o voto nulo ou voto em branco. A exceção trata-se do já citado folheto de autoria de Zé Matuto (possível pseudônimo) que tem como título **Cabo eleitoral o eleitor puxa-saco**, onde o poeta coloca todos os políticos na vala comum da corrupção e intima de forma satírica e irônica os eleitores a votarem nulo ou em branco:

Se você quer votar direito
Não é um eleitor vagabundo
Então faça como fez
O nosso amigo Sigismundo
Ele chegou no computador
Corrigiu e confirmou
E votou em todo mundo

Eu conheço uns candidato
Para vereador e prefeito
Eu não sou puxa-saco
Mas eles são bons sujeitos
Branco e Nulo, meu senhor
E se não tiver preconceito de cor
Também pode votar no Preto
(S.i., p.1).

A comprovação através dos folhetos pesquisados nos leva a reiterar que no imaginário popular retratado no Cordel está expresso que o povo em sua maioria é contrária à nulidade do voto e que a mesma enxerga o voto como sendo uma arma para os cidadãos dela se utilizarem para promover mudanças e benefícios para a coletividade. Observemos mais um exemplo da defesa do voto nos versos do folheto **Não jogue fora essa arma** de autoria de Francisco Correia Lima:

Não votando o cidadão
Representante não tem
E o político de fora
Não pode lhe querer bem
A este esquecido louco
Nós vamos lhe dar o troco
Vamos lhe esquecer também.

Nunca deixe de votar
Mas aprenda a escolher
Evite que o desonesto
Vá assumir o poder
Defenda seu ideal
Evitando que o mal
Tome conta de você
(LIMA, 1996, p.6-7).

Os cordelistas geralmente exortam o seu público para que o mesmo não vote em branco ou nulo e para convencê-lo eles usam de uma linguagem que desqualifica o candidato eleito, enfatizando que mesmo que o eleitor não vote alguém irá se eleger e geralmente quando o eleitor se omite de votar, maus políticos se elegem trazendo grandes malefícios para a sociedade. O folheto acima adverte aos eleitores quanto a nulidade do voto e

as consequências advindas pela “abstenção”. Ao referir-se ao candidato eleito pela omissão do eleitor que não votou no candidato honesto e bem-intencionado e que abriu espaço para o corrupto atuar, o poeta qualifica o candidato eleito de forma negativa:
Lembre-se que não votando

Você deixa de escolher
O candidato melhor
Pra sua terra crescer
Se elegendo um imbecil
Que não gosta do Brasil
Muito menos de você
(LIMA, 1996, p.7).

Os poetas tem se utilizado da sua verve poética e de sua influência para advertir, exortar e “conscientizar” o seu público, da importância não só de votar, mas votar de forma consciente, em candidatos que pautem sua vida dentro dos princípios éticos e que estejam comprometidos com os interesses da coletividade. São inúmeros os folhetos que trazem a temática apresentando o voto como sendo uma arma que o cidadão deve usar, para promover mudanças que beneficiem a sociedade como um todo. Podemos citar como exemplo o poeta Izaías Gomes de Assis no folheto de título **O valor do seu voto:**

O leitor nem imagina
Como o voto tem poder,
Ele está nas suas mãos,
Esperando acontecer
Ele tem supremacia,
E se for bem aplicado,
Terá grande serventia

Em nosso imenso país,
Onde tem democracia
O que vale é nosso voto,
Te alerta nesse meu verso
Seu voto faça valer
(ASSIS, 2008, p.2).

A exortação aos eleitores para que estes votem de forma compromissada e consciente se tornou uma constante no Cordel, na contemporaneidade. Os poetas têm produzido inúmeros folhetos alertando para a responsabilidade do voto como forma de transformar a realidade na qual estão inseridos. No folheto **Na política eu quero ver** de autoria do poeta Vaneci Santos, vemos mais um exemplo do alerta aos eleitores:

Quem nunca valorizou
O voto pra valer
Tá na hora de mudar
Pra dessa forma poder
Exigir ética e decência
Daquele que se eleger
(MENEZES, s.d., p.8).

Nos folhetos que tratam especificamente sobre o ato de votar percebe-se a tendência por parte dos poetas de apresentarem os eleitores que não vendem seu voto como sendo pessoas conscientes e inteligentes. Embora haja muitos registros da mercantilização do voto é notória a presença de discursos que se colocam contra a prática. Essa possível incoerência da práxis versus discurso talvez possa ser explicado de forma polifônica, onde no discurso esteja explícita o que não corresponde ao que ocorre de forma implícita, onde o discurso é traído pela força do hábito cultural.

Eleitor inteligente
No voto tem compostura
Buscando fazer mudança
Desbancou a ditadura
Hoje é homem de ação
Mantém sua opinião
Não tem mais cabeça dura
(MENEZES, s.d., p.6).

O discurso construído pelo poeta, que predominantemente é contrário à mercantilização do voto traz em si uma evidência polissêmica de vários discursos que se entrecruzam em um mesmo texto produzindo variadas interpretações, ou seja, percebe-se nos vários significados que estão “escondidos” nos versos dos folhetos que deixam vestígios e margem para várias interpretações. Na interação dos enunciados (versos) os discursos e valores são assimilados, reestruturados e modificados pelo poeta, que se expressa não somente no que pensa e acredita, mas também no pensamento e desejo antagônicos que promovem inconscientemente deixando transparecer, no que se tenta negar e ocultar, deixando escapar nas entrelinhas outro discurso, tal como atesta Bernadi:

Assim todas as vozes que se fazem ouvir no discurso são (ou devem ser) respeitadas enquanto vozes sociais e históricas portadoras de postura sócio-ideológicas que não coincidem com as do autor, mas são orquestradas por ele. [...] o autor apropria-se das palavras de outro com todas as intenções sócio-ideológicas que estas palavras contêm e as utiliza para alcançar seus objetivos sem manifestar-se neles, mas servindo-se delas para retratar suas intenções (BERNADI, 2001, p.44-45).

Na construção dos enunciados veiculados pelos folhetos percebe-se que, embora haja a intenção de combater a prática da mercantilização, os versos explicitam que existe a mercantilização do voto, pois do contrário não haveria razão em combater a prática com tanta veemência se esta não fizesse parte do cotidiano brasileiro. Portanto a mercantilização se constituiu em uma prática cultural construída socialmente ao longo da história nacional. Como já evidenciamos são inúmeros os folhetos em que os poetas advertem o seu público, a respeito dos malefícios que essa prática pode trazer para retardar e impedir as mudanças e benefícios sociais tão almejados pelos cidadãos.

Os versos evidenciam um discurso moralizante que se unindo a outros discursos semelhantes, que são veiculados através de outros meios e tendem a ser contrários a prática da mercantilização, no entanto os discursos não se compatibilizam com as práticas. Crispiniano Neto em **O voto nem se vende nem se troca**, advoga que os eleitores devem se utilizar da “arma do voto” de forma ética, não se deixando corromper por práticas ilícitas. Embora defenda o voto “consciente” e lembrar que “hoje não se pode mais vender o voto” o poeta deixa escapar nas entrelinhas o que não se deve fazer em relação ao voto, mas que ainda pode-se fazer em termos de mercantilização:

Nós estamos numa época
Em que não se pode mais
Vender ou trocar o voto
Como em tempos atrás
Pois quem troca o voto, é fraco
E quem vende, é sujo demais
(NETO, 1976, p.5).

O poeta no folheto já citado e que foi escrito em plena ditadura militar adverte com relação a mercantilização do voto na

perspectiva do eleitor e sua e cumplicidade nesta prática política. O poeta não isenta o corruptor, que no caso é o político que compra o voto, de sua prática ilícita, mas converge para o eleitor a responsabilidade de “resistir à tentação” de ser protagonista deste cenário de representação cuja trama alimenta e constrói uma cultura política pautada na mercantilização do voto:

Ele quer que você faça
Do voto mercadoria
Lhe roubando a consciência
E fugindo a Democracia
Comprando um direito seu
Por uma suja quantia

Mas, as vezes acontece
Que é o próprio eleitor
Que vai vender o seu voto
Anulando seu valor
Pois quem vende o voto, vende
Sua honra e seu poder
(NETO, 1976, p.7).

Os poetas igualam o eleitor ao político corrupto quando este vende o seu voto, colocando-os no mesmo patamar. O código da moral e dos valores que estão inseridos no Cordel apresenta-se em termos discursivos como contrários à prática da venda do voto. Os poetas como propagadores e mediadores do simbolismo cultural da política expressam em seus versos a ideia da idoneidade, da lisura, da honra, do cumprimento dos deveres e de uma postura ética por parte de eleitores e políticos.

Outro aspecto a ser observado na análise da cultura política a luz do Cordel diz respeito à pulverização de comportamentos que, segundo o código moral presente na sociedade brasileira,

podem ser caracterizados como práticas que são chamadas por Foucault de micropoderes onde os eleitores reproduzem em sua prática o que rechaçam na classe política. Esse empoderamento do eleitor não ocorre apenas quando este vende ou troca o seu voto, o que já se constituiu na reprodução de uma prática exercida por político em outras esferas. A exemplo do político que negocia o seu apoio a projetos governamentais e do seu voto em troca de favorecimento pessoal, o eleitor em sua pequena esfera reproduz este comportamento ao negociar o seu voto. O empoderamento do eleitor se dá com a sofisticação da valorização do seu voto no “mercado” diante daqueles que “precisam” do seu voto para eleger-se, vindo assim a ser objeto de disputa, tal como registra César Barreira ao defender que:

O cidadão-eleitor, com o seu voto cada vez mais elaborado como um bem de troca, ocupa um lugar central nas disputas pela representação política. O voto passa a ser cada vez mais metamorfoseado em poder para o eleitor, em moeda de troca entre desiguais (BARREIRA, 2001, p.4).

O eleitor, em todas as camadas sociais, reproduz em sua prática social comportamentos que contém em si o “germe da ilicitude”, tais como “dar um jeitinho”, “levar vantagem em tudo”, constituindo-se assim o eleitor e político em “farinha do mesmo saco” onde um empoderado de micropoderes reproduz em certos aspectos o que o outro pratica quando de posse de macropoderes. Essa dualidade e dubiedade do eleitor reproduzindo comportamentos que ele reprova é captado pelos poetas que registram essa “contradição”. No folheto **Farinha do mesmo saco** vemos o registro desta prática:

Você eleitor que repete,
Que todo político é ladrão.
Mas vende e troca o voto,
A cada nova eleição.
Você é igualzinho a eles,
Não vale nenhum tostão
(ARAGÃO, 2008, p.1).

O poeta prossegue registrando o que de fato acontece na prática política, através do comportamento dos eleitores e dos políticos, muito embora ele seja contrário a esses comportamentos e deixe isso claro através de seus versos:

Não é besteira é um fato,
Mas preste bem atenção
Tanto o eleitor safado,
Como o político ladrão
Mesmo sabendo que é feio
Quer pôr a mão no alheio
Ser gigolô da nação.

Não sei quem é mais safado
Nessa tal corrupção,
Se o eleitor iludido
Ou o político ladrão,
Que vende e compra voto
Nos tempos de eleição
(ARAGÃO, 2008, p.2).

Os poetas em sua maioria, posiciona-se contrariamente à mercantilização do voto, tentando alertar os eleitores a respeito da sutileza desta prática. Porém o Cordel também registra

o pensamento vigente, que na verdade em muitos casos não se trata da venda de voto, mas de uma negociação burlesca feita pelos eleitores no intuito de tirar vantagens do momento eleitoral. Esse misto de discursos que se entrecruzam nos folhetos com relação a esta prática, ora reforçam a prática, ora a combatem expondo assim as possibilidades polissêmicas de multiplicidades de percepções e valores associados à prática política. Percebe-se que muito embora a mercantilização do voto seja combatida, ela continuará a existir nos rincões brasileiros, como vaticinam assim alguns poetas, a citar como exemplo João Gomes Pinto no folheto **política e religião se discute, sim senhor**, que imputa ao eleitor a responsabilidade deste “estado de coisas”, não deixando de reforçar o preconceito social em relação aos menos favorecidos:

Mas o eleitor brasileiro
De tudo isto é culpado
Pois votar em ficha suja
Deixa o país relegado
A um incerto futuro
Pelo que veio do passado

São uma mina de votos
As pessoas necessitadas
Que vão continuar assim
Como boiadas tratadas
Para em outras eleições
Permanecerem domadas
(PINTO, s.d., p.9-5).



Os folhetos que trazem em seu enredo a questão do voto tentam de alguma forma conscientizar os eleitores exortando-os a tratar as eleições com seriedade e utilizar o voto como arma de mudança. Na capa do folheto, acima demonstrada, vemos uma xilogravura que apresenta um cidadão diante de uma urna como se apontando o seu voto para a urna como se fosse uma arma, deixando explícita a ideia que o eleitor deve usar o seu voto de forma consciente, como sendo uma “arma” de mudança. A urna tem o formato antigo onde o voto era executado através de uma cédula de papel e colocado na urna. A urna é representada em 1996 (como consta a data na própria capa) no formato antigo por duas possíveis razões, pelo fato de resistir à votação com uso de tecnologia eletrônica ou pelo fato de ainda não ser utilizada em todo o Brasil pois em 1996 apenas um terço da população brasileira votou em urnas eletrônicas.

O voto é tratado exaustivamente nos folhetos mostrando o grau de importância que o mesmo adquiriu ao longo dos anos nos poucos anos que tivemos de direito ao voto direto. Em sua maioria os poetas aconselham seus leitores a exercerem o seu dever cívico

de voto de forma honesta não vendendo sua consciência e contribuindo para o exercício da democracia votando cada vez mais de forma coerente visando o bem-estar público e não os interesses pessoais de cada eleitor.

A CORRUPÇÃO POLÍTICA NO CORDEL

Muito embora o tema da corrupção seja tão comum no Brasil, e que esta seja quase que diariamente o tópico principal da mídia em geral, não temos ainda no País uma teoria específica sobre o fenômeno da corrupção, conforme verificamos ao procurarmos por uma bibliografia brasileira que nos ajudasse a compreender como a mesma se processa no cenário da política no Brasil bem como o seu conceito. Essa lacuna é evidenciada por Fernando Filgueiras (2009):

Não há, no âmbito do pensamento social e político brasileiro, uma teoria de corrupção no Brasil. Pode-se dizer, grosso modo, que esse tema foi deixado de lado nas reflexões acadêmicas e teóricas sobre o Brasil, não havendo, nesse sentido, uma abordagem que dê conta do problema da corrupção no âmbito da política, da economia, da sociedade e da cultura de forma abrangente. Os estudos sobre corrupção no Brasil são recentes, realizados a partir de abordagens comparativas e institucionalistas, sem a pretensão de uma teoria geral, de cunho interpretativo (FILGUEIRAS, 2009, p.387).

O fenômeno da **corrupção**¹⁷ parece ter se tornado “febre” no Brasil nos últimos anos obrigando a sociedade a conviver

17 Segundo Samuel Huntington: a corrupção é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares (HUNTINGTON, 1975, p.72).

diariamente com denúncias e investigações que dão conta de envolvimento de pessoas (principalmente políticos) em atos ilícitos que têm lesado o Patrimônio Público. Etimologicamente a palavra corrupção deriva do latim *rumpere* que significa romper, dividir, vindo a formar o vocábulo *corrumpere* que significa deterioração depravação entre outros. A corrupção está presente em todos os Países do mundo, tanto nas esferas estatais como nas privadas, não sendo assim exclusividade do Brasil. Trataremos aqui do subtema da corrupção associando-a às práticas políticas, reconhecendo ser este apenas um aspecto da corrupção e que a prática da mesma abrange quase que todos os aspectos da vida social do povo brasileiro. Convém observar que embora seja constatada a prática de atos de corrupção por parte do povo brasileiro e incorporada aos seus procedimentos e comportamentos, não se pode generalizar e atribuir a todos os brasileiros essa prática, pois muitos têm pautado suas vidas dentro de princípios éticos e morais que permitem não se “contaminar” com práticas ilícitas. No que se refere à corrupção enxergada pelo prisma da política podemos dizer que ela se faz presente, entre outros aspectos, da malversação dos recursos públicos, improbidade administrativa, compra de votos, rede de clientelas, desvio de verbas, tráfico de influências etc. Embora seja prática comum por grande parte dos brasileiros, a corrupção em termos discursivos é repudiada e veemente reprovada, inclusive pelos que costumeiramente fazem uso de práticas que se caracterizam como atos de corrupção.

Entendemos que a corrupção é uma prática social construída ao longo da história do Brasil e a mesma está incorporada à cultura política do seu povo e que a mesma não ocorre apenas em nível institucional, pelo aparato burocrático do governo. Ou seja, a prática da corrupção parece estar para além da explicação que a mesma seja apenas reflexo do caráter brasileiro, havendo, portanto, outros fatores que explicariam a sua presença e a tolerância da mesma por parte de grande parte da população brasileira. Sobre este prisma Filgueiras oferece outra explicação, ao afirmar:

[.] defendo uma hipótese de que a prática de corrupção não está relacionada a aspectos do caráter do brasileiro, mas a constituição de normas informais que institucionalizam certas práticas tidas como moralmente degradantes, mas cotidianamente toleradas. A antinomia entre normas morais e prática social da corrupção no Brasil revela uma outra antinomia: a corrupção brasileira é explicada pelo fosso que separa os aspectos morais e valorativos da vida e da cultura política. Isso acarreta uma tolerância a corrupção que está na base da vida democrática pós-1985 (FILGUEIRAS, 2009, p.387).

Se rastrearmos a história da corrupção política no Brasil veremos que desde a colonização até os dias atuais ela se faz presente através de atos e práticas, porém o sentido da palavra corrupção mudou ao longo do tempo, tal como José Murilo Carvalho observa ao nos lembrar que:

[.] o sentido do termo mudou ao longo do tempo. Ao falar de corrupção no final do Império, nenhum republicano queria dizer que D. Pedro II era corrupto. Pelo contrário, se reconhecia uma virtude, era a da correção pessoal. Do mesmo modo, em 1930, quando os revoltosos qualificavam de carcomidos os políticos da “Velha” República, não queriam dizer que eram ladrões. Nos dois casos, a acusação era dirigida ao sistema, não as pessoas (FIGUEIREDO, 2013, p.235 *apud* CARVALHO, 2012).

Como vimos na citação acima se dizia que os sistemas, seja monárquico ou republicano é que eram corruptos e acusados pelos seus adversários políticos de não promoverem o bem público e de

serem oligárquicos e despóticos, porém o fato de não se atribuir a um indivíduo a prática de atos de corrupção não implica dizer que não houvesse o exercício da corrupção por parte de indivíduos. Durante os primeiros anos da República o escritor Lima Barreto (1881-1922) escreveu uma obra fictícia de título **Bruzundangas**, onde ele trata das relações sociais em um País (que bem pode ser o Brasil) dando destaque de forma satírica à práticas corruptas por parte de indivíduos. Em **Bruzundangas** encontramos práticas corruptas tais como o pagamento de propinas, nepotismo e tráfico de influências. Os relatos sobre atos de corrupção mostram que a incipiente República Brasileira já “nascia” carcomida pelo fantasma da corrupção. Lima Barreto além de deixar vestígios em sua obra de práticas políticas correntes, nos remete ao universo da cultura política no início da República. Não obstante haver corrupção política, foi somente a partir de 1945, que o sentido da palavra corrupção mudou passando a ser aplicada agora a indivíduos como agentes da corrupção. Historicamente a mudança se dá quando os adversários políticos de Getúlio Vargas que formavam a União Democrática Nacional (UDN) começaram a direcionar seus ataques à corrupção individual e contra a falta de moralidade das pessoas. Carvalho novamente observa que:

Corruptos passam a ser os indivíduos- os políticos getulistas, o próprio Vargas. Foram também indivíduos que serviram de justificativa para o golpe de 1964 e mais tarde inspiraram o grito de guerra de Collor, personificados na figura dos marajás, a serem caçados (CARVALHO, 2012, p.236).

Atrelada à prática da corrupção está o fato de associar o exercício da corrupção à classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de política e de atos e práticas dos políticos. O político que comete ilicitudes

não é um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre práticas, valores e representações no seio da sociedade brasileira tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos que pleiteiam um cargo ou já são mandatários destes, tal qual observa Almeida ao afirmar que:

[.] corrupção não é um fenômeno circunscrito a uma elite política perversa e sem ética, mas revela valores fortemente arraigados na população brasileira. A elite política todos sabemos, emerge da população, pelo voto, mas também tem de prestar contas a ela (ALMEIDA, 2007, p.109).

A corrupção se constitui em uma prática cultural que recebe outros epítetos tais como: jeitinho, esperteza, malandragem que por sua vez se traduz em máximas como: “o jeitinho brasileiro”, “levar vantagem em tudo” e “você sabe com quem está falando”. Essas práticas foram construídas pelos atores sociais ao longo do tempo, estando presente em todas as classes sociais e historicamente remonta o seu possível início aos primórdios da colonização do Brasil que por sua vez, “herdou” traços da cultura ibérica com sua “flexibilidade” patrimonialista. A respeito do “jeitinho brasileiro” podemos dizer que ele não é um traço característico de apenas um segmento social, na verdade está presente em todas as classes e em todos os níveis da sociedade apenas oscilando em sua proporcionalidade. Mas o que seria esse “jeitinho brasileiro” que também está associado em suas práticas aos atores sociais que retroalimentam a cultura política brasileira? Roberto DaMatta o identifica como sendo:

[.] um modo simpático, muitas vezes desesperado e quase sempre humano, de relacionar o impessoal com o pessoal, propondo juntar um objetivo pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, rigidez das normas etc.) com um obstáculo impessoal. O “jeito” é um modo pacífico e socialmente legítimo de resolver tais problemas, provocando uma junção casuística da lei com a pessoa (DAMATTA, 2004, p.48).

O “você sabe com quem está falando” é outra faceta usada para superar obstáculos que porventura causem impedimentos em seus caminhos. Essa máxima está associada aos fortes valores hierárquicos presentes em nossa sociedade. Nas entrelinhas da expressão está contida uma forma de burlar a lei ou tirar algum proveito próprio da situação em questão. Em ambas as situações se percebe a tentativa do uso de práticas corruptas socialmente “aceitas” em nossa sociedade. Na visão de Roberto DaMatta :

[.] “Jeitinho” e “você sabe com quem está falando?” são, pois dois modos de enfrentar uma mesma situação. O primeiro vai pelo caminho da harmonia, da paciência e da conciliação; já o segundo apela para o conflito, fazendo com que a relação englobe a lei (DAMATTA, 2004, p.50).

A hierarquização da sociedade tem contribuído para a proliferação de práticas corruptas no mundo da política, pois no âmbito da hierarquização os políticos são colocados no “topo” da pirâmide deixando assim a conotação que estes “estão acima” e que têm poder para demandar e ordenar que situações problemas sejam solucionadas, por isso devem ser obedecidos e reverenciados por aqueles que estão na base da pirâmide e portanto devem

se submeter pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo” tal como observa Alberto Carlos Almeida: “os que compartilham de uma visão hierárquica de mundo consideram que há posições predefinidas e, portanto, deve-se esperar que cada um desempenhe o papel determinado por sua condição social” (ALMEIDA, 2007, p.75). O primeiro mito a ser analisado é a premissa que atribui corrupção somente ao político. O citado sociólogo examinando os dados coletados pela Pesquisa Social Brasileira defende que a “cultura da corrupção” está enraizada entre nós e observa que: “[.] a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão “jeitinho brasileiro”, ela é socialmente aceita, conta com o apoio da população que a encara como tolerável” (ALMEIDA, 2007, p.45). Ao estudarmos a sociedade tentando rastrear as práticas de corrupção política somos transportados a alguns modelos interpretativos que nos oferecem pistas, que por sua vez nos possibilitam elencar algumas características tais como ser a sociedade brasileira marcada por ser patrimonialista, familista, fatalista e sem espírito público.

No Cordel a palavra corrupção teve sua construção associada a vários significados. Inicialmente o poeta usa a palavra corrupção para referir-se ao que interpreta como sendo a subversão dos “bons costumes” e da moral os novos valores da sociedade tais como a emancipação da mulher, a diversidade sexual, a moda entre outros costumes tradicionalmente defendidos pela sociedade. Mark Curran nos informa que: “é ideia geralmente aceita pelos estudiosos de Cordel que os poetas são conservadores.” (CURRAN, 2014, p.134). Os poetas são “tradicionalmente religiosos e defensores da moral e dos bons costumes”, sendo por isso críticos contumazes dos novos costumes e dos paradigmas da modernidade. São inúmeros os folhetos onde a palavra corrupção tem o significado de perversão e adulteração dos “bons costumes” tais como os folhetos: **A corrupção é assim** de José

Camilo da Silva, **A corrupção de hoje em dia** de José Soares, **O Satanás reclamando a corrupção de hoje em dia** de José Costa Leite. Podemos usar como exemplo do uso da palavra corrupção nesta perspectiva, o folheto **A história da minissaia** do Azulão onde este protesta:

Vemos nossa mocidade
Transviada e corrompida
A corrupção é moda
A moral vive esquecida
Por motivo desse abuso
Breve se acaba o uso
De mulher andar vestida

Tem muita gente que diz
Isso é civilização
Eu vejo imoralidade
Caminho de perdição
Na mocidade que sonha
Com vício e pouca vergonha
Escândalo e corrupção
(SANTOS, s.d., p.5-6).

Procuraremos rastrear os versos do Cordel sobre a corrupção, desde quando os poetas passaram a abordar o tema associando-o à prática de corrupção política. Porém devemos observar que a corrupção política, na perspectiva popular, vem a ser nos dias atuais um dos maiores males que atingem a nação brasileira sobrepondo-se a grandes catástrofes e fenômenos naturais tais como a seca e as enchentes. O poeta ao graduar os males do Brasil dentro do universo popular qualifica a corrupção como sendo o mais deletério problema nacional, a exemplo dos versos do folheto de Manoel Santamaria (1991) **O projeto, a reconstrução nacional**

e o trambique da previdência, onde ele protesta (no tempo em que a cólera ainda não havia chegado ao Brasil):

O Brasil não tem a cólera,
Vulcão, guerra ou furacão;
Terremoto é coisa rara,
Porém, em compensação,
Tem o maior dos flagelos
Chamado corrupção!
(SANTAMARIA, 1991, p.1).

Muito embora o Cordel registre e noticie os acontecimentos da política, tais como voto, eleições, candidatos, governos, fraudes eleitorais, escândalos e corrupção entre outros aspectos relacionados à temática, desde o seu surgimento no final do século XIX, a mesma segue naturalmente a tendência histórica destacada acima por José Murilo de Carvalho (2012) de interpretar e atribuir à corrupção política ao sistema (monárquico e republicano) e não a indivíduos, ou seja “não há” referências no Cordel até 1945 de registros de corrupção política atribuída a indivíduos e sim ao sistema. O poeta Leandro que foi, o primeiro a versar sobre a temática política denuncia as mazelas da sociedade e a corrupção política de sua época sem, contudo, especificar e personalizar os feitos da corrupção. Leandro versando sobre a política não utilizou a palavra corrupção, pois a época em que viveu (1865-1918) não era corrente o uso da palavra associado a questões políticas. Leandro de forma satírica e irônica tratou em seus versos e denunciou a falta de justiça, o descaso com as necessidades da população, a abusividade dos impostos, a compra de votos nos períodos eleitorais de sua época, usando palavras homônimas que tinham o mesmo sentido. A pena do poeta denunciou em sua época a existência de práticas corruptas como atesta Maya ao formular que:

Leandro denuncia o *modus operandi* da política e suas consequências (e desdobramentos) do mau uso da coisa pública pela ação dos inúmeros atores que estavam em cena: representantes dos diversos partidos, coronéis, chefes do canção e membros das oligarquias locais e seus prepostos (MAYA, 2012, p.29).

Leandro faz referências a Presidentes tais como: Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Venceslau Brás, criticando-os pela exagerada tributação e as injustiças sociais, criticando o sistema sem, contudo, atribuir a “culpa” a indivíduos, mas sim ao sistema de governo da época. Porém é fato que Leandro fez referência a atos de corrupção tais como malversação do dinheiro público e desvio de verbas. No folheto **A seca do Ceará**, o poeta descreve os efeitos da seca de 1915, fazendo críticas ao governo e tentando explicar por que as ajudas prometidas não chegam ao seu destino:

Alguém no Rio de Janeiro
Deu dinheiro e remeteu
Porém não sei o que houve
Que cá não apareceu
O dinheiro é tão sabido
Que quis ficar escondido
Nos cofres dos potentados
Ignora-se esse meio
Eu penso que ele achou feio
Os bolsos dos flagelados
(BARROS, 1915, p.43).

Os poetas prosseguem usando os folhetos para fazer denúncias contra práticas corruptas, porém o uso da palavra

corrupção com o sentido associado à ilicitudes, fraudes e desvios de recursos públicos somente se tornaria usual a partir de 1945. A ditadura Vargas (1930-1945) criou em 1939, um órgão para censurar e vetar toda e qualquer forma de propaganda anti-governo. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) passou a regulamentar o material publicado nos rádios, jornais, cinemas e revistas e até folhetos desta época entraram no rol da censura. O (DIP) foi criado para promover o culto à personalidade do presidente e combater através da censura toda crítica ao governo no intuito de “blindar” o presidente Vargas e promover a sua imagem. Durante a ditadura Vargas não encontramos referências diretas à prática de corrupção em folhetos, porém é preciso lembrar que havia censura também aos folhetos tal qual é observado Orígenes Lessa referindo-se a ao poeta João Martins de Athayde:

[.] sabendo-se que os trovadores eram muito particularmente visados pela censura. Basta dizer que em entrevista concedida a Joel Silveira (“Música do Sertão na Rua dos Pescadores” em “O Jornal” do Rio de Janeiro), o poeta se queixa de ter cinco manuscritos retidos na mesa do censor policial. Isso, em oito (8) de outubro de 1944 (LESSA, 1973, p.64).

A censura e a intensa propaganda institucional posta em execução pelo DIP impediram assim que possíveis atos de corrupção do governo Vargas fossem percebidos e divulgadas pelos meios de comunicação nos quais está incluso o Cordel. Em nossa incursão pelos folhetos da época não encontramos referências diretas a atos de corrupção durante a ditadura Vargas (1930-1945). Os poetas relembavam as “concessões” que Vargas havia feito aos trabalhadores e sua imagem se construía como aquele que sentiu e respondeu aos apelos da população brasileira. Em seus versos,

Manoel D’Almeida Filho cria um diálogo entre Tancredo Neves e Getúlio Vargas, no qual Vargas apresenta suas realizações:

Você sabe que deixei
O país passando bem
Criei as leis trabalhistas
E os institutos também
Para que o povo não fosse
Mais escravo de ninguém
(ALMEIDA FILHO, 1987, p.5).

No período em que Vargas esteve no poder, e principalmente com a criação do DIP e da censura, não encontramos folhetos que apresentem atos de corrupção atribuídos a Vargas. No Cordel o tema da corrupção política se tornará usual a partir da eleição de Jânio Quadros para a Presidência em 1961, porém a corrupção que seria destacada em seu governo seria o combate ao nepotismo e práticas clientelistas. Na história da República Jânio foi o primeiro candidato de oposição a se eleger para Presidente. Jânio costumava falar ao público durante as eleições comendo pão com mortadela ao lado de uma vassoura na qual dizia que iria varrer a sujeira política (corrupção) e administrativa do Brasil. Os poetas registraram a percepção dos brasileiros com relação à política e a corrupção embalados pelo discurso de Jânio e sua vassoura. Os poetas estavam antenados nos acontecimentos políticos e a sua repercussão informando e resignificando o que a população comentava. Mark Curran registra a percepção dos acontecimentos do governo de Jânio e seu suposto combate à corrupção na perspectiva do popular ao afirmar que:

Foi o estilo de Jânio com as “vassouradas”, a campanha para limpar a corrupção do país, a parte de seu plano político mais comentada pelo povo. Os bilhetes exigindo mudanças

morais (no jogo, na roupa de praia) eram desnecessários; o pior para o futuro do Presidente foram as investigações sobre corrupção de políticos no Congresso, alarme que despertou mau humor em Brasília (CURRAN, 2003, p.156).

Na percepção dos poetas a luta de Jânio contra a corrupção começaria a partir de sua campanha rumo à Presidência, demonstrando o que fizera quando governador de São Paulo moralizando o serviço público “varrendo” aqueles que não justificavam o salário que ganhavam. Carolino Leobas no folheto **Atenção Brasil Jânio Quadros vem ai** destaca a atuação de Jânio com relação à moralização do serviço público:

O grande governador
Passou administrar
De maneira diferente
Que fazia admirar
Quem era honesto ficou
Vagabundo ele enxotou
Para que fosse trabalhar

11 mil funcionários
Para rua ele jogou
Foi varrendo os parasitas
Os bons ele conservou
Quem não sabia porque
Logo vieram saber
Porque ele assim praticou

Ele ai meteu a lenha
Grande fiscalização
Foi um aperto danado

Pra vagabundo e ladrão
Eles andavam assombrados
Quando viram Jânio Quadros
Com a vassoura na mão
(LEOBAS, p.12-13).

A esperança do povo brasileiro na perspectiva do Cordel era que Jânio moralizasse a política trazendo de volta os áureos tempos do populismo getulista. O poeta Rodolfo Coelho Cavalcante registra em seus versos o anseio popular em relação ao presidente no folheto **O que Jânio Quadros está fazendo no Brasil:**

Em 31 de outubro
Tornou-se o Brasil em glória
Com a posse de Jânio
Por sua grande vitória
Pois nunca nosso país
Vivia tão feliz
Nas páginas de sua história

Até hoje só um homem
Nesse país governou
Que gozasse simpatia
Como Presidente honrou
O povo em horas amargas
Esse foi Getúlio Vargas
Que horrivelmente tombou
(CAVALCANTE, 1961, p.1).

A vassoura para varrer a corrupção se tornou símbolo do governo de Jânio e todos os poetas que tematizaram seu governo enfatizaram a sua vassoura e o combate à corrupção que a época era representado por funcionários públicos (nos quais o político

estava incluso como funcionário público, porém só após a ditadura militar é que a corrupção seria personalizada pela figura do político no imaginário popular), que não cumpriam com as suas obrigações e praticavam ilicitudes em seus cargos. Curran novamente ressalta a atuação destes poetas em descrever o tema da corrupção durante o governo de Jânio, observando que: “os poetas detalham a campanha de limpeza e nomeiam os corruptos: congressistas estaduais e federais, membros do gabinete do Presidente e até Governadores de Estado” (CURRAN, 2004, p.160). Rodolfo continua registrando em seus versos a vassoura de Jânio na tentativa de varrer a corrupção:

Jânio não ficou ai
Com a vassoura na mão
Mandou fazer um inquérito
Em toda repartição
Os ladrões se estremeceram
E muitos deles correram
Sem acharem proteção

Governador Lupion
Que o Paraná governou
Quando a vassoura bateu
Para o estrangeiro “arribou”
Pelos roubos praticados
Nem os seus advogados
De seus processos livrou
(CAVALCANTE, 1961, p.3).

O governo de Jânio Quadros prometia moralizar a sociedade brasileira combatendo a corrupção administrativa e política, chegando a proibir as mulheres de usar biquínis nas praias e maiôs em concursos de beleza, uso de lança-perfumes, as rinhas de briga de galos, os jogos de azar. O Cordel registrou a tentativa de Jânio

de combater o contrabando no Brasil. No folheto **Jânio e Lacerda contra o contrabando** de Sebastião Nunes Batista registra em versos:

Mas o povo quer que varra
É o grande explorador,
Não quer que varra o pequeno
O que dá o seu labor,
O pobre funcionário
Hoje sujeito a um horário
Que lhe tem causado horror.

Varre, varre, vassourinha
Varra os “punhas” Presidente,
Vamos limpar o Brasil
Dessa canalha indecente,
-Acabe mesmo a “mamata”
Desses “ratos de gravata”
Que suga o sangue da gente
(BATISTA, s.d., p.13).

A vassoura de Jânio para varrer a corrupção o seguiria até mesmo depois de deixar a presidência de forma “misteriosa” e repentina renunciando ao cargo em 25 de agosto de 1961. Na tentativa de explicar o ocorrido os poetas populares interpretariam a sua renúncia entre outros motivos como sendo a resistência que sofrera em função de sua vassoura moralista na luta contra a corrupção. O poeta Rodolfo Cavalcante em seu folheto **A renúncia do ex-presidente Jânio Quadros** assim registrou o fato:

E o motivo principal
Da sua renúncia certa,
Foi a luta gigantesca
Com a sua mente alerta
Contra o roubo e o contrabando

E finalmente o desmando
Que estava de porta aberta!.

Jânio Quadros não podia
Governar nossa nação
Com aquela sua atitude
Tendo a vassoura na mão
Quem no Brasil não sabia
Que Jânio teria
De ferir seu coração?
(CAVALCANTE, 1961, p.1-3).

Após o governo de Jânio e sua misteriosa renúncia o tema da corrupção política foi temporariamente “esquecido” dando lugar à preocupação com o “perigo” do comunismo que rondava o mundo e o Brasil. O comunismo passou a ser pauta também no Cordel havendo poetas que defendiam a ideologia comunista, no entanto o maior registro é o de poetas que eram avessos ao temível comunismo. Rodolfo Cavalcante foi um dos mais ferrenhos combatentes ao comunismo tendo escrito vários folhetos sobre o tema. No folheto **O dragão do fim da era** o poeta conclama o povo a luta:

Não cruzaremos os braços
Contra este Monstro vil
Que oprime a liberdade
Com suas mentiras mil,
Lutaremos com civismo
Combatendo o comunismo
Em defesa do Brasil
(CAVALCANTE, 1975, p.4).

Com o golpe militar de 1964 e conseqüentemente com a censura, as vozes discordantes do sistema aparentemente foram “silenciadas”. Grande parte da produção cordeliana da época tematizavam a política trazendo apoio à ditadura enxergando os militares como homens incorruptíveis acostumados a ordem e disciplina, logo estando os generais no poder “era de se esperar” que não houvesse espaço para práticas de corrupção política. Os vários atos institucionais que culminaram com a cassação dos mandatos de vários políticos, extinção de partidos e prisão dos que descumpriam as leis davam a “ligeira impressão” que não havia espaço para a prática de corrupção na ditadura militar. O poeta Abraão Batista (1975) ao relatar sobre atos de corrupção política durante a ditadura militar (que ele chama de revolução) demonstra espanto e estranheza que um político conseguisse à época cometer “tamanho disparate”. O folheto **O industrial fracassado ou o senador caloteiro de Pernambuco** assim se reporta ao caso do senador pernambucano Wilson Campos da Arena que foi acusado de receber propina para facilitar um empréstimo bancário para um industrial:

Eu peço ao bom Jesus
A força de sua mão
Para escrever este fato
Com luz clara e razão
Porque caso igual a esse
Debocha da Revolução

Eu não sei como existe
Em plena Revolução
Como disse o industrial:
“Suborno e corrupção”
Isso é um desrespeito
Aos “dez anos de ação”
(BATISTA, 1975, p.1-14).

O poeta em um segundo folheto de título **O industrial fraccassado ou o senador caloteiro de Pernambuco 2º volume a cassação** demonstra a celeridade dos militares em apurar e punir casos de transgressão (corrupção) que culminou com a cassação do mandato do Senador. O episódio de corrupção política em plena ditadura militar parece não ter sido uma exceção ao que ocorria no Brasil, muito embora a censura muitas vezes impedisse que os acontecimentos chegassem ao conhecimento da população. A cassação do Senador que foi assinada pelo presidente Geisel seria na interpretação do poeta um aviso aos possíveis “corruptos de plantão” do Brasil, que o poder instalado através dos militares não admitia casos de corrupção em seu governo:

No dia 1º de julho
No palácio do Planalto
O presidente Ernesto Geisel
Falou forte e muito alto
Cassando o senador
Que ficou de sobressalto

Mas o que aconteceu
Deve servir de lição
Para a corja de corruptos
Que povoa esta nação
E botem as barbas de molho
Que inda tem Revolução.
(BATISTA, 1975, p.14-15).

Os poetas deram ampla cobertura aos fatos políticos que se seguiram após o fim da ditadura, causando um verdadeiro ressurgimento da Literatura de Cordel, principalmente retratando os episódios das “Diretas-Já” e as expectativas surgidas em torno de Tancredo Neves, porém a representação da corrupção

administrativa e política teria destaque em outro tempo e cenário (fim da década de 1980). É bem verdade que houvera corrupção política no período pós-ditadura, mas o “despertar” e a intolerância do povo brasileiro com relação à corrupção começa a ganhar corpo no fim do governo Sarney e na campanha presidencial de 1989. Curran observa que os acontecimentos da década de 1980, principalmente a partir do fracasso do plano econômico de Sarney: “[.] foram registrados pelos poetas de Cordel num discurso revelador de uma visão menos paciente, mais raivosa e politizada, como a de seu público” (CURRAN, 2003, p.223).

Havia uma expectativa muito grande por parte da população com o governo de José Sarney (1985-1990) que colocaria em prática tudo que Tancredo havia idealizado. Nos primeiros meses que se seguiram com o plano econômico do Cruzado e a instalação da Assembleia Constituinte cresceu a da esperança popular numa mudança profunda do Brasil. Acreditava-se à época que o simples fato de acabar com a ditadura militar no Brasil e o retorno da democracia com eleições diretas para Presidente resolver-se-iam os crônicos problemas do País. Logo vieram os problemas e fracassos dos planos econômicos pondo fim à estabilidade do governo e levando a população a ficar apreensiva e insegura quanto ao seu futuro. Nesse clima de tensão os fantasmas do passado passaram a assombrar de novo o cenário do Brasil onde a frustração e a corrupção voltaram a incomodar a partir do terceiro ano do governo de Sarney, tal qual atestou Murilo Carvalho ao acrescentar que:

[.] o desencanto começou a crescer, pois ficara claro que a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso da população. As velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todos de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos

e voltados unicamente para seus próprios interesses (CARVALHO, 2002, p.203).

O Cordel parece ter seguido a trajetória e “evolução” da representação da corrupção política no Brasil de acordo com a significação que foi sendo engendrada pelos meios de comunicação e pelos estudiosos no assunto. A corrupção em seus múltiplos significados passou da representação da corrupção como sendo sistêmica para ser enxergada como sendo prática individual e onde se percebia corrupção como sendo prática de funcionários públicos que viviam de “mordomias” e que não exerciam a sua profissão de forma compromissada para ser depois incorporada, personalizada e encarnada na representação do político, que também era um funcionário público, mas que fora ao cúmulo de além de não cumprir fielmente a função para qual fora designado, vivia a locupletar-se de dinheiro e outras vantagens fruto de malversação do dinheiro público, propinas, desvio de verbas, favorecer-se da função para extrair vantagens pessoais, prática de nepotismo entre outras ilicitudes. É sobretudo a partir da campanha presidencial das eleições de 1989 (primeira após a ditadura) que a prática da corrupção por parte de funcionários públicos (nas quais o político está incluso), passa a fazer parte da pauta de debates dos candidatos à Presidência de forma mais contundente.

A “vassoura” de Jânio Quadros estava simbolicamente de volta aos rituais políticos, principalmente na figura de um candidato que parecia em certos aspectos incorporar à sua imagem e ao cenário de representação, o populismo de Vargas e a “determinação” de Jânio em “varrer a corrupção”. O candidato era o Fernando Collor de Mello. Aqui destacaremos algumas de suas semelhanças com o Jânio Quadros haja vista que o foco em discussão é o combate à corrupção. No jogo político do final da década de 1980 a semelhança entre Collor e Jânio Quadros não parece ter sido mera coincidência, tal como observa Kátia Mendonça ao defender que:

Collor, de Jânio Quadros adotará o discurso de justiceiro, o gestual vingativo: braço erguido, punho cerrado, olhos esgazeados, cabelos revoltos. O profetismo populista em busca de vingança irá retomar principalmente a imagem janista da “revolução do tostão contra o milhão”, e será travestido na luta dos “descamisados” e “pés descalços” contra a “elite corrupta” e os “marajás” em um primeiro instante e, nos momentos finais, no embate entre o personagem que ele designa, a maneira de Jânio, como “forças terríveis” (MENDONÇA, 2002, p.98).

Collor em pouco tempo de campanha torna-se um fenômeno explorando o *marketing* político de governar para os “descamisados” e “pés descalços” e principalmente perseguir e exterminar os “marajás” que viviam a “mamar nas tetas do governo”. Os poetas embalados pelo crescente *marketing* político de Collor iriam refletir em seus versos o crescimento de Collor diante dos eleitores que enxergavam o novo, o herói, o salvador da pátria que iria reconduzir o País aos trilhos do desenvolvimento e da justiça social. O combate à corrupção na figura dos marajás será assim objeto enfático em muitos folhetos reproduzindo a generalizada crença da salvação pela política encarnada na figura do “caçador de marajás”. Vários folhetos foram publicados durante a campanha eleitoral onde o combate à corrupção (principalmente sobre Collor) era destacado. Collor com suas estratégias, apoio de grupos econômicos e um forte *marketing*, foi aos poucos ganhando a simpatia dos eleitores que passaram a acreditar em suas promessas de fazer um “Brasil Novo”, porém havia muitos eleitores que cansados de verem suas esperanças frustradas (com Tancredo que morreu e Sarney com o fracasso do seu plano de governo) viam com certa desconfiança a imagem populista e moralista de Collor. Manoel Basílio (1989) retratou no folheto **O Novo Presidente** a

expectativa e “receio” que havia por parte dos eleitores com relação ao Collor, quase que vaticinando o que ocorreria depois:

O senhor Fernando Collor
Ganhou fazendo promessa
Se ele não pôr em prática
Aquilo que interessa
É meio caminho andado
Para cair mais depressa

Collor disse em seus discursos
Que não abre nem pra o trem
Vai prender todos corruptos
Que em nosso Brasil tem
Garante que seu governo
Será de homens de bem
(BASÍLIO, 1989, p.1-2).

Nem todos os poetas eram favoráveis à eleição de Collor, tendo, portanto o registro de vários folhetos que advertiam a população da possibilidade da eleição de Collor, tais como: **A Farra dos Marajás** de Manoel Santa Maria (1989) e **O Colorido do Collor que a Globo nunca mostrou** de Ismael Gaião da Costa (1989). No entanto na visão de grande parte povo brasileiro o País precisava de um Presidente que tivesse coragem de combater os “marajás” e a roubalheira. O poeta Gonçalo Ferreira observa em seus versos o discurso contra a corrupção no folheto **Discussão de Collor de Mello com Brizola** mostrando como ele ganhou a “simpatia” dos eleitores:

Embora Collor de Mello
Ame a verdade e a paz
Ficou conhecido como

Um perseguidor voraz,
Um caçador implacável
Do mais que indesejável
Elenco de marajás

No Estado de Alagoas
Mostrou talento inconteste
Ali foi o seu primeiro
E mais decisivo teste
Governando com energia
Despertou a simpatia
Do pessoal do Nordeste
(SILVA, 1989, p.1).

O debate ficcional de Collor com Brizola se deu de forma ocasional onde os dois se encontraram e debateram os seus pontos fortes de suas cartas de programas para governar o Brasil. Novamente o poeta enfatiza, o discurso contra a corrupção defendida por Collor:

Fobar, não, digo a verdade
Disse Collor triunfante
Todo cidadão honrado
É igualmente importante
Porém a corrupção
Que envergonha a nação
Não será mais dominante
(SILVA, 1989, p.5).

No folheto **O grande debate de Lula e Collor de Mello no improviso ao som da viola** Gonçalves Gonçalo Bezerra (1989), já em clima de segundo turno destaca o discurso de combate à corrupção de Collor, quando este hipoteticamente se defende das acusações de Lula:

Seu Lula não é verdade
Essa sua acusação
Eu não dou colher de chá
Marajá ou Tubarão
Para me comprometer
Eu não aceito um trilhão

Vou punir severamente
Grupos especuladores
Comigo vai se dar mal
Todos atravessadores
E tem mais, eu vou agir
Contra os sonegadores
(SILVA, 1989, p.3).

A esperança do povo brasileiro agora se voltava para o Collor que se apresentava como o “novo” o “salvador da pátria”. O povo brasileiro historicamente quase sempre se mostrou esperançoso no surgimento de um governante que resolvesse os problemas e mazelas sociais, mesmo tendo sofrido sucessivas decepções e frustrações com os governos anteriores. O discurso de Collor coadunava com o que o povo “gostaria de ouvir” e a sua imagem meticulosamente trabalhada “encheu os olhos” dos brasileiros. O historiador Murilo Carvalho observou o que ocorria no cenário da primeira eleição presidencial pós-ditadura, as expectativas e as estratégias usadas pelo candidato Collor:

Seguindo velha tradição nacional de esperar que a solução dos problemas venha de figuras messiânicas, as expectativas populares se dirigiam para um dos candidatos à eleição presidencial de 1989 que exibía essa característica. Collor, embora vinculado às elites políticas mais tradicionais do país, apresentou-se como

um messias salvador desvinculado dos vícios dos velhos políticos. Baseou sua campanha no combate aos políticos tradicionais e a corrupção do governo. Representou o papel de um campeão da moralidade e da renovação da política nacional (CARVALHO, 2002, p.203).

Já nos primeiros meses de governo a insatisfação popular começou, com “confisco” da poupança. Collor que proclamara em Juazeiro do Norte ter “aquilo roxo” e que iria combater a corrupção, aos poucos deixaria cair a sua máscara. Abraão Batista no folheto **Olha aí aquilo roxo**, pegando a deixa do “aquilo roxo” fez um apelo ao Collor para que este retomasse o que prometera em campanha ao povo que estava “roxo de sofrer” resolvendo os problemas e combatendo “individualmente” a corrupção.

O erro não é do regime
- É no político ladrão
No corrupto e marajás
Que em Brasília estão
Agora cabe ao senhor
Resolver esta questão

Cadê todo aquele arroz
Que em Goiás nos mostrou?
- Nós queremos ver nas grades
Quem aquilo nos aprontou;
Ande depressa presidente
O povo já o avisou
(BATISTA, 1991, p.2).

Os folhetos escritos sobre Collor e sua trajetória “meteórica” á Presidência refletiam o retrato do momento no País que depois do fracasso do governo Sarney e de 29 anos, voltava às urnas para

escolher através do voto, o seu Presidente. Collor que foi estrategicamente trabalhado pela mídia e a elite econômica como o “salvador da pátria” logo mostrou ao que viria, transformando a esperança em desespero:

Collor, o candidato da mídia, o “caçador de marajás”, produto da direita travestido em força nova e independente de partidos, trouxe ao país o maior escândalo político de século, enterrando-o em profunda desolação. As massas aceitaram a imagem propagandeada nos meios de comunicação: a de “vingador nacional” da recém divulgada corrupção do governo Sarney; Collor mostrou-se, porém, muito pior do que os corruptos que criticara (CURRAN, 2003, p.236).

Em 1992, Pedro Collor, irmão do Presidente fez sérias denúncias acusando o mesmo de ser cúmplice, de negócios escusos, do ex-tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias. As denúncias de corrupção na cúpula governamental levaram a Câmara dos Deputados a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos, que comprovados acabaram por desbaratar toda uma rede de corrupção traduzida por desvio de dinheiro, sonegação fiscal e “contas-fantasmas” do que ficou conhecido como “esquema PC”. Os congressistas inicialmente não demonstraram muito interesse em apurar as denúncias numa atitude corporativista, porém com a pressão da população e da mídia, instauram a CPI e iniciou-se o processo de *Impeachment*. Ao tomar conhecimento dos acontecimentos a população ficou indignada e Collor finalmente deixou “cair a sua máscara”. Ao final, a CPI incriminou Collor abrindo caminho para o processo de *impeachment*, onde ele foi julgado e impedido de governar. O povo em sua maioria sentiu-se desamparado e desiludido diante dos escândalos de Corrupção que Collor estava envolvido, de tal forma que muitos

concluíram que não se deve confiar em políticos e propagou-se na cultura política brasileira o pensamento de que “todo político é ladrão e corrupto”. A ampla e “permanente” divulgação dos acontecimentos relacionados a atos de corrupção, por parte dos meios de comunicação, contribuiu para a construção do pensamento em parte conformista, de que “todo político é corrupto” e que “não tem jeito” a corrupção é crônica e que pouco pode ser feito para uma eventual mudança desse “estado de coisas”, perdendo assim a confiança na classe política e nas instituições, deixando nas mãos do Estado o controle desta mazela nacional, mesmo que os brasileiros venham a se indignar pela prática da corrupção, principalmente política, tal como observa Alessandra Aldé:

A eventual indignação com os escândalos e as críticas genéricas ou específicas ao governo esbarram na generalização de que “o mundo é assim mesmo”, ou na certeza da ineficácia dos resultados de sua participação numa esfera pública que, embora longe da perfeição, é da alçada de seu verdadeiro titular, o Estado, do qual o cidadão não se sente parte integrante. A eventual crença de que algo pode mudar para melhor não inclui um chamamento para participar dessa mudança (ALDÉ, 2004, p.171).

Vários poetas propagaram esse sentimento que também se tornou característica da cultura política no País que se traduz pela desconfiança na classe política e que o real interesse deles é o poder e o dinheiro a qualquer preço, onde, não importaria os meios para se chegar ao poder e enriquecer, esse fim justificaria toda prática de corrupção e ilicitudes. Esse descrédito na classe política tem sido um mote constante no Cordel, como podemos exemplificar no folheto **Brasil Novo na poesia de cordel** que ao analisar o governo de Collor e seu envolvimento em corrupção concluí:

Não creio mais em político
Nem que seja meu parente
Prefeito, governador
Senador ou presidente
Deputado nunca mais
E vereador jamais
Merece o voto da gente
(RUELA, 1990, p.5).

Depois destes episódios e principalmente o fato de que pela primeira vez na história do Brasil um Presidente fosse afastado por prática de corrupção contribuiu para que a temática da corrupção política estivesse em pauta e desde então a população começou a repudiar com mais veemência os políticos envolvidos em escândalos de corrupção. A ampla divulgação dos fatos concernentes à corrupção do governo Collor trouxe grande movimentação popular, onde as pessoas foram às ruas exigir a moralização da política e o *impeachment* do Presidente. Um movimento que à época ganhou destaque foi o dos “caras-pintadas” formados principalmente por estudantes que pediam transparência e ética na política e que se tornaram símbolo do repúdio à prática da corrupção. O folheto **A renúncia de Collor e a posse de Itamar** de Apolônio Alves dos Santos (1992), registra a atuação dos “caras-pintadas”:

Toda nação percebendo
Seu governo desonesto
Os estudantes na rua
Promoviam manifesto
De preto e caras pintadas
Gritavam como protesto
(SANTOS, 1992, p.4).

Os poetas reproduziram as angústias e anseios da população brasileira, que vira o seu herói e “salvador da pátria” se transformar em vilão, em símbolo de corrupção. A imagem de vilão é muito comum na tradição cordeliana onde este traz em sua característica a falsidade e dubiedade. Curran comenta a respeito dessa associação (agora) de Collor aos vilões das histórias tradicionais do Cordel formulando que:

[.] Collor era um hipócrita cujo o comportamento denunciava indiscutível falsidade. Por coincidência, essa característica sempre foi a mais importante dos vilões do cordel de todas as épocas, inclusive na tradição do romance ficcional (CURRAN, 2003, p.236).

Collor depois do seu conturbado governo recebeu dos poetas a sentença fatal e comum para todos os vilões e *personas non gratas* na memória coletiva: o inferno. Além das ligações malignas de Collor com o Diabo em vida, os poetas acabaram por mandá-lo para o inferno como é o caso do folheto **Eu vi Collor no inferno** do poeta Jotamaro. A ideia da chegada de Collor ao inferno denota um imenso grau de rejeição e repúdio pelo seu governo. O que chama a atenção é o fato de que geralmente se faz referência no Cordel à chegada de pessoas ao inferno após as suas mortes, não ainda em vida como ocorre no caso do Collor. Vários folhetos foram escritos enquanto este governava (**Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Mello** e **Eis a resposta da carta de Fernando Collor ao Diabo**), numa clara alusão ao desastroso governo, conforme os versos da **Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Mello**:

A carta dizia assim:
Aqui fala Satanaz
Meu amigo presidente
O senhor veja o que faz
O Brasil tá piorando
Cada dia mais e mais

Pois nem aqui no inferno
Eu não sei mais o que faço
Este seu governo novo
Tem sido o maior fracasso
Até o Cão tem levado
Chicote no espinhaço

Pois você não tem cumprido
Com sua palavra franca
Nem acabou mordomia
Nem nos gastos deu o tranca
Pra onde foi o dinheiro
Dos carros de chapa branca?

O dinheiro da poupança
Você passou na goela
Quem tinha uma mixaria
Não tem mais uma roela
Só recebeu quem ficou
Dentro da sua panela

Por que uma autoridade
Que tem o poder na mão
E maltrata a humanidade
Lá no céu não tem perdão
Vai direto pro inferno
Prestar conta com o Cão

A parada no inferno
Comigo aqui é sarau
Todo ministro corrupto
Todo presidente mau
Caindo na minha porta
Com certeza entra no pau
(EVANGELISTA, 1990, p.2-9).

A renúncia de Collor e depois o seu afastamento definitivo, desencadeou uma série de escândalos de corrupção e investigações que pareciam não ter fim. O elo de ligação entre Collor e o esquema de corrupção era Paulo César Farias, o PC, que foi tema de vários folhetos que falavam desde o seu envolvimento com a corrupção até sua morte misteriosa. Os poetas registraram o envolvimento do PC em atos de corrupção demonstrando que a percepção e “tolerância” com relação às práticas de corrupção era pauta garantida nas discussões do povo brasileiro promovendo assim, grande estímulo para escreverem sobre o que no momento era significativo e agradava à população saber. O folheto **Brasil de ontem e de hoje** de Jose João dos Santos registrou a atuação de PC Farias no esquema de corrupção a partir das denúncias do irmão do presidente:

O Pedro continuou
Denunciando o irmão
Por grande desvio de verbas
Falcatrua e armação
Desde lá do seu estado
Que ele era assessorado
Por pistoleiro e ladrão

O Paulo César Farias
Era o coordenador
De tudo lá, desde o tempo

Do Collor governador
E toda aquela aventura
O Collor deu cobertura
Como chefe e protetor
(SANTOS, 1993, p.6).

A sociedade brasileira acompanhou o depoimento de PC Farias, a decretação de sua prisão e fuga através da mídia, porém os poetas também registraram os fatos e a interpretação popular dos mesmos. As notícias do esquema de corrupção causaram um grande impacto em todo o País, Collor tentou negar e desmentir as acusações, mas já era tarde demais, os indícios apontavam o envolvimento de PC com o Collor. Apolônio dos Santos em **A prisão decretada e a fuga de PC Farias** registrou estes acontecimentos:

PC indo a julgamento
No seu interrogatório
Confessou a sua culpa
E depois das trambicagens
A promessa de consolo
Era depois convidá-los

Pra repartir o bolo
PC Faria levou
Muitos políticos no rolo
Dando todo relatório
Porém temendo a prisão
Fugiu do mesmo auditório
(SANTOS, 1993, p.1).

No julgamento popular PC Farias é execrado e condenado pelos seus crimes de corrupção. Depois de fugir ele foi finalmente preso na Tailândia e condenado a sete anos de prisão, porém

ganhou liberdade provisória, e finalmente em 1996, PC Farias foi assassinado em circunstâncias misteriosas. A polícia concluiu à época que o crime teria sido passional, mas para os céticos foi queima de arquivo. Apolônio Santos no folheto **As mortes misteriosas de PC farias e Suzana Marcolina** registrou em seus versos o desfecho sinistro do caminho tortuoso da corrupção trilhado por PC Farias:

Mas o juiz concedeu-lhe
Prisão domiciliar
Pra incondicionalmente
Poder ir para seu lar
Assim o PC vivia
Desfrutando a regalia
Mas sem poder viajar

Em torno do crime existe
Muitas versões diferentes
Dificultando a polícia
Chegar ao ponto evidente
Há muitas dificuldades
Para as autoridades
Chegar conclusivamente
(SANTOS, 1994, p.1-3).

Morto, PC Farias teve na visão popular o destino que está reservado aqueles que trilham pelo caminho do crime, uma morte terrível e pôr fim à condenação ao inferno. Como já vimos é prática comum entre os cordelistas descrever a chegada ao inferno de pessoas que são maléficas, e enviar para o céu aqueles que são eleitos como pessoas boas. É digno de nota que após o fim da ditadura militar e conseqüentemente da censura os poetas passam a mandar políticos, e não apenas cangaceiros para o inferno.

No caso em questão, PC farias deixou esta vida para entrar no inferno e até lá praticou atos de corrupção demonstrando assim que na visão popular “nem a morte deu jeito” ao corrupto PC. Vicente campos no folheto **O dia em que P. C. Farias infernizou o inferno** descreve a chegada de PC ao inferno, as confusões e falcatruas que ele por lá aprontou a ponto de nem o Diabo aguentar sua corrupção e fazer uma CPI no inferno e como resultado ele foi torturado pelos “homens do AI-5” (militares da ditadura que também por lá estavam) condenado e mandado de volta para Brasília (considerada como sede da corrupção) para ajudar o ministro Zé Dirceu a operar o escândalo do Mensalão. PC Farias é enviado para Brasília com a missão de reencarnar na pessoa de Marcos Valério, que posteriormente seria considerado o operador financeiro do Mensalão, numa clara referência á continuidade da prática da corrupção política no Brasil:

E o Cão disse: “Tá certo!
Levem embora esse sujeito
Mas mandem de volta a terra
Ele aqui, eu não aceito
Sóvindo lá de Brasília
Pra ser ladrão desse jeito”

Foi aí que o PC
Com os pés no chão bateu
Disse: “Eu só volto lá
Pra ajudar Zé Dirceu
E eu quero encarnar
Num careca feito eu”

Num tal de Marcos Valério
E Paulo César Farias
Depois de falar tão sério

Voltou direito a Brasília
Sem passar num cemitério
E voltou foi encarnado
(CAMPOS FILHO, s.d., p.8).

Desde os escândalos protagonizados pelo governo Collor a palavra corrupção esteve quase que exclusivamente associada à figura do político e conseqüentemente a intolerância aos casos de corrupção estão cada vez maiores. É nesse cenário de representação política que se tornarão comum, a partir de então, o uso de palavras que passarão a compor o cotidiano da cultura política brasileira no que se refere à representação da corrupção. Essas palavras, frases siglas e expressões são traduzidas por: CPI, “lavagem de dinheiro”, desvios de verbas públicas, nepotismo, peculato, improbidade, propina, *jetons*, *lobby*, “no Brasil tudo acaba em *pizza*”, sanguessugas, ficha limpa e suja, cassação, caixa dois, mensalão, mensalinho, “ladrões de colarinho branco”, entre outras que estão diretamente ligadas à prática de corrupção. A palavra escândalo, por sua vez, que antes era usada quase que exclusivamente com conotação referente a alguma prática que afetava a moral e os “bons costumes” tornou-se sinônimo de prática de corrupção política a citar como exemplo as notícias veiculadas pela mídia que se referem a escândalos associando a palavra quase que como um prefixo a atos de corrupção política como: escândalos dos anões do orçamento, da máfia dos fiscais, dos sanguessugas, da privatária tucana, da Petrobrás, da SUDAM, do Mensalão, etc.

Após os escândalos envolvendo Collor, a corrupção novamente se tornaria presente no governo do sucessor Itamar Franco (1993-1994), através do episódio conhecido como “os anões do orçamento”, onde Deputados se envolveram com a corrupção na Comissão do Orçamento da União. Os Deputados foram indiciados pelo fato de favorecerem empresas e políticos em troca de vantagem

financeira, desviando assim dinheiro público que deveria ser utilizado em obras para beneficiar os cidadãos. Esse amplo esquema de corrupção envolveu mais de vinte Deputados, seis Ministros e três Governadores. A CPI “do Orçamento” foi a primeira na história do Brasil onde parlamentares julgaram seus próprios colegas. A maioria dos indiciados renunciou ou foram absolvidos e apenas seis foram condenados e tiveram seus mandatos cassados.

Os poetas atentos a mais este escândalo de corrupção registraram os fatos concernente ao episódio com o fim de informar e alertar a população acerca dos “laráprios” que estavam a assaltar os cofres públicos do País. Apolônio Alves dos Santos em **O ABC da URV ou o Real, a nova moeda brasileira** comenta, sobre o governo Itamar Franco, a nova moeda e chama a atenção para o descaso do governo com as reais necessidades da população e sobre o escândalo dos “anões do orçamento”, a CPI, as desculpas apresentadas pelos parlamentares envolvidos, mostrando a indignação pelos fatos ocorridos, bem como alertando o seu público para as próximas eleições:

Faliram o nosso país
Com tanta comilança
Falta quórum no Congresso
Acabou-se a liderança
O Brasil está num fio
Com o seu cofre vazio
E muitos enchendo a pança

Gerou-se grande conflito
Devido a corrupção
Da CPI no congresso
Foi tremenda a confusão
Dezenas de deputados
Todos estavam implicados
Naquela devassidão

Homem de sorte é João Alves
Com sua iniciativa
OuvIU-se dentro da câmara
Aquele voz expansiva
De João Alves que falou
Que muitas vezes ganhou
Na loteria esportiva
(SANTOS, s.d., p.2).

Os envolvidos no escândalo do “Orçamento da União” foram considerados pela população como traidores da nação, como verdadeiros “Judas” recebendo a desaprovção popular pelos seus atos corruptos e sentenciados a participarem do lugar comum para aqueles que praticam o mal (corrupção) que é o inferno. A figura do Judas associado aos políticos tem se tornado comum no Brasil a ponto de anualmente durante as festividades da semana santa se ter a tradição de “malhar” o Judas (referência aos políticos) fazendo este pagar pelo crime de traição. As pessoas que participam desse ritual geralmente colocam um nome de um político no Judas simulando assim estar fazendo este também “pagar” pela sua traição aos eleitores que lhe devotaram a confiança através do voto. Esse ritual simbólico do Judas associado a políticos que cometem atos de corrupção são retomados e reinterpretados pelo poeta. César Teixeira (1994) ressignifica os fatos no folheto **Testamento de Judas** destacando o cinismo dos corruptos envolvidos no caso a quem ele compara a Judas:

A lama dos três poderes,
Cuja lei é o assalto,
Não posso jogar no povo
Que vive de mãos pro alto.
Prefiro morrer queimado
Do que ser crucificado
Pelos ladrões do Planalto

As moedas de Pilatos
Que não pude resgatar
Vou deixar para João Alves
Na loteria aplicar,
Pois o Diabo Deus ajuda
-Renuncia, mas não muda:
Nunca deixa de roubar
(TEXEIRA,1994, p.1).

O poeta indignado pela prática de corrupção por parte dos “anões do orçamento” acaba por mandá-los para o inferno, citando-os nominalmente, mesmo ainda estando vivos, numa demonstração de indignação pela prática da corrupção mesmo que verseje de forma satírica como ele continua a destacar e sentenciar:

Nas caldeiras do inferno
Eu vou deixar Genebaldo,
Aleluia Manoel,
Benevides e Ronaldo.
Sobre a cabeça serena
Docapiroto Lucena
Vou entornar esse caldo

Essa espécie de artista
Deportei pro Maranhão:
Daniel, Cid Carvalho,
Alexandre e Lobão
-Esse então só me faz rir,
Sempre diz que é faquir
E que o resto é “tudo anão”

Desviaram até a verba
Que deixei no testamento
Para o professor Sarney
Investir no seu governo
Roubaram os termos da lei
E a pizza que eu deixei
Na CPI do orçamento
(TEXEIRA, 1994, p.2-3).

Apesar de se tornar comum a instalação de CPIs para investigação e julgamento dos casos envolvendo atos de corrupção, paira no eleitorado a descrença na seriedade das mesmas, causando a sensação que aqui no Brasil “tudo acaba em *pizza*”, como se acontecessem apenas, para dar uma satisfação à opinião pública, no entanto os resultados e condenações efetivas não ocorrem na maioria dos casos concorrendo assim para um sentimento de impunidade, deixando assim a marca cultural na população que acha que a impunidade vai continuar e que sempre as apurações vão esbarrar na burocracia, procrastinação e prevaricação. Essa marca na cultura política brasileira é partilhada por alguns poetas, a citar Raimundo de Santa Helena que de forma irônica e satírica escreveu dois folhetos **CPI do cordel no país das mamatas** e **Chico Buarque** (1994), onde expressa sua descrença nas apurações dos escândalos de corrupção ao dizer:

Meu povão está lascado
Sem casa, pão nem saúde
Gatunos de colarinho
Chamam dólar “verygood”
Nos bancos da Suíça!
Bispo beija pé na missa
As CPIs cheiram a pizza
Pro inglês chamar de “food”
(SANTA HELENA, 1994, p.1).

Não obstante haver um sentimento que perpassa a sociedade motivado pela crença de que as investigações e apurações dos crimes de atos de corrupção no Brasil, não são concluídos satisfatoriamente e que os infratores não são punidos, existem pessoas que protestam e lutam contra esse “estado de coisas” visando a transparência e moralização da política nacional. Os poetas tentando cumprir o seu papel enquanto mediadores do povo tentam despertar no seu público o interesse pela cobrança das investigações que envolvem crimes de corrupção, para que as mesmas “não acabem em pizza”. Manoel Santa Maria (1994) no folheto **A falência moral na República dos Bananas** ao referir-se à CPI do Orçamento da União, chama a atenção daqueles que ele chama de “parcela consciente da população” defendendo que:

A parcela consciente
Da população não pode
Deixar que essa CPI
Possa acabar com pagode,
Pizza, peixada e pirão;
Chá das cinco, leite e toddy

Não podemos mais tratar
Ladrão de Vossa Excelência
Essa rasgação de seda
Já me esgota a paciência
Vossa Excelência é ladrão?
Que então sofra a consequência
(SANTA MARIA, 1994, p.2).

Os episódios envolvendo casos de corrupção se seguiram no cenário político do Brasil, mesmo havendo protestos e repúdio por parte da população. A cada sucessivo governo, casos de corrupção foram detectados e denunciados causando sucessivos escândalos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por diversas investigações que indicavam irregularidades e práticas ilícitas por parte de parlamentares, funcionários públicos e empresários (empreiteiros) que se beneficiavam ilegalmente de recursos públicos. Algumas destas denúncias culminaram com as instaurações de CPIs que ficaram conhecidas como a CPI dos bancos, do SIVAM, mas a de maior repercussão foi a CPI da Corrupção que levantava a suspeita de uma suposta compra de votos (no valor de duzentos mil reais para cada parlamentar) em uma emenda constitucional que criava assim a possibilidade de reeleição. As investigações que se seguiram não foram avante ficando assim inconclusas deixando dúvidas que até hoje não foram devidamente esclarecidas. Grande parte da sociedade acompanhou e os poetas informaram acerca dos episódios que envolviam práticas corruptas. O poeta César Teixeira (1996) no folheto **O Testamento do Judas** registra e interpreta os episódios das CPIs que representam a corrupção no governo FHC em seus versos:

No meio do troca-troca
De moeda podre e vil,
Morro sem comer pizza
Que FHC dividiu
Só da miséria fui sócio
Neste balcão de negócios
Que fizeram do Brasil

Vou deixar para o Riquinho
Meu corvo de estimação,
Que se chama Raytheon
E adora comer na mão
Usar o grampo do SIVAM
E já fez de tobogã
A barriga do Serjão

Depois que a CPI
Dos bancos caiu no chão
E aprovaram a reforma
Que arrepiou a nação
Deixou o pente da vovó
Pra fazer um cocó
No velho Esperidião
(TEXEIRA, 1996, p.4).

No ano de 2001 César Teixeira volta com um novo folheto dividido em quatro atos, **O testamento de Judas 2001: Um Calvário no Espaço** denunciando outros fatos que envolvem corrupção política. O quarto ato do folheto apresenta-se com o título de **Corrupção no Inferno** onde o poeta identifica a rampa do Congresso como sendo a porta do inferno e lá se encontram políticos tradicionais tais como: FHC, Antônio Carlos Magalhães, Ricardo Sérgio e Luiz Eduardo:

Para descer ao Inferno
Subo a rampa do Congresso
Empurrando no carrinho
Uma SUDAM de processos
De fraude e corrupção
Neste shopping de “ladrão”
“Putá velha” faz sucesso
(TEIXEIRA, 1996, p.8).

O poeta prossegue ironizando as CPIs mostrando por que elas não apresentam resultados e nem penalizam os culpados:

Depois que a CPI
Foi pro buraco da pia,

Fernando Henrique pariu
Uma corregedoria
Para lavar a roupa suja,
Mas eu nunca vi coruja
Devorada pela cria
(TEIXEIRA, 1996, p.9).

Uma das medidas de governo de FHC que seria enxergada pelos poetas como associados a atos de corrupção seria a política da privatização de empresas públicas a preços bem abaixo do mercado em troca de supostas propinas e benesses recebidas por parte daqueles que se apropriaram do patrimônio público a “preço de banana”, num episódio que seria conhecido depois como “Privataria Tucana”, numa clara alusão às transações escusas que estatais que davam muito lucro à nação foram vítimas. O poeta Jota Rodrigues (1997) no folheto **Não à Privatização** alerta:

E se eu sou um destes poetas
E brasileiro que sou
Nas rimas deste cordel
O meu manifesto dou
Contra a Privatização
Que é um patrimônio que o povão
Com muitas lutas formou

A solução para o país
Não está em privatizar
É botar ordem na casa
E prender quem vive a roubar
Acabe-se com a roubalheira
Que as empresas brasileiras
Farão o Brasil disparar

Se deu lucros no passado
E no presente não dá
É claro que a mutreta
Chegou a se enraizar
Prenda essa máfia tirana
Que embolsaram nossa grana
E o bom tempo voltar
(RODRIGUES, 1997, p.5).

Na visão do povo brasileiro, que tem associado quase que exclusivamente atos de corrupção aos políticos, a cidade de Brasília, tornou-se nos últimos anos sede da corrupção no Brasil, ou o principal palco e plataforma do cenário de representação da corrupção política do país. Geograficamente Brasília tem sido identificada em razão dos sucessivos escândalos de corrupção como o “paraíso” dos políticos corruptos, o lugar de onde “escorre o dinheiro público” pelo ralo fétido da devassidão da “farrá” com o dinheiro público. Essa impressão popular com relação a cidade de Brasília foi captada também pelos poetas demonstrando indignação pelos acontecimentos que ocorrem na capital federal. No folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira**, Manoel Santamaria deixa claro a imagem pela qual a cidade de Brasília se faz representar:

Brasília é o paraíso
Dos grandes espertalhões;
É a nossa Gotham City,
Infestada de vilões,
Nem super-herói de peito,
Não há Batman que dê jeito
Na legião dos ladrões
(SANTA MARIA, 2005, p.2).

A cidade de Brasília que em toda a sua engenhosa arquitetura foi construída para ser símbolo da modernidade e do

desenvolvimento se tornaria assim em pouco tempo, o lugar responsável pelo atraso do Brasil, uma Sodoma e Gomorra da política, por sediar grande parte dos escândalos políticos da nação, tal qual vemos nos versos do folheto **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral** do poeta Arievaldo Viana (1999) quando este denuncia em seus versos:

A metade do congresso
Nada na corrupção
Brasília está cheinha
De político vendilhão
Uma classe de imprestáveis
Todos eles responsáveis
Pelo atraso da nação
(VIANA, 2005, p.5).

Mesmo que a Capital Federal seja eleita popularmente como sendo o espaço geográfico onde se concentra a maior parte da corrupção política do Brasil, os poetas não nutrem a ilusão que ela seja o único lugar onde atos de corrupção se manifestam. A corrupção apesar de ter “sede” está presente em todos os rincões do País representada por políticos ou indivíduos ligados à instituições que insistem em praticar atos de corrupção lesando assim os cofres públicos da nação. Sendo assim o poeta observa:

Brasília é o grande foco
Da bicheira nacional,
Mas o banho em creolina
Teria que ser geral:
Nos Estados, Prefeituras,
Polícias, Magistraturas,
E haja sabão para tal
(VIANA, 1999, p.5).

Quando se deu a chegada de Lula ao poder no ano de 2003, depois de três sucessivas derrotas eleitorais, onde pela primeira vez na História do Brasil um operário, líder sindical e co-fundador de um partido político considerado de esquerda chegava ao poder. Com Lula no poder, grande parte da população brasileira exigia e esperava que houvesse mais transparência no trato com a coisa pública e medidas governamentais que beneficiassem as classes populares mais sofridas e deficitárias pelas ações de governos anteriores. Os poetas registraram o anseio popular em relação a Lula e ao partido do PT, que até então eram conhecidos pelo combate à corrupção e à seriedade no trato da coisa pública. O folheto de Geraldo Moreira (1994) **Lula Presidente**, escrito oito anos antes de Lula ser eleito Presidente, mostra em seus versos a perspectiva popular na esperança de Lula chegar ao poder para combater o mal da corrupção:

E o nosso povo vai ver
Depois da minha eleição
Ninguém mais vai aceitar
A prática da corrupção
Por que se alguém fizer
E quem propina quiser
Vai ter sua punição
(MOREIRA, 1994, p.7).

O programa do Partido dos Trabalhadores (PT) representado por Lula, tratou de executar o programa Fome Zero para erradicação da miséria e fome do País, criou as “bolsas”, sistema de cotas, ciências sem fronteiras, SAMU entre outros programas que tiveram amplo apoio popular. No aspecto da transparência, foram dadas autonomia e “carta branca” aos poderes judiciários para que investigassem supostos envolvidos em crimes de corrupção. O Ministério Público e a Polícia Federal passaram assim a investigar com mais veemência atos de corrupção que antes eram

arquivados ou “varridos para debaixo do tapete”. Como resultado de denúncias e investigações vários escândalos de corrupção política vieram à tona e tiveram como desdobramentos a instalação de CPIs para apuração dos casos.

Os escândalos de corrupção envolvendo políticos no Governo Lula, que foram tema de investigações e instalações de CPIs ficaram conhecidos como a CPI dos Bingos, CPI dos Correios e CPI das Ambulâncias. Porém o escândalo de maior repercussão ficou conhecido como Mensalão onde houve a denúncia que o governo estaria a pagar mensalmente propina a parlamentares da base do governo para que estes votassem a favor de projetos de interesse do governo. Novamente o espectro da corrupção volta a povoar o imaginário político. As denúncias apontavam para um suposto esquema milionário de corrupção coordenada por líderes do PT. O Presidente Lula afirmou desconhecer da existência do Mensalão e ordenou a todos os órgãos competentes que apurassem as denúncias, e se preciso “cortar na própria carne” caso fosse comprovado que integrantes do PT teriam participação no esquema. Os poetas na cobertura dos acontecimentos registram os fatos e a sua repercussão na sociedade brasileira, sendo temática de vários folhetos. O folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira** (2005), de Manoel Santamaria apresenta os fatos que foram amplamente divulgados pela mídia nacional, e de forma satírica ironiza os acontecimentos desdenhando e apresentando os fatos de forma crítica descrendo dos seus resultados:

CPI é Comissão
De Palhaçada, Indecência.
Só de escutar essa sigla
Me enche o saco, a paciência
E o meu não é de filó,
Também não nasci pra Jó,
Desculpe, Vossa Excelência.

Corrupção no IBAMA,
Correios, I. R. B,
Mais a CPI dos Bingos,
CPIs de A a Z;
Se nós somos, na verdade,
A Pátria da impunidade,
Fazer CPI pra quê?

E, nos Correios, mais uma
CPI da palhaçada,
Aquele alvoroço todo,
No final não dá em nada,
Vai acabar tudo em pizza,
Com limonada Suíça,
Sobremesa: marmelada
(SANTA MARIA, 2005, p.2-3).

A mídia divulgou exaustivamente todas os atos das cenas que se desdobraram acerca do “Mensalão”. Ainda que não possamos atribuir imparcialidade por parte dos órgãos que se empenharam em divulgar os fatos, pois a notícia da possibilidade da reeleição de Lula, fez com que seus opositores, tentassem ostensivamente desestabilizar o seu governo e destruir a sua imagem de governante populista transformando-o diante da opinião pública no principal responsável do escândalo do Mensalão.

Na sociedade pós-moderna a mídia tem dado visibilidade instantânea aos acontecimentos, tornando-se detentora de um poder de persuasão e credibilidade que está para além da religião e da política. O poder midiático utiliza-se de estratégias tecnológicas e psicológicas que deixam os seus consumidores muitas vezes inebriados e alienados dos fatos reais, ainda que não seja total e que haja resistência a este estado de coisas por parte de muitos telespectadores que despertos saíram da “*matrix*”.

A reprodução dos acontecimentos políticos através da mídia é assim manipulada para que estes tenham nenhuma, pouca ou muita repercussão e desdobramentos. Esse poder midiático da sociedade pós-moderna é explicitado por Maria Rita Kehl ao dizer que:

[.] estamos vivendo em uma sociedade regulada majoritariamente não mais pela política ou pela religião, nem pela impressão imposta pelas diversas pedagogias, mas pelo espetáculo. Na sociedade do espetáculo, o impacto midiático dos eventos é tão mais importante do que seu papel na história ou suas consequências políticas, que adquire autonomia sobre todos os outros aspectos envolvidos em um acontecimento (KEHL, 2004, p.144).

Os poetas municiados de informações da mídia e inspirados pelo talento poético apresentaram ao seu público o assunto sem perder a ironia, humor e sátira ao tratar do “Mensalão”, a exemplo do folheto abaixo que apresenta em sua capa o desenho do deputado do PTB Roberto Jefferson caricaturado de forma a ser associado ao cantor *pop* Michael Jackson. No folheto o Deputado (que no folheto recebe o nome de Bob Jeff) está na “farra” e é descrito como o protagonista, o “homem bomba” que tão corrupto quanto os demais envolvidos, foi o “denunciador” do Mensalão:

-Sou o temível Bob Jeff,
Sou um candidato escroto!
O sujo esfarrapado
No reino do imundo e roto;
Não tirem meu boi no pasto,
Se me tocarem arrasto
Todos pra vala do esgoto

Homem Bomba tropical
Preparado pra guerra,
Com lama até no nariz,
Cara-de-pau não emperra,
E a nossa revolta aguça,
Se serrarem sua fuça,
Só vai jorrar pó de serra.

E armado de um grande balde,
Em tom ameaçador
Desafiou todo mundo:
- Eu, se molestado for,
Quero mais é que exploda,
Eu jogo essa merda toda
No nosso ventilador
(SANTA MARIA, 2005, p.3).

O “Mensalão” passou a ser noticiado e aclamado por grande parte da mídia, como sendo o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Os cordelistas por sua vez aproveitando o interesse do público pelos fatos, fizeram cobertura dos acontecimentos e resignificaram os fatos com toda sua carga de ironia e sátira. Muitos folhetos foram escritos sobre o tema, tais como: **Brasil, Terra do Nunca, Pátria da Mentira, A discussão de Fernando Galheira com Severino Cavalcadura, CPI, Mensalão e ratos brasileiros, A peleja do Bélio Bosta com o Vilberto Vil, Perfil do Político brasileiro, Na Política eu quero ver, A chegada de Lula no inferno, A quadrilha do Mensalão, E agora Zé Dirceu?, O candidato e o jumento, A crise do Mensalão e o caso da cueca, O encontro de Tancredo com São Pedro, Lula é o cara.de pau, O cuecão da besta-fera, Cordel do mensalão, Mentiras que o povo gosta em época de eleições, O País do mensalão, Mensalão vergonha nacional**, entre outros que explicitam a repercussão do escândalo e o interesse pelo tema corrupção.

Após o escândalo do mensalão e o bombardeio de informações veiculadas pela mídia, um clima de profunda desconfiança acerca dos políticos e um espectro da onipresença da corrupção por todos os recantos do país se instalou, reforçando a impressão que a corrupção sempre esteve entre nós, corroborando com a imagem incrustada na cultura política brasileira de que “todo político é ladrão e corrupto”

Os folhetos que tratam do mensalão nos possibilitam ter um vislumbre da percepção popular sobre a corrupção que enxerga no político a corrupção personalizada, porém o próprio eleitor pratica atos transgressores de conotação corrupta, justificando-os pelo “jeitinho” brasileiro que se traduz como “esperteza” e criatividade para lidar e solucionar os problemas do cotidiano. Ou seja, existe arraigada em nossa sociedade uma grande aceitação social a comportamentos e atitudes consideradas corruptas implicando assim num misto contraditório que impede a lucidez na hora do combate à corrupção. Essa realidade vivida no Brasil com relação à prática “generalizada” da corrupção vaticina para um longo caminho ainda a percorrer no sentido de ver-se no país a ética, a transparência, a lisura e a incorruptibilidade como sendo realidade na sociedade brasileira como um todo. Carlos Alberto após pesquisar e demonstrar através de dados estatísticos a prática do jeitinho brasileiro, suas nuances e o nível de tolerância e aceitação social por parte da população de atos de corrupção, chega à conclusão que:

[.] a opinião pública brasileira reconhece e aceita, em grande medida, que se recorra ao jeitinho como padrão moral. Além disso, há uma divisão profunda (50% *versus* 50%) entre os que consideram certo e os que o condenam. Por isso os níveis de corrupção no Brasil provavelmente estão relacionados à aceitação social do jeitinho- que é grande e bastante enraizada entre nós-, os resultados da pesquisa indicam

que temos um longo caminho pela frente se o que desejamos é o efetivo combate a corrupção (ALMEIDA, 2007, p.71).

Vários poetas têm usado seus versos no combate a esse “espírito” de corrupção reinante no Brasil, tentando conscientizar os eleitores a votarem baseados em critérios justos que promovam a ética e o serviço do bem comum e chamando a atenção do seu público para a responsabilidade de cada indivíduo fazer a sua parte nesse processo e não reproduzir atos de corrupção em sua prática cotidiana, o que lhes tiraria a “moral” de julgar os políticos que fazem uso da corrupção, pois os eleitores estariam assim incorrendo no mesmo erro. O poeta que é contra a corrupção adverte aos seus leitores com relação a estas práticas, como podemos observar Izaías Gomes de Assis no folheto **O valor do seu voto** ao falar sobre a corrupção e seus malefícios:

Eu quero meu caro amigo
Neste verso te alertar
Sobre a tal corrupção,
Que pode contaminar
Nos anos das eleições
Querendo te devorar

É uma coisa do diabo
A tal corrupção
Ela corrompe a moral
E desgraça o cidadão,
Fazendo uns bandidos
Controlar nossa nação

E tudo isso pelo amor
Do maldito e bom dinheiro,
Que infesta a humanidade,

Desgraçando o mundo inteiro,
É um mal do capitalismo,
Que viciou o brasileiro
(ASSIS, 2008, p.1).

O poeta prossegue alinhando o seu discurso para chamar atenção da participação do eleitor, na eleição de políticos corruptos e da cumplicidade que o eleitor pode estar tendo com suas práticas nas quais está incluso a mercantilização do seu voto, ressaltando o fato do eleitor ser tão ou mais corrupto daquele que o aliciou, pois não existe corrupto se não houver o corruptor, por esta razão é necessária conscientização por parte dos eleitores para não alimentarem esse crescente mal da sociedade brasileira:

Nosso povo é mais corrupto
Que os próprios politíqueiros,
Pois eles são minoria
Porém tem alguns dinheiros,
Que compram as multidões
Enrolando os brasileiros

Tira um carro do Detran,
E paga uma cirurgia
Dá mil tijolos a um trouxa,
Já a outro dá uma pia,
Do outro tira o CPF;
Está feita a freguesia
(SILVA, 2008, p.8).

Nos últimos anos muitas medidas foram tomadas para combater a corrupção entre as quais destacaremos a criação da lei da Ficha Limpa que foi aprovada no Congresso e sancionada por Lula em 2010, com o objetivo de impedir que políticos condenados por

órgãos colegiados fiquem proibidos de disputar cargos eletivos por um determinado tempo. A condenação se dá pela prática de atos de corrupção. A lei da Ficha limpa nasceu do anseio popular para dar um basta na corrupção. Inicialmente o projeto nasceu da ampla mobilização popular e foi idealizado pelo magistrado (juiz) Márlon Reis que é Coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e encabeçada por outros juízes e com a participação da sociedade civil que inicialmente conseguiu reunir mais de 1,5 milhões de assinaturas em todo o País, para assim influenciar a opinião pública e pressionar os Deputados e Senadores a “comprar a ideia”, tornando-a lei através de aprovação no Congresso. A lei da Ficha Limpa também foi assunto do Cordel. Luiz de Assis Monteiro em **Cordel dos valores tortos**, fala sobre atos de corrupção cometidos no dia-a-dia e exorta os eleitores a fiscalizarem os políticos:

Esqueceram que cabe agente
Fiscalizar deputado
E exigir a punição
Se o cara fez algo errado
Se não tem a “Ficha Limpa”
Deve mesmo ser cassado
(MONTEIRO, 2010, p.8).



Nos últimos anos, precisamente a partir do ano de 2005 foram editados um expressivo número de folhetos que tratavam da corrupção principalmente a partir dos escândalos que foram protagonizados pelo deputado Roberto Jeferson do PTB quando este denunciou um esquema de corrupção onde Deputados recebiam mensalmente propina para votar em projetos de interesse do governo. O escândalo do Mensalão como ficou conhecido rendeu o mote de muitos folhetos. Na capa do folheto acima representado podemos assim perceber um pouco do imaginário popular com relação à corrupção e à impunidade reinante no País. A xilogravura de autoria de Erivaldo retrata na parte superior alguns políticos com os bolsos, cuecas e malas cheias de dinheiro numa clara referência a episódios relacionados ao mensalão onde pessoas foram presas com malas de dinheiro e também outra pessoa portando dinheiro na cueca. Esses políticos estão pisando na bandeira do Brasil, numa clara referência ao espezinhamento daqueles que praticaram corrupção sobre as instituições e o povo brasileiro que aparece na imagem abaixo da bandeira. A população é retratada com homens trabalhadores e de pés descalços, mulheres operárias grávidas e acompanhadas de crianças. Essas pessoas são retratadas como carregando e suportando sobre suas cabeças e com muito sacrifício o peso da corrupção política no Brasil. A xilogravura mostra a angústia presente que é partilhada pelo seu povo cansado de tanta corrupção e que espera na justiça que aqueles que tais males praticaram sejam punidos no rigor da lei para que o estigma da impunidade não impere mais na sociedade brasileira.

Observamos nos folhetos analisados que paradoxalmente à prática “normatizada” de atos de corrupção os discursos são quase unânimes em reprovar a sua prática como sendo abominável, discurso este que é valorado e compartilhado por todos os grupos sociais. Atrrelada à prática da corrupção está o fato de associar-se e atribuir-se o exercício da corrupção à classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de

política e de práticas dos políticos, o corrupto é sempre o “outro” e o “outro” é o político. Porém convém observar que o político que comete ilícitos não é, um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre, guardando as devidas proporções, quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre práticas, valores e representações no seio da sociedade tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos que pleiteiam um cargo eletivo ou já sendo mandatários destes.

É para os políticos que convergem todas as expectativas e cobranças em nossa sociedade sendo os “mesmos” personagens vistos em determinada cena como vilão e herói, responsabilizados pelo caos da sociedade e pelo seu soerguimento. É nesse misto paradoxal da mitificação do político que se constrói no imaginário a representação lendária do político onde em torno dele se aglutinam todos os discursos e esperança de redenção da Nação brasileira. Veremos no capítulo a seguir como os arquétipos de herói e salvador se constroem no Brasil e como eles reaparecem e renovam-se a cada eleição.

CAPITULO IV

A REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO COMO HERÓI E SALVADOR NO CORDEL



Ao adentrarmos o universo cultural da política brasileira é possível percebermos que a fixação na esperança de que um governante possa mudar a conjuntura política do País trazendo uma era de prosperidade e justiça social, deitam raízes que nos remetem aos idos da colonização do Brasil, onde reminiscências de influências ibéricas apontam em sua origem para o mito do sebastianismo. Acreditava-se que o Rei D. Sebastião que “desaparecera” em uma batalha contra os árabes em 1578, no Norte da África, um dia retornaria, trazendo consigo, segundo a visão popular, os tempos áureos e memoráveis da monarquia portuguesa e também reconduziria o país a um futuro glorioso que só ele poderia produzir através de suas “sábias” ações. Como resultado da transmigração cultural, o mito foi transportado para o Brasil adquirindo assim contornos e traços regionais. O Brasil em seus 519 anos desde a invasão portuguesa, vivenciou o sistema monárquico durante (389) trezentos e oitenta e nove anos. Vivendo tanto tempo sob a égide do sistema monárquico é justificável que ainda hoje perdure na memória coletiva a projeção messiânica de um “rei” ou governante que traga redenção ao seu povo.

O mito do sebastianismo esteve presente em vários movimentos populares ocorridos no Brasil, com destaque para a “guerra

de Canudos” (1893-1897) ocorrido na Bahia, que misturou elementos místicos (messiânico) e políticos. O líder do movimento Antônio Vicente Mendes Maciel que ficou conhecido como Antônio Conselheiro incluía em suas pregações a crença que D. Sebastião voltaria para combater a recém-implantada República e trazer de volta a Monarquia com todos os seus elementos redentivos. Podemos destacar outros movimentos populares de cunho messiânicos que incluíam em seu ideário o retorno de D. Sebastião tais como Caldeirão (1936) no Ceará, Pau-de-colher (1938) na Bahia, Pedra do Reino (1838) em Pernambuco, Serra do Rodeador (1817) também em Pernambuco. Três aspectos em comum podem ser encontrados nestes movimentos messiânicos, sendo eles, o fato de todos terem ocorrido no Nordeste, todos serem sebastianistas e terem um caráter de ação histórico social coletiva, visando assim mudança da realidade que atingisse a coletividade. O caráter coletivo destes movimentos é destacado por Rossi ao formular:

Pode-se falar que uma das características fundamentais do messianismo é seu caráter de “salvação coletiva” em detrimento da salvação individual. A dinâmica do movimento envolve o grupo e não o indivíduo. Envolve a história de um grupo a partir de suas relações sociais e não a história de uma personalidade individual. E, por isso mesmo, é um movimento dinâmico; um movimento da força social que busca a transformação da terra não para um só homem, mas para toda a humanidade (ROSSI, 2007, p.10).

A participação popular nos movimentos sociais de contestação em sua grande maioria objetivava mudanças que beneficiassem a coletividade mesmo quando idealizavam e projetavam em um “salvador da pátria” as suas expectativas de redenção e mudança da

realidade presente, fazia-se visando principalmente a coletividade e não apenas um indivíduo. Esse sentimento de pertencimento e luta pelo coletivo é também partilhado pela Literatura de Cordel que se fez eco dos anseios e reivindicações populares, abordando temas que contemplavam o coletivo, onde mesmo quando se enfatizava os atos individuais de atores sociais procuravam projetá-lo e significá-lo visando a coletividade, como defende Manuel Diegues ao defender que:

A poesia popular reflete sempre esta sensibilidade coletiva, isto é, a repercussão de atos ou gestos, benéficos ou maus, introduzindo o como e também o porquê as populações os acolhem, e não raro os conservam. Trata-se, de modo geral, de reflexo do que se passa na sociedade, evidenciando que tais pessoas não escapariam ao seu registro, sobretudo como suas atitudes ou sua vida repercutem no meio social respectivo. E isto se pode observar desde as primeiras manifestações da literatura de cordel. Os valentes, os políticos, os criminosos, os fanáticos, qualquer que fosse sua atividade, representam valores- bons ou maus, conforme o sentimento da sociedade onde ocorrem ou onde repercutem- que traduzem manifestações dessa mesma sociedade (DIÉGUES JÚNIOR, 1973, p.105).

É neste cenário de representação marcada notadamente, desde os primórdios, pelo pensamento e pela memória coletiva de que a redenção do País viria pela via política e em especial, pelas mãos de um governante, que solucionaria os problemas sociais e traria justiça e equidade para todos, que se construirá e se projetará na representação da figura do político (seja monarca ou republicano) a esperança de mudanças estruturais na sociedade. Essa projeção de mudança da realidade baseada em um líder

político se constituiu assim em uma característica da cultura política brasileira. No imaginário coletivo brasileiro construiu-se ao longo de sua história de 389 anos de Monarquia e 129 anos de República (intercalados por duas ditaduras: Vargas 1930-1945 e Militar 1964-1985) a imagem do personagem político ideal para atender às expectativas do povo. Convém ressaltar que o cenário de representação da política e do político como solução das mazelas nacionais foi construída dentro de uma incipiente e frágil experiência de democracia, se comparada com as democracias europeias e norte americanas, onde na realidade nacional viveu-se golpes, ditaduras, manobras políticas e restrições legais da participação popular no processo eleitoral, ou seja, em termos práticos o Brasil não viveu a democracia em sua plenitude por mais de 50 anos em mais de 500 anos de “existência” do Brasil.

Na história republicana brasileira verifica-se que desde 1889 havia uma supervalorização da figura do poder Executivo lançando sobre este a responsabilidade quase que exclusiva da operacionalidade e articulação de toda administração voltada para o bem-estar social. A representação do poder Executivo no imaginário da cultura política brasileira quase que exclusivamente se resume e se associa a uma pessoa, que é o Presidente da República, sedimentando na memória coletiva o pensamento mítico expresso pela necessidade premente da materialização do executivo personalizado na figura de um ser messiânico, heroico, paternalista que redima a nação. Associada a essa predileção nacional pela figura do Executivo, segundo observa Murilo Carvalho:

[.] está à busca por um messias político, por um salvador da pátria.

Como a experiência de governo democrático tem sido curta e os problemas sociais têm persistido e mesmo se agravado, cresce também a impaciência popular com o funcionamento geralmente mais lento do mecanismo

democrático de decisão. Daí a busca de soluções mais rápidas por meio de lideranças carismáticas e messiânicas (CARVALHO, 2002, p.222).

Fazendo uma incursão pelos anos de republicanismo no Brasil iremos encontrar várias figuras políticas com conotações messiânicas que povoaram o fecundo imaginário político nacional na esperança de dias melhores para o País. No universo do registro histórico do pensamento mítico soteriológico Carvalho destaca que:

Pelo menos três dos cinco Presidentes eleitos pelo voto popular após 1945, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor, possuíam traços messiânicos. Sintomaticamente, nenhum deles terminou o mandato, em boa parte por não se conformarem com as regras do governo representativo, sobretudo com o papel do Congresso (CARVALHO, 2002, p.222).

Notadamente as expectativas que antes eram direcionadas para a figura dos monarcas foram hibridamente direcionadas para a figura dos Presidentes. Essas figuras políticas são interpretadas por Kátia Mendonça como sendo potencialmente portadoras de características redentivas e heroicas: “Ora a presença de heróis salvadores é marcante em nossa história política, com diversos complexos simbólicos construídos em torno do tema” (MENDONÇA, 2002, p.15). Mas a construção da figura do político ideal brasileiro não continha apenas características de herói e salvador, outras representações viriam a somar-se a estas ainda que não houvesse alguém que somatizasse todas as características ao mesmo tempo, porém alguns ostentaram mais de um dos papéis no cenário de representação política. Roger Schwartzberg (1978) elenca os diversos papéis e facetas assumidas pelos atores

políticos na disputa de cargos eletivos os quais podemos destacar os mesmos como sendo: O pai protetor, o líder carismático, o líder charmoso e o homem ordinário. Poderíamos acrescentar entre os papéis representados o de líder intelectual. No Brasil nos anos de República podemos identificar alguns personagens políticos que incorporaram em seus cenários de encenação várias destas roupagens visando conquistar eleitores. Lula seria identificado em suas características como sendo principalmente o homem ordinário, Collor seria o líder charmoso, incorporando também o herói e salvador, Fernando Henrique seria o intelectual, Tancredo Neves o salvador e Vargas seria o pai protetor.

No Brasil foi construída a imagem do político como sendo a representação, de um salvador, herói e pai onde se percebe até hoje essa marca no eleitorado que lança sobre o governante todas as suas expectativas, como se somente ele pudesse solucionar os problemas sociais, projetando no outro a responsabilidade de mudanças, como que acreditassem que uma realidade possa ser mudada por decretos de governo. Essa deificação do governante nos remete aos resquícios do providencialismo e fatalismo medieval presente em nossas raízes ibéricas e que para aqui foram transplantados na esperança de que o “escolhido” governante chegue ao poder para resgatar o seu povo. O mito do político como herói e salvador geralmente emerge em tempo de crise onde a população se sente desamparada, criando a sensação de necessidade que algo aconteça ou surja alguém com potencial para redimi-los da condição de desamparo, tal qual observa Mendonça: “Diante do desamparo a que se vê submetido, o homem não irá buscar apenas a fé religiosa, mas também a fé em ídolos políticos e na possibilidade de salvação por eles prometida” (MENDONÇA, 2002, p.230).

A formação de uma imagem pública não se dá aleatoriamente e naturalmente, pelo contrário, exige-se um plano arquitetado meticulosamente. A imagem política se constrói a partir de diferentes traços e calcada em diversos mitos. Mas elas se especializam em alguns papéis do repertório político. Esses papéis são

estereotipados como: o herói, o homem ordinário, o líder charmoso, o pai da pátria, entre outros. As imagens construídas irão nortear a conduta e estratégias do político culminando por manipular e obter respostas populares positivas da imagem veiculada, se constituindo em uma verdadeira ditadura da imagem: “Temos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele” (LIPPMANN, 2008, p.37).

GETÚLIO VARGAS: “O PAI PROTETOR E PROVIDOR”

Na história e no Cordel a figura política que inaugura a construção simbólica do político ideal é o Getúlio Vargas e a construção imagética de sua representação política, onde podemos identificar vários dos papéis que ele representou e como ele conseguiu ser visualizado pela sociedade. É a partir do destaque dado pelos poetas à figura de Vargas que podemos perceber como se processa no imaginário popular a construção da representação do governante ideal, do “salvador da pátria”. O número de folhetos que protagonizaram a figura de Vargas foi tão grande que os estudiosos do Cordel ao tratar sobre a classificação dos folhetos elegeram Getúlio Vargas como tema¹⁸. Alguns estudiosos do Cordel destacaram em suas obras que o período em que Vargas governou o Brasil foi o tempo de grande efervescência do Cordel, como atesta Marlyse Meyer:

18 A classificação temática proposta pelos estudiosos da Literatura de Cordel propõe que Getúlio Vargas seja tratado como um tema à parte devido o excessivo número de folhetos escrito sobre o mesmo. Embora ele esteja inserido dentro da temática política os estudiosos classificam Vargas como um tema à parte. Vargas aparece na classificação temática de Liêdo Maranhão de Souza, Orígenes Lessa, Cavalcanti Proença e a classificação proposta pela Casa de Rui Barbosa.

A década de 1940 a 1950 foi, apesar da censura policial do último quinquênio do Estado Novo (1940-1945), muito favorável ao cordel. Isto se confirma pelo interesse das camadas populares pela vida política do País, pelo sucesso de vendas e altíssimas tiragens de toda a literatura ligada a Getúlio Vargas. O cordel acompanhou todos os passos de Getúlio em sua vida política, até sua morte (MEYER, 1980, p.90).

A deificação e personalização da figura dos agentes políticos, não ocorreu por acaso, antes foi resultado de toda uma estratégia propagandística que visava promover a imagem do governante, através de uma rede de significados simbólicos construídos ao longo do tempo. Guardando as devidas proporções pode-se dizer que desde a antiguidade os governantes se empenharam em trabalhar suas imagens a ponto de influenciar profundamente a cultura política tornando-se característica destes povos a canalização de suas expectativas e esperança de dias melhores na projeção de um governante. Muito embora que o uso da imagem e do *marketing* político em nossos dias parecer tão comum, não é de hoje que políticos promovem sua imagem através dos meios de comunicação que dispõem a sua época, tal como atesta Wilson:

O fenômeno da imagem pública, particularmente na sua forma política, parece ser tão antigo quanto o próprio fenômeno da vida pública. De Júlio César ao Rei Sol, de Thomas Jefferson a Bill Clinton, a preocupação com imagem, fama, nome, reputação das figuras e instituições políticas parece ter acompanhado sempre a prática política (GOMES, 2004, p. 262).

Getúlio Vargas, mesmo sendo um governante autoritário que assumiu o poder através de um golpe oficialmente chamado de “Revolução de 1930”, entrou para a história, no conceito popular,

como um herói e pai, o que lhe garantiu o epíteto de o “Pai dos Pobres”. Vargas, em um tempo que “não existia” profissionais marqueteiros nem havia o uso efetivo da televisão para promoção da imagem, soube se utilizar de vários meios para construir a sua imagem diante do povo e se consolidar no poder por 19 longos anos. Ainda hoje passados 65 anos de seu falecimento a sua imagem continua presente no meio popular e ainda hoje, muitos políticos se utilizam de seus espólios para também construírem as suas imagens. Vargas fundou o Partido Trabalhista Brasileiro, que até hoje leva a sua imagem populista. A figura de Getúlio era sempre exaltada, como sendo: o “Guia da Juventude”, o “Grande Pai”, o “Apóstolo Nacional”, o “Reformador”, o “Pacifista”. Construiu-se gradativamente o mito Getúlio. Os métodos persuasivos de dominação coexistiam com os repressivos. As qualidades de Vargas, também seriam ressaltadas, quase sempre de forma exagerada por seus biógrafos:

Getúlio mobiliza a simpatia como força política. Não exercendo a vingança, simplesmente não prestando atenção aos seus inimigos, removendo as dificuldades removíveis, é julgado conciliador. Getúlio é generoso, esta virtude nacional brasileira. Um mestre da reconciliação. Quantos homens aproveitáveis conservou assim, ganhando-os para o seu sistema e para o Brasil (JÚNIOR QUEIROZ, 1957, p.113).

Analisando a trajetória política de Vargas e a imagem que foi construída em torno dele, podemos enquadrá-lo como alguém que transitou, entre os papéis de herói e pai. Vargas era visto como o “salvador da pátria”, um herói que redimiria o seu povo do atraso e da miséria, por vezes, ele seria associado, no imaginário religioso popular, a figura de um “santo”, o redentor do povo brasileiro, um verdadeiro culto à sua personalidade, aquele que tornaria real o

sonho de melhores dias, um homem “perfeito”, tal como a imagem do herói ressaltada por Schwarzenberg que assim caracteriza-se:

Além do esplendor e do sonho, o herói também fornece a certeza. Tendo o domínio da segurança, ele ajuda a vencer a angústia, a incerteza dos períodos difíceis e de mudanças. Atrás de seu guia, o povo se sente seguro. Porque o herói não pode errar. Ele sempre enxerga mais longe, mais claro e mais certo (SCHWARTZENBERG, 1978, p.23).

Outra imagem que se adéqua perfeitamente à figura de Vargas é a do paternalismo, do pai da pátria ou “Pai dos Pobres”, como popularmente ficou conhecido. Os traços que compõem esse modelo de autoridade são: a sabedoria, a competência, a capacidade de solucionar problemas e impor decisões, desmantelando resistências e obstáculos. Vargas soube como ninguém se utilizar desta figura paterna para se perpetuar no poder. O povo ainda hoje lembra Vargas, pela “criação” da legislação trabalhista, do salário mínimo e do direito ao voto feminino. Sua imagem produzida apresentava-se como chefe revolucionário, como pai que cuida do seu povo, como alguém que usa de autoridade e força para proteger seu povo do inimigo, encaixando-se nas observações do citado autor acerca da figura política do pai:

[.] a imagem paternal continua vivaz pelo mundo afora: pai de família, pai tranquilo, pai nobre, pai da pátria ou da nação, pai fundador, quando não pai eterno. Na verdade, distinguem-se dois grandes tipos: a autoridade paterna heroica- a do chefe revolucionário ou fundador da independência nacional, a quem se dá o nome de “pai da revolução” ou “pai da pátria, que se aproxima do herói- e autoridade paternal de rotina- a

do sábio, “cheio de vivência e razão”, a do “pai tranquilo”, próximo do homem ordinário (SCHWARTZENBERG, 1978, p.92).

O pesquisador Mark Curran em suas pesquisas sobre a história do Brasil em cordéis observa como a Literatura de Cordel constrói a imagem de Vargas para além de suas medidas de governo populistas, explicando talvez o constante crescimento da fama de Vargas diante do povo brasileiro, sobretudo nordestino, como “pai dos pobres”:

Mas o crescimento de sua fama popular, por intermédio do cordel, não se explica apenas pelas ações de seu governo: Getúlio era, também, *persona*, o líder carismático, o pai ou o avô que cuidaria do povo. Afinal, isso era o que sempre quisera o público do cordel- um messias que o tirasse da pobreza e das condições de semi-escravidão. Getúlio levou ao cúmulo esse papel: foi como auto-sacrifício, como oferta do próprio sangue para o povo, que seu suicídio, em 1954, foi interpretado pelo cordel (CURRAN, 2003, p.113).

Soma-se ainda à imagem de Getúlio, ainda que em menor grau, a figura do homem ordinário e comum. Não por Vargas ter sido uma pessoa de classe e origem pobre que ascendeu ao poder, mas pela sua identificação e “simplicidade” no trato com o povo. Há registros de várias visitas que Getúlio estrategicamente fez a tipos populares humildes, chegando a “tomar café” na casa do povo. Os assessores de Vargas informavam-se de detalhes das pessoas de forma velada, tais como seus nomes e preferências, para que montada a cena o ator pudesse encenar diante do povo, visitando-o, ouvindo-o, misturando-se com sua gente, forjando a imagem de um governante que fala e trabalha pelo seu povo, porque conhece os seus problemas.

A imagem criada e veiculada de Vargas no meio popular foi construída e amplamente divulgada através do Cordel. O Cordel ao tempo em que Vargas (décadas de 30, 40 e 50) governou era um dos principais meios de comunicação, principalmente no Nordeste. O rádio começava a popularizar-se e eram poucas as tiragens de jornais (que ainda não tinham ampla divulgação) entre o povo, sobretudo aqueles de pouco poder aquisitivo e de maioria analfabeta. Um exemplo da força do Cordel na divulgação dos fatos políticos é o fato de que foram impressos e vendidos dois milhões de folhetos sobre a morte de Vargas, num total de 60 títulos. Podemos citar como exemplo deste fenômeno editorial o poeta Azulão que vendeu 200.000 exemplares de **Vida e Morte de Getúlio Vargas**, enquanto que Antônio Teodoro dos Santos vendeu 280.000 folhetos em **Vida e Tragédia do Presidente Getúlio Vargas**. A rapidez, talento, eficiência do poeta, e popularidade do folheto foi evidenciada pelo poeta Delarme Monteiro da Silva, que pela manhã ouviu pelo rádio acerca do suicídio de Vargas, entregou os originais do folheto ao meio-dia com o título **A Lamentável morte de Getúlio Vargas**, recebeu os primeiros exemplares pela tarde, e vendeu 70 mil exemplares em menos de 48 horas, Manoel Monteiro por sua vez vendeu mais de 11.000 folhetos na feira de Campina Grande, sobre a carta testamento deixada por Vargas (LESSA, 1973, p.120).

No caso específico de Vargas, houve um constante trabalhar na construção populista de sua imagem diante do povo. Podemos dizer que Vargas foi o primeiro Presidente a trabalhar de forma incisiva na produção de sua imagem, utilizando-se do aparelho estatal e dos meios de comunicação que dispunha à época. Podemos citar como exemplo de ações efetivas de construção de sua imagem, está a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e a utilização do rádio, através do programa “A Hora do Brasil”, onde Getúlio falava diretamente e diariamente ao povo. Porém convém ressaltar que a repercussão e propagação de

sua imagem no meio popular se efetivava e legitimava-se também a partir dos poetas, quase sempre ovacionando e exaltando Vargas. A partir desse fato vê-se como vai ser construída essa imagem de Vargas, justificando e validando seus atos de governo, que permitirá que ele passe incólume diante do povo, blindado de tal forma que o povo em geral não iria “nunca” perceber os desmandos de seu governo e o seu autoritarismo. Dos personagens e fatos políticos evidenciados na produção de folhetos, Vargas ocupou um lugar que até hoje não foi suplantado, perdendo apenas para um personagem que embora também fosse político ficou conhecido pelas suas façanhas religiosas, refiro-me ao Padre Cícero, excetuando este personagem, nenhum outro foi tão citado, quanto Vargas:

Somente o Padre Cícero inspirou número maior de folhetos. Nem Antônio Silvino, nem Lampião, com seu apelo sempre renovado pelo cinema, deram lugar à produção literária maior. A de Getúlio é dez vezes superior, pelo menos. [...] Em sua época, porém, e muitos anos depois de sua morte, Getúlio foi o tema de maior venda e de maior aceitação entre os humildes consumidores do cordel (LESSA, 1973, p.59).

Diante dessa evidente popularidade de Vargas, perguntaríamos como ele teria conseguido tal feito? Como se deu a construção de sua imagem? Quais os cenários de representação política constituídos na formação da imagem de Vargas? Na cultura política brasileira a construção da imagem de Vargas estará atrelada ao surgimento dos direitos sociais e políticos e principalmente a um discurso de tessituras populares que se constituíam em temas novos para a época. Murilo de Carvalho observa como o discurso de Getúlio vinha ao encontro dos anseios do seu tempo ao afirmar que ele:

Falava em mudanças no sistema eleitoral, em voto secreto, em representação proporcional, em combate a fraudes eleitorais; falava em reformas sociais, como a jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho das mulheres e menores de idade (CARVALHO, 2002, p.94).

A representação de Vargas e a projeção que este alcançou diante do povo, principalmente nordestino, se deram pelas seguintes razões: Vargas contou em sua composição de chapa, para concorrer à Presidência em 1930, com a figura (nordestina) do Governador da Paraíba, João Pessoa. Este acontecimento marcaria o fim da composição política de até então formada por um paulista (cafeicultor) e por um mineiro (criador de gado) na chamada “República do Café-com-leite”. A composição da chapa de Vargas com um paraibano contribuiu para que os acontecimentos que posteriormente seriam narrados pelos poetas, despertassem um sentimento de nordestinidade que se fez representar através de João Pessoa. O uso político que Vargas faria do assassinato de João Pessoa, para promoção do golpe de 30, fez com que os poetas, se identificassem com Vargas por esse acolher em sua chapa um nordestino, e em seus discursos oficiais ele exaltar a figura de Pessoa e mostrar a importância do Sul e do Nordeste estarem unidos contra a “tirania” do Café-com-leite. Esse fato contribuiu para que os nordestinos “elegessem” Vargas como um grande homem, pai, herói um mito. Outra razão seria o fato, que à época de Vargas, o Cordel constituiu-se como a maior expressão e proliferação da representação do pensamento popular e por sua vez, dedicar à figura de Vargas o maior número de folhetos até hoje registrados.

O poeta contribuiu na construção da imagem de Vargas não somente no Nordeste, mas também no “resto” do Brasil haja vista que muitos poetas migraram para o “sul” e tinham um público fiel de migrantes que se alimentavam das temáticas propagadas

pelos folhetos. Vargas aparece no cenário político a partir de 1913, com uma “discreta” passagem, como Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo reeleito em 1917. Em 1923 é eleito Deputado Federal e depois em 1928 torna-se Governador. Antônio Teodoro dos Santos registra em seus versos a ascensão política de Getúlio:

No ano de 28
Ano farto e florescente
O povo do Rio Grande
De tudo era consciente
Elegeu o Dr. Vargas
Para ser seu Presidente
(SANTOS, 1954, p.6).

Quando Vargas assume a Presidência através do golpe de 30, que ele com sua “sagacidade” apresentaria, como sendo, “a Revolução de 1930”, ele se tornaria conhecido nacionalmente, e começaria assim, a construção de sua imagem projetando-o, para a consolidação de seus planos futuros à frente do governo do Brasil. Os primeiros folhetos que registram a atuação de Vargas, no entanto, começam a aparecer a partir da Revolta Constitucionalista de 1932, através do folheto **O Levante de São Paulo** de Thadeu de Serpa Martins, publicado em Fortaleza-CE a 20 de agosto de 1932:

O doutor Getúlio Vargas
Homem de bom coração,
Fez tudo para evitar
Aquela revolução
Porque não achava bom
Brigar irmão com irmão
(MARTINS, 1932, p.7).

A partir de então a imagem de Vargas no Cordel se consolidará num crescente, transformando-o num mito e no personagem político mais citado até hoje. Orígenes Lessa observa, quando Vargas ganha dimensão e repercussão no seio dos poetas que, “desinteressadamente” trabalharão na construção e preservação de sua imagem principalmente depois que começam a ser criados a legislação trabalhista, o salário mínimo e outras medidas populistas no seu governo: “[.] Mas é só depois de 1935, e principalmente depois do golpe de 1937, que ele começa a empolgar os poetas, num reflexo da progressiva penetração da sua política trabalhista” (LESSA, 1973, p.61).

Os sucessivos golpes dados por Vargas para manter-se no poder passaram quase incólumes aos olhos dos poetas que além de não perceberem as suas maquinações para permanecer no poder por vias ilegais ainda justificaram e defenderam a sua permanência como sendo benéfica ao País. Entre os folhetos sobre Vargas apenas um trazia no título a palavra “golpe”, porém o autor demonstra não entender o amplo sentido da palavra. Refiro-me ao folheto **O golpe de seu Gegê ou o choro dos deputados** que descreve os acontecimentos que antecederam o golpe de 1937 justificando o autoritarismo de Vargas que vetou as eleições que estavam previstas e “fechou” o congresso tirando o poder dos Deputados e Senadores pelo fato dos mesmos estarem sendo empecilho no governo de Vargas, sendo compreensível a atitude ditatorial de Getúlio aos olhos do poeta expresso nos versos de Zé Vicente (1937):

Estavam mesmo pensando
Que ficavam sempre assim,
Gozando a vida a vontade
Depois dum ato ruim;
Que a função de Deputado
Seguiria até o fim.

Porém a 10 de novembro
O seu Gegê deu o traço,
Pegou toda essa negrada
E fez virar em bagaço
Deixandoo tal de Congresso
Que nem calção de palhaço.

Depois do estado de sítio
Lá vem o estado de guerra;
Novo regime depois
Sobre o Brasil se descerra,
E Deputado não vale
Aquilo que o gato enterra
(VICENTE, 1937, p.12).

A capa do citado folheto, publicado em novembro de 1937 revela, através de um desenho a visão do poeta e a sua interpretação do golpe de Getúlio mostrando com certa naturalidade a sua ação ditatorial, chegando a chocar com o desenho que mostra Getúlio com “ar de satisfação” com um machado em uma das mãos tendo na outra mão a cabeça de uma mulher (que representa o congresso nacional), se esvaindo em sangue, que ele degolou. Um detalhe que chama a atenção é que a mulher tem em sua cabeça um baquete, numa clara associação a mulher que representava os ideais republicanos durante a revolução francesa. A capa em destaque mostra como as imagens podem ser muitas vezes ambíguas e polissêmicas. Paradoxalmente a mulher da capa representa o Congresso Nacional, e o ato de Getúlio, conforme consta nos versos do folheto não é visto como um atentado aos ideais democráticos, mas visto como, para colocar

fim à inoperância dos Deputados e afastar o perigo de mais uma “Intentona Comunista¹⁹”.



A ditadura Vargas é percebida por parte da população brasileira, inclusive por alguns poetas, de forma ingênua a ponto de, contrastando com o que entendem ser democracia, os mesmos chegarem a fazer apologia à ditadura Varguista, defendendo-a como uma experiência positiva a partir dos anos vividos sob a sua égide ditatorial. Vários folhetos foram escritos reproduzindo essa visão, tal como o folheto **Perigo de Revolução** que defende o retorno de Vargas (deposto em 1945 e eleito Senador no mesmo

19 Intentona Comunista foi o movimento ocorrido em 1935, em batalhões de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, onde partidários do comunismo tentaram um golpe militar para a conquista do poder. O movimento foi combatido e dominado pelas forças governamentais.

ano) ao poder sob pena de haver outra “revolução” nos moldes de 1930:

Nosso Brasil só prestou
Quando estava em ditadura
Porque com democracia
Morre gente em toda altura
A Paraíba é a primeira
Que só se fala em peixeira
Eu digo ninguém censura
(AREDA, 1950, p.7).

Para se legitimar, a ditadura Vargas fez uso intenso dos meios de comunicação. Como os fascistas, a administração Vargas demonstrava saber da importância dos meios de comunicação. Em 1937, bombardeada pela propaganda oficial, grande parte da sociedade parece ter recebido com indiferença o novo golpe chamado de Estado Novo e com alívio por ver afastado o perigo comunista. Aqueles que se opunham ao regime não contavam com muitos canais para expressar seu descontentamento, diante da intensa repressão. Para conquistar a opinião pública ainda, o governo se esforçou para mostrar um lado protetor, sobretudo dos mais carentes. Foi assim que anunciou, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), reunindo as mais variadas regulamentações sobre relações de trabalho feitas ao longo da ditadura Vargas. Com isso mantinha sob controle grande parte do operariado.

Criado por Vargas em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tornou-se o órgão responsável pela censura e veiculava os valores do Estado Novo. Mark Curran destacou o DIP como sendo: “[.] a primeira máquina sofisticada de propaganda na história do Brasil” (CURRAN, 2003, p.119). O DIP e outras instituições dominadas pelo governo procuravam associar traços, por vezes duvidosos, da personalidade do Presidente a supostas “virtudes” do povo brasileiro. Tais instituições funcionavam como

verdadeiros aparelhos ideológicos do Estado. O objetivo era formar uma imagem favorável do governo, de modo a conseguir o reconhecimento da sociedade. Em alguns períodos o DIP chegou a ser responsável por sessenta por cento (60%) dos artigos publicados em revistas e jornais por todo o Brasil. Era uma máquina de propaganda governamental como nunca se vira no Brasil. Marx já dizia que “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”, para os detentores do poder, não é interessante uma sociedade pensante, mas sim alienada e facilmente manobrável:

Uma sociedade crítica é uma grande ameaça à classe dominante, pois é muito útil aos que detêm o poder e os privilégios a existência de grande número de pessoas alienadas e ignorantes, para que sua ação dominadora e exploradora possa continuasse (GUARESHI, 2000, p.325).

Aos estudantes o DIP dedicava a produção de cartilhas cívicas com a imagem de Vargas e mensagens assinadas por ele, aparecendo como um redentor do País. Por meio de suas cartilhas o DIP transformou o aniversário de Vargas em efeméride escolar, de maneira que milhares de crianças lhe rendiam homenagens no dia 19 de abril (dia do seu natalício), que assim se tornava simpático às crianças. O dia 1º de maio, principal data do calendário dos movimentos operários, tornou-se marco para o governo Vargas, com a realização de inúmeras comemorações oficiais. Vargas conseguiu transformar o “dia do trabalhador”, que antes era um dia de protestos e lutas trabalhistas, em o “dia do trabalho”, sendo este um dia de festas e comemorações, ocultando e mascarando a exploração do trabalhador em detrimento da universalização da categoria trabalho, que aparecia agora dissociada da luta dos operários por melhores condições de vida. Vargas pretendia neutralizar a ação dos sindicatos e ganhar a simpatia do trabalhador.

No Rio de Janeiro, no estádio do Vasco da Gama, realizavam-se enormes desfiles e comícios, que contavam com discursos inflamados do Presidente. Muitas vezes, eram anunciados benefícios aos trabalhadores, como o salário mínimo e outras “benesses” neste dia se tornando tradição em governos posteriores que a exemplo de Vargas anunciavam “benefícios” aos trabalhadores, tais como o aumento anual do salário mínimo.

Entre os instrumentos utilizados para a idealização de sua imagem, estava o rádio, que tinha grande penetração popular. O DIP se dedicava à censura aos meios de comunicação. Nada (ou quase) escapava aos olhos atentos dos censores, que em 1942 chegaram a proibir a veiculação de 108 programas de rádio e 400 músicas, pelo “conteúdo nocivo “aos interesses da pátria, sobretudo as marchas de carnaval. Em 1940, a Rádio Nacional tornou-se estatal e principal responsável por fazer a ligação entre as regiões brasileiras. A “principal” atração era o programa “À Hora do Brasil”, criado por Vargas, que iria ao ar de segunda a sexta, no horário das 19 horas, permitindo ao povo ouvir as “novidades” da política e ouvir diariamente o seu presidente “falando com eles”, através de um jargão que ficou conhecido como - “trabalhadores do Brasil”. O poeta que também era ouvinte de “A Hora do Brasil” utilizava-se de sua arte para “romancear” e praticizar as medidas, e a imagem do governo Vargas, servindo como uma caixa de ressonância do getulismo, como podemos perceber nos versos de Raimundo Santa Helena, em **Getúlio Vargas e o Estado Novo**:

Plano Cohen na Hora do Brasil
37 na noite de setembro
Há 50 quaresmas mas me lembro:
No sertão vi um trem levar civil
Espingarda soldado e fuzil
Pois o Plano “previa” uma guerra

Nos planaltos, nas águas e na serra
“liderada então por comunista”
Alguém diz que foi farsa elitista
Militares tomaram mar e terra.
(SANTA HELENA, 1987, p.3).

O Cordel mostrou sua importância ao difundir valores e homogeneizar a imagem de Vargas como legítimo condutor do povo. Nos anos de 1930 a 1945 e principalmente depois de 1937, com a introdução das leis trabalhistas, Vargas se torna a principal temática do Cordel. Os poetas, aproximam seu público dos fatos nacionais e internacionais mais relevantes. Deixaram, assim, no imaginário desse grupo, “afastado” de todo o aparato propagandístico mobilizado pelo governo, a imagem positiva de Vargas. Como os outros meios de comunicação, os folhetos demonstravam que Vargas encarnava as prerrogativas de um bom líder, o sorriso, o carisma, a personalidade e toda a construção ideológica de Vargas colaborou para que parte da população não compreendesse o Estado Novo como uma limitação dos direitos civis. João Martins de Athayde reproduz em seus folhetos a imagem do “sorridente” e simpático Getúlio:

O que há de mais importante
Na vida do presidente
É que ele tudo resolve
Com um sorriso, calmamente,
Livrando sempre o Brasil
Da infame guerra civil
Que apavora nossa gente
(ATHAYDE, 1938, p.2).

Algumas “concessões” feitas aos trabalhadores foram continuamente lembradas nos folhetos, contribuindo para

a popularização de Vargas. A Lei de Férias, que é resultante da luta dos operários, de greves e de luta dos sindicatos e de movimentos sociais, foram apresentadas como ação de Vargas. Segundo os poetas, essas medidas protegeriam o povo de seus exploradores habituais. No folheto **A voz do maior brasileiro (o senador Vargas)** Manoel Pereira Sobrinho registra estas ações de Vargas:

Eu tratei de proteger
A causa do operário
Não possuía direitos
E tinha pouco salário
Além do pouco ordenado
Vivia todo humilhado
Feito o pior salafário

Criei o salário mínimo
Fiz a caixa de pensão
O abono de família
Para quem tem precisão
Protegi a classe pobre
Dei um acouxo no nobre
Sem dar nem satisfação
(PEREIRA SOBRINHO, 1950, p.2).

As medidas populistas de Vargas vão sobrepor-se ao seu autoritarismo e perseguição aos seus opositores de tal forma que os poetas defenderam Vargas, atribuindo a ele todas as conquistas sociais da época, passando incólume diante dos poetas a imagem do ditador Vargas. O Cordel repercutirá a imagem do Vargas deificado, no “pai dos pobres”, no “protetor dos humildes”, como se a história estivesse dividida em antes e depois de Vargas. Manoel Sobrinho assim destaca populismo de Vargas:

Quem deu esta lei ao pobre
Que antes não existia?
Por que só davam direitos
A quem tinha fidalguia?
Respondam meus compatriotas
A custa de sacrificios
Vos dei essa garantia

E por isso meus amigos
Todo rico me odeia
E eu não estou ligando
O pobre é quem me rodeia
Servi, sirvo e servirei
Amei, amo e amarei
E não farei cara feia
(PEREIRA SOBRINHO, 1950, p.4).

Os pronunciamentos de Vargas vão se transformando em linhas mestras de conduta e os intelectuais ligados ao regime se tornam intérpretes da nova ordem. Os poetas desenvolvem um papel parecido. Praticamente todas as ações políticas de Vargas são retratadas nos folhetos que tiveram tiragens nunca vistas. Naquele momento diversos grupos da população organizaram manifestações e se colocaram contrários aos opositores de Vargas. No Cordel não foi diferente. Os poetas relembavam as “concessões” que Vargas havia feito aos trabalhadores e sua imagem se construía como aquele que sentiu e respondeu aos apelos da população. Manoel D’Almeida em **Encontro do Presidente Tancredo com o Presidente Getúlio Vargas no Céu** cria um diálogo entre Tancredo e Vargas, no qual Vargas apresenta suas realizações:

Você sabe que deixei
O país passando bem

Criei as leis trabalhistas
E os institutos também
Para que o povo não fosse
Mais escravo de ninguém
(ALMEIDA FILHO, 1987, p.5).

Os poetas escreveram folhetos de praticamente todos os episódios da vida de Vargas, permitindo ao povo conhecer a sua biografia e acompanhar todos os seus atos de governo até a sua fatídica morte. É possível elencar folhetos que falem acerca da “revolução de 1930”, da revolta Constitucionalista de 1932, da “Intentona Comunista de 1935”, do Plano Cohen, do Estado Novo, das leis trabalhistas, sua saída do poder em 1945, a campanha “queremista”, sua volta ao poder “nos braços do povo”, em 1951, suas últimas medidas populistas e seu suicídio em 1954. O folheto registrou toda a trajetória de Vargas coincidindo à época, como sendo o tempo de apogeu do Cordel. O fenômeno editorial de Cordel acerca de Vargas, além da propaganda oficial do DIP, talvez se explique também pelo fato de que: “Na crônica cordeliana, ele simbolizou pela primeira vez a vitória dos pobres, historicamente dominados pela classe alta, tanto na extinta era da escravidão quanto na do governo oligárquico, que continuará a submeter a classe pobre rural” (CURRAN, 2003, p.112). O povo acostumado a sofrer na mão das classes oligárquicas dominante não conseguia perceber a ditadura e o autoritarismo nos atos de Vargas, relevando o fato do golpe de 1937, que é explicado por José Bernardo da Silva, em **A Entrada Triunfal de Getúlio Vargas em Recife** que diz:

Getúlio não é fascista
Nem também usurpador
E se deu aquele golpe
Que lhe fez um ditador

Foi para salvar a Pátria
Da miséria do terror
(SILVA, 1950, p.4).

Vargas também foi responsável por entregar Olga Benário (esposa de Luís Carlos Prestes) nas mãos dos nazistas para ser morta nos campos de concentração, mas com seu aparelho ideológico conseguiu a seu tempo, transformar a sua “real” imagem de ditador e perseguidor, em o “protetor do povo” tendo os seus atos brutais ignorados ou justificados por aqueles que consciente ou inconscientemente defendiam o “Pai dos pobres”. Vargas, soube manipular os sentimentos das massas, seus líderes políticos e militares. Curran lembra ainda que, Getúlio “[.] soube aprender, com o passado, que o brasileiro é pródigo em perdoar velhos erros; soube manobrar a política para formar novas alianças surpreendentes e fortalecer as antigas; enfim, soube fazer bem o jogo” (CURRAN, 2003, p.129). Getúlio foi deposto em 1945, mas sua imagem já estava consolidada. Em 1950 os poetas conclamam o povo a reconduzir Vargas ao palácio do Catete. Rodolfo Coelho em seu folheto **A Volta de Getúlio** assim se reporta:

Pode o porco ser granfino
Pode o pato não nadar
Pode o leão ser mofino
Pode o gato não miar
A galinha criar dente
Gente virar serpente
Mas Getúlio vai voltar
(CAVALCANTI, 1950, p.1).

O poeta Manoel D’Almeida filho assim convida os trabalhadores à sua missão de reconduzir o presidente ao poder:

Senhores trabalhadores
Vamos levar ao trono
Do Catete brasileiro
O mais elevado patrono
Das classes trabalhadoras
Que estão em abandono
(ALMEIDA FILHO, 1950).

Nem mesmo a forma trágica com que ele terminou sua vida, conseguiu ofuscar a sua imagem diante de um povo que em seu imaginário religioso acreditava ser o suicídio um pecado sem perdão que condenaria quem assim o praticasse. Dentro da classificação estudada por Durkheim, o suicídio de Vargas se enquadraria em suicídio altruísta, que ocorre quando um indivíduo está “integrado demais” a sociedade:

Uma vez que chamamos de egoísmo o estado em que se encontra o eu quando vive sua vida pessoal e só obedece a si mesmo a palavra altruísmo expressa o estado contrário, aquele em que o eu não se pertence, em que se confunde com outra coisa que não ele, em que o polo de sua conduta está situado fora dele, ou seja, em um dos grupos de que faz parte, por isso chamaremos de suicídio altruísta aquele que resulta de um altruísmo intenso (DURKHEIM, 2000, p.275).

Os laços sociais são muito fortes e ele valoriza mais a sociedade do que a ele mesmo. O suicídio altruísta é assim resultado, então, de um intenso altruísmo, fruto de um dever para com a sociedade, situando-a acima do indivíduo. É dessa forma que o suicídio de Vargas entraria para a história e o “imortalizaria”, como um Sansão que mesmo suicidando-se é visto como um herói que derrotou em sua morte os grandes inimigos do povo. Esta seria a imagem de Vargas consolidada após a sua morte. O suicídio de Vargas seria perdoado e ressignificado no Cordel, sendo ele por fim absolvido, conduzido ao céu e elevado à categoria de “santo” mediador. Vargas

saiu da vida, pelas suas próprias mãos, para entrar na história. A morte em 24 de agosto de 1954 foi, para ele, artifício da virtude. Talvez a sua “máscara” houvesse caído se ele não tivesse tirado sua própria vida, e cumprido o seu mandato, vindo quem sabe a ter sua imagem desconstruída pelos seus opositores. A morte virtuosa de Vargas é assim interpretada por Luiz Eduardo Soares ao interpretar o que poderia ter acontecido com Getúlio se ele não houvesse se suicidado vindo a se tornar um mártir aos olhos do povo:

Parecia condenado a descer do Palácio do Catete para fundir-se, virtualmente anônimo, às multidões solitárias. Antecipou-se ao golpe, golpeando-se a si mesmo, atingindo seu próprio corpo. Logrou, pelo seu suicídio, reviver politicamente e sobreviver a seus adversários. Voltou a individualizar-se, distinguindo-se como objeto da comoção nacional e ator do novo processo que desencadeou, enquanto agente produtor de fatos significativos e protagonista central de seus desdobramentos [...] (SOARES, 1993, p.153).

O poeta consegue com a morte de Vargas imortalizá-lo em seus versos, tornando-o mais popular e famoso após a sua morte, do que em vida. Um tremendo luto nacional, junto com sentimentos de choque e tristeza, é a matéria-prima poética. Em **A morte do Presidente Getúlio Vargas**, Minelvino diz:

A 24 de agosto
Quando o dia amanheceu
Um negro manto cobriu
Ligeiro o sol se escondeu
O mundo em peso chorou
Quando a notícia vagou:
Getúlio Vargas morreu!
(SILVA, 1954, p.1).

Como o suicídio era visto como um grande pecado ou crime, os poetas usaram do talento artístico para transformar o suicídio em um ato heroico, um último sacrifício pelo povo brasileiro. Orígenes Lessa registra a interpretação dos poetas sobre o fato: “Duas distinções sutis apresentam os poetas para explicar ou afastar o grave pecado. Uma ter morrido no posto da honra, para não se entregar, para não ser morto. Outra, para evitar derramamento de sangue, para salvar seu povo” (LESSA, 1973, p.127). Luiz Eduardo também registra a interpretação que o suicídio deixou para o povo: “O ódio do pai que abandona, suicidando-se, é transferido aos seus adversários, sobre os quais pesa o estigma do algoz. Getúlio sobrevive como referência central da própria história da nacionalidade, além do bem e do mal” (SOARES, 1993, p.154). Rodolfo Coelho Cavalcante, que foi o poeta que mais folhetos escreveu acerca de Vargas assim justificou o ato de Getúlio, no folheto **A Morte do Grande Presidente**:

Suicidou-se Getúlio?
não leitores, isto não!
mataram Dr. Getúlio
com a arma da traição
venderam-lhe e ameaçaram-lhe
ferindo seu coração
(CAVALCANTI, 1954, p.1).

Para imortalizar a imagem de Vargas os poetas o absolvem do suicídio e outorgam a ele um lugar especial no céu, coroando a sua missão “em favor dos pobres”. Cuíca de Santo Amaro assim registrou:

A alma de Getúlio
pediu licença e entrou
aos pés do onipotente
logo se ajoelhou

sorrindo o Pai divino
com a mão o abençoou
(SANTO AMARO, 1954, p.3).

A imagem e o mito de Getúlio se sobrepuseram à sua morte pela pena dos poetas que o imortalizaram e o promovem a intercessor e santo que mesmo no “além” continua a comandar e orientar os seus sucessores à frente da Presidência. O fantasma de Vargas permaneceria assim na memória coletiva por muito tempo sendo eleito como referência e trampolim de ascensão para aqueles que se julgavam herdeiros dos seus espólios políticos. Vários folhetos foram escritos narrando a sua apoteótica morte (suicídio) e sua ascensão aos céus com todas as honras ocupando um lugar de “santo”, intercessor que tal qual um deus grego interfere na vida dos mortais. Essa perspectiva revela indícios da característica da cultura política brasileira que enxerga o político como sendo um herói e salvador, um ser deificado transcendente. Os folhetos que tematizam Vargas demonstram como o povo brasileiro foi direcionado pelos meios de comunicação e da máquina de propaganda oficial que projetava na figura do governante as suas esperanças depositando no mesmo a responsabilidade do seu futuro subtraindo de si uma participação mais ativa enquanto construtor da realidade na qual ele está inserido.

O Cordel perdoou e justificou o suicídio de Vargas fazendo-o ascender ao céu, continuar a interceder pelo povo, aconselhou seus sucessores e os orientou em seus governos. O Cordel promoveu Vargas a anfitrião do céu promovendo muitos encontros entre este e outros políticos, dando continuidade, mesmo após a sua morte, o culto à sua personalidade. Foram muitos os políticos que buscaram a “benção” de Getúlio e foram ao seu encontro após a morte destes, a citar como exemplo os folhetos **Palestra de J.K. Com Getúlio Vargas no céu de Apolônio Alves, e Encontro do presidente Tancredo Neves com Getúlio Vargas no céu de**

Manoel de Almeida (1987). Vargas povoará o imaginário político até o golpe de 1964, voltando a cena em 1985 para respaldar a redemocratização (Diretas Já) e no governo Collor que simularia a política populista do mesmo. Vargas será considerado como o herói fundador desse Brasil moderno.

Não se pode afirmar que os poetas, ao escrever sobre Vargas e seus feitos apenas quisessem “agradar” ao governo, ou porque eram pagos para fazer, pois existem registros de folhetos que foram “censurados” pelo DIP, a exemplo do que disse Martins de Athayde ao queixar-se em 1944, cinco poemas teriam sido censurados. O fato é que o Cordel ajudou a construir e repercutir a imagem de Vargas para todo o Brasil, sendo este o seu personagem mais destacado. No entanto não devemos nos apressar em considerarmos os poetas como alienados e meros reprodutores da imagem oficial de Vargas, como se estes não tivessem consciência crítica. Ao tratar da complexidade da expressão popular explicitada pelo Cordel e sua variada e multiplicidade de interpretações percebemos que o poeta e seu público “resiste sem resistir” deve-se atentar para as palavras de Michel de Certeau que diz que: “sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiota. Na cultura ordinária a ordem é exercida por uma arte que é ao mesmo tempo exercida e burlada” (CERTEAU, 2003, p.19).

JK , JÂNIO E JANGO

Após o suicídio de Vargas o mito do político herói salvador entre outras características, sobreviveria no imaginário político brasileiro através do Presidente Juscelino Kubistchek (JK) dando novos contornos ao espetáculo da política. Em nossa pesquisa encontramos 28 títulos que tematizavam JK, dos quais 22 falavam de sua trágica morte. A julgar pela produção acerca de JK que destacou muito timidamente o seu governo em vida, percebe-se que

os cordelistas aguardavam que seu governo despontasse e favorecesse às classes populares tal qual o de Vargas, porém vê-se que JK não “empolgou” os poetas que apesar de todo esforço de promovê-lo ficou apenas como uma promessa que esperavam que desse certo. Outro fator que talvez explique a “frustração” com relação a JK, foi o fato do mesmo suceder²⁰ aquele que era aclamado pelo povo como “pai dos pobres” Getúlio Vargas, rendendo-lhe comparações que o minimizavam diante dos 19 anos de governo populista em detrimento dos seus 4 anos de mandato. Foi após a sua morte que a imagem de JK alcançou mais profundamente o público alvo do Cordel vindo a alcançar a dimensão de mito. Os poetas “esforçaram-se” no sentido de promover a imagem de JK fazendo-o subir triunfalmente ao céu. Os poetas idealizaram JK como discípulo e sucessor de Vargas, chegando a promover o encontro deles no céu, através dos folhetos: **Encontro de JK com Getúlio Vargas no céu** José Francisco Soares (1976) e **Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu** de Apolônio dos Santos onde o poeta descreve as medidas de governo, a troca de elogios entre ambos e o reencontro:

Juscelino sem demora
Deu-lhe um abraço apertado
Disse meu caro Getúlio!
Que prazer inesperado?
Pensei de não te ver mais
Isto a mim satisfaz
Estou emocionado!

20 Após o suicídio de Vargas em 1954, os meses que faltavam para completar o seu mandato, foram ocupados por Café Filho (seu vice que logo se afastou por causa de doença) , pelo presidente da Câmara do Deputados Carlos Luz e por Nereu Ramos que era presidente do Senado.

Getúlio muito educado
Abraçou ele também
Dizendo meu Juscelino
Do lugar que você vem
Todo povo te admira
Pois no mundo ninguém tira
O valor que você tem
(SANTOS, 1976, p.2).

A morte de JK, vítima de um acidente automobilístico, em 22 de agosto de 1976, foi explorada pelos poetas exaustivamente criando um clima de comoção e perda do estadista e contribuindo para a mitificação do mesmo. O poeta João José dos Santos no folheto **Vida tragédia e morte de Juscelino Kubistchek**, destaca em seus versos:

O Brasil decretou luto
Ao meio pau a bandeira
A tragédia que chorou
Toda nação brasileira
Com tristeza e desatino
Na morte de Juscelino
Kubistchek de Oliveira

Agamenon Magalhães
Em agosto se ultimou
Getúlio Vargas em agosto
Também se suicidou
Jk forte e disposto
Em vinte e dois de agosto
Um desastre lhe matou
(SANTOS, 1976, p.1).

A representação de JK no Cordel está atrelada à construção de Brasília, sendo destaque em quase todos os folhetos que versam sobre o mesmo popularizando e “imortalizando” a sua imagem associando-a à Capital Federal fortalecendo o mito de herói salvador. O poeta João Fernandes de Oliveira no folheto **A morte do saudoso Juscelino Kubstcheck** registra essa impressão em seus versos:

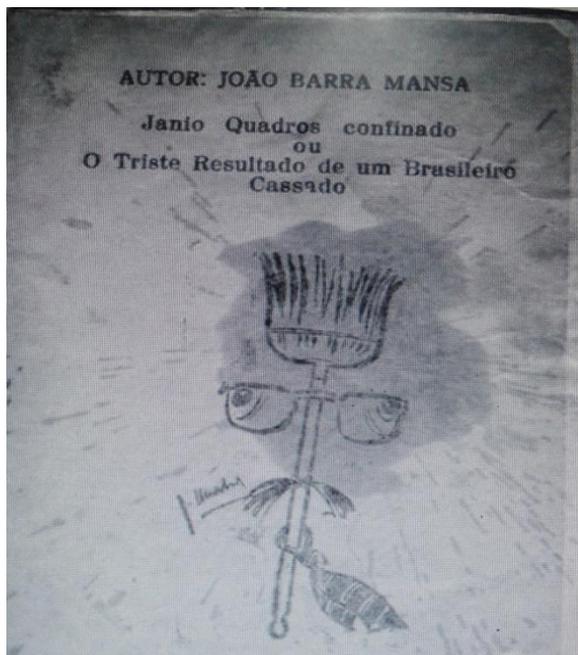
Fundou a grande cidade
A capital federal
Rica, bela e moderna
Do nosso tempo atual
Juscelino sempre foi
Um homem memorial

O Nordeste todo em peso
Sempre foi favorecido
Por que em sua legenda
Nunca ficou esquecido
Por isso agora enlutado
Clama muito entristecido

Uma das obras maiores
Que ele fez com viva voz
Foi a grande barragem
Do açude de Orós
E Brasília (capital)
Que trouxe orgulho para nós (OLIVEIRA, 1976, p.2).

O final do governo JK foi marcado por crises e acusações de corrupção, ambiente favorável para evocar novamente a figura do herói salvador que em seu “traje” traria como ícone uma vassoura que iria varrer a corrupção: Jânio Quadros, aparecia novamente como a esperança do Brasil. A carreira de Jânio foi meteórica

ocupando por São Paulo os cargos de Vereador, Deputado, Prefeito e Governador. Foi principalmente com o *marketing* da vassoura que Jânio ganhou os brasileiros e os cordelistas que passaram a promover a imagem do novo herói. A capa do folheto de João Barra Mansa é ilustrada através de um desenho que matiza o símbolo do herói Jânio: Uma vassoura criativamente trabalhada onde é possível identificar de forma satírica o rosto de Jânio que se mistura com o seu ícone que é a vassoura, tendo o cabo “vestido” com óculos, bigode e gravata, numa clara referência ao estilo “largadão” de Jânio que encenava em suas aparições públicas ligeiramente desajeitado, comendo sanduíche de mortadela e falando um linguajar popular identificando-se ao seu público ouvinte.



A imagem da vassoura de Jânio aparece nos folhetos em que o mesmo foi tema, trazendo para seu público a esperança de um governante que varresse a corrupção reconduzindo o País nos trilhos do

desenvolvimento e de um governo voltado para as causas populares. Jânio que pertencia ao partido da UDN conseguiu vencer as eleições com mais de seis milhões de votos o que representou na época um percentual de 48% dos votos, uma votação bastante expressiva se comparada ao seu antecessor JK que fora eleito com 36% dos votos, derrotando inclusive o Marechal Lott que era o candidato apoiado por JK. Jânio Quadros conseguiu em 1959 o feito histórico de se eleger Presidente do Brasil. A popularidade, sua vitória e sua misteriosa renúncia foram interpretadas pelo historiador Mark Curran como sendo resultado do mesmo fazer:

[.] uma campanha populista espetacular, que o mostrava pronto a “varrer a corrupção” do passado, vassoura na mão. Essa era a imagem que dele fazia o povo, e com ele os poetas de cordel, que foram enfeitiçados por seu carisma e suas promessas, e desiludidos com a mesma intensidade pelos eventos seguintes, inexplicados. Sem dúvida, foi um dos homens públicos mais pitorescos da época (CURRAN, 2004, p.155).

Os folhetos escritos na época descrevem toda esperança popular depositada no novo herói do Brasil, como exemplificado no folheto **Jânio Quadros a esperança do Brasil**, onde Antônio Teodoro dos Santos em plena campanha eleitoral descreve em seus versos o momento vivido pelo Brasil, a biografia contendo segundo sua visão as qualidades, atributos e propostas do Jânio e conclama ao seu público alvo que vote nele:

Temos um grande político
Que merece confiança
Dedicado aos estudos
Dotado desde criança
O Homem da Vassourinha
Do Brasil a esperança

O Brasil é bom país
Mas tem “rato e tem sujeira”
O brasileiro não usa
Do cangaço ou da trincheira
Porém tendo uma vassoura
Limpa a terra brasileira.

Jânio Quadros meu amigo
É um homem de valor
Trabalhou pelo Brasil
No cargo de professor
Do Estado de São Paulo
Foi um bom governador
(SANTOS, 1960, p.2).

Os poetas seguindo o ritual do mito do herói, destacam em seus versos quando falam destes a sua biografia enfatizando sempre algum acontecimento na vida do herói ou atributo que o diferencia dos demais homens. Quando já eleito os poetas apostavam que a vassoura de Jânio faria a diferença em seu governo e que ele atenderia às expectativas que foram criadas em torno dele. Rodolfo Cavalcante (1960) no folheto **O que Jânio pode fazer no Brasil** expressa em seus versos a esperança do povo:

Jânio Quadros em janeiro
Começa a casa arrumar
Ao depois ele vai vendo
O que pode consertar!
Pois o Brasil francamente
Não pode ir pra frente
Caso a VASSOURA falhar!

Eu creio que Jânio
Já há muito está ciente
Da miséria do Nordeste
Quanto sofre a pobre gente
Faz vergonha o ordenado
De qualquer um empregado
Neste salário indecente
(CAVALCANTI, 1960, p.1).

Jânio Quadros assume a Presidência em 1960 e faz um conturbado governo vindo a renunciar sete (7) meses depois frustrando o povo brasileiro que assiste o seu herói salvador abandoná-los em meio à crise. João Barra Mansa no **folheto Jânio Quadros confinado ou triste resultado de um brasileiro casado** interpreta em seus versos o sentimento popular diante dos acontecimentos:

Se lembra daquele tempo
Que não há de voltar não
O senhor pedindo voto
Pro dia da eleição?
E todo mundo gritando
Uns de vassoura na mão
Sonhando com o presidente
Que era homem independente
E progredisse a nação

E os votos que lhe demos
Isso não valia não?
Tanto valeu que o senhor
Biquíni e briga de galo
De uma só vez acabou
O povo não mais confia

Na sua insatisfação
Vai suportando essa vida
Sem a sua falação
(BARRA MANSA, 1960, p.5-6).

O GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR: O MITO DO EXÉRCITO SALVADOR

Após o governo de Jânio, o Brasil será novamente palco de crises que culminarão com a deposição do vice de Jânio, João Goulart acusado pelos militares de ser comunista. O Brasil sofreria assim um golpe militar que resultou numa ditadura (1964-1985). Os militares no Brasil, sobretudo o exército, tem sua história entrelaçada com o poder desde os primórdios da República quando a proclamaram em 1889 e assumiram o poder com os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto entre 1889 a 1894. Outros episódios que marcaram a participação dos militares na história foram a sua participação no movimento Tenentista de 1922 e 1924, na “Revolução” de 1930, como interventores (governando os Estados) no governo de Vargas e nos bastidores do poder organizando movimentos que endossavam ou se articulavam para depor governantes eleitos que os desagradassem (como foi o caso do movimento articulado para impedir a posse de JK em 1956). A participação de militares na presidência ou em outras esferas do poder permitiu que culturalmente se construísse um mito em relação aos militares a partir da imagem do exército como salvador e herói coletivo revelando assim uma instituição como sendo a salvação e não apenas o militar enquanto indivíduo. As Forças Armadas através da imagem construída de ser uma instituição caracterizada pela disciplina, austeridade, ética e do pensar coletivamente viria a ser lembrada em tempos de crise, pela população, como os eventuais salvadores das situações de crise contrapondo-se a políticos civis dados à prática da demagogia, tal como observa

Mendonça: “As Forças Armadas surgem assim como personagens coletivos formando um contraponto simbólico ao imaginário criado pelos políticos demagogos de massas” (MENDONÇA, 2002, p.39).

Através do golpe de 1964 os militares estabeleceram-se no poder apresentando-se como a salvação do Brasil na luta contra o comunismo e a demagogia política. Os militares através de um rígido controle institucional e da censura conseguem obter apoio popular para os seus governos ditatoriais calcados nas bases do imaginário político que enxergava os militares também como salvadores da pátria. O mito construído acerca dos militares ocorre dentro de duas perspectivas que se metamorfoseiam e se unificam na memória coletiva: “Alimentando a narrativa mítica do Exército salvador, duas imagens estarão presentes em diferentes momentos históricos: a salvação via soldado-cidadão e a salvação através da instituição militar” (MENDONÇA, 2002, p.30).

O Cordel compartilhou e legitimou em determinados momentos a ideologia que mitificava os militares, principalmente no combate ao comunismo. Os cordéis da época também foram vítimas da censura militar o que explica em parte a posição de alguns que rendiam elogios à ditadura. Os militares no poder governaram através de decretos suspendendo a liberdade de expressão, cassando políticos, fechando o Congresso e proibindo eleições através dos inquisitoriais Atos Institucionais (AIS). Os poetas tais quais todos os meios de comunicação da época, censurados pelos militares, chamavam o golpe de 1964 de “Revolução de 1964” e justificavam a intervenção militar como necessária para o momento. O golpe militar será enxergado por Zacarias Jerônimo da Costa (1976) no folheto **O valor da revolução** comparando como era a vida antes e depois do golpe e agradece às forças Armadas por salvarem o País e o reconduzirem no “caminho do progresso” reproduzindo e fortalecendo o mito do “Exército Salvador”:

Cada brasileiro deve,
Alma, vida e coração
Primeiro ao Pai supremo
Que nos dá a proteção
E a Maria imaculada
Com nossas forças armadas
Que fez a revolução

Eu morro dando valor
A quem nos deu garantia
Como o presidente Medici
Que lutou de noite a dia
Homem de bom coração
Ajudou o nosso pão
Com aposentadoria
(COSTA, 1976, p.1-3).

Nos folhetos escritos durante a ditadura os poetas, com algumas exceções, não conseguiam perceber o autoritarismo, a corrupção e as contradições do excludente governo dos militares, contribuindo com seus versos para manter o mito do “Exército Salvador” onde tudo era justificado como sendo necessário, legitimando assim a dominação. É perceptível nos folhetos o fato deles geralmente não discorrerem sobre o regime político e sim sobre os “feitos” dos Presidentes militares, havendo um silenciamento quanto aos feitos da sufocante ditadura. Sendo assim os folhetos sob o olhar escrutinador dos censores militares não traziam nenhuma crítica ao governo, principalmente os que foram produzidos entre 1964 e 1975.

Outra característica dos folhetos escritos durante a ditadura militar era o fato dos poetas ressaltarem sempre as medidas de governo como sendo fruto das benesses dos militares e não como sendo dever do Estado buscar o bem estar social do seu

povo. Muitos folhetos omitem a figura do Estado e personalizam na figura do General agradecendo por algum benefício concedido à população, chegando a dizer que algumas medidas de governo foram motivadas pela “caridade” dos governantes militares. Caridade esta que quase sempre é associada à religiosidade dos militares destacada nos folhetos contrastando com o ateísmo comunista. No folheto **Agradecimento dos velhos aposentados ao presidente da República**, José Antônio Torres, agradece ao presidente Geisel pela aposentadoria “dada” aos velhos e outras benesses para o povo brasileiro. O poeta chega inclusive a garantir o céu para o deificado e “bondoso” governante:

O Presidente da República
De alta capacidade
Caritativo dos pobres
Ama Deus e a verdade
E num coração daquele
Não pode ter falsidade

Ele olhando para os velhos
Com a idade vencida
Doente sem ter recurso
Faltando roupas e comida
Resolveu dar-lhe descanso
Para seu resto de vida

Para o lugar que ele vai
Está separado um canto
Onde moram as três pessoas
O Pai o Filho e o Espírito Santo
Nossa Senhora o envolvendo
Com o seu sagrado manto.
(TORRES,1978, p.1).

Outro folheto que evidencia a tendência de deificação dos militares legitimando a ideia de herói cidadão, onde o poeta além de personalizar o poder na figura dos Militares agradece aos mesmos por cumprir suas obrigações enquanto governante como se os mesmos não tivessem obrigações para com a nação e governassem caridosamente “dando” ao povo o que eles necessitavam. No folheto **O governo do Presidente Médici e os agradecimentos dos trabalhadores do Brasil**, Minelvino Francisco Silva destaca:

Foi a maior caridade
Que fez esse general
A todos esses velhinhos
De nossa terra natal
Deus que seja dele o guia
Pra recompensar um dia
No reino celestial .

Vivia o homem do campo
Sem pequena proteção
Pela lei complementar
Tem os direitos na mão
Agradecemos a Deus
E ao chefe da nação
(SILVA, 1974, p.4).

TANCREDO O MARTÍR SALVADOR E SARNEY À SUA SOMBRA

Depois anos de censura e falta de liberdade política, mas ainda vivendo sob a égide do regime militar algumas luzes bruxuleantes começam a resplandecer na luta pelo retorno à democracia. O período marcado pela crise econômica, pela anistia e conseqüentemente pelo desejo que outro salvador surja no cenário da política. O movimento pelas “Diretas Já” faz ressurgir

o ímpeto de grande parte da população que foi às ruas exigir o direito de escolher o seu futuro herói. Muito embora o desejo tenha sido frustrado pelo veto à lei do Deputado Dante de Oliveira que “decretava” o retorno das eleições para 1985, adiando-o para 1989, surge no cenário através de eleição indireta (decidida por um colégio eleitoral de votantes) o Presidente Tancredo Neves que consegue canalizar para si toda a projeção popular que se traduzia pelo desejo do retorno à democracia com eleições livres e um governo que olhasse para os problemas do País e as mazelas sociais, tal como observa Veríssimo de Melo ao defender que:

Naqueles idos agitados de 1984 e começos de 1985, o povo brasileiro encontrou seu mito de redenção na pessoa de Tancredo Neves. Ele sintetizava a solução que as classes sociais idealizavam para a salvação do País, com sua volta a normalidade democrática (MELO, 1986, p.10).

O Cordel acompanhou *paripassu* às evoluções táticas ocorridas no campo da política na luta pela redemocratização reacendendo o filão encomiástico do Cordel, a partir da vitória do Congresso elegendo Tancredo e Sarney para Presidente e vice. Mais de cem folhetos foram escritos sobre Tancredo que tornar-se-ia um mito. Acreditando que as mudanças e medidas que beneficiariam o país como um todo. A população se entregou ao sentimento de que mudanças ocorrem simplesmente através de decretos, que o herói salvador iria pôr em prática. Essa opinião popular com relação às mudanças com “toques mágicos” se refletiu nos folhetos produzidos à época tal como observa Curran quando diz que: “Os poetas de cordel espelharam a opinião das massas, influenciada pela mídia, e imaginaram que bastava acabar com a ditadura e ter um Presidente civil para que, de alguma

maneira e em algum tempo indefinido, os problemas políticos e econômicos se resolvessem” (CURRAN, 2003, p.213).

Nesse período de efervescência política os cordelistas registraram os acontecimentos e refletiram em seus versos a construção do mito do herói salvador Tancredo que transitou desde a sua biografia, sua vitória nas eleições indiretas para Presidente, sua *via-crucis* na luta contra a doença que culminou com sua martirizada morte no dia 21 de abril, coincidentemente o mesmo dia da morte de outro mártir mineiro Tiradentes. Os poetas contaram com a ajuda da mídia falada e impressa para fazer a cobertura dos acontecimentos, o que contribuiu com a riqueza de detalhes transformados em versos pelos cordelistas. A proeminência dada a Tancredo Neves e sua dimensão simbólica se deveu mais pela conjuntura política frustrada pela eleição indireta da época sufocada pela ditadura militar do que por méritos próprios, talvez se não fora Tancredo seria outro político que canalizaria o anseio popular por mudanças:

No primeiro momento, a inclinação pró-Tancredo, perceptível na opinião pública, foi antes negativa que positiva. Nada de identificação popular ou de magnetismo carismático; estamos longe do grande caso de amor da sociedade brasileira com seu quase Presidente (SOARES, 1993, p.154).

Após a eleição indireta de Tancredo, em 15 de janeiro de 1985, a imagem de herói salvador “começa” a ser engendrada visando a posse do mesmo em 15 de março de 1985, contando com toda a artimanha estratégica da propaganda midiática. O Cordel seguindo as notícias que eram veiculadas e devido à grande importância dada pela opinião pública à redemocratização do País, registrou um extraordinário crescimento da produção poética voltada para aquele que seria agora a encarnação do mito

herói salvador da nação. No universo de mais de 100 folhetos escritos sobre Tancredo, uma maioria foi produzido em 1985 quando o mesmo já estava eleito. Setenta e dois (72) folhetos trazem em seus registros a data de 1985 num universo onde trinta e cinco (35) não trazem nenhuma data (embora os títulos indiquem que a maioria foi escrita em 1985) e apenas três (3) obras foram escritas em 1984 que tratavam diretamente de Tancredo, o que indica que o crescimento e construção mítica do personagem Tancredo se deu entre, alguns dias que antecederam sua eleição perpassando pela expectativa de sua posse, as projeções de seu governo, culminando com sua doença e morte emblemática que abalou o país. No folheto **Vida e morte de Tancredo Neves o pai da Nova República** o poeta evoca um mito brasileiro de Minas Gerais para introduzir outro do mesmo lugar através de seus versos:

São João Del Rei do herói
Tiradentes imortal
Minas celeiro de bravos
de escalas sem igual
agora dá mais um mártir
para a história nacional

Refiro-me ao cidadão
Tancredo de Almeida Neves
Esperança de um povo
Que vive de fome e greves
Quando tem sonhos bons
Que de tão utópicos são breves
(AMANCIO, 1985, p.1).

Grande parte do povo brasileiro tinha expectativa de que a partir do momento que Tancredo assumisse o governo traria

redenção ao País e o reconduziria no caminho do desenvolvimento. Esse anseio popular foi registrado por Amancio (1985, p.1) no folheto **Vitória de Tancredo e o fim da ditadura** através de seus versos que dizia:

O doutor Tancredo Neves
Homem muito experiente
Pelo que diz e o que faz
Deixa esperança na gente
Na história da nação
É uma transformação
Ele como presidente

Ele fez sua campanha
Sem precisar de acinte
Garantiu em praça pública
Trazer a Constituinte
Num jeito forte e viril
Vai colocar o Brasil
Nos planos do século vinte.

O Presidente Tancredo, às vésperas de assumir o poder, foi acometido por uma enfermidade que o fez convalescer por 39 dias entre 7 cirurgias, infecções e transfusões de sangue para finalmente vir a falecer em 21 de abril de 1985. O Brasil acompanhou toda a *via crucis* de Tancredo que era a todo instante informado e atualizado de forma melodramática pelos meios de comunicação fazendo com que a população se tornasse profundamente identificada e sensibilizada com o sofrimento e luta de seu líder maior. A ampla divulgação dos fatos e a conjuntura política da época contribuíram para que no imaginário político fosse formada a imagem de Tancredo como salvador do país, sendo assim o cotidiano do calvário vivido por ele, permitiu que fosse tecido simbolicamente

o mito do herói salvador que entraria para a história como sendo um salvador que tal qual Jesus que se sacrificara pela humanidade, semelhantemente com o seu sofrimento vicário e morte sacrificial imolava-se visando a redenção do Brasil pondo fim às “trevas da ditadura”, fazendo ressurgir a esperança de dias melhores para todos. Os poetas produziram dezenas de folhetos descrevendo os acontecimentos legitimando a imagem arquitetada. Os poetas logo se apressaram em comparar a figura do Tancredo a de Jesus, como fica demonstrada no folheto **A volta de Tancredo ao governo:**

No dia 14 de março
o Brasil todo se preparou
pra receber aquele homem
que vai governar como Cristo reinou
repartindo o pão pra quem não tem
como Cristo fez e pregou!
(CASADO, 1985, p.4).

Em seguida o poeta começa a descrever o longo “calvário” vivido por Tancredo:

Mas na madrugada fluente
a imprensa noticiou
que naquela noite corrente
Tancredo às pressas se operou
de uma úlcera da peste
que o Brasil não se conformou
(CASADO, 1985, p.4).

A associação de Tancredo à figura de um salvador se tornou, a partir de então, consolidada no imaginário político nacional e sua doença, sofrimento e morte foram espetacularmente exploradas pela mídia e pela Literatura de Cordel reproduzindo em

seus versos a ideia de Tancredo deificado como o “messias” e redentor do Brasil, dando a sua libertação como certa. O martírio de Tancredo e a repercussão dramática de seus últimos dias são interpretados por Soares da seguinte forma:

Tancredo é capturado pelo código do martírio, em que a vítima sacrificial purga os pecados do mundo e abre espaço para a redenção da humanidade decaída. A agonia do mártir é acompanhada por todo o País, através da mídia (SOARES, 1993, p.159).

Mais de 70 títulos foram dedicados à construção imagética do martírio de Tancredo descrevendo as minúcias do seu sofrimento e a impressão popular dos acontecimentos que culminaram com a sua morte vicária, a exemplo do folheto **Tancredo mensageiro da esperança** de Elias Carvalho:

Tancredo, nosso messias
Com seu poder varonil,
Se entregou de corpo e alma
Contra esse sistema hostil
Que flagelou nosso povo,
E libertou o Brasil
(CARVALHO, 1985, p.1).

A afirmação de Tancredo enquanto herói e salvador quando este lidou com a morte, se construiu imageticamente a partir de duas figuras mitológicas que à sua semelhança encontrou a morte em momentos marcantes da história nacional. Os personagens foram o mineiro, Tiradentes e o gaúcho Getúlio Vargas identificados como mártires que foram ou se deixaram imolar pelos ideais da redenção do País, segundo o imaginário político nacional, tal como observa o poeta em seus versos:

Era um dos episódios
Das horas tristes e amargas
Dos mártires da nossa História
Estradas longas e largas
Trilhadas por Tiradentes
Tancredo e Getúlio Vargas
(CARVALHO, 1985, p.6).

A construção do mito do “Salvador da pátria” subsistirá após a morte de Tancredo que será transportado pelos cordelistas para o céu, onde a crença popular reza que irão os “bons” após cumprirem sua missão aqui na terra. Tancredo é recebido por aquele que segundo creem é o “porteiro do céu”, que é o São Pedro segundo o credo católico. Tancredo sendo recebido no céu por São Pedro foi retratado artisticamente pelo xilógrafo Erivaldo na capa do folheto abaixo, **O encontro de Tancredo Com São Pedro no céu**, onde mostra Tancredo chegando sobre nuvens, num mesmo plano que Pedro, vestido com um terno (típica vestimenta dos políticos) e sendo bem recepcionado com um aperto de mão da parte de São Pedro, onde demonstra-se claramente através da imagem a crença popular entranhada no nosso imaginário místico:



O folheto acima ilustrado trata de forma satírica como se teria dado a chegada de Tancredo ao céu. O poeta mesmo tratando da ascensão aos céus do mito Tancredo, não perde a sua veia satírica aproveitando para expressar o pensamento popular acerca da corrupção reinante no Brasil e o momento de insegurança e expectativa com relação ao governo de Sarney. Tancredo em sua chegada trava um diálogo com Pedro informando-o do que estava acontecendo no Brasil, da política desenvolvida pelo seu sucessor José Sarney e seus planos econômicos que não estavam surtindo o efeito desejado. O poeta ainda ressalta que Tancredo ao morrer se livrou de um grande problema que foi herdado pelo seu sucessor e que agora ele estaria melhor do que quando estava no Brasil, que segundo São Pedro, estava cheio de corrupção conforme destaca em seus versos:

Além disso você tem
um bondoso coração
não podia ficar lá
que só tem corrupção
e governar um país
que está assim de ladrão
(PANDEIRO, s.d., p.2).

O poeta faz referência aos planos econômicos do governo Sarney que pareciam não estarem dando certo, mostrando certa impaciência e descrença no legado deixado, porém ele isenta Tancredo de qualquer participação na corrupção e desmandos econômicos e sociais deixando a responsabilidade sobre o seu sucessor Sarney:

Tancredo disse: São Pedro
eu como não quis roubar
preferi deixar a terra

e vir para o céu morar
lá deixei José Sarney
se lascando em meu lugar

Tancredo disse: eu aqui
estou livre do sururu
daquele Brasil de briga
de rato e urubu
eu quero é que eles todos
morram tomando pitú
(PANDEIRO, s.d., p.3-8).

A figura de Tancredo, além de promovida ao céu encontrar-se-ia com outros políticos que da eternidade ainda orientavam e influenciavam os destinos da nação conforme os versos dos cordéis que promoveram o encontro de Tancredo com outros ícones consagrados pelo imaginário popular tal como Tiradentes, Vargas, Juscelino e padre Cícero. Os poetas promoveram Tancredo a santo, a intercessor chegando a atribuir a ação de milagres matizando assim a imagem messiânica do ideário popular:

Ungido pela graça suprema de sintetizar as dores do mundo e expiar os males que as originaram (dolorosa graça), a personalidade de Tancredo Neves é alçada, pelo imaginário popular, a categoria da santidade (e os santos são, não nos esqueçamos, imitações de Cristo) (SOARES, 1993, p.162).

O espetáculo de dramaticidade que envolveu a morte de Tancredo e a construção do mito chega ao ápice no Cordel, quando os poetas o elevam à categoria de santo e intercessor do

povo, onde mesmo estando morto estaria simbolicamente vivo através de outros personagens que partiram antes e estariam juntos no céu “trabalhando” pelo bem-estar da nação. A morte “uniu” Tancredo a outro mito que encontrara com a morte: Vargas. Tancredo, enquanto Vargas era vivo, recebeu uma caneta de presente. O objeto caneta simbolicamente representava a herança deixada de “salvador para salvador”:

Tancredo herdou a caneta de Vargas e se manteve fiel até a hora final de seu comandante; além disso, estendeu a fidelidade a própria biografia, reeditando a fusão sacrificial do indivíduo com o cargo, do ser privado com a função pública. Por sua agonia, Tancredo encarnou os valores públicos, trazendo-os para o domínio da privacidade, sobrepondo-os ao corpo e a vida (SOARES, 1993, p.162).

Tancredo após sua morte permaneceu vivo no imaginário popular onde os poetas promoveram a sua entrada no céu com todas as honras, bem como o encontro com outras personalidades que povoaram o imaginário brasileiro, tais como Tiradentes, JK e Vargas. Os poetas atribuem a Tancredo, o poder de interferir no mundo dos vivos, enviando mensagens e cartas a outros políticos com o fim de orientá-los a dar seguimento ao que o mesmo idealizava para o Brasil a partir da chegada de um Presidente civil no poder. Também não faltaram folhetos que deificaram Tancredo perpetuando seu mito concedendo-lhe atributos de interceder e “obrar” milagres em benefício dos fiéis. O folheto **Os milagres de São Tancredo** apresenta Tancredo como sendo um santo que intercede pelo povo, faz milagres e que inclusive foi canonizado pelo papa. O folheto registra as supostas curas de várias pessoas tais como paralíticos, cegos, surdos e mudos. O poeta destaca o “são” Tancredo dizendo:

O Brasil até que enfim
terá o seu grande santo
o homem que deu exemplo
é por isso que aqui canto
o católico Tancredo
é digno desse manto

Está registrando o fato
do milagre que ocorreu
os jornais e as tevês
viram tudo que se deu
confesso meu São Tancredo
já sou um devoto seu
(PESSOA, 1987, p.1-2).

Gonçalo Ferreira também promove Tancredo à categoria de santo no folheto **Morreu são Tancredo deixando o Brasil de luto**, destacando o novo *status* do político alçado à condição de santo intercessor:

Hoje São Tancredo Neves
desmaterializado
pede a Deus pelo seu povo
e pelo Brasil amado
nos provando o quanto é
espiritualizado

Herdou de Getúlio Vargas
uma caneta dourada
com que a carta-testamento
foi escrita e assinada
e com a morte de Getúlio
a carta ao povo legada
(SILVA, 1985, p.6-7).

O Cordel promoveu a imagem do “salvador” Tancredo que não se contivera em apenas estar no céu, teria que interferir nos próximos governos de maneira “sobrenatural” através de mensagens do além que alimentavam a esperança do povo que fora às ruas na euforia de viver uma democracia plena e ser governado por um político que os redimisse. O Cordel promoveu o encontro de Tancredo com o seu sucessor José Sarney e também com os constituintes que tinham a missão de elaborar uma constituição que contemplasse os anseios da população brasileira. Gonçalves Ferreira escreveu o folheto **Carta de Tancredo Neves aos constituintes** onde do além Tancredo orientava e exigia dos Deputados celeridade na elaboração da Constituinte:

Cuidem com sabedoria
Desta Constituição
Mas não gastem tanto tempo
Comendo tanto feijão
Por conta da miserável
Da pobre desta nação

Eu falo para os senhores
Do céu, mas mineiramente,
Fiz muito bem em morrer
Antes de ser presidente,
E por favor, não me façam
Voltar ai novamente
(SILVA, 1987, p.3-8).

Depois da morte de Tancredo o Brasil passa a ser governado por José Sarney, de quem vivendo à sombra de Tancredo, esperava-se que colocasse em prática o que fora prometido durante a campanha pelas “Diretas-Já” e quando da eleição indireta para Presidente. Na conjuntura política em que Sarney foi lançado à condição de Presidente pairava um clima de esperança

e expectativa, em função da imagem mítica de Tancredo. No imaginário popular Sarney era discípulo de Tancredo que daria continuidade ao projeto sonhado para o Brasil, como podemos perceber nos versos do folheto **Campanha, vitória e morte do Presidente Tancredo**:

Tancredo Neves enfrentou
Uma campanha acirrada
Discursou pra multidões
Foi dura a sua jornada
De mãos dadas com Sarney
Começou a caminhada
(BEZERRA, 1985, p.1).

Sarney, era uma figura secundária no espetáculo protagonizado por Tancredo. Acreditava-se que Sarney colocaria em prática tudo que supostamente fora articulado por Tancredo. O governo Sarney foi seguido pela sombra de Tancredo, visto apenas como coadjuvante, pois a imagem de salvador foi legada à época à figura de Tancredo, se o seu governo agradasse à nação os méritos seriam todos de Tancredo, porém se naufragasse na insatisfação popular a culpa em sua totalidade seria atribuída a Sarney. O que ocorreu é que no conjunto da ópera o governo de Sarney com seus sucessivos planos econômicos foi um fiasco sendo este responsabilizado pelo fracasso e mantida intacta a imagem messiânica de Tancredo. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais Sarney não teve a sua imagem simbolicamente associada a mais um salvador que redimiria o povo brasileiro, muito embora o mesmo haja adquirido capital simbólico suficiente para eleger-se sucessivamente até 2015 ao cargo de Senador da República. A expectativa em Tancredo, que levantou a autoestima do brasileiro, seguiu-se um sentimento de decepção a partir do governo Sarney, tal como atesta Luiz Eduardo:

[.] Tancredo ofereceu-nos, *in absentia*, as condições para a redenção da sociedade brasileira, reforçando sua autoestima e suas ainda frágeis convicções democráticas. Inútil lembrar que o legado promissor foi dilapidado pelos herdeiros políticos e que as sucessivas decepções populares produziram o estado de espírito melancólico, depressivo e apático, determinante da antipaixão pelo espaço público e pela política, que qualifica, hoje, a face subjetiva da crise brasileira (SOARES, 1993, p.163).

O Cordel registrou toda a euforia do início do governo Sarney perpassando pelo desencanto e decepção experimentada pelo passar dos anos de governo, impulsionados pelos resultados negativos, o que novamente lançou no imaginário popular a convicção que “este não era o salvador que esperávamos”, reeditando mais uma vez o percurso seguido pelos proselitistas messiânicos que consiste em alimentar a esperança de salvação em meio ao caos da realidade vivenciada pelos mesmos. Inicialmente o governo Sarney é tratado pelos poetas com expectativa. O primeiro plano econômico de Sarney apelidado de Plano Cruzado, trazendo entre outras medidas o congelamento de preços e a mudança da moeda de cruzeiro convertida a cruzado. As medidas iniciais trouxeram grande esperança e euforia para o povo, sentimento este que foi compartilhado pelos poetas que endossavam as medidas iniciais do governo. Cronologicamente o otimismo em relação ao governo teve duração de pouco mais de um ano, como pode ser visto no folheto **I aniversário do governo do Presidente Sarney** onde o xilógrafo Marcelo Soares apresenta Sarney ajoelhado com mãos erguidas, como que rezando e agradecendo aos céus pelo “sucesso” do seu primeiro ano de governo. No folheto citado o poeta descreve as medidas do Sarney para trazer melhorias para a população ao longo do primeiro ano do seu governo:

Fevereiro a vinte e oito
Mais um passo agigantado
Deu Sarney a fim de ver
O Brasil desafogado
Da inflação prevendo a queda
Fixou a forte moeda
Conhecida por Cruzado
Ficando daqui pra frente
Todo preço congelado
(BARROS, 1986, p.9).



Após um ano de governo os problemas crônicos da nação reaparecem através da ineficiência dos planos econômicos do governo fazendo a população, que acreditara e até se tornara “fiscais do Sarney²¹”, decepcionar-se ao perceber que após as elei-

21 Referência aos cidadãos que no ano de 1986 foram às ruas contribuir com o governo fiscalizando o congelamento de preços promulgado por Sarney através do plano Cruzado.

ções de 1986 para Deputados, Senadores e Governadores onde a maioria dos aliados de Sarney elegeram-se, o governo “afrouxara” em suas medidas deixando claro que era um plano eleitoreiro. Os poetas em vários folhetos traziam a impressão popular do momento vivido. Na capa do folheto **Novo pacote depois da eleição - foi traição**, o xilógrafo Marcelo Soares, através de sua arte denuncia quando ocorreu a grande ruptura popular em relação à confiança do povo em Sarney. A xilogravura mostra um cidadão caminhando num ambiente de paisagem desértica, carregando em sua cabeça um “pacote de maldades”, ilustrando assim o “peso” que o povo começou a carregar e que foi posto em sua conta após as eleições de 1986.



O folheto **O pesadelo da casa imprópria** registra a insatisfação com relação a Sarney em razão do descalabro inflacionário e pelo sucessivo insucesso de seu governo:

Eu não vou mais se calar,
Só pra ganhar a eleição
Só mudou mesmo de lado
Pra não perder a mamata
E veio com essa cascata
Do tal de Plano cruzado
Foi o mesmo que passar
Cansei de ser enganado!

Vaselina na moçada
Esse poeta Sarney
De bandeja, de barbada
Não é a toa que o danado
Desfilou de braço dado
Vinte anos com a milicada.
(SANTA MARIA, 1987, p.1).

Depois de quatro planos econômicos, de quatro mudanças no Ministério da Fazenda e com uma inflação anual de 1764,87%, o governo Sarney chega melancolicamente ao final em 1989, sem deixar saudades e desacreditado por aqueles que no início de seu governo trabalharam a seu favor como “fiscais de Sarney” e recebendo muitas críticas dos poetas que de apologistas transformaram-se em críticos contumazes de Sarney registrando assim o seu vertiginoso desgaste. Gonçalo Ferreira que no início do governo escrevera vários folhetos elogiando o Presidente a exemplos dos folhetos **O cruzado que derrubou a inflação, Muita sarna na sarneira de Sarney e o Brasil da nova República: o farol do terceiro mundo**, em face dos acontecimentos decepcionantes escreveu o folheto **Procura-se um presidente para o lugar de Sarney** onde criticava profundamente sua política econômica e seus anos de governo, clamando pela sua saída e externando a sua decepção:

José Ribamar, poeta
Desconhecido da gente
José Sarney conhecido
Presidente incompetente
Promessa de Brasil forte
Porem promessa somente

Não foi somente o desastre
Do velho plano cruzado
Esperança do Brasil
E que resultou frustrado
Mais que isso um presidente
Incompetente e acomodado
(SILVA, s.d., p.2).

O quadro de hiperinflação no final de 1989 marcou a campanha eleitoral daquele ano com os 22 candidatos à Presidência declarando ser oposição ao impopular Sarney. Essa seria a primeira eleição direta para Presidente depois de 29 anos. O cenário de representação política da época apontava novamente para a esperança popular em um salvador, que pelo motivo de ser o primeiro presidente eleito pelo voto popular (após a ditadura militar), este seria o escolhido para redimir o Brasil. Lamounier chamou essa esperança de “messianismo de 1989”, observando que a época havia:

[.] a crença generalizada de que a eleição direta, só por ser direta, “a primeira após 29 anos”, devolveria ao sistema político o *quantum* necessário de governabilidade, possibilitando o imediato equacionamento das questões pendentes na agenda pública (LAMOUNIER, 2005, p.193).

COLLOR: “O CHARMOSO SALVADOR DA PÁTRIA”

Entre os candidatos que disputaram as eleições presidenciais em 1989, Fernando Collor de Melo construiu junto ao povo, com a ajuda da mídia (principalmente da Rede Globo), uma imagem de herói e “salvador da pátria”, fazendo a população acreditar novamente que o “messias” estava entre eles e que iria redimi-los conduzindo-os à “terra prometida”, fazendo-os esquecer do passado de orfandade. A imagem formada pelos brasileiros diante do decepcionante governo Sarney e a desconfiança nos políticos faz ressurgir antigos espectros e velhas práticas que voltam a aterrorizar, promovendo um clima propício para o surgimento de um novo herói salvador.

Collor recém-eleito Governador do Estado de Alagoas em 1986, começa a se projetar nacionalmente a partir de fatos ocorridos no início de seu governo e que ganharam repercussão nacional. As notícias davam conta do surgimento de um Governador que se negara a compactuar com a corrupção no funcionalismo público negando-se a pagar os altos salários de funcionários que ficariam conhecidos como “marajás” e “fantasmas”. O surgimento de Collor no cenário político de Presidente da República se deu de forma estratégica e previamente pensada visando aproveitar o “vácuo” (vazio) do salvador: “suas ações mostram o avançado nível de planejamento da campanha e como ele soube aproveitar o momento pelo qual o país passava, criando fatos de grande impacto social que asseguraram sua eleição” (COSTA, 2006, p.275).

Collor soube tirar proveito do aparelho midiático, principalmente através do espetáculo televisivo com extraordinário poder de criação de fatos e discursos que estrategicamente explorados possibilitaram a promoção de sua imagem como sendo resposta a expectativas messiânicas dos brasileiros em 1989. A divulgação

da imagem de Collor começou a ganhar fôlego a partir da ostensiva propaganda que as suas empresas de comunicação faziam acerca de sua pessoa. A família Collor de Melo em Alagoas era proprietária da TV Gazeta, Rádio Gazeta AM, Rádio Gazeta FM, Jornal Gazeta de Alagoas e da gráfica Gazeta de Alagoas. A TV gazeta era afiliada da Rede Globo e foi “coincidentemente” a Globo quem projetou nacionalmente a imagem do “Governador caçador de marajás”, em 02 de abril de 1987 transformando-o no mais performático político nacional trabalhado pela mídia, permitindo a Collor acumular significativo capital político que alavancaria seu discurso de combate à corrupção e de governar para os “pés descalços” e para os “descamisados”. A capa do folheto **O colorido de Collor que a Globo nunca mostrou** destaca de forma crítica através da xilogravura de José Costa Leite o mote performático televisivo dado a Collor na Rede Globo, retratando a imagem de Collor tendo sua cabeça dentro de uma TV identificada como estando no canal da Rede Globo, onde o mesmo aparenta estar em uma tribuna a discursar vestido de um terno que traz as letras indicativas dos partidos que no momento lhe davam sustentação política sendo eles: PRN, ARENA, PMDB e PDS.

A imagem da capa e os versos do folheto editado em julho de 1989 (três meses antes da eleição) descrevem o que, segundo Ismael Gaião da Costa, a Rede Globo de televisão não teria mostrado a respeito de Collor quando em diversos programas e reportagens fez apologia ao candidato. O poeta denuncia em seus versos que a Globo liderava um esquema para promover a eleição de Collor à Presidência da República e que ela omitiu informações a respeito do verdadeiro intento de Collor destacando que:



Desde bancos nacionais
deputados e prefeitos
até multinacionais
querem que ele seja eleito
mas a grande rede Globo
que faz o povo de bobo
é o seu maior padrinho
pois Collor na presidência
vai aumentar a potência
de seu Roberto Marinho
(COSTA, 1989, p.2).

O espaço midiático que ajudou a construir a imagem de Collor como “salvador da pátria” ganhou proeminência com a Globo, mas depois foi endossado por outras emissoras de

televisão de empresários que, tal como Collor, eram do ramo das comunicações. O proprietário do sistema Globo, Roberto Marinho, deixou claro em uma entrevista no dia 27 de julho de 1989, ao Jornal Folha de São Paulo seu apoio ao Collor dizendo: “Eu vou influir o máximo possível a favor dele. Procurarei ser um homem consultivo, a favor de um Brasil melhor” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989, p.13). O SBT, emissora de propriedade do Silvio Santos também cedeu espaços em sua programação para a projeção do presidenciável Fernando Collor, contribuindo assim com a divulgação de sua imagem conforme o poeta atesta em seus versos:

Collor é proprietário
de rádio e televisão
mas vejo que empresários
vivem sempre em comunhão
porque o S.B.T.
que sempre quis ser poder
também entrou no “complô”
levando Collor pra “Praça”
pra “Hebe” que é sem graça
e pro programa do “Jô”
(COSTA, 1989, p.2).

Nem todos os poetas defendiam a candidatura de Collor e acreditavam no discurso midiático que era veiculado, denunciando-o como sendo na verdade, um engodo e relembrando que ele estava em defesa dos interesses das classes dominantes e que ele estivera ao lado da ditadura, tendo sido indicado como prefeito biônico e que como parlamentar em 1985 votou em Maluf na eleição indireta para Presidente, não se constituindo assim “o novo” ou “o diferencial” na eleição presidencial de 1989:

Collor quer ser novidade
no meio dos concorrentes
mas veja que na verdade
seu passado não consente
antes de ser deputado
foi prefeito nomeado
do falido P.D.S.
foi colega de Sarney
disso eu também sei
e quem sabe não esquece
(COSTA, 1989, p.3).

Não obstante haver poetas que eram contrários à eleição de Collor refletindo assim a desconfiança de uma grande parte de eleitores, havia por sua vez muitos poetas que defendiam Collor apresentando-o como o “novo salvador” do Brasil. O mito Collor se fundamentava sobre dois pilares, que eram a “caça aos marajás” (pelo fato de supostamente ter combatido o nepotismo, os super salários do funcionários públicos em Alagoas) e “governar para os pés descalços e os descamisados”. Quase todos os folhetos pesquisados, que defendiam a eleição de Collor, abordaram estes dois aspectos que popularmente faziam as pessoas acreditarem que este seria o salvador. Alguns destes folhetos foram feitos por encomenda, tal como o folheto de José Bezerra de título **Collor Presidente, vice Itamar**, escrito já no segundo turno das eleições e que exaltava o candidato, falando exclusivamente dele e de suas promessas:

Sendo assim, eu voto nele
vota mesmo? Confirmado
governou com brilhantismo
Alagoas seu Estado,
se lembre dos marajás?
seu poeta estou lembrado
(NETO, 1989, p.1).

O combate à corrupção através da caça aos marajás se tornou o mote explorado em toda a mídia e parte dos poetas em consonância com o tema, passaram a tocar esta nota, como podemos ver no folheto **Discussão de Collor de Melo com Brizola**, onde Gonçalves simula um encontro entre os dois presidenciáveis que terminou com um debate entre eles. O poeta “conduz” o debate demonstrando simpatia por Collor e antipatia por Brizola. O tema da caça aos marajás que era o carro chefe da campanha do “salvador” Collor que iria limpar a nação da sujeira da corrupção não ficou de fora:

Embora Collor de Melo
ame a verdade e a paz
ficou conhecido como
um perseguidor voraz,
um caçador implacável
do mais que indesejável
elenco de marajás
(SILVA, 1989, p.1).

Collor na construção de sua imagem se utilizou também do sentimento religioso dos eleitores. O cenário para gravação de sua propaganda eleitoral trazia ao fundo a imagem da padroeira do Brasil, Aparecida, sendo alternado pela imagem do papa e do monge Frei Damião (que era vivo na época e considerado o sucessor do Padre Cícero). No uso do sentimento religioso, Collor em campanha visitou a cidade de Juazeiro do Norte, cidade símbolo da devoção nordestina ao Padre Cícero. A religião foi explorada por Collor em seus pronunciamentos principalmente por ocasião da disputa no segundo turno das eleições contra o Lula, onde estrategicamente Frei Damião foi visto em companhia de Collor e subiu nos palanques por ocasião de alguns comícios no Nordeste. Collor queria demonstrar através deste gesto que contava com o apoio e as bênçãos do “santo” para chegar ao poder. Collor anunciava-se

como praticante do Catolicismo com objetivo de contrastar-se ao Lula do Partido da estrela vermelha (PT) que era associado por sua vez ao vermelho do comunismo que segundo acreditava-se defendia o ateísmo e era avesso ao sagrado. Collor assim ao usar ícones religiosos intencionava mostrar-se como sendo o representante de Deus no poder em contraste como o ateísmo comunista que era imputado ao PT. Collor “apresentava-se” como o santo guerreiro contra os dragões da maldade (comunismo e ateísmo). Os cordelistas registraram o uso da imagem de frei Damião por parte de Collor visando um fim eleitoral como podemos exemplificar através do folheto de José Honório da Silva de título **Vida e morte de Frei Damião: missionário do Nordeste** onde descreve a biografia do frei destacando o uso que Collor fez de sua imagem:

Fernando Collor de Mello
concorrendo a presidência
soube bem tirar proveito
dessa sua benevolência
de sua imagem fez uso
diria até, em abuso
de sua “santa” inocência
(SILVA, s.d., p.6).

A imagem de Collor também foi construída a partir de atributos físicos interpretados e ressignificados pela exploração da estética do candidato que se apresentava como a solução para retirar o Brasil da “estagnação”. Entre as características arroladas por Schwartzberg (1978) para caracterizar figuras políticas, Collor se enquadraria na categoria “líder charmoso”, que encara a política como uma arte de sedução, ou como ofício teatral, fazendo uso excessivo de atributos físicos e estéticos. O corpo do presidente com destaque para a sua juventude demonstrada pelos seus

43 anos, o seu porte físico com postura ereta e forte, a prática de esportes radicais e a “beleza” do candidato que se vestia com “bom gosto” fazendo uso da estética, protagonizado pelo estereótipo da jovialidade. Essa imagem de Collor contrastava-se com a imagem de Lula. Lula por sua vez era um homem “simples”, de estatura baixa, filho de emigrantes do sertão pernambucano, trazendo sobre si o estigma de homem sofrido, vestido como um operário, com barba e cabelo grande e desgrenhado, com a voz rouca e a língua presa e com um dedo a menos na mão esquerda. A imagem que venceu nesse campo de batalha pela disputa do homem que mais se identificava com os anseios da população foi a imagem de Collor, que suscitou no meio popular o desejo do novo, do moderno e não do corpo tantas vezes derrotado pelas intempéries da vida difícil que viviam em seu cotidiano. Os milhões de brasileiros que pelas dificuldades enfrentadas ao longo de suas existências, tinham muitos mais traços característicos comuns ligados à figura do Lula, no entanto eles pareciam sonhar com a imagem do futuro promissor protagonizada pelo candidato Collor de Mello. Essa predileção pelo líder charmoso é explicada por Schwartzberg ao observar que:

Nessa cultura do espetáculo, onde se vive de olhos cravados em alguém ou alguma coisa, o líder ou estrela servem de pontos de apoio para a projeção dos sonhos e aspirações do público. Eles precisam, ao mesmo tempo de simplicidade, para que seja possível a identificação, e de superioridade- “distinção”, “classe”-, a fim de permitir igualdade e valorização (SCHWARTZENBERG, 1978, p.76).

É justamente sobre aquele que em nada lembra o cotidiano da maioria dos eleitores-espectadores que as expectativas populares vão se estabelecer. O Lula na concepção popular era a imagem do igual, do comum, do cotidiano de sacrifícios e privações que

todos queriam esquecer. Collor representava a utopia, o “outro” que a população gostaria de ser e ter como realidade em suas vidas, desejavam para si a imagem que Collor vendia através de seus discursos e principalmente do seu estilo de vida rodeado de riquezas e aventuras. Essa era a representação da cultura política do Brasil á época que projetava em Collor a utopia de viver dias melhores, semelhantes á imagem que lhes foi apresentada e personificada na “charmosa” figura do Collor de Mello. Na esteira dessa mentalidade cultivada pelo pensamento do eleitor-espectador, Schwartzberg explica essa projeção pelo charmoso Collor:

Bloqueado em sua monotonia cotidiana, o eleitor-espectador vive através do líder interposto, assim como da estrela interposta, projetando seus sonhos sobre esta ou aquele. Com o líder charmoso, *show-man* incomparável, ele foge a sua decepcionante condição. “Participa” de suas vitórias eleitorais e conquistas amorosas. Sente-se valorizado por estar sendo “representado” por esse herói ardoroso e gratificado por assistir a esse espetáculo fora do comum (SCHWARTZENBERG, 1978, p.81).

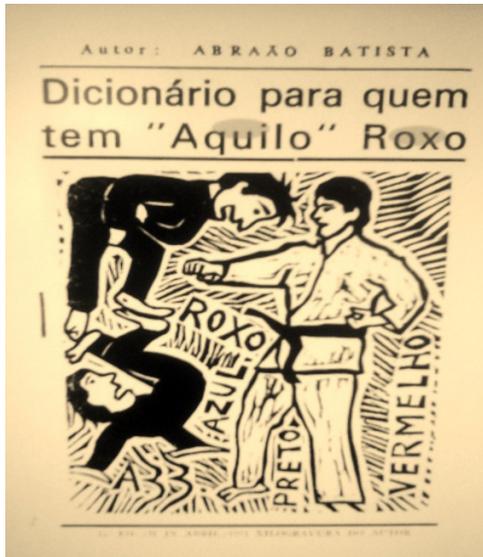
O político charmoso geralmente é quadragenário e de família abastada, o que reforça a identificação de Collor como sendo o político charmoso. Collor com essa imagem estrategicamente trabalhada no imaginário popular acabou por ser eleito como o Presidente mais jovem da história com apenas 43 anos. Além de jovem, belo e de família abastada o político também é dado à prática de esportes para a promoção de sua imagem²². Collor em seu

22 De modo que o líder charmoso pratica esportes como qualquer um, o que humaniza a sua imagem. Mas deixa uma pontinha de ambiguidade, pois os esportes praticados- muitas vezes perigosos ou caros- o associam a velocidade ou ao perigo e aumentam ainda mais o seu prestígio (SCHWARTZENBERG, 1978, p.81).

narcisismo exacerbado foi “flagrado” muitas vezes na prática de esportes como natação, karatê, cooper entre outros. Collor também foi destaque em sua imagem de *playboy* ao pilotar jetsky, um avião supersônico da aeronáutica e uma Ferrari a mais de 200 km por hora. Os poetas também perceberam o uso dos dotes físicos como motivos eleitorais, enfatizando a jovialidade e beleza do Collor como é exemplificado no folheto **Placar Desemprego 5 x Fome 0** de Isael de Carvalho que diz:

Mas veio das Alagoas
um rapaz belo e formoso
Fernando Collor de Mello
com o seu porte garboso,
amparado pela mídia
que o fez vitorioso
(CARVALHO, s.d., p.3).

A imagem de Collor como um vigoroso atleta que praticava variados esportes aparecia na capa dos folhetos, numa clara demonstração da aceitação da imagem do presidente charmoso que impressionava o eleitor-espectador. A xilogravura mostra Collor na prática de artes marciais enfrentando dois outros competidores. A imagem mostra Collor em posição de combate, indicando que o mesmo está vencendo a disputa, promovendo assim a imagem de um político forte, pronto para enfrentar os problemas que assolam o país. A capa retrata assim a imagem que era reproduzida no meio popular acerca do Collor, mostrando assim a proeminência e importância dos valores estéticos e energéticos projetados sobre o seu herói:



Numa sociedade consumista, preconceituosa, que tem uma formação escolar deficitária e de pouca participação política, parece comum que os indivíduos incluam como critério de escolha para votar em candidatos políticos, os padrões de beleza estabelecidos pela sociedade, exigindo que os mesmos sejam belos, bem vestidos e perfumados. No imaginário popular, principalmente feminino, Collor, era o candidato que reunia todos os atrativos estéticos que agradavam os eleitores. O poeta capta essa faceta da cultura política brasileira e expressa no folheto **O mesmo povo que derrota, elege Lula a presidente**, destacando a aparência do candidato e o critério usado para votar:

O povo que votou em Collor
achava, o mesmo bonito
tinha moça que votava
histérica soltando grito
porque o Collor parecia
como um faraó, do Egito!
(LUCENA, 2004, p.2).

Para o Cordel Collor surge como um salvador em 1989 quando em meio à crise política e econômica, vivenciada principalmente no último ano do fracassado governo de Sarney, a mídia começa a divulgar o nome de Collor como suposto “caçador de marajá”. A construção do mito Collor e seu inebriante efeito se dá muito rapidamente, em questão de meses que antecedem a eleição, transformando Collor num fenômeno tão curioso quanto inesperado. Em 27 de março de 1989 (3 dias antes de ser exibido o primeiro programa político eleitoral do PRN em cadeia nacional em 30 de março) Collor possuía apenas nove por cento (9%) das intenções de voto. Em junho o IBOPE (Instituto Brasileiro de Pesquisa Eleitoral) divulga nova pesquisa onde Collor aparecia com 43% das intenções de voto. A ascensão meteórica da popularidade de Collor resultou em sua vitória no primeiro turno. No segundo turno das eleições Collor e Lula protagonizaram outra luta onde o salvador Collor estava mais sedimentado no imaginário político do que o mito formado também acerca de Lula. No confronto dos mitos Collor versus Lula, Collor sairia vencedor elegendo-se assim presidente da República do Brasil. O salvador Collor havia assim chegado ao poder pelo voto direto após 29 anos sem eleições. O mito Collor de Melo chega ao poder com a popularidade em alta e contando com o apoio da elite dominante do país e com a eficiente máquina propagandística da Rede Globo.

O sonho do salvador que redimiria a população durou muito pouco, passada a euforia da vitória e todo ritual que envolveu sua posse e seu discurso ufanista, já em suas primeiras medidas de governo o germe da decepção se instalava novamente no cenário da política, passando do céu para o inferno, de salvador para vilão. Gonçalves Ferreira (Abril, 1990) no folheto **A posse do Presidente e o impacto do plano Brasil Novo**, versa o espetáculo da posse do Presidente e a esperança nele depositada pelo povo:

E não era pra menos
aquela festa sem par
pois depois de trinta anos
o povo pôde aclamar
nosso presidente eleito
pelo voto popular

gloriosamente Collor
foi pelo povo aplaudido
e ele retribuiu
o carinho recebido
pela vitória que as urnas
já lhe tinham conferido
(SILVA, 1990, p.1).

Na época em que o folheto fora escrito Fernando Collor já havia “confiscado” a poupança do povo brasileiro. Nos versos do poeta já se percebe uma inquietação com relação às medias iniciais de Collor, mas o poeta conclama o povo a esperar um pouco mais na confiança que Collor reconduziria o país nos trilhos do desenvolvimento:

Ao implantar o seu Plano
Collor não teve receio
e nem pensou que estava
fazendo um papel tão feio
metendo, praticamente,
a mão no dinheiro alheio

Nós que já vimos sinais
de reação popular
em relação as medidas
precisamos esperar

diz a prudência que agora
ninguém deve se afobar
(SILVA, 1990, p.7).

Logo nas primeiras medidas de governo a expectativa foi frustrada e assim como rapidamente ele se tornou o salvador, que segundo a ótica popular, reunia todos os atributos e as características messiânicas de um bondoso salvador e que contava com as bênçãos de Deus para governar, também rapidamente passou a ser ojerizado e comparado ao oposto do salvador que seria a figura do Diabo. Collor rapidamente passa da condição de herói para a de vilão. Não faltaram folhetos onde Collor trocava correspondências com o próprio Diabo, tal como o folheto **Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Melo**. A capa do folheto evidencia o momento conturbado do governo Collor onde o mesmo é transportado da condição de herói salvador para a de vilão com profundas relações com aquele que no imaginário popular é a somatização e personificação do mal: o Satanás. A arte popular da capa do folheto expressa o significado do momento, onde Collor parece estar no inferno:



No folheto Satanás envia uma carta ao Collor queixando-se de seu desastroso governo, condenando o seu governo comparando-o a outras entidades malignas (Besta-fera) condenando-o a não ser mais eleito como resultado de seu “pacote de maldades”, como se pode inferir através dos versos:

Fernando Collor de Melo
preste atenção no que faz
que muita gente na terra
vota até no satanás
na gôta e na besta-fera
mas em você, nunca mais
(EVANGELISTA, s.d., p.11).

Collor vive assim o seu inferno astral sendo “promovido” de caçador de marajás a cassado através do *Impeachment* por envolvimento em esquemas de corrupção. Os seus últimos dias de catastrófico governo lhe rendeu muitos folhetos entre os quais um se destaca por ser a “reedição” de um clássico do Cordel que era **A chegada de Lampião no inferno** de José Pacheco Rocha. A reedição se dá através do folheto **A volta de Lampião ao inferno** de autoria de Pedro Costa que menciona o governo Collor, porém não o coloca ainda no inferno, mas faz menção à ministra da economia Zélia Cardoso e ao tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias que se tornou embaixador no inferno, dando a entender que os três personagens citados “estavam” no inferno negociando com o Diabo e que por fim o governo Collor caiu no descrédito:

O PC se corrompeu
dos diabos tornou-se sócio
o Brasil perde o controle
toda parte do consórcio

Fernando Collor caiu
e o Brasil perdeu o negócio
(COSTA, 2002, p.4).

Collor acabou por ser afastado do poder em 1992, por praticar o que dizia que iria combater quando eleito: a corrupção. O mito Collor, no tribunal popular, foi julgado e condenado, passando a ser visto como “apenas mais um” a enganar a população com suas mirabolantes promessas. No imaginário cultural expresso pelo cordel o poeta atribui a Deus palavras de recriminação que teriam sido proferidas contra Collor identificando suas práticas fraudulentas ainda que não seja responsabilizado por todo o descalabro de seu governo. O folheto **A entrevista de Ulisses Guimarães no céu** que foi escrito em novembro de 1992, poucos dias após Collor ser afastado do governo registra a impressão “divina” com relação à prática estelionatária de Collor:

E Deus prossegue afirmando
- esse Collor é safado,
um tremendo 171,
mas não pode o condenado
ir sozinho ao purgatório
como bode expiatório
de tudo que há de errado
(SANTA MARIA, 1992, p.5).

Após o afastamento de Collor em 1992, o Vice-Presidente Itamar Franco assume o governo ficando no poder até 1994. Itamar governou de forma apagada, com pouca popularidade, criou o chamado Plano Real, porém o seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso roubou-lhe a cena e assumiu a paternidade do plano que parecia estar dando certo, projetando-se para ser o seu sucessor. Os sucessivos fracassos de Sarney e Collor

arrefeceram o ânimo popular para a sucessão presidencial de 1994. A produção de cordéis durante o governo Itamar, tal qual a sua atuação no cenário da política, foi restrita e inexpressiva. O mito de um salvador foi momentaneamente interrompido para assistir com certo receio o governo de transição. Itamar fora visto como personagem secundário no mundo espetacular da política, sendo apenas um Presidente “tampão” que mereceu por parte do Cordel apenas um pálido registro de sua atuação. A maioria das menções feitas ao governo de Itamar no Cordel foi registrada em folhetos que falavam de outros governos ou simplesmente para registrar que após o impeachment de Collor ele assumira o governo. **O ABC da URV ou o Real a nova moeda brasileira** de Apolônio Alves é um exemplo do papel coadjuvante de Itamar, nos versos:

Collor fez a conversão
de cruzado para cruzeiro
e agora Itamar Franco
provando ser justiceiro
junto a Henrique Cardoso
deu uma de caprichoso
para o povo brasileiro
(SANTOS, s.d., p.1).

FERNANDO HENRIQUE: O INTELLECTUAL SALVADOR

O período que se seguiu após o desastroso governo de Collor foi marcado por desconfiança na classe política e crise econômica, seguindo-se de certa estabilização econômica que reacendeu novamente a esperança num salvador, os indícios apontavam que este salvador seria aquele que se apropriara do Plano Real como sendo seu (mesmo que na verdade não fôra). Logo surge o mito do “homem do real”, “o intelectual” que salvaria o Brasil. A representação do político salvador seria agora interpretada como

sendo um homem competente e que já provara através da participação no governo anterior que era capaz de governar o país e que precisava se eleger para dar continuidade ao plano real e manter a estabilidade econômica que somente ele saberia fazê-lo. A representação que a população fazia de FHC era a de ser este um homem culto, cheio de diplomas e muita qualificação para exercer o cargo de Presidente. Ele seria na ótica popular o intelectual competente que somente ele teria condições de administrar os passos incipientes da redenção do Brasil através da nova moeda, o Real.

Enquanto Collor era visto pelo prisma da juventude e beleza, FHC era enxergado pela suposta competência em administrar e também pelo peso da idade (65 anos) ser associado à figura do pai²³ experiente que colocaria finalmente a casa em ordem. A situação em que se encontrava o Brasil antes do aparecimento de FHC como ministro era de crise e decepção levando o povo novamente acometer-se do sentimento de orfandade e desorientação. Nesses momentos de orfandade a figura do pai é a que mais se coaduna com a necessidade do povo. FHC irá assim encarnar traços de um pai experiente que os salvaria da situação presente. O capital para este feito ele teria adquirido justamente quando fora ministro da fazenda do governo de Itamar.

Os poetas acompanharam a campanha, vitória e governo de FHC com certa reserva, demonstrando que assim como o povo em geral, a paciência com os que governam diminui a cada dia em face dos descabimentos ocorridos. Muito embora que houvesse se instalado novamente a esperança do salvador do Brasil, a produção de cordéis do governo FHC foi pequena, porém segue o ritual de validação do seu governo a partir de salvadores que já

23 Ao se sentir perdido, órfão, o povo se volta para o pai protetor, único capaz de tranquilizá-lo (SCHWARTZENBERG, 1978, p.93).

se encontram na eternidade. Apolônio Alves recorre ao Tancredo para respaldar FHC no folheto **Uma carta de Tancredo endereçada ao Presidente F.H.C.** No folheto Tancredo pede o apoio de todos para FHC, para que este dê continuidade aos ideais democráticos e dá alguns conselhos ao Presidente eleito:

Tancredo Neves gostou

Demais de sua eleição
Logo mandou-lhe uma carta
Como recomendação
Com todo seu heroísmo
governar com otimismo
Nossa sofrida nação
(SANTOS, 1994, p.2).

A marca distinta de FHC será a sua intelectualidade e competência, características estas que serão ressaltadas pelos poetas, porém a desconfiança também será uma marca constante nos folhetos, pois mesmo tendo passado oito anos no poder não empolgou os poetas e a população em geral. O folheto **Fernando Henrique Cardoso do exílio ao Planalto** narra a chegada de FHC ao poder e as primeiras medidas de governo, porém mesmo falando dos atributos do mesmo e do seu plano Real, não poupa críticas por atitudes governamentais que ele faz em benefício próprio:

Primeiro dia de trabalho
e o mais revoltante ato
aumentou seu ordenado
sem habilidade e tato
numa medida antipática
pra quem começa um mandato
(SILVA, 1994, p.2).

A paciência do eleitor para com os seus governantes no Brasil, tem se tornado cada vez mais diminuta, motivada pelas constantes decepções sofridas. Através dos cordéis produzidos à época podemos perceber que a população “confia desconfiando” dos mandatários do poder. Em nossa pesquisa não encontramos nenhum folheto sobre FHC onde o cordelista tecesse apenas elogios ao Presidente, pelo contrário os folhetos estão potencializados de críticas e denúncias dos desmandos ocorridos durante o seu governo. O governo FHC foi marcado por medidas consideradas maléficas para o País tais como as privatizações de empresas públicas, pelo tratamento dado aos aposentados chamando-os de vagabundos, pelo apagão da eletricidade, pela escandalosa votação do projeto da reeleição para cargos executivos e pelos escândalos de corrupção e CPIS inoperantes e inconclusas. As imagens em xilogravuras e desenhos nas capas de folhetos com o tema FHC, expressam a impressão popular acerca do seu governo. A primeira imagem retrata um dos episódios que marcou o governo de FHC, que foi a crise gerada pela interrupção da energia elétrica em várias regiões do Brasil, que ficou conhecido como “apagão”. A imagem mostra um cidadão desapontado pelo prejuízo que o mesmo teve pelo *blackout*, diante de um “quadro de energia” queimado. A segunda capa retrata as constantes privatizações no governo FHC. A imagem mostra FHC ao lado de Pedro Álvares Cabral. FHC tem em suas mãos o Brasil com uma indicação de vende-se. Os versos bem como a imagem da capa deixam explicitamente demonstrada a política de privatização do governo de FHC. A imagem mostra claramente a reprovação do poeta pela política de entreguismo praticada pelo governo:



Os poetas repercutiram a desconstrução do mito do presidente FHC, onde sucessivamente sua imagem de competente, de pai foi se degenerando à medida que o seu governo foi apresentando problemas. A temática dos folhetos paulatinamente representará a depreciação da imagem de FHC. No folheto **História de FHC e o apagão**, Jesus Rodrigues contrasta as promessas de FHC com o seu governo real, descrevendo a sua política de privatizações, utilizando o episódio do “apagão”, mostrando-se decepcionado com a sua atuação:

O homem vendeu as minas
 como a de Carajás
 não pagou a dívida externa
 e já triplicou o gás
 vai deixar nós no escuro
 agora o que que se faz

privatizou a Telemar
 no nosso Brasil inteiro
 privatizou a energia
 ou vendeu para o estrangeiro

aumentou o desemprego
aumentou o cativoiro
(SINDEAX, s.d., p.1).

No folheto **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral** Arievaldo Viana descreve a ida de FHC à Bahia por ocasião da comemoração dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Chegando lá ele toma uma bebida que lhe é oferecida por um “índio” que lhe faz viajar no tempo e encontrar-se com Pedro Álvares Cabral, Tiradentes, Tancredo, Lampião, Antônio Conselheiro e Zumbi dos Palmares. No encontro Cabral e os demais demonstram todas as suas decepções com a política de FHC e principalmente com o plano real que foi o “cavalo de batalha” de FHC na construção de sua imagem como aquele que solucionaria os crônicos problemas do Brasil:

A pátria que descobrimos
este gajo está vendendo
abriu as pernas pros gringos
as exigências cedendo
o velho Brasil vai mal
porque seu plano real
de podre já está fedendo
(VIANA, 1999, p.2).

O folheto **Lampião fantasma de FHC** de Francisco Zênio foi escrito durante a campanha eleitoral para reeleição de FHC em 1998. O folheto narra um sonho que FHC teve e se encontrou com Lampião, Vargas, Tancredo, JK, Monteiro Lobato, Padre Cícero, Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Médici e Duque de Caxias. Todos demonstravam decepção com a política desenvolvida por FHC. Lampião o rei do cangaço questiona a postura de FHC à frente do governo ameaçando “sangrar” FHC com

seu punhal se este não mudar a sua postura frente ao governo do Brasil. Os versos mostram novamente a insatisfação dos poetas que veiculam a impressão popular do governo FHC no fim do seu primeiro mandato e seu discurso eleitoral e descaso para com a região Nordeste bem como sua nova política para os aposentados:

Da seca do nordeste
Soube bem se aproveitar
Fazendo boa política
E quer no comando ficar
Disse que APOSENTADO é
VAGABUNDO sem se olhar

Junto com os traidores
Presta ajuda a banqueiros
Então o que pensa que rapaz! .
Dando tudo ao estrangeiro
Sem falar no salário
A vergonha do brasileiro
(ZÊNIO, 1998, p.2).

LULA: DE ORDINÁRIO “COMUNISTA” A “PAI DOS POBRES”

No último ano do governo de FHC, o Brasil vivenciou mais uma vez a expectativa das eleições presidenciais. No imaginário político novamente ressurgiu a esperança de um salvador. O candidato que no cenário político reunia as características do novo salvador era o Luís Inácio Lula da Silva. Lula disputava pela quarta vez a Presidência e procurava se adequar às estratégias de *marketing* político para conquistar o voto do eleitor. Em sua primeira disputa presidencial, a imagem de Lula estava associada ao idealismo socialista de profunda mudança promovida por um governo de operários. O partido dos Trabalhadores (PT) fundado

por Lula, com sua bandeira vermelha e uma estrela, tinha sua imagem associada ao comunismo, que mesmo após a ditadura era visto como maléfico e perigoso. Com a crise e queda do socialismo no Leste Europeu, os adversários argumentavam do risco que o país corria ao eleger um “comunista” e chamavam Lula e seu partido de radical, fazendo com que mesmo identificado com as causas populares, fosse rejeitado nas urnas. Essa associação de Lula ao Comunismo retardou a construção do seu mito como um salvador, que precisou sofrer mudanças e adequações para que a população assustada pelo espectro do Comunismo viesse a confiar no PT e no seu candidato. Os poetas captaram esse clima de desconfiança em relação a Lula. No folheto **Pela paz sem Comunismo** Esmeralda Batista expressa o medo e desconfiança em relação a Lula e as suas inclinações comunistas:

Nem Fidel nem o tal Lula
nem PT dos desregrados
batuqueiro e barulhento
grupo mal informado
comunismo não é pra gente
esta coisa é do passado

o muro caiu em Berlim
na Rússia caiu muito mais
agora querem pra mim
coisa do satanás
nunca jamais, Padre Cícero
queria isto jamais!
(BATISTA, s.d., p.8-9).

Partindo da premissa de que, o universo da política tem se tornado cada dia mais espetacularizado, levando os atores na arena da disputa a incorporarem em suas encenações, estratégias

variadas para alcançar seus eleitores. Entre as estratégias utilizadas destacamos aqui o uso gradativo da expressão de sentimentos e sensibilidades na política por parte dos candidatos, onde sentimentos geralmente considerados de foro íntimo passam a circular no espetáculo teatral da política, com o fim de aliciar os eleitores que culturalmente utilizam-se mais de sentimentos que racionalidade nas suas escolhas políticas. Barreira (2006, p.67) observa que nas eleições presidenciais de 2002 sentimentos e reações denominadas emocionais acabaram por integrar-se à retórica da campanha eleitoral. Na arena política do ano de 2002, Lula fez uso das sensibilidades e emoções na construção de sua imagem como um novo Lula, firme em seus discursos, procurando identificar-se ao eleitor-espectador que age mais em função do “coração”. Na campanha eleitoral do ano 2002, Barreira destaca onde os sentimentos e sensibilidades polarizaram a campanha, observando que:

Nesse momento, alusões emotivas a um passado de sofrimento e lutas, difundindo na apresentação *biográfica* de Lula, acusações baseadas na “agressividade” do candidato Ciro Gomes (PPS) e referências apelativas ao “medo” de uma vitória do candidato Luís Inácio da Silva tornaram-se presentes (BARREIRA, 2006, p.76).

Na propaganda de Lula do ano de 1989, o teor conteudístico e imagético era “pesado”, racional onde prevalecia a análise fria dos dados nas imagens e nos discursos. Nas campanhas de 1994, 1998 e 2002 gradativamente o *marketing* político de Lula foi sendo modificado e uma nova roupagem foi acrescentada à sua imagem. Essa nova imagem chegou ao ano de 2002, matizada de contornos que para além da racionalidade, continha elementos que diziam respeito às sensibilidades. Os sentimentos como

ingredientes na construção do “novo”, contribuíram para amortizar o discurso do medo e do radicalismo tantas vezes utilizado pelos seus adversários políticos. O uso da biografia de Lula, ressaltando o seu passado de lutas e superações, também contribui na construção de sua imagem permitindo que o mesmo conseguisse obter a simpatia dos eleitores que se identificavam com Lula pelo passado comum a estes.

A construção imagética do mito Lula aconteceu entre erros e acertos ao longo dos treze anos que antecederam a sua primeira vitória em 2002, onde sua imagem de metalúrgico, sindicalista, radical, anti-religioso e “comunista” migrou para outras facetas identitárias identificando-o agora como sendo um homem família, religioso, emotivo, sorridente, conciliador, de um exemplo de superação. A imagem de Lula era de um homem comum, vestido com roupas simples, de barba cheia, cabelo desgrenhado, voz rouca e com um dedo a menos em uma das mãos. Essa imagem e a representação do seu partido e a identificação com a ideologia comunista lhe renderam a desconfiança das classes abastadas que o enxergavam como um inimigo em potencial. Nas outras tentativas de chegar ao poder em 1998 e 2002 respectivamente a imagem de Lula foi trabalhada com o fim de mostrar mais suavidade e segurança. O seu discurso tinha um tom mais ameno, atacando os problemas do país sem se colocar como sendo candidato das classes populares em luta contra a elite capitalista. Não obstante haver tido um crescimento gradativo em sua imagem, Lula foi novamente derrotado por FHC. Na quarta tentativa de chegar ao poder a imagem de Lula estava totalmente modificada, com um novo rótulo, de um Lula radical para um “Lulinha Paz e amor”. Lula incorporou um novo Lula, sem, contudo, perder algumas peculiaridades, tais como ser um homem simples de hábitos considerados comuns. Mas doravante Lula precisava representar e encenar o papel que havia incorporado a si, como atesta Schwartzberg:

O homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de maneira duradoura a personagem em cuja pele se meteu. Precisa aceitar ajustar-se a imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim vive ele, aprisionado num papel determinado, como um ator, e escravo do seu próprio mito (SCHWARTZENBERG, 1978, p.14).

No espetáculo da política após o governo de FHC, surge no cenário de representação política a possibilidade de uma alternativa de voto em um político diferente no que se refere aos papéis que os outros presidentes até então haviam representado como herói, líder charmoso, pai da pátria, intelectual competente. A alternativa que ainda não fora utilizada era eleger para si um novo mito político que se expressaria através do papel de homem comum ou ordinário igual a todo mundo. O papel de homem comum é caracterizado por ser um cidadão típico conforme Schwartzberg observa ele é:

[.] puro reflexo de nossas próprias pessoas, o presidente-espelho. Como se o eleitorado o houvesse criado a sua própria imagem. Super-representativo em virtude de sua banalidade mesma, encarna a opinião média, o bom senso, a sabedoria das nações. Anódino e familiar, ele prodigaliza os lugares-comuns e as verdades óbvias (SCHWARTZENBERG, 1978, p.51).

Porém devemos salientar que inicialmente essa imagem de homem comum não era incorporada pelo povo brasileiro no que se refere ao Lula homem ordinário, como se essa condição não o elevassem diante dos olhos destes e o enxergassem como a melhor opção para reger o destino da nação. Um mito no que se refere a uma pessoa é fruto de uma construção imagética que alia características e qualidades pessoais às circunstâncias históricas propícias para a manifestação do mesmo, pois essa condição não se dá automaticamente, nem incondicionalmente. É necessário além de ter

os pré-requisitos para se tornar uma figura mitológica, que a conjuntura propicie as circunstâncias e horas adequadas para que o mito do salvador possa emergir. No caso de Lula a sua imagem só consegue potencializar e consolidar, essa condição de chegar a ser considerado “o homem que o Brasil precisa” após a terceira derrota consecutiva nas eleições presidenciais, antes disso não havia essa identificação dos eleitores com Lula em sua maioria por este ser como a maioria dos brasileiros um homem ordinário, comum e simplório.

Até formar-se o cenário de representação política onde Lula seria visto como o protagonista, ele enfrentou muito preconceito e discriminação por parte de seus adversários e da maioria da população brasileira com quem sua condição emergente se identificara. Lula era um homem concebido no imaginário popular até então como sendo alguém sem diplomas, sem nome tradicional, sem charme, sem experiência administrativa. O que esperar de um homem igual a todos os comuns, numa sociedade excludente, tradicional e preconceituosa que enxergava esses atributos como condição *sine qua non* para salvar o país? Lula carregaria ainda sobre si o estigma do preconceito e da discriminação por algum tempo como foi enunciado por Kucinski ao analisar as eleições presidenciais em 1994 quando Lula foi derrotado pelo “príncipe da sociologia” e detentor de muitos diplomas, Fernando Henrique Cardoso:

Esses preconceitos perseguem Lula desde sua primeira campanha para governador de São Paulo, em 1982, quando ele se apresentou ao eleitor como “Um trabalhador igual a você”. Numa cultura de dominação, em que o título de “doutor” é o atestado de autoridade e de *status*, a falta de escolaridade de Lula era internalizada pelos trabalhadores como falta de autoridade e de valor (KUCINSKI, 1998, p.127-128).

Lula em muitos aspectos incorpora diversas características do homem ordinário de Schwartzberg (1978) encenando como um homem moderado, modesto, um *superstar* da normalidade, um herói às “avessas” tal qual personagens do imaginário popular expresso no Cordel tais como João Grilo, Pedro Malasartes, Pedro Quengo e Cancão de Fogo, que mesmo sendo personagens tipicamente comuns conseguem destacar-se vencendo situações adversas e confrontos com poderosos devido às suas habilidades e talentos forjados no cotidiano rústico e sofrível de suas vidas. É essa normalidade aliada à sagacidade de quem enfrentou tal qual o homem comum as agruras e adversidades da vida que o qualificam e promovem a sua identificação com os seus pares, que são semelhantes a ele e que mesmo em desvantagem e com limitações acreditam que “o fraco vence o forte”. Lula é esse herói às avessas que incorporando virtudes e atributos comuns consegue triunfar sobre as circunstâncias desfavoráveis. Na esteira de Schwartzberg, Lula: “é o homem comum, encarnando as virtudes comuns, por vezes de maneira magistralmente talentosa, o que o transforma em estrela de primeira grandeza em seu registro mais modesto” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.51). A população agora, se identifica e projeta-se nele como um “igual” seu que alimenta a esperança de êxito sobre as circunstâncias que os atingem a partir da interferência deste que tal como eles “sentiu na pele” o duro cotidiano que os aflige. O Lula enquanto homem ordinário lança sobre todos a probabilidade da identificação, como observa o referido autor:

Existe, para todos, a possibilidade de uma plena identificação com esse homem do povo saído das fileiras, com esse dirigente que veio da base, com esse *self-mademan* que suscita a adesão por identidade (SCHWARTZENBERG, 1978, p.52).

O poeta percebe a transformação e adequação do Lula e suas articulações, para convencer o eleitorado de que ele era agora o homem que o Brasil precisava. A capa do folheto **O mesmo povo que derrota, elege Lula a presidente; o presidente medicamento**, comparando Lula a um medicamento com prescrição receituária, apresenta um desenho do Lula em três momentos de sua trajetória, onde o mesmo é identificado como sendo um remédio para cura dos males que assolam o Brasil, mostrando em sua composição: O Lula original, o Lula genérico e o Lula similar, indicando ser esse Lula similar que acabou por ganhar finalmente às eleições em 2002, devido à mudança que este submeteu-se para chegar à presidência. A imagem mostra as mudanças na vestimenta, no cabelo e barba e na postura, anunciando um novo Lula que agora adequa-se à expectativa do mito salvador do Brasil. A primeira imagem apresenta o Lula em 1984 quando de seu engajamento na luta pelas eleições diretas para presidente, o que é indicado pela frase que ele tem estampada em sua camisa “Diretas Já” e com sua mão erguida enquanto discursa. A vestimenta de Lula claramente demonstram a sua postura revolucionária e atuação sindicalista, com cabelo e barba desgrenhados aparentando semelhanças com pessoas associadas à luta comunista tais como Che Guevara e Fidel castro²⁴. A imagem de Lula com barba grande e desgrenhada lhe rendeu por parte de alguns principalmente de adversários políticos a alcunha preconceituosa de “sapo barbudo”. Essa forma preconceituosa e pejorativa de se referir ao Lula como “sapo barbudo” começou em 1994 e sua autoria é atribuída ao

24 No imaginário político brasileiro a partir da década de 1960, homens de barbas compridas, cabelos desgrenhados eram associados a grupos de esquerda (comunistas) e de movimentos sindicais. Não por coincidência dois ícones do comunismo cubano Fidel Castro e Che Guevara ostentavam barbas cheias e cabelos desgrenhados.

candidato Leonel Brizola que à época era adversário político de Lula:

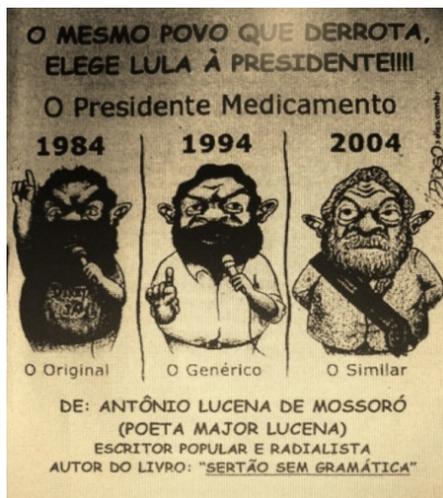
Também o PDT de Brizola tenta desgastar Lula: foi dele o epíteto jocoso de “Sapo Barbudo”, dirigido a Lula, baseado no princípio do reforço dos preconceitos contra Lula. A frase ficou famosa e marcou toda a campanha (KUCINSKI, 1998, p.119).

A visão preconceituosa e estereotipada de Lula enquanto “sapo barbudo” foi rechaçado pelos poetas, que se identificaram e sentiram na pele o preconceito, como vemos no folheto **Lulinha paz e amor o presidente popular** que mostra o Lula que a despeito de tudo, vencendo as circunstâncias, tal como seus pares nordestinos que são vítimas de preconceito e discriminação, sendo constantemente chamados de forma pejorativa de “matutos”, analfabetos, e de não terem consciência política. Grande parte da população, mesmo em face da discriminação que sofrem, não desistem de lutar e acreditar que dias melhores virão:

O Lula grande líder
só sacanagem aturou
da elite, por exemplo
só preconceito lhe atirou
agora esta mesma elite vai
Vai engolir o que cagou

Mesmo assim Luís Inácio
“o tal sapo barbudo”
Com a cabeça erguida
Bateu o pé enfrentando tudo
Foi até onde queria chegar
Nunca dando uma de surdo
(ALFREDO, 2000, p.7).

A segunda imagem da capa mostra o Lula dez (10) anos depois, quando já disputava a Presidência pela segunda vez. A imagem já demonstra um Lula menos sisudo e radical, discursando com a mão na meia altura, com vestimentas que o distanciam do estereótipo de um militante revolucionário. A barba de Lula ainda é “cheia”, porém menos e o seu cabelo está penteado e suas sobrancelhas aparecem mais suavemente. O terceiro Lula da imagem que ganhou as eleições de 2002, aos 59 anos de idade, está mais maduro, com cabelos brancos e barba “trabalhada”, vestindo terno e com as mãos para trás, indicando assim “o novo Lula” (Lulinha paz e amor), o “similar” com um discurso mais ameno que falava agora da formação de um “pacto social”, com a união de todos, inclusive das classes abastadas para transformação do país. Essa mudança da imagem de Lula e sua adequação ao novo cenário político que se desenhava em 2002 contou com a colaboração significativa do *marketing* político orientado e dirigido pelo marqueteiro Duda Mendonça, que meticulosamente procedeu à metamorfose tanto no processo de produção dos discursos quanto na definição das preferências políticas, do Lula visto como radical, para o “Lulinha paz e amor”:



O título do folheto em destaque **O mesmo povo que derrota, elege Lula a Presidente**, relata os embates que Lula enfrentou em 1989, 1994, 1998 e 2002, e deixa explícito que a vitória de Lula em 2002 teria se dado em razão de sua mudança de radical para o “Lulinha paz e amor”, pois o povo que agora o elegeu era o mesmo que anteriormente o derrotara por três vezes. O trabalho de *marketing* feito na imagem de Lula agora o identificava como um homem comum com potencialidades, capital simbólico e identificação para representar a imensa maioria de homens ordinários:



A imagem do “Lulinha paz e amor” foi assimilada no meio popular e os poetas logo se encarregaram de divulgá-la. A capa do folheto **Lulinha paz e amor** apresenta uma xilogravura onde o “novo” Lula paz e amor²⁵ aparece com sua nova imagem de terno e gravata, montando em uma estrela (do seu partido PT) com uma

25 O poeta Crispiano Neto no seu livro **Lula na Literatura de Cordel** define o Lula paz e amor, justificando que Lula antes era conhecido como radical e seu partido como revolucionário que defendia a luta armada, mas essa imagem mudou pois: “O marqueteiro de Lula orientou-o a falar manso, sorridente,

das mãos levantada fazendo o gesto de paz e amor anunciando assim a nova versão do mito Lula. No folheto **Cordel de Lula-lá** o poeta apresenta o Lula em sua nova versão:

A esperança vence o medo,
coragem vence o pavor
a eleição foi vencida
por “Lula paz e amor”
os meus versos são exemplo
do poeta cantador
(AZEVEDO, 2002, p.7).

Depois de FHC surge a tentativa do eleitor eleger, um político que fugia do padrão que anteriormente fora usado como paradigma e critério para escolha. O momento apontou não mais para o político idealizado como pai provedor, o charmoso ou intelectual. Depois de várias decepções e um constante trabalho na imagem do Lula, o homem comum chegaria ao poder derrotando o candidato José Serra para fazer o que os outros com todos os seus supostos atributos não o fizeram. O filão encomiástico do Cordel novamente reacendeu com a figura do presidente Lula que se tornou um mito no Cordel, sendo este, juntamente com Vargas e Tancredo, o político que mais foi tematizado no Cordel, onde mais de 200 folhetos já foram registrados versando sua trajetória política e o percurso percorrido até chegar a ser Presidente do País, seu governo e os escândalos de corrupção verificados durante a sua gestão. Os poetas identificados com Lula pelo fato de em sua maioria serem nordestinos, imigrantes e formados na dura “escola da vida” encontraram assim motivação para trabalharem na construção e divulgação do mito do Lula. Marcus Lucena

sem afobamentos. Era isso que o povo queria. Perdeu o medo e votou” (CRISPIANO NETO, 2008, p.137).

em **A peleja da esperança com o medo** relata como esse homem ordinário identificado com a maioria dos brasileiros, conseguiu vencer as dificuldades e conseguiu chegar à presidência, depois de três sucessivas derrotas:

Pra chegar a presidência
Por quatro vezes tentou
Perdeu três, porém na última
A sua estrela brilhou
A esperança e o medo
Lutaram, e o sonho ganhou

Lula um simples retirante
Sem diploma ou posição
Surgido do chão das fábricas
Ganhando essa eleição
Deu esperança ao Brasil
E auto-estima ao povão
(LUCENA, s.d., p.7).

Muitos folhetos foram escritos explorando a biografia de Lula, ressaltando o passado de privação pelo qual passou o herói ordinário, que se constituem em um herói às avessas ou anti-herói pelo fato de ter qualidades opostas ao cânone épico tradicional. Lula é identificado como sendo um herói popular, por não ter uma origem “nobre” de família tradicional, sendo apenas um “Silva”, por ser desprovido de juventude e beleza, por não possuir os títulos e saberes acadêmico. Os poetas promovem a identificação do povo com a figura do Lula, por terem em comum uma origem humilde desprovida de bens e conseguem vencer as circunstâncias adversas com luta e sagacidade. Essa identificação da trajetória de Lula, com a vida de milhões de brasileiros, talvez seja o motivo dos poetas enfatizarem a biografia do mesmo, tendo

assim entre outros objetivos o de demonstrar exemplarmente a ascensão e vitória de um homem comum tal qual os milhões de homens ordinários espalhados pelo Brasil, para que sirva de inspiração para os demais que estão em luta pelas suas sobrevivências e que tal como Lula perseveram , insistem e não desistem pelo sonho de uma condição de vida melhor. Vânia Freitas descreve a vitória do mito Lula recorrendo às suas origens através do folheto

Do pau-de-arara a Presidência da República:

Nos meus versos vou falar
de um menino diferente
nascido em quarenta e cinco
pra mostra a muita gente
que ser filho do Nordeste
é ser uma cabra da peste
que encara qualquer batente
(FREITAS, 2002, p.1).

A vitória de Lula em de 2002, recebendo quase 53 milhões de votos (O que correspondeu a 61% dos votos), depois de três sucessivas derrotas foi celebrada de forma apoteótica pelos poetas que enxergavam a sua chegada ao poder como sendo a vitória do “homem comum”, tendo pela primeira vez na história do Brasil um homem oriundo da classe popular atingido o mais alto cargo do país. Os poetas tal qual grande parte do povo brasileiro demonstravam grande expectativa na regência do presidente Lula à frente da nação ansiando que o mesmo contemplasse em seu governo as classes populares e suas reais necessidades. O folheto **Lula lá** de Téo Azevedo após descrever a peregrinação vicária de Lula para vencer as eleições, consolidando assim sua imagem de homem ordinário, registra o voto de confiança em Lula por parte do povo:

Onde Lula-lá chegou
é difícil de chegar;
com a força do trabalho
é que se pode alcançar
com gente do nosso povo
o Brasil vai melhorar

Nós torcemos por você
que é grande companheiro
no show da democracia
você tirou em primeiro
corresponda a confiança
desse povão brasileiro
(AZEVEDO, 2002, p.7).

Lula em seu primeiro mandato implementou uma política populista priorizando projetos e medidas que visavam priorizar às classes populares com aplicações de programas tais como: Fome zero (com o bolsa-família, bolsa-escola), minha casa minha vida, Samu, sistema de cotas, ciências sem fronteira. Esses programas sociais, segundo dizia o governo, tinham como objetivo diminuir as desigualdades sociais e erradicar a fome do país. A aplicação destes programas e a propaganda institucional do governo Lula, que tinha como lema: “Brasil um país de todos”, fez com que a popularidade de Lula crescesse de tal forma a ponto de um “novo” papel ser acrescido à sua imagem política que, além de homem comum torna-se agora o pai protetor, recebendo a alcunha de “pai da pobreza”, capacitando-o para a disputa pela reeleição para ser novamente reconduzido ao poder, tal qual o populista Vargas, nos “braços do povo”.

Foi com essa imagem mítica construída no papel de homem comum e de pai provedor que Lula conseguiu a sua reeleição em 2006, mesmo tendo enfrentado uma série de denúncias e acusações que envolveram seu primeiro governo com o conhecido

escândalo do “Mensalão”. Lula conseguiu sair “íleso” das acusações que envolviam seu partido e seu ministro da casa civil acusado de comandar o esquema de corrupção que pagava propina mensalmente aos deputados para aprovarem os projetos de interesse do governo. Desde o início Lula dizia não ter conhecimento do esquema de corrupção e que ordenara que a polícia investigasse e que se preciso fosse “cortaria na própria carne” para extirpar o mal da corrupção que se havia instalado em seu governo “sem que ele soubesse”. Muitos folhetos exploraram os escândalos do governo, mostrando a decepção e frustração de muitos poetas que antes se identificavam e endossavam o seu governo. No **folheto a crise do mensalão e o caso da cueca** Marcelo Soares descreve de forma satírica os detalhes do escândalo do mensalão e seus envolvidos, fazendo também menção ao irmão do deputado Genoino que foi preso no Ceará com cem mil dólares na cueca. Os versos esclarecem, porém de alguma forma isentam Lula da culpa pelos escândalos de corrupção registrados durante o seu governo:

Ainda pra piorar
a sujeira de meleca
um irmão de Genuino,
todo metido na beca,
foi preso no Ceará,
quando levava o jabá:
100 mil dólares na cueca

E o presidente lula
ninguém entende por que?
esta crise que enfrenta
faz de conta que não ver
então, pra que governar,
se não pode delegar
poderes, então, pra que?
(SOARES, 2006, p.5).

A capa do folheto citado editado no ano de 2006 (ano da reeleição de Lula), expressa através da arte xilográfica o momento político de decepção e insegurança pelo qual o Brasil novamente fora lançado pelas exaustivas denúncias de corrupção no governo Lula. A xilogravura mostra Lula de braços abertos e encolhidos, aparentando estar desconcertado recitando uma estrofe onde ele conclui dizendo que está ficando “abestalhado” diante dos últimos escândalos. A imagem do Lula está colocada no meio entre os dois escândalos, como se estivesse sob o “fogo-cruzado”, acima dele “a crise do mensalão” e abaixo dele o outro escândalo conhecido como o “caso da cueca”. Outros folhetos foram editados no momento que a mídia divulgava diariamente denúncias de corrupção envolvendo integrantes do governo e membros do partido do Presidente.



Os poetas influenciados pela mídia, reproduziram parte da impressão popular a respeito dos últimos acontecimentos do cenário político brasileiro. Os folhetos a exemplo da “grande” mídia traziam em suas capas os escândalos do momento. Os folhetos abaixo deixam clara a intenção de depreciar a imagem de Lula, já

nos seus títulos: **Lula é o Cara. de Pau!** e **A chegada de Lula no inferno.**



A primeira imagem apresenta o “novo” Lula, sorridente, de terno e com a barba desenhada. No título Lula é chamado de “cara-de-pau” que é definido como sendo alguém sem vergonha, sem escrúpulos, mentiroso, entre outros. A capa do folheto e seu conteúdo denunciam a descrença do poeta na inocência de Lula diante das acusações que os adversários lhe fazem. A segunda capa mostra o que seria a chegada de Lula no inferno, lugar para onde vão, segundo os credos religiosos, todos aqueles que foram julgados e condenados pelas suas más obras. O poeta condena Lula ao inferno colocando-o lado a lado com o Diabo (representado por um bode). As duas imagens refletem o momento de dúvidas que pairava no ar quando das denúncias feitas pelos seus adversários que diziam que Lula sabia de tudo que ocorria quando da prática do escândalo do mensalão, no entanto o presidente negava o seu envolvimento com o esquema de corrupção denunciado. A popularidade de Lula e o capital simbólico que este acumulou fizeram com que depois de dois mandatos desgastados por denúncias de corrupção e com o seu partido também desgastado, ele conseguisse a “façonha”, de eleger pela primeira vez na história do Brasil

uma mulher, Dilma Rousseff, e que até então não tinha sido eleita para nenhum cargo eletivo. A atuação performática de Lula e seu logro em eleger uma mulher de seu partido se constituem assim em mais uma evidência de uma das características marcantes da cultura política brasileira que é a de atribuir a um político homem a categoria de salvador e herói que tem a missão de redimir o País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise da Literatura de Cordel nos propiciou apontar alguns resultados e firmar algumas conclusões com relação às características da cultura política brasileira. Inicialmente destacamos o fato de que o expressivo número de folhetos escritos e editados ao longo da história que traziam em seus enredos acontecimentos da política indicam que havia um público “consumidor” da temática política e que consequentemente havia um interesse popular em saber a respeito do “guisado da política²⁶” demonstrando que a população não era totalmente indiferente e apática aos acontecimentos da política, pois figura desde os primórdios da produção cordeliana o fato dos poetas tematizarem com regularidade a política por ser este um tema que atraía o público, o que demonstra que o fato de que houve uma grande produção de folhetos em torno de um tema é porque ele era de interesse popular o que por sua vez implica em dizer que o público consumidor tinha interesse no tema não sendo coerente imputar ao povo brasileiro a peja de indiferença e apatia com relação à política e suas nuances. A partir do levantamento cronológico das fontes pesquisadas infere-se que quase que ininterruptamente se produziram folhetos que tematizavam fatos políticos locais, regionais e nacionais, o que também nos leva

26 “O guisado da política” foi uma expressão cunhada pelo poeta Leandro Gomes de Barros ao analisar os acontecimentos da política nacional em 1915 no poema **Panelas que muito mexem**. No referido poema Leandro compara o Brasil com seus problemas a uma panela, o guisado (referência à comida típica da região Nordeste) são os problemas, a panela seria o Brasil e a cozinheira a política.

a concluir que o interesse pelos temas que envolviam questões políticas estavam presentes no dia a dia dos brasileiros, desde os primórdios do final do século XIX até os dias atuais. O Cordel começou a ser uma “voz” a interpretar e ecoar o sentimento popular a respeito da política quando ainda nem havia grandes jornais circulando e também não havia rádio. Os poetas tinham assim um público “certo” para consumir os seus folhetos sendo a temática da política um atrativo para vendagem dos folhetos, pois não podemos descurar do fato de que os poetas procuravam escrever temas que fossem de interesse da população do contrário eles não venderiam seus folhetos, vindo assim inviabilizar os dividendos que eram arrecadados com as vendas. O fato dos poetas se posicionarem em determinados momentos de forma crítica aos desmandos da política também denunciam que parte da população os acompanhava em suas conjeturas, pois os assuntos tratados no Cordel evidenciam também o ponto de vista da população que se sentia representada através dos relatos, comentários e até críticas a respeito da temática que envolvia os fatos políticos.

A análise dos folhetos nos permitiu perceber características presentes na cultura política brasileira, pois sendo a Literatura de Cordel uma produção cultural engendrada no meio popular, ela denuncia usos, costumes, comportamentos e pensamento dos lugares onde ela foi construída. Uma das características da cultura política brasileira que “salta os olhos” nos folhetos pesquisados é a forma polissêmica como o político é enxergado pela população brasileira principalmente através de dois discursos que se entrecruzam nos folhetos. A população ora enxerga o político como sendo um herói e “salvador da pátria” ora o enxerga de forma este-reotipada como sendo um ser incorrigível que usa o cargo político para enriquecer ilicitamente e também que ele é um ator na arte de enganar as pessoas no espetacular mundo da política. Esse dúbio pensamento acerca do político é reproduzido através dos folhetos, onde se percebe que grande parte da população transfere para

o agente político a responsabilidade da resolução dos problemas da sociedade, como se a questão política fosse a responsável por gerar os problemas cabendo apenas ao agente político a responsabilidade de solucioná-los. É perceptível nos folhetos, a prática da população de se eximir de culpabilidade com relação aos problemas sociais e imputá-los quase que totalmente na conta do político, tornando assim o político arquetipicamente um tipo de bode expiatório para onde é canalizada toda projeção e frustração popular. O pensamento subjacente do imaginário político brasileiro é povoado também, pela esperança e expectativa no agente político que em “tempo de política” e quando se torna mandatário de um cargo, passa a ser visto como um salvador que no imaginário popular adquire poderes quase divinos para redimir o seu povo, “tendo solução” para todas as mazelas sociais. O político é assim visto como um semideus, um herói, como sendo superior ao povo que o alça à condição épica, como alguém que tem qualificações “especiais” peculiares apenas a alguns “iluminados”. O mito do político salvador está assim incorporado à cultura política brasileira hoje, sendo substituído a cada eleição.

O político também é visto como a encarnação do malandro transportando-se no conceito popular, rapidamente, de herói a vilão. É neste misto de ambiguidades que a imagem do político é forjada e reproduzida no ideário popular. O político é visto como sendo alguém trapaceiro que se utiliza de artifícios ilegais para proveito próprio. O político é assim estereotipado como um ser maléfico, com características diabólicas com potencialidades para causar o mal. Ainda relacionado à representação do político no imaginário popular é notório a prática da generalização onde comportamentos considerados inadequados e antiéticos para um parlamentar são projetados sobre todos os políticos lançando assim “todos” políticos na “vala comum” do esgoto das ilicitudes. No imaginário, o Brasil é povoado por agentes políticos que fazem da corrupção sua profissão. Esse aspecto característico faz com

que políticos que têm sua vidas pautadas, enquanto parlamentares, por uma conduta regulada por princípios éticos pareçam não existir no Brasil, o que não é verdade, e reforça o estigma do mau político e “impede” que o político honesto se sobressaia.

Esse traço da cultura política nacional de culpar o agente político pelas mazelas existentes, é por sua vez transferido para o Governo enquanto aparelho estatal, sendo este também alvo de culpabilidade no crivo popular, sendo confundido com um “grande pai” que tem a responsabilidade “eterna” sobre seus filhos para cuidar deles. A sociedade brasileira em sua percepção do que vem a ser Estado, enxerga-o como sendo “todo poderoso” como uma instituição que tem em suas mãos o poder para solucionar todos os problemas da sociedade. Além de onipotente o Estado é visto como responsável pelo bem estar dos cidadãos em todas as instâncias gerando sempre a expectativa a cada pleito eleitoral, pois o Estado é rico e poderoso, e que o mesmo “só não faz acontecer quando falta vontade política”. A relação do cidadão é de total dependência em relação ao Estado, como se toda a sociedade só pudesse funcionar com todas as suas engrenagens com a “intervenção estatal”. Em torno desta perspectiva surge uma máxima entre os brasileiros que assim se exprime “quando o Estado fizer a parte dele eu farei a minha”, ou seja, “não cumprirei com minhas obrigações e deveres enquanto que o governo não executar aquilo que é seu papel fazê-lo”. Ao Estado é atribuído um papel de figura onipotente e onipresente quase um “deus” na vida dos cidadãos que se sentem eternamente filiados à paternidade estatal. Grande parte da população acredita que só deve colaborar com o governo à medida que este cumpra com a sua parte e que é dever do Estado cuidar do que é público enquanto que os cidadãos cuidam dos seus interesses.

Outro traço da cultura política relacionado ao político tem a ver com a questão de gênero que é percebida através da resistência que a sociedade ainda demonstra em relação à participação

das mulheres na política. O gênero feminino ainda é tratado com certa desconfiança como se gerir os destinos de uma nação ou exercer um cargo parlamentar fosse exclusividade do gênero masculino, como vimos através dos folhetos onde se abordou a eleição de mulheres como o exemplo da Presidenta Dilma. É presente no imaginário político que a mulher tem que se masculinizar em suas atitudes e posturas enquanto agente da política para ter uma ação parlamentar aceitável, numa clara demonstração de discriminação e preconceito em relação à mulher. A eleição de Dilma, a resistência que esta enfrentou em seu governo, a forma desrespeitosa dos que a ela referiam-se e o golpe que a mesma sofreu, culminando com o seu impeachment, constitui-se em uma nítida evidência da face machista, misógina, androcêntrica, preconceituosa da sociedade brasileira em relação às mulheres.

A corrupção está presente em todos os Países do mundo, tanto nas esferas estatais como nas privadas, não sendo assim exclusividade do Brasil. A corrupção política é identificada como sendo o grande “câncer” do Brasil, sendo vista sua prática como o principal obstáculo ao desenvolvimento do País. Tornou-se comum se associar a palavra corrupção, à classe política, porém, entendemos que a corrupção é uma prática social construída ao longo da história do Brasil e a mesma parece estar incorporada à cultura política do seu povo e que a mesma não ocorre apenas em nível institucional, pelo aparato burocrático do governo. A prática de atos de corrupção é direcionada para os agentes políticos como se fosse exercício exclusivo dos mesmos, porém os atos da mesma abrangem quase que todos os aspectos da vida social do povo brasileiro, que usa de artifícios ilegais e antiéticos no seu cotidiano para solucionar seus problemas e conseguir executar seus anseios. Convém observar que embora seja constatada a presença de atos de corrupção por parte do povo brasileiro e incorporada aos seus procedimentos e comportamentos, não se pode generalizar e atribuir a todos os brasileiros esse rótulo, pois muitos brasileiros têm

pautado suas vidas dentro de princípios éticos e morais que lhes têm permitido não se “contaminar” com práticas ilícitas.

Embora seja usual e comum por grande parte dos brasileiros, a corrupção em termos discursivos é repudiada e veemente reprovada, inclusive pelos que costumeiramente fazem uso de atos que se caracterizam como atos de corrupção. Observamos nos folhetos analisados que paradoxalmente ao exercício “normatizado” de atos de corrupção os discursos são quase unânimes em reprovar a sua ação e condená-la como sendo abominável, discurso este que é valorado e compartilhado por todos os grupos sociais. Atrelada à prática da corrupção está o fato de associar-se e atribuir-se o exercício da corrupção à classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de política e de atos dos políticos, o corrupto é sempre o “outro” e o “outro” quase sempre é o político. Porém convém observar que o político que comete ilicitudes não é, um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre, guardando as devidas proporções, quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre ações, valores e representações no seio da sociedade brasileira tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos. A corrupção se constituiu em uma prática cultural que recebe outros epítetos tais como: jeitinho, esperteza, malandragem que por sua vez se traduz em máximas como: “o jeitinho brasileiro”, “tirar vantagem em tudo” e “você sabe com quem está falando”. Essas práticas foram construídas pelos atores sociais ao longo do tempo, estando presente em todas as classes sociais e historicamente remonta o seu possível início aos primórdios da colonização do Brasil que por sua vez, “herdou” traços da cultura ibérica com sua “flexibilidade” patrimonialista e mentalidade escravista.

Está claramente delineado nos folhetos representados aqui, que os partidos no Brasil são vistos com pouca credibilidade e que eles geralmente não se constituem em empecilho para os eleitores votarem em candidatos de suas preferências, quando muito os eleitores no processo de escolha para votar, se “prendem” às propostas do candidato escolhido, ou o que ele possa “oferecer” não importando a que sigla partidária ele pertence. Outro traço da cultura política brasileira consiste na prática de se personalizar o governo enquanto aparelho institucional, passando a nomear o aparelho estatal pelo nome do candidato eleito, como se o governo não fosse uma instituição que está para além daqueles que ocupam o cargo, sendo comum as pessoas nominarem o governo pelo nome do político que provisoriamente ocupa o cargo do executivo.

O voto se tornou um dos principais elementos da política contemporânea, por ser o único meio de democraticamente e diretamente se eleger representantes para gerir os destinos da coletividade. No Brasil só tornou-se uma realidade para quase todos no século XX. O voto enquanto direito a ser conquistado, as lutas travadas para conquistá-lo, os períodos de exceção (ditaduras) onde ele não podia ser praticado, a redemocratização e volta do voto direto, a consciência na hora de votar, as diversas modalidades de voto e a mercantilização do voto e o seu uso como moeda de troca foram os motes que permearam a pesquisa, pois como demonstrado através dos folhetos quase todos os aspectos da política trabalhados ao longo da pesquisa foram entrecruzados pela questão do voto. Enquanto característica da cultura política brasileira o sufrágio se constitui dentro do que foi apresentado pelos folhetos, em uma arma que o cidadão dispõe para realizar mudanças e promover a causa do bem visando eleger políticos idôneos que representem os interesses coletivos. Os folhetos em sua maioria defendem que os eleitores devam usar de forma racional e ética o direito de votar e são contrários à mercantilização do voto, mas alguns admitem que o cidadão possa utilizá-la como moeda de

troca demonstrando assim o empoderamento que o voto possibilita ao eleitor, embora desaconselhem a prática da compra e venda do voto. Percebemos assim, refletido nos cordéis com relação à dubiedade discursiva e prática em relação à mercantilização do voto, um presente traço característico da polissemia política brasileira que em termos práticos é traduzida e parafraseada pela máxima popular que diz “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, ou seja “todos” em discurso são contra a mercantilização porém em termos práticos as evidências mostram que essa constitui-se ainda em prática corrente na seara da política brasileira. Porém nem tudo está perdido, pois tem havido uma crescente maturação dos eleitores em relação à escolha do candidato ideal, onde alguns “vendem” o voto para um determinado candidato mas acabam votando em outro candidato que não se utiliza deste subterfúgio e tem pautado sua vida por uma conduta ética. Observamos que por trás de uma aparente e propalada ingenuidade de alguns eleitores diante das relações que envolvem o processo de escolha de candidatos através de seus votos, e dos mecanismos estabelecidos pela justiça eleitoral para coibir crimes eleitorais, a fiscalização imposta até pelos adversários políticos e a pressão exercida de certa forma pelos meios de comunicação, se escondem eleitores cada vez mais exigentes que se utilizam da burla e de artifícios que levam os políticos a sentirem-se acuados como reféns do processo de conquista do voto bem como reverem suas posturas levando-os a perceber que a “mercantilização” se tornou uma armadilha que não lhe garante seu espaço, passando este a viver na intranquilidade das incertezas sendo assim forçados a agir dentro da legalidade ainda que de forma incipiente e que haja ainda sofisticadas práticas de corrupção. O estudo sobre o tema da política tentando representar algumas características da cultura política à luz da Literatura de Cordel, está ainda nos prolegômenos e oferece um vasto material de pesquisa que poderá ser retomado sob vários outros enfoques. A proposta está em aberto e é palpitante.

REFERÊNCIAS



ABREU, Márcia, **Histórias de Cordéis e Folhetos**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMEIDA, Átila de; ALVES SOBRINHO, José. **Dicionário Bio-Bibliográfico de Repentistas e Poetas de Bancada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, v.1-2, 1978.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. 2.ed., São Paulo: Editora Record, 2007.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ALMOND, G. **The intellectual history of the civic culture**. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p.1-37.

AMADO, Gilberto. In: SENNA, Homero. **Gilberto Amado e o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.

ALVES SOBRINHO, José. **Cantadores, repentistas e poetas populares**. Campina Grande: Bagagem, 2003.

ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** 3.ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

AYALLA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito: aspectos da cantoria nordestina**. São Paulo: Ática, 1988.

AYALLA, Marcos; AYALLA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Coleção Pensamento Político, n.46, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BAQUERO, M. **Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral em 1982 em Porto Alegre-RS**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v.13, 1985.

BARBOSA, Livia. **O Jeitinho Brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. 2.ed, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARREIRA, Irllys (org.) .**Como se fazem eleições no Brasil** – estudos antropológicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BARREIRA, C. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (org.). **Política no Brasil: Visões de Antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: DCL, 2005.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento** : o contexto de François Rabelais. Brasília: Hucitec, 1993.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BEZERRA, Paulo. **Polifonia**: Brait, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 1986.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Basta de corrupção**. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

CARNEIRO, Renato. **Ideologia dos poetas populares do Nordeste**. Recife: Mousinho Artefatos de Papel, 1959.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco livros do povo**. 2.ed. João pessoa: Editora Universitária\UFPB, 1979.

_____. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Itatiaia, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. 4.ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. 2.ed. Lisboa, Difel, 2002.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: A Pessoa Política. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do**

Estado Novo/ Adriano Nervo Codato. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

CRISPINIANO NETO. Lula na Literatura de Cordel. Mossoró, Queima-Bucha, 2008.

CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel**. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Retratos do Brasil em cordel**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Fé em Deus e Pé na tábua ou como o trânsito enlouquece no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco 2010.

_____. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Literatura popular em verso:** estudos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

DISCINI, Norma. **Carnavalização:** In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin:** outros conceitos chaves. São Paulo: Contexto, 2006.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística.** 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder.** São Paulo: Summus, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro.** 3.ed. rev. São Paulo, Globo, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para Ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto:** democracia e racionalidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio Janeiro: IUPERJ, 2008.

FREITAS, M. R. L. **Cidadania e Tutela na Política de Assistência Social: uma análise da cultura política de gestores e**

usuários na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. UNB. Brasília: 2008.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GUARESHI, Pedrinho. **A banalização das política e do político: uma análise ideológica do programa casseta e Planeta.** In: **GUARESHI, Pedrinho et al Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GEERTZ, Clifford. **Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico.** In: **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa.** 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. **Elementos para uma Análise Antropológica do voto.** In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. *Antropologia, Voto e Representação Política.* Rio de Janeiro: Contracapa. 1996.

GOMES, Laurentino. **1889.** São Paulo: Editora Globo S. A. 2013.

GOMES, Wilson. **A Política de Imagem. In: Transformações da Política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claruz, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JÚNIOR QUEIROZ, José. **Memórias sobre Getúlio.** Rio de Janeiro: Copac, 1957.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Rituais de comensalidade na política. In: Como se fazem Eleições no Brasil – estudos antropológicos.** Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002, p.243-270.

KUCINSKI, Bernardo. **As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998.** Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2000.

_____. **Jornalismo e Democracia. In: A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro.** 2.ed, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p.105-151.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira.** São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel**. Rio de Janeiro, Editoa Documentário, 1973.

_____. **A voz dos poetas. 1ª série**. Rio de Janeiro Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LIMA, Damião de; GURJÃO, Eliete de Queiroz (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba: Uma coletânea de textos didáticos**. 3.ed. Campina Grande: EDUEP, 2004.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

LIMA, Hermes. **Notas a vida brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

LIMA, Venício. **Cenários de Representação da Política**. In: RUBIM, Antônio Albino canelas. **Comunicação e Política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova, 1996, n.38, p.239-271.

LIMA, Vanício A. de (org.). **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

LIPPMANN, Walter. **O mundo exterior e as imagens em nossa mente**. Opinião Pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LUYTEN, Joseph Maria. **O que é literatura de cordel.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O Povo Sabe Votar – uma visão antropológica do voto.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia. Uma**

Introdução. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARLYSE, Meyer. **Autores do Cordel:** literatura comentada. São Paulo: Editora Abril, 1980.

_____. **Redescobrimo o Brasil: a festa na política.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

MAYA, Ivone da Silva Ramos. **O povo de papel: A sátira política na literatura de cordel.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistências.** 11.ed. Editora a União: João Pessoa, 2008.

MELO, Veríssimo de. **Tancredo Neves na literatura de cordel.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.

MENDONÇA, Kátia. **A Salvação pelo Espetáculo: Mito do Herói e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NETO, Antônio Fausto; VERÓN, Eliseo. **Lula Presidente. Televisão e política na campanha eleitoral**. São Paulo: Hacker, 2003.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PINSKY, Jaime e PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **A Ideologia do cordel**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

RODRIGUES, Lima. **A História do Presidente Lula em Cordel**. Brasília: Charbel, Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. A Política como Espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90 Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.31-48.

RUBIM, Antonio Albino (Org.). Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre Mídia, Cultura e Política. São Paulo: Hacker, 2004.

SALLES, Vicente. **Repente & cordel, literatura popular em versos na Amazônia.** Rio de Janeiro: Funarte Instituto Nacional do Folclore, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, I. M. F. dos. **Memória das vozes: cantoria, romanceiro & cordel.** Prefácio de Armino Bião. Tradução de Márcia Pinheiro. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd. **Personagens. In: O Estado Espetáculo.** Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os dois corpos do presidente.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

SOUSA, Liêdo Maranhão de. **Classificação popular da literatura de cordel:** em texto integral de 23 folhetos. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Magna Celi Meira de. **Misticismo e fanatismo na literatura de cordel**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1998.

TERRA, Ruth Brito Lemos. **Memória de Lutas: Literatura de Folhetos no Nordeste - 1893-1930**. São Paulo: Global, 1983.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1933.

VIANA, Arievaldo Lima. **Acorda Cordel na sala de aula**. (Org.). 2.ed. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2010.

WOENSEL, Maurice Van. **Simbolismo animal medieval: os bestiários**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jeruza Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

FOLHETOS DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Manuel de. **Encontro do presidente Tancredo com o presidente Getúlio Vargas no céu**. São Paulo: Editora Luzeiro, 1987.

_____. **A vitória getulista nas eleições de 50**. Aracaju-SE: s. n., 1950.

_____. **Morte do Maior Presidente do Brasil Dr. Getúlio Vargas**. s. n. t.

_____. **O presidente Tancredo a esperança que não morre.** São Paulo: Editora Luzeiro, 1985.

ALVES, Raul de Carvalho. **O Brasil encontrou a saída?** O Brasil inventariado. [S.l., s.n., s.d.].

ALVES, Francisco Barros. **ABC das eleições diretas.** [S.l., s.n., s.d.].

AMANCIO, Geraldo. **Vida e morte de Tancredo neves o pai da Nova República.** Juazeiro do Norte: [s.n.], 1985.

ARNOR, **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual.** [S.l., n.t.], 1986.

ARAÚJO, Enoque. **Povo, Governo e Anistia.** Aracaju: [s.n.], 1979.

ATHAYDE, João Martins. **Homenagem da Musa Sertaneja ao grande Chefe da Nação doutor Getúlio Dornelles Vargas e ao Digno Interventor Pernambucano Doutor Agamenon Sérgio Magalhães.** [S.I.], 1938.

BARROS, Leandro Gomes. **As misérias da época.** Recife, [s.n.], 1906.

_____ **Afonso Penna.** aboatão: [s.n.], 1906.

_____ **O imposto e a fome.** Recife, [n.t.], 1909.

_____ **A morte do bicheiro.** Recife: Tipografia do jornal do Recife. 1912

_____. **Panelas que muito mexem.** João Pessoa: Tipografia da popular editora. 1915.

_____ **As promessas do governo.** [S.l., n.t., s.d.].

_____ **O novo balão.** [S.l., n.t.], 1912.

_____ **Os coletores da Great Western.** [S.l., s.n.], 1906.

BARRETO, Antônio Carlos. **A mulher que conquistou o coração Brasil.** São Paulo: [s.n.], 2010.

BASÍLIO, Manoel. **Vitória de Tancredo e o fim da Ditadura.** [S.I., s.n.], 1985.

BATISTA, Abraão Bezerra. **O industrial fracassado ou o senador caloteiro de Pernambuco.** 2.ed. Juazeiro do Norte: [s.n.], 1975.

_____, **Olha aí aquilo roxo.** Juazeiro do Norte: [s.n.], 1991.

BATISTA, Francisco Chagas. **Resultados da revolução do Recife.** João Pessoa: Tipografia da livraria Gonçalves Penna e Cia. 1912.

BATISTA, Esmeraldo. **Pela paz sem comunismo.** [S.l., n.t., 19--].

BATISTA, Sebastião Nunes. **Jânio e Lacerda contra o contrabando.** Rio de Janeiro. A Modinha Popular. [19--].

CABO eleitoral. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Thesaurus. 6.ed. rev. e ampl. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2006, p.39.

CARVALHO, Isael. **O Lula é o cara de Pau**. Petropólis: Bregol, 2009.

_____. **Dando esmola para o povo Lula elegeu a Dilma**.

CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. **O dragão do fim da era**. Salvador: n.t., 1975.

_____. **A Volta de Getúlio**. [S.I., n.t.], 1950.

COSTA, Pedro. **Lula de metalúrgico a Presidente**. Teresina, [n.t.], 2002.

COSTA, Zacarias Jerônimo da. **O valor da revolução**. Lagoa Seca-PB, [s.n.], 1976.

DA SILVA. **Lula x Brizola**. [S.I.].

EVANGELISTA, João Lucas. **Queixa de Satanás do presidente Collor de Mello**. Crateus: Cecordel, [19--].

EVANGELISTA, Vicente. **Tópicos alusivos a vida ou trajetória política do senhor doutor Ulisses Guimarães, em poesia sextilhadas**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 1993.

FARIAS, Manoel de. **Muda Brasil Tancredo já**. Fortaleza, (S.I.), 1984.

FRANÇA, Anônio Queiroz de. **Lula um companheiro Presidente do Brasil**. Fortaleza: Tupiniquim, 1.ed, 2002.

FEITOSA, João Batista. **De Cabral a Fernandinho via PC**, 1994.

FERNANDES, Vescêncio. **“Mudanças Já”**. Fortaleza: Editora Aguiar Júnior, 1985.

GOMES, Paulo de Tarso Bezerra. **Governado por doutores o Brasil ficou assim**. [S.l., s.n., 198--].

GONÇALVES, José Roque M. **tem mais partido político que chuchu na parreira**. Rio de Janeiro: Gomes Artes Gráficas, 1996.

JESUS, Antônio Luís de. **Luís Inácio Lula da Silva: Presidente do Brasil**. [S.l., n.t.], 2003.

LAURENTINO, Elino. **O comunismo ao conhecimento do povo, o sétimo Anticristo vem perto**. [S.l., s.n.], 1962.

LIMA, Francisco Correia. **Não jogue fora esta arma**. [S.l., s.n.], 1996.

LIMA, Luís Costa. **O martírio de Tancredo**. Picuí: [s.n.], 1985.

LEÃO, Álvaro. **A mulher triunfará**: José Américo de Almeida o candidato dos paraibanos para governador da Paraíba. [S.l., s.n.], 1950.

LEOBAS, Carolino. **Jânio Quadros vem ai para presidente da República**. São Paulo: J. Bignard & Cia Ltda. 1960.

LUCENA, Antônio. **O mesmo povo que derrota, elege Lula a Presidente**: o Presidente medicamento. [S.l., n.t.], 2002.

MARTINS, Thadeu Serpa. **A sucessão presidencial**. Belém-PA. Tipografia Guajarina, 1929.

_____. **O levante de São Paulo.** Fortaleza, [n.t.], 1932.

MOREIRA, Flávio Poeta F. **O clamor do povo e a eleição Direta Já.** [S.l., s.n., 19--].

MENEZES SOBRINHO. José Saldanha. **O Brasil prometido aos pobres em época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores.** Natal: Gráfica da UFRN, 1981.

_____. **A discussão de um político da cidade com um velho agricultor.** Natal: [s.n., 19--].

MENDES, L.P. **A eleição e posse do Cacareco.** São Paulo: Prelúdio, 1955.

NASCIMENTO, Varnecki Santos. **Perfil do político brasileiro, Guarabira:** [n.t.], 2006.

NORDESTINO, Franklin machado. **O Brasil de luto com a morte do Presidente Dr Tancredo A. Neves.** São Paulo: [s.n.], 1985.

O Diabo do calibre 12 contra o Anjo da Poesia. [S.l., n.t.], 1990.

PEREIRA SOBRINHO, Manoel. **Getúlio fala ao seu povo.** Campina Grande: [s.n.], 1950.

PESSOA, Sá de João. **Os milagres de São Tancredo.** 2.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1987.

PINTO, João Gomes. **Política e religião se discute sim senhor.** Rio de Janeiro: [s.n.], s.d.

RESENDE, José Camelo de Melo. **A sucessão presidencial ou o grande combate do partido Conservador com o Liberal.** Rio Tinto: [s.n.], 1929.

RODRIGUES, Jota. **O tijoloço imoral no aposentado vagabundo.** Nova Iguaçu: [s.n.], 1999.

_____. **Os três rios por onde corre o real de seu Cardoso.** [S.l., s.n., s.d.].

_____. **Os feitos de Getúlio Vargas que engrandeceram o Brasil.** Nova Iguaçu: [s.n.], 1955.

_____. **O voto aos 16 e o eleitor analfabeto.** Nova Iguaçu: [s.n., 19--].

SANTA HELENA, Raimundo. **Voto nulo pra galope é um pulo.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1988.

_____. **Diretas Jaz na cova de Satanaz.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

_____. **Getúlio Vargas e o Estado Novo.** Rio De Janeiro: [s.n.], 1987.

SANTA MARIA, Manoel. **Peleja de José Sarney com Ulisses Guimarães.** Araruama: [s.n.] 1988.

_____. **O pesadelo da casa imprópria.** Araruama: [s.n., 19--].

_____. **A farra dos marajás.** Araruama: [s.n., 19--].

_____. **Brasil terra do nunca Pátria da mentira.** Araruama: [s.n.], 2005

SANTOS, João José dos. **Brasil de ontem e hoje**. [Rio de Janeiro: s.n., 19--].

_____. **CPI, Mensalão e ratos brasileiros**. [S.l., s.n.], 2005.

SANTOS, Apolônio Alves dos. **A prisão decretada e a fuga de PC Farias**. Campina Grande: [s.n.], 1993.

_____. **O ABC da URV ou o real, a nova moeda brasileira**. [S.l., s.n., 19--].

_____. **Uma carta de Tancredo endereçada ao Presidente FHC**. Campina Grande: [s.n., 19--].

_____. **Eleições Diretas Já para um novo Presidente**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

SINDEAUX, Jesus Rodrigues. **História de FHC e o apagão**. [S.l., s.n., 200--].

_____. **Suicídio do Presidente**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1954

SILVA, Delarme Monteiro. **A vitória de Cheirosa o bode Vereador**. [S.l., s.n., 19--].

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Fernando Henrique Cardoso do exílio ao Planalto**. Rio de Janeiro: [n.t., 19--].

SILVA, José Bernardo da. **A entrada triunfal de Getúlio Vargas em Recife**. Juazeiro do Norte-CE: Tipografia São Francisco, 1950.

SILVA, João da. **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão.** [S.l, s.n.,19--].

SILVA, Minelvino Francisco. **A carta de Getúlio.** Itabuna. [n.t., s.d.].

_____. **A morte do dr Juscelino e sua chegada no céu.** Itabuna, [n.t.], 1976.

SOARES, José Francisco. **Anistia ampla e a volta de Arraes.** Recife: [s.n.], 1979.

_____. **A bravura de uma mulher:** Cristina Tavares Correia Dep. Federal 299. [S.l., s.n.], 1978.

SOBRINHO, Manoel Pereira. **Getúlio fala ao seu povo.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1950.

_____. **Suicídio do Presidente.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1954.

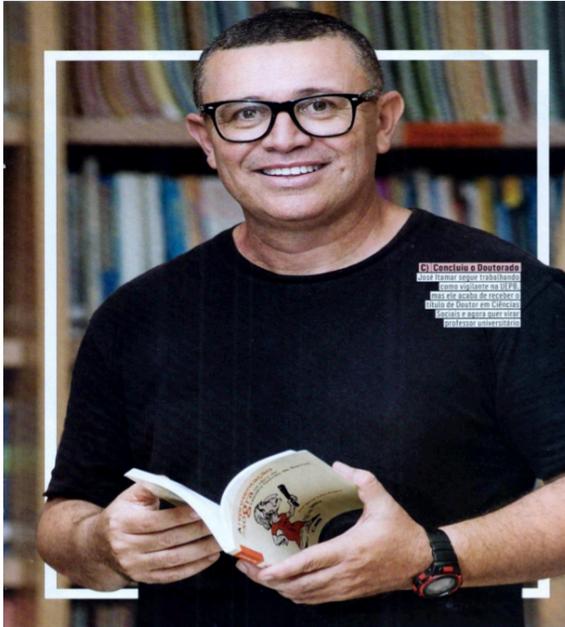
TEIXEIRA, César. **Testamento de Judas.** [S.l., n.t.], 1994.

TORRES, José Antônio. **Agradecimento dos velhos aposentados ao Presidente da República.** [s.n.], 1978.

VIANA, Arievaldo. **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral.** Caucaia: Gráfica Simões, 1999.

ZÊNIO, Francisco. **Lampião Fantasma de FHC.** [S.l., n.t.], 1988.

SOBRE O AUTOR



JOSÉ ITAMAR SALES DA SILVA, possui graduação em História (UEPB), especialização em Administração (UEPB), mestrado em Literatura e Interculturalidade (UEPB) e doutorado em Ciências Sociais (UFCEG). É autor do livro: A representação da sogra a obra de Leandro Gomes de Barros (EDUEPB). É pesquisador do LECMIPO (Laboratório de Estudos de Cultura Mídia e Política-UFCEG). É pesquisador permanente da Literatura de Cordel. É servidor da UEPB (Vigilante) e professor de História do ensino privado.

Sobre o livro

Revisão Linguística e Normalização | Antônio de Brito Freire

**Design da capa,
Projeto Gráfico e Editoração** | Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Tipologia Utilizada | Adobe Caslon Pro 12/ 14 pt

O autor Itamar Sales alia a sua sensibilidade de historiador e cientista social à criatividade dos poetas populares, para apresentar nesta obra, o resultado de sua pesquisa desenvolvida no Doutorado de Ciências Sociais, na UFCG. O que motivou esta escolha foi a constatação de que o tema da cultura política a luz da Literatura de Cordel possibilitaria, identificar e classificar as mais marcantes características da cultura política do Brasil. Os poetas, puderam viajar pelas letras, métricas e rimas, trazendo uma mensagem, um discurso, um ponto de vista sobre a nossa cultura política e em última instância, sobre a nossa ainda tão recente, democracia. A partir do levantamento cronológico das fontes pesquisadas (mais de 1.000 títulos) infere-se que ininterruptamente se produziram folhetos que tematizavam fatos políticos locais, regionais e nacionais, o que nos leva a concluir que o interesse pelo tema estava presente no dia a dia dos brasileiros, desde o final do século XIX até os dias atuais. A análise dos folhetos permitiu ao autor perceber características presentes na cultura política brasileira, pois sendo o Cordel uma produção cultural engendrada no meio popular, ela denuncia usos, costumes, comportamentos e pensamento dos lugares onde ela foi construída. São os atores sociais que constroem o "jeito" de fazer política. Na busca de analisar a cultura política construída no imaginário popular, utilizando como fonte o Cordel, é feita uma incursão pela história do Brasil, no período que os poetas discorreram sobre a política, destacando o que se pensava acerca da participação popular, coronelismo, clientelismo, partidos, ditaduras, candidatos, eleições, voto, questão de gênero e a corrupção. O estudo sobre o tema da política representando as características da cultura política à luz do Cordel, está ainda nos prolegômenos e oferece um vasto material de pesquisa que poderá ser retomado sob vários outros enfoques. A proposta está em aberto e é palpitante...

ISBN 978-85-7879-619-8



 eduepb